



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE
JUNTO A POVOS E TERRITÓRIOS TRADICIONAIS

**ENTRE DIREITOS E COMPENSAÇÕES: memórias e
trajetórias do Programa São Marcos**

ANDREA MESQUITA DE MENEZES

Brasília-DF

2024

ANDREA MESQUITA DE MENEZES

**ENTRE DIREITOS E COMPENSAÇÕES: memórias e
trajetórias do Programa São Marcos**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Henyo Trindade Barretto Filho.

Brasília-DF

2024

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
Pós-Graduação em Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios
Tradicionais

Folha de aprovação

Assinatura dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Mestrado de Andrea Mesquita de Menezes, realizada em 05/12/2024:

Prof. Dr. Henyo Trindade Barretto Filho
Departamento de Antropologia - UnB

Prof. Dr. Alessandro Roberto de Oliveira
Departamento de Teoria e Fundamentos da Faculdade de Educação - UnB

Prof. Dr. Daniel Bampi Rosar
Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena – UFRR

Prof. Dr. Doris Aleida Villamizar Sayago
Centro de Desenvolvimento Sustentável - UnB

Aos povos indígenas de São Marcos – Wapichana, Macuxi e Taurepang –, cuja luta e resistência mantêm vivo o território como espaço de pertencimento e memória, manifesto minha profunda gratidão. Dedico também a Ana Lange, Porfírio Carvalho (in memoriam) e Eduardo Almeida, que, ao longo de suas trajetórias no indigenismo, percorreram caminhos marcantes e inspiraram tantas pessoas.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Henyo Trindade Barretto Filho, pela constante gentileza, paciência e compreensão diante das minhas dúvidas e hesitações ao longo do processo de escrita. Agradeço profundamente por sua leitura atenta dos meus textos e pelos comentários que me tiraram da zona de conforto, despertando reflexões instigantes e essenciais para minha jornada. É um grande professor, daqueles que, como diria Paulo Freire, “tornam possível que estudantes se tornem eles mesmos”.

Ao MESPT/UnB, pela oportunidade de realizar o mestrado, e ao corpo docente, pelo compartilhamento de um ambiente de reflexão, inclusão e debate. Agradeço, em especial, aos/às professores/as – Mônica Nogueira, Alessandro Oliveira, Ana Tereza Reis, Cristiane Portela, Henyo Barretto Filho, José Pimenta, Marcela Coelho, Silvia Guimarães, Stephanie Nasuti e Janaína Sá Diniz.

Aos membros da banca de qualificação e da banca examinadora, Alessandro Oliveira, Doris Sayago, José Pimenta e Daniel Bampi Rosar, pela dedicação de tempo e conhecimento na leitura e análise crítica deste trabalho, e pelas valiosas contribuições oferecidas.

Aos meus amigos e amigas do MESPT — Andrea Valentim, Aneli Soares, Celenita Gualberto, Eulálio Silva, Fabiani Franco, Grazielle Azevedo, Hellen Jacqueline, Jorge Alan Baloni, Josefa de Oliveira, Juami Aquino, Katia Pantoja, Layla Maryzandra, Silia Moan, Vera Seibel e Wilfredo Pacho Chicani — agradeço pelas trocas e reflexões que enriqueceram minha experiência e contribuíram para o meu desenvolvimento acadêmico e profissional. Agradeço por me ouvirem, incluírem e apoiarem nos momentos de insegurança e angústia.

À Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), pelo incentivo à minha qualificação e por conceder o afastamento necessário para que eu pudesse pesquisar e escrever esta dissertação. Agradeço especialmente à equipe do Setor de Afastamento Remunerado para Estudos da Escola de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (EAPE).

À equipe da Associação dos Povos Indígenas de São Marcos, em especial a Marcelo Pereira, Adizon Menandro, Yara Macuxi, Emily Macuxi e José Pinho,

expresso minha profunda gratidão pela acolhida calorosa, colaboração generosa e parceria imprescindível no desenvolvimento desta pesquisa.

Aos povos Macuxi, Wapichana e Taurepang da Terra Indígena São Marcos, especialmente ao Alichards, Sr. Lourenço, Aparecida, Sra. Arlene, Sr. Valcir, Sr. Manduca e a todos os demais, minha sincera gratidão pelas conversas inspiradoras que tivemos ao longo dos anos, que me permitiram compreender a importância da dedicação de todos(as) na realização dos projetos comunitários.

À Eletrobras Eletronorte, especialmente à área de educação, pelo incentivo à realização do mestrado e pelo apoio a esse processo de estudos como uma forma de aprimoramento profissional. Agradeço, em especial, ao Levi, que me auxiliou nos processos burocráticos.

À Karinne Siqueira, Ianae Cassaro, Brandali Dal Magro, Jader Fernandes, Newton Zerbini, Fabio Coelho, Pedro Vilella, Rosana Brandão, Tiago Vilas Boas Carlison Aguiar, Isabella Ferreira, Vivian Gladys Souza, Antonio Carlos, Raoni Carneiro e Paulo Meinecke, companheiras/os de trabalho, agradeço pela amizade e pelo apoio constante, que me impulsionaram desde os primeiros momentos deste trabalho.

À Daniella Martins por sua contribuição inestimável. Desde o início do Programa São Marcos (PSM), se dedicou incansavelmente ao projeto, abdicando de sua vida pessoal e familiar e fazendo do Lavrado seu lar por oito anos. Obrigada pela paciência em me ouvir longamente, tirar tantas dúvidas e compartilhar histórias que foram essenciais para suprir lacunas importantes nesta pesquisa. Sou profundamente grata por sua colaboração e parceria.

Ao Cássio Ingles de Sousa, pelas reflexões enriquecedoras sobre programas de compensação socioambiental em terras indígenas e pela defesa do diálogo com empresas nesses contextos.

Ao Porfírio Carvalho (in memoriam), Eduardo Almeida e Ana Lange, que desempenharam papel essencial na promoção do diálogo intercultural, na cooperação e na construção de parcerias. Com suas trajetórias singulares e visões de mundo, cada um contribuiu de forma significativa para a elaboração da minha abordagem de trabalho e ofereceu valiosos elementos para o

desenvolvimento desta pesquisa. Deixaram um legado importante, e a interlocução com eles foi fundamental para a construção deste estudo.

Ao irmão Carlo, que, com generosidade, concedeu-me acesso ao acervo do Centro de Documentação Indígena dos Missionários da Consolata/RR.

Aos antropólogos Pablo de Castro Albernaz, Fabiano Souto e Carlos Cirino pelas trocas de conhecimentos e indicações de leituras.

À revisora e linguista Leticia Aquino, agradeço o cuidado, dedicação e a generosidade com que conduziu o trabalho de revisão e as conversas sobre o trabalho com povos indígenas.

Agradecimentos especiais à minha família. À minha mãe, Terezinha (*in memoriam*), ao meu pai, Moisés, à minha irmã, Greiceane, e ao meu irmão, Júnior — vocês são minha primeira história, meus primeiros laços, meu acolhimento. Aos meus sobrinhos/as, João, Calebe, Valentina e Eduarda, às minhas cunhadas, Cláudia e Ana, e aos meus primos, Darlan e Reges, agradeço o apoio, a confiança e a consideração.

Agradeço também às minhas amigas, que também são família, Dora Porto, Kênia Alves, Tatiana Guedes, Sheila Lima e Acássia Carvalho pelo suporte neste processo e amizade. E às/aos amigas/os da CEM 01 do Paranoá, especialmente Marcilio e Mariana.

Ao meu companheiro de vida, René Marc, que tanto me incentivou na realização deste trabalho. Foram mais de dois anos ouvindo incansavelmente sobre o MESPT e sobre São Marcos, suportando meu estresse, ansiedade e impaciência com o cotidiano. Além de me indicar leituras de historiadores, compartilhamos debates sobre ideias e conceitos no dia a dia, enquanto cuidávamos do jardim ou preparávamos o almoço de sábado. Com amor e dedicação, ele me deu suporte para elaborar a pesquisa e sempre acreditou em mim. Meu mais profundo agradecimento.

Aos meus filhos, Theo e Lui, e à minha filha, Nina, que também me deram tanto apoio e mostraram paciência nos momentos de maior tensão. Um agradecimento especial à minha menina, que precisou lidar com minha ausência no florescer da adolescência, quando mais precisava de mim. Meus filhos, minha filha, que vocês sempre se lembrem: outros mundos são possíveis!

RESUMO

Esta dissertação apresenta uma análise crítica do Programa São Marcos (PSM), instituído para prevenir, mitigar e compensar os impactos e afetações socioambientais na Terra Indígena São Marcos em Roraima, em função da instalação e operação da Linha de Transmissão (LT) Brasil-Venezuela. Inicialmente, o trabalho examina a formação e a trajetória da Terra Indígena São Marcos, destacando como dispositivos coloniais influenciaram a relação dos povos indígenas com seu território e com o empreendimento. Em seguida, a pesquisa detalha as diferentes fases do PSM desde sua implementação em 1998, demonstrando o processo de transferência de gestão do PSM para a Associação dos Povos Indígenas da Terra São Marcos (APITSM). Esta dissertação revisa a literatura sobre a participação dessas comunidades nos processos de licenciamento ambiental, discutindo as implicações sociais e institucionais desses processos e a complexa relação entre desenvolvimento, licenciamento ambiental e interculturalidade no contexto da implantação de Linhas de Transmissão (LTs) em terras indígenas na Amazônia Legal brasileira.

Palavras-chave: Terras Indígenas; Programa São Marcos; licenciamento ambiental de componente indígena; Amazônia Legal; interculturalidade.

ABSTRACT

This dissertation presents a critical analysis of the São Marcos Program (PSM), established to prevent, mitigate, and compensate for the socio-environmental impacts and effects on the São Marcos Indigenous Land in Roraima, due to the installation and operation of the Brazil-Venezuela transmission line. Initially, the work examines the formation and trajectory of the São Marcos Indigenous Land, highlighting how colonial devices influenced the relationship of indigenous peoples with their territory and with the project. Next, the research details the different phases of PSM since its implementation in 1998, demonstrating the process of transferring the PSM's management to the Association of Indigenous Peoples of São Marcos Land (APITSM). This dissertation reviews the literature on the participation of these communities in environmental licensing processes, discussing the social and institutional implications of these processes and the complex relationship between development, environmental licensing, and interculturality in the context of the implementation of a transmission line in indigenous lands in the Brazilian Legal Amazon.

Keywords: Indigenous lands; São Marcos Program; environmental licensing of indigenous componente; Brazilian Legal Amazon; interculturality.

LISTA DE FIGURAS, INFOGRÁFICOS E QUADROS

Figura 1 – Primeira reunião na Maloca Boca da Mata – maio de 1997.....	50
Figura 2 – Assinatura do TC na Sede da Fazenda São Marcos – março de 1998	60
Infográfico 1 – Linha do Tempo da negociação com as comunidades indígenas	61
Infográfico 2 – Linha do Tempo do Licenciamento Ambiental	132
Quadro 1 – População e composição familiar Terra Indígena São Marcos.....	40
Quadro 2 – Subprograma de Vigilância da Terra Indígena São Marcos.....	65
Quadro 3 – Subprograma de Acompanhamento Ambiental da Implantação do Empreendimento	66
Quadro 4 – Atividades extras em função da Implantação do Empreendimento	67
Quadro 5 – Plano de Trabalho 2004 -2008.....	83
Quadro 6 – Plano de Trabalho do 1º ao 4º ano – março de 2010.....	97
Quadro 7 – Plano de Trabalho do 5º ao 8º ano – outubro de 2015	97
Quadro 8 – Plano de Trabalho do 9º ao 10º ano – agosto de 2018.....	98

SIGLAS E ABREVIATURAS

CDI - Centro de Documentação Indígena dos Missionários da Consolata

ALIDCIR – Aliança para Integração e Desenvolvimento das Comunidades Indígenas de Roraima

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

APIRR – Associação dos Povos Indígenas de Roraima

APITSM – Associação dos Povos Indígenas da Terra São Marcos

APSM – Associação do Programa São Marcos

ATL – Acampamento Terra Livre

CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco

CGU – Controladoria Geral da República

CIER – Comissão de Integração Energética Regional

CIDR – Centro de Informação Diocese de Roraima

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CINTER – Conselho Indígena do Território de Roraima

CIR – Conselho Indígena de Roraima

CLPI – A Consulta Livre, Prévia e Informada

COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

DNAEE – Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica

DRP – Diagnóstico Rápido Participativo

DSEI – Distrito Sanitário Especial Indígena

ECI – Estudo de Componente Indígena

ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A

ELETOBRAS – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

EPE - Empresa de Pesquisa Energética

FCP – Fundação Cultural Palmares

FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ISA – Instituto Socioambiental

LI – Licença de Instalação

LO – Licença de Operação

LP – Licença Prévia

LT – Linha de Transmissão

MPF – Ministério Público Federal

ODIC – Organização dos Indígenas da Cidade

OLADE – Organização Latino-Americana de Desenvolvimento Energético

OMIRR – Organização das Mulheres Indígenas de Roraima

OPIRR – Organização de Professores Indígenas de Roraima

PBA – Plano Básico Ambiental

PBA-CI – Plano Básico Ambiental do Componente Indígena

PDE – Plano Decenal de Expansão de Energia

PDPI – Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas

PPTAL – Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal

PND – Programa Nacional de Desestatização

PT – Plano de Trabalho

SIN – Sistema Interligado Nacional

SODIURR – Sociedade de Defesa dos Indígenas Unidos do Norte de Roraima

SVS/MS – Secretaria de Vigilância em Saúde/Ministério da Saúde

TC – Termo de Compromisso

TCU – Tribunal de Contas da União

TISM – Terra Indígena São Marcos

TWM – Sociedade para o Desenvolvimento e Qualidade Ambiental dos Povos Taurepang, Wapichana e Macuxi

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

Sumário

INTRODUÇÃO	13
A CHEGADA AO MESPT	13
CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA.....	15
A DICOTOMIA PESQUISADORA-PROFISSIONAL: EM BUSCA DO EQUILÍBRIO METODOLÓGICO	17
1. ENTRE CAMPOS E SERRAS: CARACTERIZAÇÃO E CONTEXTO HISTÓRICO DA TERRA INDÍGENA SÃO MARCOS.....	22
1.1. A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA TERRA INDÍGENA SÃO MARCOS	22
1.2. MACUXI, WAPICHANA E TAUREPANG: POVOS DAS SERRAS E LAVRADOS DE SÃO MARCOS.....	35
2. LINHA DO TEMPO DO PROGRAMA SÃO MARCOS: CONTEXTOS E DESAFIOS	43
2.1. DA DESCONFIANÇA À COLABORAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DO PSM COM OS POVOS DE SÃO MARCOS	43
2.2. PRIMEIRA FASE DO PROGRAMA SÃO MARCOS.....	61
2.3. SEGUNDA FASE DO PROGRAMA SÃO MARCOS	79
2.4. TERCEIRA FASE DO PROGRAMA SÃO MARCOS	93
3. LINHAS DE TRANSMISSÃO EM TERRAS INDÍGENAS: UMA ANÁLISE DA INTERFACE ENTRE DESENVOLVIMENTO, LICENCIAMENTO AMBIENTAL E INTERCULTURALIDADE NO PROGRAMA SÃO MARCOS	111
3.1. A GÊNESE DA LT BRASIL-VENEZUELA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO E DE INTEGRAÇÃO REGIONAL.....	111
3.2. LT BRASIL-VENEZUELA: LICENCIAMENTO AMBIENTAL E QUESTÕES INDÍGENAS	122
3.2.1. Análise crítica do licenciamento ambiental no Brasil.....	122
3.2.2. Analisando o licenciamento ambiental LT Brasil-Venezuela	128
3.3. DESAFIOS REGIONAIS E A INTERLOCUÇÃO COM AS COMUNIDADES INDÍGENAS...	140
3.4. A DESINTRUSÃO DA TI E O SENTIDO DE TERRITORIALIDADE.....	143
3.5. O TRABALHO DAS ASSESSORIAS INDIGENISTAS NO PSM	147
3.6. O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS NO DESENVOLVIMENTO DO PSM	156
3.7. DESAFIOS ATUAIS NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL COM POVOS INDÍGENAS	167
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	177
REFERÊNCIAS	183
ANEXOS	195

INTRODUÇÃO

A chegada ao MESPT

Minha reflexão sobre a atuação profissional como antropóloga em processos de licenciamento ambiental envolvendo comunidades indígenas, seja na regularização de processos antigos ou na avaliação de novos, tem sido uma constante nos últimos anos. Buscando aprimorar minha atuação técnica, com foco nos direitos humanos das comunidades indígenas e tradicionais, e também como pesquisadora, com potencial para contribuir ao debate a partir de minhas experiências, optei por cursar o mestrado profissional no Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT), no qual ingressei no primeiro semestre de 2022.

Considerando que os objetivos e as linhas de pesquisa do MESPT estão alinhados com o ensino das Ciências Sociais, em especial com disciplinas de Sociologia e os itinerários formativos em Ciências Humanas, essa escolha também relaciona-se com minha atuação como professora da Educação Básica, lecionando Sociologia no Ensino Médio para jovens da periferia de Brasília¹.

O fato de as turmas do MESPT serem compostas por profissionais indígenas, quilombolas, membros de outras comunidades tradicionais, além de profissionais que atuam junto a essas comunidades, proporcionou um espaço fértil e singular para o compartilhamento de saberes e trocas extremamente ricas e sensíveis. Para mais, os diálogos realizados no MESPT possibilitaram um aprendizado profundo e foram essenciais para as escolhas teóricas que desenvolvo nesta dissertação.

Ao longo das diversas interações com minhas/meus colegas de mestrado, fui incentivada a refletir e escrever sobre diretrizes de trabalho que respeitem os modos de vida tradicionais e comunitários, promovam uma relação simétrica,

¹ Durante as dinâmicas em sala de aula, muitos alunos e alunas revelam que suas famílias são oriundas de comunidades tradicionais. Em seus depoimentos, relatam que suas famílias migraram para a capital do país em busca de melhores oportunidades de emprego e educação para seus filhos e filhas. No entanto, mantêm muitas das práticas e conhecimentos de suas comunidades de origem, como o uso de plantas medicinais em forma de chás, banhos, lambedores e macerações; cuidados específicos com recém-nascidos e crianças pequenas; práticas e tabus alimentares, como a restrição de “alimentos remosos” em determinados momentos da vida e em situações de adoecimento e puerpério; benzimentos, entre outros.

valorizem os conhecimentos tradicionais e propiciem espaços de escuta ativa, trocas e diálogos. Essas diretrizes devem também destacar o bem-viver das comunidades e outros elementos essenciais para a garantia dos direitos humanos das comunidades tradicionais.

Desde 2007, venho trabalhando em diversos processos concernentes aos povos indígenas. Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo analisar o Programa São Marcos (PSM), criado em 1998 e desenvolvido como medida de prevenção, mitigação e compensação socioambiental pela passagem da LT 230 kV Venezuela - Brasil, na TI São Marcos, habitada pelos povos Macuxi, Wapichana e Taurepang, no estado de Roraima. Ao longo dos anos, o PSM passou por diferentes fases, com a gestão sendo transferida gradualmente para a Associação dos Povos Indígenas da Terra São Marcos (APITSM).

Em meados de 2007, iniciei meu trabalho no PSM e aquela foi a primeira Terra Indígena que conheci; o primeiro trabalho que desenvolvi na Eletronorte como antropóloga, após aprovação em concurso público; a primeira vez que escrevi sobre essa temática. Foi também o local onde desenvolvi tantos trabalhos técnicos com a antropóloga e indigenista Ana Lange, interlocutora generosa, multifacetada e perspicaz, que ocupa um lugar fundamental na minha formação e trajetória. Os encontros e diálogos com as pessoas de São Marcos também foram enriquecedores. Meu maior aprendizado foi e continua sendo com os Macuxi, Wapichana e Taurepang, nas malocas, no lavrado, na sede do PSM em Boa Vista e nas assembleias indígenas, especialmente nas que participei no antigo Centro Macunaíma, o Malocão², e no nosso convívio continuado.

Em relação à minha participação no PSM, estive diretamente envolvida com este de 2007 a 2014, com algumas pausas ao longo desse período. Com as mudanças internas no trabalho, a responsabilidade pelo PSM foi transferida para outra gerência; no entanto, continuei a colaborar indiretamente sempre que solicitada. Desde março de 2023, quando participei de uma reunião na região do Baixo São Marcos, estou novamente envolvida nos trabalhos de apoio ao PSM. Esse trabalho foi fundamental para definir minha trajetória e função como

² A construção do Centro Macunaíma, localizada na região do Alto São Marcos, município de Pacaraima, foi iniciada em julho de 2000, com apoio do PSM. Seus principais arquitetos e construtores foram o Sr. Valcir Peres da maloca Santa Rosa e Gualdino Souza de Sorocaima II. O Malocão foi demolido e no seu lugar está sendo construído um complexo comunitário de alvenaria.

antropóloga no desenvolvimento de projetos de prevenção, mitigação e compensação socioambiental, ocupando, portanto, um lugar muito singular na minha trajetória profissional e como pesquisadora.

Assim, esta dissertação está ancorada e entrelaçada com a minha própria vivência profissional como antropóloga em uma empresa pública (hoje uma empresa privada, concessionária de serviço público). Para isso, revisito meus cadernos de campo, a partir das experiências de observação e participação em reuniões, assembleias, oficinas, entrevistas e conversas informais com indígenas, indigenistas e técnicos(as) de outros órgãos e agências, como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e a própria Eletronorte. Além disso, utilizo como parte da minha pesquisa, documentos públicos e literatura relevante sobre os impactos ambientais e as populações indígenas afetadas.

Assim, como perspectiva metodológica, considero que este é um trabalho no qual os diálogos com outros atores que participaram e participam deste processo são fundamentais, sendo que eu mesma sou uma fonte de informação, uma vez que minha trajetória profissional está intrinsecamente ligada ao tema estudado.

Contextualizando a pesquisa

A expansão do setor elétrico brasileiro nos últimos anos levou ao aumento da implantação de sistemas de transmissão de energia por meio de LTs. De acordo com o Plano Nacional de Energia 2050, há uma projeção de expansão significativa dessas linhas na Amazônia Legal, região que concentra o maior número e extensão de terras indígenas, prevendo-se um aumento tanto no número absoluto quanto na área ocupada por essas infraestruturas (EPE, 2024).

Entretanto, essa ampliação da oferta de energia, confronta-se com a vida de pessoas e outros entes. A expansão do setor hidrelétrico brasileiro apresenta desafios delicados e complexos (Brito, 2017). Historicamente, essas iniciativas são marcadas por conflitos e implicam, muitas vezes, para as populações tradicionais em perdas ou limitações territoriais e ambientais, restrições ao modo de vida e relações comerciais desiguais, especialmente em projetos de hidrelétricas e linhas de transmissão (TNC, 2012).

Nesse contexto, a escolha por desenvolver um estudo nessa área tem o potencial de contribuir para o debate sobre processos de compensação ambiental e a participação das populações indígenas afetadas nas decisões e na gestão de programas de compensação socioambientais em seus territórios. O PSM é um projeto peculiar; desconheço outro no Brasil que envolva ações contínuas (com algumas pausas para repactuação e adequações) de compensação em território indígena atravessado por uma LT, como ocorre em São Marcos.

Esta dissertação tem como objetivo analisar o PSM, programa de compensação socioambiental estabelecido como medida compensatória para a instalação da LT Brasil-Venezuela, conhecida entre os indígenas e regionalmente como "linhão de Guri". A pesquisa está organizada em quatro capítulos e busca articular uma compreensão histórica e contextualizada do PSM com referenciais da Socioantropologia do Desenvolvimento e da literatura sobre licenciamento ambiental, com ênfase no tratamento dispensado às comunidades indígenas.

No primeiro capítulo abordou-se a TI São Marcos, destacando os dispositivos coloniais que moldaram sua origem e trajetória. Por meio dessa análise buscou-se compreender como esses dispositivos impactaram a territorialidade dos povos indígenas da região e como se relacionam com o empreendimento em questão e os instrumentos de compensação socioambiental. Explorar essa história foi fundamental para entender, por exemplo, por que a demanda indígena pela desintrusão do território se tornou uma questão central nesse contexto, sendo considerada pelas comunidades como a ação mais importante dentro do processo de compensação socioambiental.

No segundo capítulo apresenta-se uma descrição histórica e contextualizada das diversas fases do PSM, iniciado em 1998, antes mesmo da normatização e sistematização do componente indígena pela Funai, até os dias atuais. Nessa seção articulou-se a documentação pública relacionada ao processo, entrevistas, anotações de campo, observações das assembleias e referências bibliográficas pertinentes ao tema.

No terceiro capítulo analisou-se a relação entre desenvolvimento,

licenciamento ambiental e interculturalidade na implantação da LT e do PSM na TI São Marcos, abordando-se a gênese do projeto, o licenciamento ambiental no Brasil e o caso específico de São Marcos, explorando o papel dos indigenistas como mediadores no diálogo intercultural. Por fim, discutiu-se a autonomia das comunidades indígenas na defesa de seus direitos, gestão do PSM e participação nas decisões sobre seus territórios.

Nas considerações finais, retomo brevemente alguns pontos abordados ao longo deste trabalho, refletindo sobre estratégias de atuação que possibilitem relações mais simétricas entre comunidades tradicionais afetadas por empreendimentos.

A dicotomia pesquisadora-profissional: em busca do equilíbrio metodológico

A elaboração do percurso metodológico desta pesquisa apresentou desafios particulares, intrinsecamente ligados à minha experiência profissional prévia no PSM. Atuar simultaneamente como profissional envolvida no PSM e pesquisadora tornou a delimitação dos papéis uma questão complexa, gerando dilemas metodológicos e teóricos significativos. Inicialmente, questioneei se seria possível estabelecer uma separação completa entre essas duas esferas, como forma de garantir a objetividade científica. Contudo, à medida que a pesquisa avançava, compreendi que essa relação – entre o papel de antropóloga-profissional e o de antropóloga-pesquisadora – demandava uma abordagem mais nuançada, sustentada por uma vigilância epistemológica constante.

Essa vigilância revelou-se indispensável para reconhecer as influências de minha prática profissional na construção do objeto de pesquisa. Inspirando-me nos preceitos de Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1998), adotei a perspectiva de que a construção científica do objeto exige uma ruptura com as pré-noções socializadas no ambiente de trabalho. A proximidade com o objeto de estudo, decorrente da minha vivência no PSM, evidenciou a necessidade de desnaturalizar meu olhar e situar criticamente meu lugar de enunciação. Esse exercício contínuo não apenas assegurou a legitimidade do trabalho, mas também possibilitou a construção de uma narrativa comprometida com o respeito aos sujeitos envolvidos na pesquisa.

Além das questões epistemológicas, minha trajetória no PSM esteve profundamente marcada por afetos que atravessaram tanto minha vida pessoal quanto profissional. Esses afetos, que moldaram minha percepção sobre os desafios, limitações e potencialidades do trabalho, influenciaram a maneira como me engajei com o campo e com os sujeitos da pesquisa. Reconhecer essas emoções e experiências tornou-se não apenas essencial para o rigor acadêmico, mas também para meu crescimento como profissional e pesquisadora. Nesse sentido, retomo a reflexão sobre afetações no processo etnográfico proposta por Jeanne Favret-Saada (1999), que destaca a importância do “deixar-se afetar” pela experiência do outro.

A escolha pelo MESPT foi essencial para enfrentar os desafios metodológicos inerentes a esta pesquisa. O caráter profissional desse Programa possibilitou uma oportunidade ímpar de articular minha experiência prática no PSM com a produção acadêmica, permitindo uma reflexão profunda sobre os caminhos metodológicos necessários para conciliar meus diferentes papéis.

Simultaneamente, eu era uma profissional que acompanhava de perto o PSM e uma pesquisadora empenhada em desenvolver uma dissertação sobre um programa de compensação socioambiental pelo qual possuo grande apreço. Essa dupla inserção exigiu que eu enfrentasse a complexidade de transitar entre os papéis de pesquisadora e de profissional. A interação entre essas duas esferas demandou um esforço constante de autorreflexão para definir uma metodologia que reconhecesse os desafios desse posicionamento híbrido.

Minha atuação no PSM foi o ponto de partida para as reflexões metodológicas que sustentaram este trabalho. Essa experiência prática forneceu uma base sólida para explorar as complexidades da pesquisa, enriquecendo minha compreensão sobre os desafios do campo. Além disso, apontou caminhos para uma abordagem situada, orientada pelo diálogo constante com os sujeitos do estudo.

Com o avanço da pesquisa, percebi que a combinação dessas perspectivas poderia enriquecer significativamente o estudo, apesar das limitações e tensões presentes. Afinal, para meus interlocutores, que me conheciam principalmente como profissional, tentar dissociar esses papéis seria artificial e pouco produtivo.

Assim, sempre que discutia minha pesquisa com meus interlocutores e interlocutoras, buscava oportunidades para compartilhar minhas observações e reflexões, além de explicar meu papel como estudante de mestrado. A decisão de pesquisar o PSM foi acompanhada pelo compromisso de compartilhar os resultados com os/as representantes da Associação e os/as demais indígenas de São Marcos, apresentando-os(as) em uma assembleia ou em qualquer outro fórum que as comunidades considerassem apropriado. Acredito que essa postura transparente não apenas contribuiu para o desenvolvimento da pesquisa, mas também refletiu um compromisso ético fundamental³.

Um episódio emblemático ocorreu durante a organização dos arquivos da associação. Recordo-me de estar na associação ajudando a organizar os arquivos quando encontrei alguns documentos interessantes sobre a história de São Marcos. Solicitei uma cópia ao presidente da associação, Marcelo Pereira Macuxi, que me perguntou se era para o trabalho ou para a pesquisa. Respondi de pronto: "Para a pesquisa." Ele parou, olhou-me nos olhos e respondeu: "Claro, você pode utilizar." No dia seguinte, enviou-me os documentos escaneados.

Diante da complexidade do objeto de estudo e da minha dupla inserção como profissional e pesquisadora, a reflexividade antropológica se mostrou essencial. Ao analisar criticamente os acontecimentos no campo, pude perceber a influência dessa dualidade tanto nos resultados que aqui apresento quanto no meu próprio desenvolvimento profissional. Essa reflexão constante, além de enriquecer a análise, proporcionou um importante efeito pedagógico para o trabalho que desenvolvo.

A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma metodologia que combinou diferentes técnicas. Inicialmente, foi realizada uma extensa revisão bibliográfica em bancos de dados especializados, teses, dissertações e artigos científicos, com foco na caracterização histórica e contextual da Terra Indígena São Marcos e das diversas fases do PSM.

Para complementar a pesquisa bibliográfica, foram realizadas visitas ao Departamento de Antropologia e ao Núcleo Insikiran de Formação Superior

³ Importante registrar que este trabalho busca estar em consonância com o item 07 do Código de Ética do Antropólogo e da Antropóloga: "direitos dos antropólogos devem estar subordinados aos direitos das populações que são objeto de pesquisa e têm como contrapartida as responsabilidades inerentes ao exercício da atividade científica" (ABA, 2024).

Indígena da UFRR. Em paralelo, foi realizada uma sistematização de documentos relacionados aos processos de licenciamento ambiental da LT Brasil – Venezuela, acessados no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ibama e da Funai. Por fim, o arquivo do Centro de Documentação dos Missionários de Consolata foi consultado para aprofundar a análise histórica e contextual, por meio da consulta a documentos e artigos de jornais.

A pesquisa de campo em Roraima foi desenvolvida em três etapas, com o intuito de aprofundar a imersão no contexto social e ampliar a compreensão das dinâmicas observadas. A primeira etapa ocorreu entre 30 de novembro e 8 de dezembro de 2023, a segunda de 10 a 16 de março de 2024 e a terceira de 23 a 27 de junho de 2024. Privilegiou-se a abordagem etnográfica como principal ferramenta metodológica, combinando observação participante, descrição detalhada do contexto social e registro sistemático das informações coletadas. A fim de complementar os dados etnográficos e aprofundar a análise, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e conversas informais com os participantes da pesquisa, além da análise de documentos relevantes.

Durante as visitas, foram conduzidas entrevistas com oito indígenas (seis homens e duas mulheres), além da entrevista realizada com o missionário da Consolata, irmão Carlo Zacchini. Além disso, foram realizadas visitas às malocas Perdiz, Roça e Boca da Mata, às fazendas Xanadú e Maruai (de criação coletiva de gado) nas etnorregiões do médio e alto São Marcos, e à Fazenda Araguari, que está sob a gestão da Maloca Sabiã. Também participei de duas assembleias indígenas, realizadas nas malocas Boca da Mata e Perdiz.

Em abril, foi conduzida uma roda de conversa em Brasília, contando com a participação de dez indígenas, sendo sete mulheres e três homens. Na mesma ocasião, foram realizadas mais duas entrevistas individuais. Posteriormente, entre julho e setembro de 2024, foram entrevistados seis profissionais (duas mulheres e quatro homens) que trabalharam no PSM, além de um indigenista que atuou na Funai durante a instalação da LT e um indigenista que está atualmente realizando avaliação do PSM.

Cabe destacar a utilização de uma estratégia complementar de coleta de dados: a complementação das entrevistas por meio de mensagens via WhatsApp. Essa abordagem, sugerida por quatro entrevistados, mostrou-se

eficaz por propiciar um ambiente mais flexível e menos intimidador para o compartilhamento de informações. Dois participantes relataram sentir-se mais confortáveis e menos pressionados ao responder ou complementar informações por mensagem de voz, via WhatsApp.

É importante mencionar que, em todas as entrevistas, foi explicado aos participantes o objetivo da conversa, que era o uso das informações para a dissertação de mestrado sobre o PSM. Também foi solicitada autorização para gravar e fotografar, com a garantia de que essas gravações e imagens seriam utilizadas na pesquisa, conforme leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido preparado para este fim (Anexo 1).

A seleção dos entrevistados foi feita com base nas oportunidades surgidas no meu cotidiano de trabalho, especialmente durante os intervalos dos eventos (reuniões, assembleias) e no final da tarde e início da noite.

Para além das fontes primárias e secundárias já mencionadas, esta pesquisa se beneficiou de um conjunto de registros pessoais elaborados ao longo dos anos. Esses registros, que funcionaram como cadernos de campo, incluem anotações de campo, reflexões, descrições etnográficas, transcrições de duas entrevistas realizadas em 2007 e anotações sobre conversas informais com indígenas e profissionais envolvidas/os com o PSM. A perspectiva temporal e reflexiva proporcionada por esse material foi importante na pesquisa.

Nessa trajetória, a abordagem de Favret-Saada (1999) sobre o diário de campo foi particularmente inspiradora. Sua proposta de registros de longo prazo, feitos de forma livre e "caótica", favorecendo a fluidez das informações, estimulou-me a dar uma nova significância aos meus próprios registros. A leitura de Favret-Saada despertou em mim a percepção de que, embora meus registros não tenham sido inicialmente planejados para uma pesquisa acadêmica, eles poderiam ser valiosos para o desenvolvimento deste trabalho. Compreendi, então, que elas poderiam ser integradas à pesquisa. Nesse sentido, esses registros, juntamente com os demais dados e informações, foram essenciais ao longo da escrita da dissertação, permitindo-me captar a riqueza das experiências e afetos que atravessam o campo.

1. Entre campos e serras: caracterização e contexto histórico da Terra Indígena São Marcos

Este capítulo se dedica a uma análise histórica da TI São Marcos, com o objetivo de compreender a influência dos dispositivos coloniais na construção da territorialidade dos povos indígenas da região. Para tanto, serão examinados os processos de esbulho de suas terras, a violência a eles imposta e a instrumentalização desses povos na ocupação das fronteiras pelo Estado brasileiro. Adicionalmente, será apresentada uma caracterização dos povos que habitam a TI São Marcos.

A TI São Marcos, localizada no estado de Roraima, compreende uma área de 654.110 hectares, abrangendo uma região caracterizada pela presença de campos e serras. Oficialmente demarcada em 1976 e homologada pelo Decreto Presidencial nº 312, de 29 de outubro de 1991, destaca-se como a segunda maior terra indígena homologada na região do lavrado, superada apenas pela TI Raposa Serra do Sol.

Um aspecto singular da TI São Marcos é sua intersecção com a BR-174, uma rodovia federal que conecta Manaus a Boa Vista e se estende até a fronteira com a Venezuela, onde se localiza a sede do município de Pacaraima. A criação deste município em 1995, 19 anos após a demarcação da Terra Indígena, representa um evento crucial na intensificação das pressões coloniais sobre o território indígena. A transformação da antiga Vila em sede municipal, impulsionada por políticas de incentivo à colonização e pelo crescimento do núcleo comercial na fronteira, resultou em uma crescente demanda por terras e recursos naturais, exercendo significativa pressão sobre a TI São Marcos. Essa peculiaridade confere a essa TI uma dinâmica única, gerando desafios e oportunidades em relação à gestão territorial e às interações com o entorno.

1.1. A trajetória histórica da Terra Indígena São Marcos

A análise do contexto histórico da Terra Indígena São Marcos exige uma articulação com os conceitos de progresso e modernidade, entrelaçados às

noções de colonização e colonialidade. Essa perspectiva teórica desvela como tais noções moldaram a trajetória da TI São Marcos e de seus povos, delineando o cenário para a implementação do PSM e suas medidas compensatórias.

A ocupação portuguesa do vale do Rio Branco, a partir de meados do século XVIII, esteve intimamente vinculada ao ideal de progresso, que se consolidou como uma poderosa ideologia colonial. Associado à busca pela modernidade e ao fortalecimento do Estado, o progresso orientou as políticas coloniais europeias, impulsionando a expansão territorial e a exploração de novos recursos.

A ideia de progresso, intrinsecamente ligada à noção de desenvolvimento, encontra suas raízes no pensamento iluminista do século XVIII. Entretanto, no contexto colonial, o conceito de progresso assumiu uma conotação específica, servindo como justificativa para a dominação e a exploração de territórios e populações consideradas "atrasadas". Como aponta Rossi (2000) o progresso elevou-se a um lugar central na historiografia da época, representando a crença em uma evolução linear e inevitável da humanidade rumo à felicidade terrena.

Nesse sentido, a ocupação do vale do Rio Branco se insere em um projeto mais amplo de dominação e "civilização", legitimado pela missão de levar o "progresso" às regiões consideradas "selvagens". Essa perspectiva etnocêntrica permitia que a exploração dos recursos naturais e a subjugação dos povos indígenas fossem vistas não como atos de violência e espoliação, mas como etapas necessárias na marcha inexorável da humanidade em direção ao progresso.

No que tange ao reconhecimento das terras indígenas no lavrado de Roraima, Andrello (1998) destaca a singularidade da TI São Marcos. Sua criação remonta à história da colonização do Rio Branco pelos portugueses em meados do século XVIII, evidenciando a longa trajetória de ocupação e resistência desse território.

Diversos pesquisadores (Farage, 1986; Santilli, 1994; Domingues, 2000; Vieira, 2014; Andrello, 1998) destacam que a partir de meados do século XVIII, a Coroa Portuguesa intensificou sua presença na região, buscando uma ocupação mais efetiva que a mera exploração de recursos naturais

anteriormente praticada. Visando assegurar suas fronteiras e consolidar seu domínio, o governo português aumentou a militarização da área, protegendo-a de possíveis invasões holandesas e espanholas, ocupação essa caracterizada por uma intensa estratégia militar para impedir a incursão de potências estrangeiras com possessões nas Guianas, tendo impactado significativamente na territorialidade⁴ dos grupos indígenas.

Essa política de ocupação, marcada pelo pragmatismo típico do iluminismo português da segunda metade do século XVIII, teve como base o ideário pombalino de fortalecimento do poder real, modernização da cultura e reforço do pacto colonial, como analisa Carvalho (1980). O aldeamento forçado e o recrutamento compulsório dos indígenas, utilizados como instrumentos de controle e submissão, ilustram as consequências dessa política colonialista orientada pela noção de progresso e desenvolvimento, gerando impactos e danos significativos na territorialidade e na organização social dos povos originários.

Esse ideal de progresso, portanto, foi instrumentalizado para justificar a empresa colonial portuguesa no vale do Rio Branco e se materializou nas políticas e práticas coloniais, bem como nos discursos dos agentes envolvidos na ocupação da região.

Nádia Farage (1986) oferece uma análise aprofundada do processo de colonização do Rio Branco e do papel estratégico dos povos indígenas nesse contexto. A autora argumenta que a característica marcadamente militar da colonização portuguesa na Amazônia, que visava a ocupação da fronteira e a submissão dos povos nativos, tinha como objetivo primordial a formação de uma barreira humana contra possíveis invasões estrangeiras. Segundo Farage, para os portugueses, "tratava-se neste primeiro momento (...) de formar no Rio Branco uma Barreira contra invasões ao Vale amazônico, mas, note-se, uma barreira humana" (1986, p. 265).

A partir da década de 1770, a Coroa Portuguesa implementou uma estratégia de consolidação da fronteira amazônica através da criação de

aldeamentos⁵ ao longo do Rio Branco, visando estabelecer uma "barreira humana" contra as incursões de espanhóis e holandeses. Influenciados pelas reformas pombalinas, especialmente pelo Diretório dos Índios⁶ de 1758, esses aldeamentos assumiram um caráter secular, diferenciando-se dos demais aldeamentos administrados por missionários no Brasil. A superexploração do trabalho indígena e o controle excessivo sobre a vida cotidiana e a organização social dos indígenas eram características marcantes do contexto amazônico, incluindo a região do Rio Branco e o cotidiano dos aldeamentos em particular.

A cooptação de lideranças indígenas, denominadas "principais", constituiu-se em uma ferramenta essencial nesse processo de colonização, instrumentalizando a autoridade tradicional para fins de dominação (Farage, 1986, p. 63). A intensificação da violência e da exploração desencadeou uma série de revoltas indígenas nos aldeamentos do Rio Branco, culminando em fugas em massa como forma de resistência à opressão colonial. Esse quadro evidencia as contradições inerentes ao projeto colonial que, sob o discurso de integração e civilização, submetia os povos indígenas a condições de exploração e subordinação.

Diante da intensificação dos conflitos e do êxodo indígena nos aldeamentos do Rio Branco, o governador local recomendou, em 1782, uma ação militar para reprimir os rebeldes. Contudo, o governo colonial em Lisboa reconheceu que, para conter a resistência indígena e mitigar o crescente esvaziamento dos aldeamentos, era essencial orientar os militares a adotarem uma postura de "moderação" em relação à pressão sobre os indígenas, além de conceder anistia aos insurgentes. Essa posição prevaleceu, e, em 1784, o perdão real aos insurgentes foi anunciado publicamente.

⁵ A exploração do trabalho indígena foi central na colonização da Amazônia. Portugal utilizou os aldeamentos indígenas como reservatório de mão de obra para atender aos interesses da administração colonial, da Igreja e dos colonos.

⁶ Em 1757, o governador do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, elaborou o Diretório dos Índios, homologado pelo Rei Dom José I em 1758, que visava modificar a administração das populações indígenas nos estados do Pará e Maranhão. Conhecido como Diretório dos Índios, o documento transferiu o poder de administração dos indígenas dos religiosos da Companhia de Jesus para autoridades laicas, os diretores, com o objetivo de otimizar a utilização da mão de obra indígena e integrá-los como vassallos do rei (LOPES, 2005, p. 77). Buscava-se criar "um estrato camponês ameríndio integrado na economia de mercado como assalariado e, simultaneamente, transformando-os em agentes da colonização portuguesa no Norte do Brasil" (Domingues, 2000, p. 68).

A reorganização dos aldeamentos, realizada nos três anos subsequentes, inicialmente atendeu aos objetivos da administração colonial. Entretanto, a imposição da sedentarização, o aumento da população, a diversidade étnica nos aldeamentos e a imposição de padrões de comportamento, juntamente com as privações materiais, doenças e escassez de alimentos, geraram tensões constantes. Essas condições precárias de vida evidenciaram a fragilidade do sistema de aldeamento e a dificuldade de submeter os povos indígenas aos projetos coloniais, revelando a persistente resistência indígena à dominação. Os fatores mencionados contribuíram para a “construção de um quadro de extrema miséria e opressão vivido pelos índios aldeados. Em novembro de 1787, todos os aldeamentos enfrentavam a fome, e em pelo menos dois deles, a presença de doenças, possivelmente tuberculose, era evidente” (Farage, 1986, p. 296).

Em 1790, um novo levante indígena irrompeu na região do Rio Branco, desencadeado pelo assassinato de um soldado por um líder Macuxi; esse “ato solitário” teve um efeito multiplicador, mobilizando rapidamente a população aldeada em torno do forte (Farage, 1986, p. 335).

A resposta do governo colonial foi violenta, com ordens de captura dos fugitivos e a dispersão forçada dos indígenas por várias localidades da capitania. Como resultado, exceto pela aldeia de Nossa Senhora do Carmo, os aldeamentos ao longo do Rio Branco foram completamente evacuados, e sua população foi meticulosamente dispersa por distantes povoados. Os 16 “principais” foram enviados a Barcelos e áreas próximas, provavelmente devido à facilidade de controle que isso proporcionava (Farage, 1986, p. 339).

No final do século XVIII, a Coroa Portuguesa abandonou a política de aldeamentos, adotando a pecuária como nova estratégia de ocupação da região. Essa área era de particular preocupação para os colonizadores, dada sua proximidade com as colônias espanhola e holandesa. Sob a ótica dos colonizadores, a região dos campos do Alto Rio Branco apresentava características favoráveis para a introdução de gado, devido às suas pastagens

naturais. Assim, foram estabelecidas três fazendas reais⁷: a Fazenda do Rei (São José), São Bento e São Marcos.

É importante destacar que os limites da antiga Fazenda Nacional de São Marcos coincidem exatamente com os da atual terra indígena, evidenciando a continuidade histórica tanto da ocupação do território pelos Macuxi, Taurepang e Wapichana, quanto dos dispositivos coloniais que visavam docilizá-los.

Assim, a ocupação e povoamento da região do Rio Branco ocorreram, primeiramente, nas áreas de campos gerais, densamente habitadas por grupos indígenas diversos que constituíam a base da mão-de-obra disponível, e onde foram criadas as primeiras unidades produtivas com base na pecuária extensiva (Monteiro, 1991, p. 10).

No final do século XIX, em meio às disputas territoriais que marcaram a formação das fronteiras amazônicas, o Estado brasileiro estabeleceu, em 1878, os limites das "fazendas nacionais" na região do Rio Branco. Administradas pelo Ministério da Fazenda, essas propriedades assumiram um papel geopolítico estratégico na consolidação da soberania brasileira na fronteira com a Venezuela e a Guiana. No entanto, a despeito da importância geopolítica, as fazendas enfrentavam constantes invasões e saques de seus rebanhos, ao mesmo tempo em que a elite local pressionava pela sua conversão em propriedades privadas, visando o aproveitamento econômico particular. Esse cenário evidencia as tensões e conflitos inerentes ao processo de ocupação e controle de territórios fronteiriços, marcado por interesses divergentes e disputas pelo acesso à terra e aos recursos.

A narrativa disseminada na região, que apregoava uma convivência pacífica entre indígenas e não indígenas, mascarava um processo histórico de

⁷ Sobre a criação das fazendas, Andreello (1998) pontua que em 1787, Manoel da Gama Lobo D'Almada, governador da capitania de São José do Rio Negro, introduziu as primeiras cabeças de gado no Rio Branco, criando assim a Fazenda do Rei. Posteriormente, foram instaladas duas outras fazendas em datas imprecisas: São Marcos, fundada pelo Capitão Nicoláo de Sá Sarmento, ex-comandante da fortaleza de São Joaquim, e São Bento, pertencente a José Antonio Évora, um dos comerciantes mais ricos da capitania de São José do Rio Negro no final do século. Após a morte do Capitão Sá Sarmento, que não deixou herdeiros, e a falência da família Évora, as terras das fazendas São Marcos e São Bento passaram para o domínio do Estado. As terras da Fazenda São Bento foram leiloadas, mas não encontraram compradores. "Embora as fontes disponíveis relativas a esta questão não permitam uma datação precisa, indicam que certamente o Estado estaria em poder dessas terras já na primeira metade do século XIX" (Andreello, 1998, p. 5).

violência. A criação das fazendas nacionais e a posterior expansão das fazendas particulares intensificaram a expulsão das populações indígenas de seus territórios tradicionais, conforme demonstrado por Vieira (2003). Essa construção ideológica de uma convivência harmoniosa serve para obscurecer a realidade de conflitos e desigualdades que marcaram a ocupação da região. Com seus territórios fragmentados e reduzidos, os povos indígenas foram empurrados para as cabeceiras dos rios e as fronteiras com a Venezuela e a Guiana. Esse processo acarretou profundas implicações negativas sobre os modos de vida e a organização social desses povos, comprometendo a sua reprodução física e cultural.

O período republicano foi marcado por descompassos e desacordos entre a União e o Governo do Amazonas⁸ em relação à gestão das fazendas nacionais no Rio Branco. Enquanto a União buscava manter o controle sobre essas propriedades estratégicas para a proteção das fronteiras, o Governo do Amazonas, considerando-as terras devolutas, passou a emitir títulos de propriedade e a vendê-las a partir de 1900. Essa divergência de interesses culminou em uma série de litígios envolvendo a União, o Governo do Amazonas, invasores, posseiros, proprietários vizinhos e arrendatários, evidenciando a complexidade da questão fundiária na região fronteira (Monteiro, 1991, p. 9).

A definição oficial dos limites fronteiros da Guiana⁹, em 1904, marcou uma mudança significativa na política fundiária do Brasil em relação às fazendas nacionais no Rio Branco. A partir desse momento, a preservação dessas terras perdeu força, dando lugar à intensificação da privatização e à consequente marginalização das populações indígenas. Essa guinada na política fundiária revela uma profunda contradição: durante o processo de arbitragem que definiu

⁸ Roraima fez parte do Amazonas até 1943, quando se tornou o Território Federal do Rio Branco. Em 1962, passou a se chamar Território Federal de Roraima e, em 1988, foi elevado à categoria de estado.

⁹ Sobre o litígio com a Guiana a antropóloga Maria Elizabeth Monteiro destaca-se que “foi também durante esse período que teve início o litígio entre Inglaterra e Brasil com relação a uma área a leste do Rio Tacutu. O grande número de índios naturais dessa região propiciava um acirramento de posições de ambas as partes. O interesse dos ingleses em território brasileiro, além do aspecto da riqueza do solo, levava em conta, ainda, a quantidade de mão-de-obra indígena. O desfecho da questão se deu nos primeiros anos deste século, quando foi concedida à Guiana Inglesa uma saída fluvial para o Amazonas, dividindo a área litigiosa do Pirara entre os dois contendores” (Monteiro, 1991, p. 9).

as fronteiras entre o Brasil e a Guiana Inglesa, o governo brasileiro argumentou que a presença significativa de comunidades indígenas na região comprovava sua ocupação e, portanto, seus direitos sobre o território.

Contudo, na prática, a política fundiária adotada pelo próprio governo contribuiu para a expropriação e marginalização dessas mesmas populações indígenas, cuja presença que deveria ser reconhecida como um elemento legitimador de direitos, foi, na verdade, instrumentalizada para fins geopolíticos. Essa dualidade revela como as decisões políticas e as dinâmicas territoriais não apenas moldaram as relações entre os entes federativos, mas também tiveram um impacto profundo sobre as comunidades indígenas, comprometendo sua autonomia e seus direitos em um contexto de crescente exploração econômica e territorial.

(...) são os índios das tribus Macuxy e Uapixana os únicos trabalhadores rurais e braçais da região. Já nas culturas, já nas campeadas, já nas lutas contra as cachoeiras, que, cerco disse, retardam e dificultam o desenvolvimento daquela zona, são os índios dessas tribus, repito, que trazem seu esforço e a sua coragem ao civilizado que os explora, os despreza, os maltrata, apesar de facilitarem ao civilizado alimentação, que este não produz, e oferecem-lhe valor, que também não possuem" (Monteiro 1991, p. 5 *apud* Bandeira, 1919 p.112)

Ao longo do século XX, a gestão das fazendas nacionais, inicialmente sob a responsabilidade do Ministério da Fazenda, passou por diversas mudanças. Em 1909, a administração foi transferida para o Ministério da Agricultura e, em 1912, para o Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Segundo Elizabeth Monteiro (1991), ao assumir essa responsabilidade, o SPI constatou a presença expressiva de grupos indígenas na região, além de frequentes invasões e um clima de tensão com fazendeiros locais. Diante desse cenário, em 1914, o inspetor do SPI para o Amazonas e Acre, Bento Pereira de Lemos, enfatizou, em um relatório oficial, a urgência da demarcação das fazendas como medida fundamental para a proteção tanto do território quanto das populações indígenas que ali habitavam.

Esse mesmo inspetor, em quase todos os seus relatórios, chamava a atenção para a atuação do Estado do Amazonas no processo de invasão das terras da União. Em relatório referente ao ano de 1920, apresentado à diretoria do SPI, Bento de Lemos volta a denunciar as especulações que estavam sendo feitas,

com a conivência do governo estadual, com as terras das fazendas nacionais. (Monteiro, 1991, p. 16).

O esforço de Bento Pereira de Lemos para abordar a questão da invasão das terras é destacado por diversos pesquisadores (Andrello, 1998; Monteiro, 1991). Ele fez várias denúncias às autoridades, apresentando documentação que evidenciava abusos, além de posse e compra ilegal de terras por empresas comerciais. No entanto, apesar de seu empenho, as denúncias de Lemos não resultaram em ações efetivas, e as práticas do Governo do Amazonas em relação à emissão de títulos no Rio Branco, embora juridicamente infundadas, continuaram nos anos subsequentes.

Apesar do empenho do Inspetor do SPI, o governo do Amazonas publicaria a 22 de dezembro de 1920, em Diário Oficial, uma sentença que mandava expedir título definitivo de posse da fazenda Flechal à firma comercial J. G. Araújo e Cia. de Manaus. Nos anos seguintes, de modo surpreendente, esta firma comercial passa a mover ações contra a União na Justiça do Amazonas alegando esbulho da fazenda Flechal por parte de administradores da S. Marcos (Andrello, 1998, p. 9-10).

Não obstante os conflitos e desafios enfrentados, o SPI persistiu na administração da Fazenda São Marcos. Entre as diversas ações implementadas, entre os anos de 1915 e 1940, destacam-se a demarcação da fazenda, a prestação de serviços de saúde, a criação de uma escola agrícola indígena e o aprimoramento das infraestruturas existentes. A maior parte dos esforços centraram-se no estabelecimento de colônias agrícolas, proporcionando aos povos Taurepang, Macuxi e Wapichana uma ocupação territorial própria e integrando-os à sociedade nacional como 'úteis trabalhadores', conforme assinalado por Monteiro (1991, p. 18): "A concepção dos indígenas como massa de trabalhadores era uma constante entre os administradores da fazenda, sendo o produto das roças dos índios consumido também pelos funcionários do SPI"

A partir da década de 1930, a atuação do SPI na administração e fiscalização da Fazenda São Marcos entrou em declínio, agravando a vulnerabilidade do território às pressões territoriais e o saqueamento do gado. Até a extinção do SPI, em 1967, essa situação não se alterou. A partir desse período, "o engajamento da mão de obra indígena nas fazendas e o

estabelecimento de relações de opressão com pecuaristas [se tornaram] a tônica da história indígena local" (Andrello, 1998, p. 14).

A pressão exercida pelo governo local, fazendeiros e grileiros foi acentuada pela invasão de garimpeiros, que intensificou a crise nas TIs. Vieira (2003) ressaltava que um documento do SPI de 1949 já apontava o crescimento da exploração de garimpo na região como fator de intensificação do contato interétnico e de um declínio demográfico das populações indígenas. Esse contato, marcado pela assimetria de poder e pela ausência de políticas públicas eficazes de proteção às comunidades indígenas, resultou em uma série de impactos negativos, como fome, infecções respiratórias, doenças sexualmente transmissíveis, alcoolismo e violência sexual.

A extinção do SPI e a subsequente criação da Funai, em 1967, marcaram um período de mudanças na política indigenista brasileira e nas suas administrações. No caso da área do Rio Branco, a antiga Ajudância São Marcos passou por uma série de transformações institucionais que refletiram as novas diretrizes da Funai. Em 1969, a fazenda São Marcos foi convertida em "Colônia Indígena Agropecuária de São Marcos", subordinada inicialmente à 7ª Delegacia Regional e, no ano seguinte, à 1ª Delegacia da Funai em Manaus. Essa mudança, embora pareça meramente administrativa, carregava em si a ambiguidade da política indigenista da época, que oscilava entre a integração e a proteção dos povos indígenas.

Em 1972 foi criada a Ajudância Autônoma de Boa Vista, incorporando São Marcos e garantindo "aos índios que ali habitavam posse permanente e usufruto exclusivo dos recursos naturais e utilidades nela existentes. Note-se que, apesar da introdução da expressão colônia, permanecia a fazenda São Marcos sendo de usufruto exclusivo dos grupos indígenas residentes" (Andrello, 1998, p. 14).

É importante pontuar que a permanência da denominação "fazenda" e a ênfase na agropecuária revelavam a persistência de um modelo assimilacionista que buscava integrar os indígenas à sociedade nacional por meio da agricultura.

Esse período foi marcado por intensas pressões sobre o território indígena de São Marcos. A construção da BR-174 cortou São Marcos e o território Waimiri Atroari, abrindo caminho para a ocupação não indígena e intensificando os

conflitos fundiários na região. Diante disso, em 1973, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), por meio da comissão de discriminação de terras devolutas, publicou um edital afetando grande parte das terras de São Marcos, incentivando a apresentação de títulos de posse por proprietários não indígenas, colocando em risco a posse permanente dos indígenas sobre seu território tradicional.

Em novembro de 1973, após atuação da Procuradoria da Funai, o Incra reconheceu a dominilidade da Funai sobre a "Fazenda Nacional de São Marcos". Em fevereiro de 1974, a Funai alterou a denominação da área para "Colônia Agrícola Indígena de São Marcos". Essa mudança, aparentemente sutil, abria caminho para a legalização de posses particulares e para a classificação dos indígenas como aculturados, o que poderia comprometer a garantia da posse indígena sobre o território.

Em 1974, a Presidência da Funai tentou alterar, sem sucesso, o nome da área para "Colônia Agrícola Indígena"¹⁰, com o objetivo explícito de legitimar a presença de não-indígenas no território e facilitar a grilagem de terras, caracterizando a região como uma área de exploração agropecuária onde convivem "tribos aculturadas e membros da comunidade nacional". Assim, verificou-se uma tentativa de legitimar a exploração das terras indígenas e, conseqüentemente, de forçar a expulsão dos povos originários de seu território.

Em junho de 1975, uma nova portaria revogou a mudança anterior, e a área voltou a ser denominada "Colônia Indígena Agropecuária de São Marcos" até 1990, quando recebeu a designação de Área Indígena: "essa terra indígena ficou chamando Colônia Indígena Agropecuária de São Marcos até 1990, quando finalmente a Portaria 1145 de 22/11 atribuiu-lhe o nome de Área Indígena" (Andrello, 1998, p.15).

Além disso, no final da década de 1980, o Conselho de Segurança Nacional, por meio do Projeto Calha Norte, intensificou a ingerência sobre a política indigenista, buscando integrar as terras indígenas à dinâmica nacional, conforme demonstrado por Aguiar (2011). A TI São Marcos, que à época ainda

¹⁰ A alteração da Colônia Indígena Agropecuária de São Marcos só foi alterada em 1990, quando passou a se chamar "Área Indígena".

mantinha a denominação de "colônia" e abrigava a crescente vila de Pacaraima em seus limites, "era a mais forte candidata" à integração, devido à sua localização estratégica na fronteira com a Venezuela e à presença da vila em seu território.

Os levantamentos fundiários dos ocupantes não-indígenas ocorreram em 1979 e 1994. Ambos se concentraram nas posses rurais, sem incluir as ocupações na Vila Pacaraima. Em 1979, foi contabilizado 47 fazendas de gado, número que caiu para 45 em 1994. As invasões, classificadas como "posseiros" em 1979 e "sítios" em 1994, passaram de 44 para 61, indicando um aumento de quase 50% na parte norte da área. Com isso, o total de invasões cadastradas cresceu de 91 em 1979 para 106 em 1995. As invasões podem ser divididas em duas frentes: uma, iniciada no final do século XIX, focada na pecuária nos rios Parimé e Surumu; e outra, a partir da década de 70, impulsionada pela abertura da BR-174, com a instalação de posseiros agrícolas. Ambas contaram com o apoio dos poderes públicos estaduais, sendo a primeira relacionada ao estado do Amazonas e a segunda ao ex-Território Federal de Roraima (Andrello, 1998).

A transformação da Vila de Pacaraima em município em 1995, intensificou a pressão sobre a terra indígena, com o incentivo oficial à colonização e o crescimento do núcleo comercial na fronteira com a Venezuela: "rizicultores e seus aliados passaram a constituir o poder local como um instrumento contra os índios e o então governador Ottomar de Souza Pinto buscou legitimar a permanência dos invasores, propondo a divisão da área ao longo da rodovia" (Aguiar, 2011, p.168).

A despeito das transformações políticas e sociais que marcaram o fim do período colonial, o controle estatal sobre as terras indígenas persistiu, adaptando-se às novas configurações de poder e reproduzindo dinâmicas de subordinação. Essa persistência evidenciou a transição do colonialismo para a colonialidade – conceito fundamental para a análise das relações de poder, especialmente no contexto da interação entre o Estado e os povos indígenas. As teorias da rede colonialidade-modernidade oferecem ferramentas conceituais valiosas, permitindo perceber as relações de poder que se estabelecem entre os povos indígenas e a sociedade envolvente:

A América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira *id-entidade* da modernidade. Dois processos históricos convergiram e se associaram na produção do referido espaço/tempo e estabeleceram-se como os dois eixos fundamentais do novo padrão de poder. Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, conseqüentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial (Quijano, 2005, p. 117).

Segundo Quijano (2005) a colonialidade não se restringe à esfera política ou econômica, mas permeia todas as dimensões da vida social, perpetuando hierarquias e desigualdades. Os dispositivos coloniais, que se enraízam em práticas e estruturas de poder colonial, operam de forma a restringir a autonomia e a autodeterminação dos povos indígenas. A Terra Indígena São Marcos, habitada pelos povos Wapichana, Tauperang e Macuxi, ilustra com clareza essa problemática.

A atuação estatal na TI São Marcos, materializada em diversas práticas administrativas ao longo do tempo, revela a persistência de uma lógica colonialista e colonial que restringe a autonomia dos povos indígenas sobre seus territórios e modos de vida. Essa dinâmica histórica se estendeu ao longo do tempo e se manifestou nas duas ondas de invasões e esbulhos que marcaram a trajetória da TI São Marcos: a primeira, de caráter pecuarista e fluvial, e a segunda, agrícola e rodoviária, ambas fomentadas pelos governos locais e pela União. A exclusão de 1000 hectares da TI em 1975 para a implantação de um Pelotão de Fronteira do Exército Brasileiro ilustra a subordinação dos interesses indígenas à atuação estatal, reforçando a permanência de práticas coloniais (Santilli, 2001).

A história da TI São Marcos, desde o período colonial, é marcada por um complexo processo de reconhecimento e deslegitimação de direitos territoriais. Para além das tentativas de dominação e apropriação do território, observam-se

esforços sistemáticos e violentos para transformar os indígenas em "caboclos", integrá-los à sociedade envolvente e utilizá-los como mão de obra barata nas fazendas de gado que invadiram a própria terra indígena.

Nesse contexto, a afirmação de Andrello (1998, p. 4) de que "São Marcos talvez seja o exemplo mais ilustrativo da paradoxal distância que vai entre o reconhecimento oficial por parte do Governo Federal e as práticas vigentes do Governo e da sociedade roraimenses" se mostra particularmente relevante. Essa "paradoxal distância" se manifesta na tensão entre o reconhecimento formal dos direitos territoriais dos povos indígenas de São Marcos e a persistência de práticas que visam à negação desses direitos.

1.2. Macuxi, Wapichana e Taurepang: povos das serras e lavrados de São Marcos

O estudo realizado pelo antropólogo Geraldo Andrello (1998), que integrou o componente indígena da LT Brasil-Venezuela, constatou a presença de 28 malocas¹¹ e uma população total de 2.703 pessoas na TI São Marcos, à época, a terra indígena encontrava-se dividida em 2 etnorregiões¹²: Alto e Baixo São Marcos.

Atualmente a TI São Marcos está subdividida em três etnorregiões distintas: Alto São Marcos, Médio São Marcos e Baixo São Marcos, as quais podem ser visualizadas no mapa abaixo, e nos mapas da TI e das três etnorregiões (Anexo 2, 3, 4, 5).

A Terra Indígena São Marcos é atravessada pelos rios Rupununi, Parima e Uraricoera, e abriga uma rica diversidade de ecossistemas, que incluem campos limpos, florestas e rios. Embora o lavrado, com suas extensas áreas de savana, represente a fitofisionomia predominante — correspondendo a

¹¹ Os indígenas de São Marcos utilizam o termo "maloca" para designar suas comunidades. Considerando a importância de respeitar a autodeterminação e a cultura indígena, adotaremos essa nomenclatura em todo o trabalho.

¹² A subdivisão da TI São Marcos em etnorregiões representa uma estratégia de gestão territorial elaborada e implementada pelas próprias comunidades indígenas, reflexo de suas práticas e modos de existência específicos no território. A partir dessa divisão, as particularidades e necessidades de cada etnorregião são consideradas de forma mais efetiva, contribuindo para uma gestão mais adequada e representativa do território.

aproximadamente 50% da área total, sendo 21,59% de savana estépica e 29,41% de savana — a TI também apresenta significativas áreas de contato, como savana-floresta estacional (5,68%), savana-formações pioneiras (24,43%) e floresta ombrófila densa (18,89%). Essa variedade de ecossistemas forma um mosaico de paisagens que se estende por um vasto território, incluindo áreas da TI Raposa Serra do Sol (ISA, 2024; Buenafuente, Galdino, Barbosa, 2024).

Inserida nesse contexto, a TI abriga comunidades indígenas que mantêm um sistema produtivo tradicional, baseado na economia de subsistência, com práticas de agricultura, criação extensiva de gado e extrativismo vegetal e animal. As famílias indígenas, demonstrando profundo conhecimento do ambiente e de seus recursos, cultivam suas roças em áreas próximas às suas casas, geralmente localizadas em ilhas de mata, encostas de serras ou áreas de lavrado. Essa diversidade de ambientes explorados para a subsistência evidencia a complexa relação entre as comunidades indígenas e o ecossistema do Lavrado, com suas peculiaridades e potencialidades (Pinho, Nascimento, Barbosa, 2021; Buenafuente, Galdino, Barbosa, 2024).

O Lavrado de Roraima, reconhecido como a mais extensa área contínua de savanas no extremo norte da Amazônia brasileira, constitui um ecossistema singular, caracterizado por suas especificidades fisionômicas e ecológicas. A presença de áreas de floresta ombrófila densa na TI São Marcos, em meio à predominância do lavrado, ressalta a importância dessa região para a conservação da biodiversidade local, servindo como um refúgio para espécies típicas de formações florestais em um contexto de savana. Essa diversidade ecológica e ambiental é influenciada pela variação na hidrografia e nos tipos de vegetação. Galdino (2017) descreve as diferentes fitofisionomias presentes nas etnorregiões que compõem a área:

- Alto São Marcos: Localizada na porção nordeste-sudeste da bacia do Rio Uraricoera, com ênfase nos rios Surumú e Paricarana, esta etnorregião é caracterizada pela presença de Floresta Ombrófila Densa, Savana Estépica Arbórea, Savana Graminosa e Floresta Estacional. A ocorrência da Floresta Ombrófila Densa nessa região é especialmente significativa, uma vez que representa um enclave florestal em meio ao domínio das

savanas, contribuindo consideravelmente para a riqueza de espécies da TI São Marcos.

- Médio São Marcos: Também situada na porção nordeste-sudeste da bacia do Rio Uraricoera, mas com foco nos rios Surumú, Parimé e Maruwai, essa etnorregião é caracterizada pela Savana Graminosa, Floresta Estacional e Floresta Ombrófila. A coexistência de diferentes tipos florestais com a Savana Graminosa sugere a presença de um mosaico de habitats, promovendo, assim, uma alta diversidade de espécies.
- Baixo São Marcos: Abrangendo a porção nordeste-sudeste da bacia do Rio Uraricoera, com destaque para os rios Uraricoera, Tacutú, Surumú e Parimé, esta etnorregião é marcada pela Savana Graminosa e Floresta Ombrófila Aluvial. A Floresta Ombrófila Aluvial, associada aos cursos d'água, desempenha um papel fundamental na manutenção da qualidade da água e na conectividade entre os diversos ecossistemas da TI São Marcos.

A Terra Indígena São Marcos apresenta uma diversidade étnica, com a presença de Macuxi, Wapichana e Taurepang, distribuídos de forma heterogênea nas diferentes regiões. Os Macuxi estão presentes em todas as regiões, enquanto os Wapichana se concentram no Alto e no Baixo São Marcos, e os Taurepang habitam o Alto São Marcos. A maioria das malocas possui uma composição mista, incorporando membros de diferentes etnias, o que indica uma interação e convivência entre os diferentes grupos indígenas. Essa organização das etnias no território é semelhante ao que foi observado por Geraldo Andrello (1998).

A população Wapixana concentra-se majoritariamente na porção sul e central, enquanto a população Taurepang está exclusivamente localizada na porção norte. Os Macuxi, que representam mais de 60% de toda a população, encontram-se dispersos por toda a área. Há um índice elevado de intercassamentos entre Macuxi e Wapixana, seguido por um número menor de intercassamentos entre Macuxi e Taurepang. As uniões entre Wapixana e Taurepang são raríssimas, certamente devido ao afastamento geográfico. Pode-se, portanto, perceber suas parcelas etnicamente diferenciadas (Andrello, 1998, p. 28).

Os Macuxi, Wapichana e Taurepang são remanescentes de uma diversidade de populações muito maior, conforme evidenciado pelas fontes do século XVIII relativas ao vale do alto Rio Branco. Apesar da intensificação da colonização ao longo do século XIX, mantiveram, desde o final do século XVIII, uma ocupação territorial bastante semelhante à descrita por viajantes e missões anteriores (Andrello, 1998; Farage e Santilli, 2001). No início do século XX, o etnólogo alemão Theodor Koch-Grünberg *apud* Andrello (1998, p. 22) fez um importante registro sobre a ocupação territorial desses três povos, conforme segue:

Macuxi: seu território principal se encontra como na época de seu primeiro contato com os europeus, desde fins do século XVIII, entre o Tacutu, seu afluente direito, o Mahú ou Ireng e o Rupununi, o grande afluente esquerdo do alto Essequibo, no território fronteiriço entre o Brasil e a Guiana Inglesa (...). Desde aí se estendem pelo oeste-noroeste até o Cotingo e mais adiante em povoações isoladas por ambas as margens do Surumu e pelo sul deste na savana ondulada até a região do alto Parimé-Maruai ao lado dos Wapixana;

Wapixana: ocupam um vasto território compreendido desde o Rio Rupununi, na Guiana Inglesa, a leste, estendendo-se, a oeste, até o Rio Cauamé e baixo Rio Uraricoera. A norte, seu território limitar-se-ia no baixo Rio Cotingo; e

Taurepáng: estão localizados na região do alto Surumu, ocupando, em direção nordeste, toda a região de fronteira com a Venezuela até o monte Roraima, e, a sudoeste, o curso superior dos Rios Parimé e Amajari até a ilha de Maracá, no Rio Uraricoera.

Historicamente, os territórios desses povos se interligavam, formando uma extensa área que abrangia não somente a região de campos e serras de Roraima, mas também porções significativas da Guiana e da Venezuela, configurando um contínuo cultural e geográfico. No contexto da TI São Marcos, observa-se uma distribuição espacial diferenciada entre esses povos: Macuxi e Wapichana ocupam, majoritariamente, as áreas abertas do lavrado, enquanto os Taurepang se concentram em algumas aldeias na serra de Pacaraima, próximas à fronteira com a Venezuela (Andrello, 1998; Farage e Santilli, 2001).

Essa especificidade na ocupação do espaço evidencia aspectos ambientais, ecológicos, históricos e socioculturais relevantes para a compreensão da dinâmica territorial da TI São Marcos. Vale salientar que a

localização dessa no coração desse território historicamente compartilhado acentua a importância de se considerar a complexa interação entre os diferentes povos na construção da identidade e na gestão do território.

Ao analisar a dinâmica social dos Macuxi, Taurepang e Wapichana, Andrello (1998) identifica elementos cruciais para a compreensão de sua organização social, relações de reciprocidade e territorialidade. O sistema social desses povos caracteriza-se por um alto grau de dispersão, com aldeias localizadas principalmente nas margens de cursos d'água, o que evidencia a importância dos recursos hídricos para sua subsistência e a busca por certa autonomia entre os grupos locais. O território, por sua vez, é visto como um espaço sagrado, repleto de seres sobrenaturais, e o conhecimento sobre ele é profundo e detalhado, demonstrando a estreita relação entre esses povos e o ambiente em que vivem.

A tendência à uxorilocalidade, prática em que o homem se transfere para a aldeia da esposa após o casamento, desempenha um papel significativo na dinâmica das aldeias, influenciando a formação e a dissolução de grupos locais em estreita relação com as alianças matrimoniais. O casamento entre primos cruzados, por sua vez, fortalece os vínculos entre as famílias e contribui para a estabilidade dos grupos locais.

A organização social dos Macuxi, Taurepang e Wapichana constitui um sistema complexo e interdependente, no qual aspectos territoriais, relações de parentesco e alianças matrimoniais se articulam para garantir a coesão social, a reprodução cultural e a adaptação ao ambiente. Essa resiliência não apenas ressalta a força de seus sistemas socioculturais, mas também evidencia a relevância das relações sociais e territoriais na construção de suas identidades.

Hoje, depois de muita luta, luta que já contabiliza mais de 500 anos, os Makuxis podem olhar com firmeza para o futuro. Porém, quando fazem isso, com a mesma firmeza, ainda ouvem os lamentos dos ancestrais e a agonia da história recente. Doenças, assassinatos, violências de todos os tipos e humilhações continuam ecoando na memória. Quando o índio Makuxi dos dias atuais olha com firmeza, o futuro surge, turvo, mas surge. Essas mesmas passagens memoriais e sensitivas refletem no futuro, tão dolorosas quanto quando a atual política global continua a ameaçar a pouca conquista desse e de todos os povos originários do Brasil, assunto ao qual não vamos nos

deter, pois já nos basta imaginar. Embora viver na expectativa de um futuro incerto ainda seja viver, essencialmente, os Makuxis perpetuam-se (Esbell, 2014, p. 16).

Os dados do Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2024) revelam um cenário de crescimento populacional significativo na Terra Indígena São Marcos nas últimas décadas. A TI abriga atualmente aproximadamente 10.328 habitantes, distribuídos em 49 malocas. Esse número representa um aumento substancial em relação aos 4.945 habitantes registrados em 2010. Essa evolução demográfica não apenas reflete o aumento da população, mas também indica uma dinâmica social e cultural em constante transformação dentro da comunidade.

Esse aumento é atribuído pelos próprios indígenas, em parte, à migração de indígenas venezuelanos, especialmente para a região do Alto São Marcos. A análise demográfica da TI indica uma população jovem, com média de idade de 19 anos, e uma leve predominância masculina (razão de 104,41 homens para cada 100 mulheres). Além disso, observa-se 15,25% na proporção de idosos (população com mais de 60 anos).

O último Censo populacional realizado pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Leste de Roraima, em dezembro de 2023, também coletou dados demográficos, sociais e de saúde das populações indígenas e revelou a seguinte distribuição populacional nas 49 malocas da TI São Marcos:

Quadro 1 – População e composição familiar Terra Indígena São Marcos

Malocas	Etnia	População	Nº de Famílias
Alto São Marcos			
1. Aleluia	Macuxi	60	9
2. Arai	Macuxi, Wapichana	121	30
3. Bananal	Macuxi, Taurepang, Wapichana	353	82
4. Boca da Mata	Macuxi, Taurepang, Wapichana	676	175
5. Cachoeirinha	Macuxi	89	20
6. Curicaca	Macuxi, Taurepang	31	07
7. Entroncamento	Macuxi	78	19
8. Fonte Nova	Macuxi	49	07
9. Guariba	Macuxi, Taurepang, Wapichana	256	52
10. Ingaarumã	Macuxi, Taurepang, Wapichana	285	60
11. Nova Esperança	Macuxi, Wapichana	272	58
12. Nova Jerusalém	Macuxi	18	3
13. Nova Morada	Macuxi	54	9
14. Novo Destino	Wapichana	41	10

15. Ouro Preto	Macuxi, Wapichana	48	11
16. Sabiá	Macuxi, Wapichana	129	36
17. Sakaumutá	Taurepang	445	70
18. Samã	Macuxi	79	18
19. Samã I	Macuxi	34	07
20. Samã II	Macuxi, Taurepang	134	35
21. Santa Rosa	Macuxi, Taurepang	249	60
22. São Francisco	Macuxi	177	32
23. Sol Nascente	Macuxi, Wapichana	79	10
24. Sorocaima I	Macuxi, Taurepang	395	81
25. Sorocaima II	Macuxi, Taurepang, Wapichana	388	86
26. Tarau P'aru	Macuxi, Taurepang, Arikuna Kamarakoto	212	44
Médio São Marcos			
27. Caranguejo	Macuxi	69	12
28. Lagoa	Macuxi	69	14
29. Maruai	Macuxi	227	41
30. Monte Cristal	Macuxi	27	3
31. Pato	Macuxi, Wapichana	69	18
32. Perdiz	Macuxi, Wapichana	91	28
33. Roça	Macuxi	158	33
34. Terra Livre	Macuxi	22	4
35. Tigre	Macuxi, Wapichana	77	15
36. Xiriri	Macuxi	67	13
Baixo São Marcos			
37. Aakan	Macuxi	74	20
38. Vista Nova	Macuxi, Wapichana	255	57
39. Vista Alegre	Macuxi, Wapichana	865	206
40. Três Irmãos	Macuxi, Wapichana	45	11
41. São Marcos	Macuxi, Wapichana	75	21
42. Reino de Deus	Macuxi, Wapichana	58	14
43. Milho	Macuxi, Wapichana	320	67
44. Mauixi	Macuxi, Wapichana	154	37
45. Lago Grande	Macuxi, Wapichana	391	83
46. Ilha	Macuxi, Wapichana	301	78
47. Darora	Macuxi, Wapichana	281	55
48. Campo Alegre	Macuxi, Wapichana	455	107
49. Bom Jesus	Macuxi, Wapichana	144	27

Fonte: DSEI Leste de Roraima – 31.12.2023

A TI São Marcos abriga um total de 9.047 indígenas, distribuídos em 49 malocas, segundo dados do DSEI Leste de Roraima. Essa população apresenta uma leve discrepância em relação ao Censo de 2022, possivelmente em decorrência das dinâmicas migratórias de indígenas venezuelanos na região. As comunidades estão agrupadas em 3 etnorregiões – Alto São Marcos (26 malocas), Médio São Marcos (10 malocas) e Baixo São Marcos (13 malocas) – com a seguinte distribuição populacional:

- Alto São Marcos: 4.752 pessoas e 1.031 famílias
- Médio São Marcos: 877 pessoas e 181 famílias
- Baixo São Marcos: 3.418 pessoas e 783 famílias

A análise da proporção entre pessoas e famílias nas distintas regiões da Terra Indígena São Marcos revela variações sutis, o Médio São Marcos apresenta a maior média, com 4,85 pessoas por família, seguido pelo Alto São Marcos, que possui uma proporção de 4,60, e, por fim, o Baixo São Marcos, com 4,37 pessoas por família. Considerando todas as regiões, a média geral de pessoas por família é de 4,53.

2. Linha do tempo do Programa São Marcos: contextos e desafios

Este capítulo tem como finalidade apresentar uma descrição informativa das diversas fases do PSM, considerando seus antecedentes históricos, desenhado como medida preventiva, mitigadora e compensatória dos impactos e afetações socioambientais gerados pela construção, manutenção e operação da LT de 230 kV que interliga a Venezuela ao Brasil e atravessa a TI São Marcos, território ancestral dos povos Macuxi, Wapichana e Taurepang, localizada no estado de Roraima.

Para alcançar esse objetivo, as informações foram sistematizadas a partir da consulta aos dados públicos acessados diretamente via SEI do Ibama e da Funai. Esses processos incluem uma documentação robusta, composta por relatórios mensais, trimestrais e semestrais, referentes ao acompanhamento tanto do licenciamento quanto do componente indígena, além de pareceres e outros documentos técnicos.

Os relatos e informações fornecidos por indígenas e técnicas/os que participaram do processo contribuíram para uma melhor qualificação das informações e para o preenchimento de lacunas. Faz-se, no Capítulo 3, uma análise crítica acerca do PSM, com base em conceitos da Socioantropologia do desenvolvimento e em referenciais sobre licenciamento ambiental e comunidades indígenas.

2.1. Da desconfiança à colaboração: a construção do PSM com os Povos de São Marcos

A elaboração e execução das ações de prevenção, mitigação e compensação socioambiental direcionadas às comunidades indígenas foram realizadas por uma equipe de especialistas, sob a coordenação da assessoria indigenista da Eletronorte. Nessa empreitada, o indigenista José Porfírio Fontenele de Carvalho¹³ desempenhou um papel central. Com uma vasta

¹³ José Porfírio Fontenelle de Carvalho, nascido em 24 de dezembro de 1946, em Granja, Ceará, e falecido em Brasília em 13 de maio de 2017, ingressou na Funai em 1967, ano de sua criação,

experiência em ações indigenistas e trabalhos relativos à compensação socioambiental em terras indígenas, acumulada desde a década de 1980¹⁴, Porfírio Carvalho foi fundamental para o desenvolvimento do PSM, junto com uma equipe de profissionais que trabalhavam com a temática indígena. Na apresentação do relatório final das atividades da primeira fase do PSM, Carvalho afirmou que:

Convocados pela Eletronorte para mediar a negociação com as comunidades indígenas e propor ações mitigadoras relacionadas ao empreendimento, buscamos, com base em um processo tradicional de respeito aos direitos indígenas, informá-los detalhadamente sobre o empreendimento e suas possíveis consequências, tanto positivas quanto negativas, caso fosse implantado na terra indígena São Marcos. Inicialmente, enfrentamos extrema desconfiança das comunidades e associações indígenas, pois nosso discurso sempre destacava os problemas que poderiam surgir durante o processo construtivo e na operação futura, algo ao qual eles não estavam acostumados a ouvir (Eletronorte, 2004 p, 12).

Como mencionado no item anterior, o processo relacionado à temática indígena, que incluiu tratativas, reuniões, estudos e negociações, ocorreu antes da criação de normativas específicas para o Componente Indígena. A Funai manteve um acompanhamento contínuo dos procedimentos ambientais na TI.

e trabalhou com diversos povos indígenas até o fim de sua vida. Valente (2017) descreve vários episódios marcantes da atuação do indigenista e sertanista durante a ditadura militar, incluindo perseguições e punições que ele sofreu em decorrência de seu trabalho. Em 1980, Carvalho foi eleito presidente da Sociedade Brasileira de Indigenistas (SBI), que contava com mais de 80 membros. Ele participou de diversos processos de demarcação de terras indígenas no Brasil. No final dos anos 1970, quando assumiu o cargo de Coordenador Regional da Funai para a Região Nordeste, “coordenou a demarcação de grande parte das áreas indígenas do Maranhão. Por essa razão, era considerado uma *persona non grata* em diversos municípios maranhenses” (Oliveira, 2004, p. 155).

¹⁴ Carvalho foi também indigenista da Eletronorte estando envolvido em todos os processos que tinham relação com as comunidades indígenas. Pelo sucesso de sua atuação, a Eletronorte era referência com relação ao trato com as comunidades indígenas e ele era chamado para assessorar as outras empresas do setor elétrico. A partir de 1987, Porfírio Carvalho assumiu o papel de consultor indigenista na Eletronorte, dedicando-se ao planejamento, coordenação e execução de programas voltados aos povos Waimiri Atroari e Parakanã. Esses programas foram desenhados para minimizar os impactos socioambientais causados pela construção das usinas hidrelétricas de Balbina e Tucuruí, respectivamente, em seus territórios tradicionais. Em 1988, Carvalho coordenou as ações de compensação socioambiental nas terras indígenas Krikati, Canabrava/Guajajara e Mãe Maria, afetadas pela instalação de linhas de transmissão que transportavam a energia gerada pela UHE Tucuruí para o Nordeste. Naquele período, da instalação e da realização das atividades de compensação, além da ausência de procedimentos de licenciamento ambiental. As ações realizadas nas terras indígenas eram definidas como indenizações, embora, na prática, tivessem características de mitigação e compensação, conceitos que ainda não haviam sido formalmente estabelecidos.

Em entrevistas, os indígenas relataram que a Funai estava presente em todo o processo, tanto os servidores de Boa Vista quanto aqueles que vinham de Brasília.

Para tanto, em maio de 1997, foram designados dois servidores para trabalhar diretamente com essa temática: Cornélio Vieira de Oliveira, sertanista lotado no Departamento de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente, e Walter Nicanor Fontoura Blos, administrador regional da Funai em Boa Vista.

Segundo Walter Blos, a Funai desempenhou um papel ativo em todo o processo relacionado ao PSM, participando das reuniões e acompanhando as atividades, além do trabalho para a retirada dos fazendeiros da área, garantindo que, ao final, não houvesse ocupantes não indígenas na TI. Segundo o entrevistado:

A administração da Funai, naquele período, era distinta da atual, pois contava com postos dentro das TIs que não existem mais. A atuação desses chefes de postos e a participação ativa em reuniões e diálogos com os Macuxi, teve um impacto significativo no processo (Walter Blos, indigenista, 61 anos, entrevista concedida em 09.08.2024).

A historiadora e indigenista Daniella Martins, que trabalhou oito anos no PSM, no qual atuou como coordenadora de campo e coordenadora geral, juntamente com Porfírio Carvalho, também pontou em entrevista que a Funai era muito presente e designou servidores para acompanhar todos os procedimentos e ações na TI. Segundo ela, “todas as atividades que foram desenvolvidas tinham esse acompanhamento da Funai e tinha uma designação oficial” (Daniella Martins, entrevista concedida em 04.08.2024).

Os documentos elaborados pela assessoria indigenista da Eletronorte ressaltavam que, antes do início dos trabalhos relacionados ao componente indígena na instalação do empreendimento, era fundamental estabelecer algumas diretrizes básicas. Essas diretrizes incluíam: o conhecimento da realidade local; o envolvimento de instituições governamentais e não governamentais ligadas à causa indígena, através da formação de uma comissão destinada a participar das discussões e negociações com as comunidades indígenas; e a participação ativa das comunidades indígenas afetadas (Eletronorte, 1997c).

Naquele momento inicial, previa-se que três TIs seriam diretamente afetadas: São Marcos, Ponta da Serra e Araçá. No entanto, um sobrevoo realizado antes dos levantamentos topográficos permitiu a readequação do traçado da linha, evitando a interferência na TI Araçá.

Dessa forma, os relatórios, registros e relatos parecem indicar que os estudos e atividades foram conduzidos com base nos diálogos estabelecidos com os povos indígenas, a Funai, o Ministério Público Federal, associações indígenas e organizações da sociedade civil, além da experiência da assessoria indigenista da Eletronorte e demais profissionais envolvidas/os. De acordo com os depoimentos dos profissionais entrevistadas/os, foi possível perceber o caráter pedagógico intenso desse processo, que envolveu um aprendizado mútuo entre pesquisadores, técnicos/as e indígenas.

Os indígenas frequentemente relembram a primeira fase do PSM, especialmente no que se refere à relação construída com o indigenista Porfírio Carvalho, mesmo após mais de duas décadas. O depoimento do Sr. Lourenço, liderança Wapichana, em entrevista concedida em 2024, ilustra essa percepção ao ser indagado sobre a equipe indigenista daquele período.

Olha, essa é uma coisa que até da saudade tá, porque eles eram o nosso pensamento, eles eram nossa voz, principalmente o Carvalho. Carvalho, esse cara era a nossa voz. Ele era a nossa fala, aquilo que a gente dizia, ele dava a força; “olha os índios tão querendo isso, e é isso que eles querem, é isso que tem que ser”, então era a nossa voz José Lourenço dos Santos Neto, etnia Wapichana, 72 anos, comunidade Samã – entrevista concedida no dia 12.03.2024).

Tive a oportunidade de conversar pessoalmente com Porfírio Carvalho a respeito do PSM em várias ocasiões. Ele compartilhou diversas histórias, sempre realçando os personagens, cenários e contextos. Foi dessa forma que me relatou a luta dos indígenas pela desintrusão de seu território, organização dos processos de fiscalização e acompanhamento ambiental da obra, construção do Centro Makunaíma com arquitetura Macuxi, pressões exercidas pelas elites e pela mídia locais para impedir a retirada dos invasores, as dinâmicas das reuniões e as situações de violência a que eram submetidos os povos de São Marcos. Embora eu não tenha gravado as conversas, encontrei, felizmente, registros das falas de Carvalho na tese de doutorado de Giane Aguiar (2011),

que apresenta um estudo de caso da interligação elétrica Venezuela-Brasil. Há um trecho bastante interessante em que Carvalho descreve como se davam os processos de diálogos com as comunidades:

Explicamos para eles o que nós queríamos. O que era uma linha de transmissão, e o que era entrar em uma terra indígena e como essa linha passaria. Foi nesse processo que daí em diante nós começamos a ouvir os questionamentos. Visitei as aldeias explicando o que era a construção de uma linha. Em hora nenhuma nós levamos algum objeto de troca. Eu sempre dizia a eles sem que eles me perguntassem. Se vocês me perguntarem se é bom passar uma linha de transmissão aqui na terra de vocês, a minha resposta é: não é bom. E porque era um truque de marquete? Não, porque sempre eu tenho na minha cabeça de que a pessoa tem o direito de dizer não e um objeto estranho dentro da sua terra não é bom (Carvalho - entrevista realizada em 14/06/2011 *apud* Carvalho - entrevista Aguiar, 2011).

Daniella Martins destacou que a postura de informar sobre os impactos e as interferências na TI São Marcos foi uma prática constante durante o processo. Segundo ela, Carvalho era muito direto, falando abertamente sobre os problemas e incômodos de se instalar uma obra de grande escala em TI. Já na primeira reunião, ele apresentou o conceito de LT e afirmou: “a linha traz muitas coisas, traz coisas que são boas, traz coisas que são ruins, e aqui para a TI, ela vai trazer, na maior parte, só coisa ruim. Porque vai passar aqui uma linha que ninguém aqui vai receber energia elétrica dessa linha. E ele falava [isso] abertamente” (Daniella Martins, entrevista concedida em 04.08.2024).

A estratégia indigenista de expor abertamente, nas reuniões, os impactos do empreendimento sobre a TI e, principalmente, sobre a vida nas comunidades, encontra ressonância na crítica de Viveiros de Castro e Andrade (1988). Esses autores argumentam que as avaliações de impacto, em geral, reduzem a complexidade da experiência humana e existencial dos povos indígenas, negligenciando suas cosmologias, modos de vida e as diversas formas de territorialização.

Tanto os relatos dos(as) indígenas quanto os dos(as) técnicos(as) evidenciam que os impactos e as afetações da LT eram temas recorrentes nas reuniões, sempre abordados a partir das perspectivas indígenas e da relação

com o território. Havia um esforço consciente para explicar as consequências do empreendimento de forma clara e acessível, sem minimizar ou disfarçar os impactos. Além disso, as dimensões sociais, espirituais e ecológicas eram integradas às discussões com as comunidades.

Essa estratégia de diálogo transparente e de reconhecimento da complexidade sociocultural indígena se contrapõe à tendência, criticada por Viveiros de Castro e Andrade, de reduzir a experiência indígena a indicadores quantificáveis e desconsiderar a integralidade de suas formas de vida.

Dois documentos são particularmente relevantes para retratar as tratativas iniciais: "Processo de Negociação com as Comunidades Indígenas das Terras Indígenas São Marcos e Ponta da Serra: Relatório Dirigido às Comunidades Indígenas" (Eletronorte, 1997c) e "Processo de Negociação com as Comunidades Indígenas, abril/1998" (Eletronorte, 1998). Esses documentos fornecem um resumo cronológico das interações destinadas a discutir a implantação da Interligação Elétrica Venezuela-Brasil, considerando os possíveis impactos sobre as TIs São Marcos e Ponta da Serra. Além disso, os documentos resumem o acompanhamento realizado durante os estudos topográficos feitos entre julho e agosto de 1997.

Nesse contexto, em abril de 1997, a Eletronorte estabeleceu contato com a Funai e promoveu uma reunião para apresentar o projeto da LT, discutindo seus aspectos gerais, diretrizes e metodologias de trabalho. Subsequentemente, foram realizadas reuniões com o Instituto Socioambiental (ISA) e a Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP), visando apresentar uma proposta metodológica para o processo de negociação com as comunidades indígenas impactadas pelo empreendimento. Essas reuniões também tinham como objetivo coletar informações detalhadas sobre as comunidades das TIs.

É importante destacar que essa abordagem não representava um comportamento padrão na época; tratava-se de uma tentativa inovadora de envolver instituições de defesa dos povos indígenas no debate. Essa iniciativa se destacou como uma estratégia singular no contexto da gestão de projetos que impactam populações indígenas.

Em maio de 1997, iniciaram-se os contatos com representantes de associações indígenas e instituições de Roraima para organizar uma reunião na TI São Marcos. Daniella Martins explicou que, a princípio, pretendia-se realizar apenas conversas preliminares em Boa Vista com lideranças indígenas, representantes da Funai e de organizações indígenas com o objetivo de planejar com cuidado a reunião na TI. No entanto, a tentativa do prefeito de Pacaraima de se apropriar da situação e o histórico de postura anti-indígena de políticos de Roraima levaram à decisão de antecipar a reunião, que estava inicialmente prevista para julho, agendada pelo administrador local da Funai, Walter Blos, para o dia 29 de maio de 1997, na Maloca Boca da Mata.

Em conformidade aos documentos do processo de licenciamento, a reunião organizada pela Eletronorte reuniu diversas lideranças indígenas do Alto São Marcos, ainda que a mobilização não tenha abrangido todas as aldeias, devido às restrições de tempo para comunicação e organização. Essa urgência foi uma resposta direta à necessidade de garantir que as vozes indígenas fossem ouvidas antes que a narrativa fosse distorcida por políticos locais.

Conforme relato de Geraldo Andrello (1998), durante essa reunião, além da distribuição de material informativo e da apresentação das características técnicas da LT, a Eletronorte formalizou o compromisso de não iniciar quaisquer atividades em território indígena sem a autorização prévia das lideranças indígenas. Essa informação é corroborada por relatório técnico do evento, no qual também informaram-se mapas da localização prevista, fotos ilustrativas do processo de construção, além de constar o compromisso de dialogar com as comunidades, garantindo que poderiam convocar novas reuniões a qualquer momento para discutir o empreendimento (Eletronorte, 1997c).

Após quase 30 anos, a reunião realizada na Maloca Boca da Mata permanece viva na memória dos indígenas de São Marcos, especialmente entre os mais velhos, que parecem apreciar, narrar e rememorar esse evento. Em diversas assembleias, conversas informais e entrevistas que realizei ao longo do segundo semestre de 2023 e primeiro semestre de 2024, esse encontro é mencionado como um marco significativo no processo de consulta.

Assim, os indígenas relataram que não esperavam que os representantes da empresa se sentassem para negociar com eles, uma vez que nenhuma outra empresa ou instituição havia adotado tal abordagem anteriormente. Esses depoimentos ressaltam a importância histórica e simbólica da referida reunião, a qual inaugurou o processo de negociação entre empresa, comunidades e Funai.

Figura 1 – Primeira reunião na Maloca Boca da Mata – maio de 1997



Fonte: Eletronorte (2004).

Em seguida ao primeiro encontro com os representantes das comunidades indígenas, em junho de 1997, o Conselho Indígena de Roraima (CIR), a Associação dos Povos Indígenas de Roraima (APIRR) e a Associação Taurepang Wapichana e Macuxi (ATWM) emitiram uma correspondência conjunta autorizando a Eletronorte a iniciar os trabalhos de levantamento topográfico na região. Ressalte-se que essa autorização não era irrestrita, pois as lideranças indígenas estabeleceram algumas condições e limites para a realização desses trabalhos, como a criação de uma comissão multidisciplinar para acompanhar o processo e a participação de representantes das comunidades indígenas no levantamento topográfico; também destacou-se a percepção das lideranças indígenas de que a LT poderia afetar todas as

comunidades indígenas de Roraima, independentemente do traçado (Anexo 8 - *facsimile* do documento).

Além disso, os indígenas solicitaram a elaboração de um relatório de impacto que permitisse avaliar como seriam afetados, a fim de fundamentar a decisão coletiva sobre a autorização ou não da construção da LT atravessando seus territórios. Em outras palavras, não se tratou de uma autorização plena, mas de um processo condicionado. A correspondência das associações indígenas estabelecia a possibilidade de continuidade das negociações, desde que fossem atendidas as demandas, com o fornecimento de informações qualificadas e a garantia da participação efetiva dos indígenas em todo o processo.

A participação dos representantes indígenas em todas as etapas do projeto e o acompanhamento pela Comissão Interinstitucional foi ressaltada por Nuti (2006), que analisou a documentação sobre o processo de negociação. A composição da comissão foi formada com convites enviados pela Superintendência de Meio Ambiente da Eletronorte a órgãos como a Funai, Procuradoria Geral da República (PGR), Ibama, Seplan, ISA, CPI-SP, APIR, ATWM e CIR.

A autora destaca que embora CPI-SP e ISA tenham concordado em participar, não compareceram às reuniões. O Ministério Público e o Ibama estiveram representados por suas filiais regionais, enquanto as associações indígenas acompanharam todo o processo de negociação, e o governo do estado participou de algumas reuniões. A Comissão teve um papel mais ativo durante a realização dos estudos de topografia e na negociação do Termo de Compromisso, o qual consolidou as ações de compensação decorrentes da implantação da Interligação.

Os trabalhos de topografia¹⁵ marcaram o início da participação efetiva dos indígenas no procedimento de licenciamento ambiental. Passou-se das informações abstratas e dos compromissos discutidos em reuniões para a

¹⁵ A topografia é um evento amplamente lembrado pelos indígenas. Desde 2007, eles compartilham histórias (em reuniões, assembleias, conversas informais) sobre esse trabalho, enfatizando a importância da definição da localização das torres, onde forneceram orientações para evitar áreas essenciais para suas territorialidades.

concretização prática do processo, mesmo que ainda não houvesse autorização para a passagem da LT. Para acompanhar a topografia, foi criada uma comissão composta por representantes da TI Ponta da Serra, da TI São Marcos (vinculados ao CIR, APIR e ATWM), da Eletronorte e da Funai.

Em setembro de 1997, a antropóloga Mirian Nuti realizou trabalho de campo e participou de reunião avaliativa sobre a topografia de suas terras. Os depoimentos coletados, posteriormente utilizados em sua pesquisa de doutorado (Nuti, 2006), constituem fonte valiosa, considerando proximidade temporal entre os eventos narrados e o registro dos depoimentos:

Houve muita cooperação, não vimos nenhum conflito. Tudo foi conversado e houve um acordo do que podia tirar. No final do trabalho foi feita uma ata. Os donos das casas estão satisfeitos com a proposta da ELN. Não podemos dizer que vai ser feita a LT, só o trabalho foi bem feito (representante da TI Ponta da Serra). Foi tudo em ordem, quando chegávamos nas casas, explicávamos não que a LT ia ser construída, mas que era para o trabalho. Avaliamos os danos às roças e o seu Carvalho perguntava se eles estavam satisfeitos (representante TI São Marcos).

O trabalho foi cansativo, mas foi bom para conhecer. Pode ser que a LT não passe, mas a medição da LT vai passar, e fomos explicando. Num ponto passou no meio da roça, junto com ele foi avaliado e foi pago. Tudo foi num acordo. Bananeiras também, urucuzeiro também receberam recibo de pagamento. (Representante TI São Marcos) – (Nuti, 2006, p. 184).

A fala do Sr. Lourenço, liderança Wapichana, em entrevista concedida em 2024, reforça a importância da participação indígena na definição do traçado da LT, garantindo a proteção de áreas sagradas e a adequação do projeto às necessidades das comunidades. Observa-se, portanto, uma coerência entre os depoimentos registrados por Nuti, em 2007, e a perspectiva dada pelo Sr. Lourenço, evidenciando a importância da participação indígena:

A gente dizia “olha vai ter que ter as pessoas, que vai acompanhar, que conhece a área, que conhece a região”. Então esses Tuxaua, ou alguém da comunidade, veio para fazer acompanhamento. Então, aquelas partes sagradas nossas, a pedra no Igarapé, uma serra, a gente disse “olha, isso tem que ficar pro lado de dentro”. Nós disse “aqui vocês não podem passar por cima disso aqui, tira pra ali, arreda”, então foi feito um traçado e não foi o traçado original, a gente mudou sim (José Lourenço dos Santos Neto - entrevista concedida em 12.03.2024).

Daniella Martins observou que houve uma troca significativa de informações entre os indígenas e os técnicos de topografia, essa observação é corroborada pelos depoimentos dos próprios indígenas que participaram do processo, evidenciando a importância do conhecimento tradicional indígena para o desenvolvimento e a qualidade do trabalho.

Então, esse negócio da topografia é muito interessante, porque a princípio, sempre que a gente coloca uma condição, as normas, ter que conversar com os funcionários, os indígenas terem que acompanhar, isso tudo é visto pela engenharia como um empecilho, um incômodo, uma coisa que eles não gostariam de ter, porque vai atrapalhar o trabalho, vai fazer com que o trabalho ande mais devagar. E o que aconteceu a partir da topografia, a despeito da prepotência dos chefes, dos engenheiros, dos donos das empresas, a equipe em campo, os topógrafos, os técnicos, eles foram muito respeitosos. A gente conversou previamente com eles e tudo, mas durante o trabalho eles foram muito respeitosos com os indígenas. E com o desenvolvimento do trabalho, eles realmente perceberam que o conhecimento que os indígenas tinham do território era importante para o trabalho deles, inclusive para agilizar de fato o trabalho deles. E aí essa relação foi se aprofundando. E, ao final, eles reconheceram mesmo que no início eles estavam muito preocupados que ia atrapalhar o serviço, mas que eles tinham que reconhecer que muito ao contrário disso, a participação dos indígenas ajudou demais o trabalho e que eles aprenderam muitas coisas (Daniella Martins - entrevista concedida em 04.08.2024).

A interação entre os indígenas e as equipes de topografia constituiu a primeira experiência prática do que viria a ser o acompanhamento ambiental da obra, proporcionando uma percepção concreta sobre como o território indígena seria afetado pelas interferências da LT. Esse processo também possibilitou a troca de experiências e saberes.

O que a equipe de topografia inicialmente considerou um obstáculo ao trabalho transformou-se em aprendizado graças à riqueza do conhecimento indígena sobre o território e seus ecossistemas, o que agregou valor ao trabalho de topografia. Simultaneamente, as lideranças indígenas que participaram do processo exerceram seu papel de autoridade, demonstrando domínio e conhecimento profundo do território.

Conforme relatório da Eletronorte (abril 1998) sobre as negociações

com as comunidades indígenas, após a conclusão dos levantamentos topográficos e a análise do traçado da LT, constatou-se a possibilidade de desviar o trajeto original para evitar a interferência na TI Ponta da Serra; foi realizada, então, uma reunião com representantes das Comunidades Indígenas da TI Ponta da Serra, na qual foi esclarecido que o desvio no traçado do projeto seria viável. As comunidades manifestaram-se favoravelmente à possibilidade de alteração.

Em 12 de setembro de 1997, realizou-se uma nova reunião entre Eletronorte, Funai e os Tuxauas da TI São Marcos para avaliar o relatório de topografia concluído. Andrello (1998) destacou que, nessa ocasião, nenhuma decisão foi tomada, sendo enfatizada a necessidade de uma assessoria técnica para conduzir estudos de impacto socioambiental na TI, além de estudos geológicos e arqueológicos na área. Diante disso, a decisão sobre a autorização para a construção do empreendimento foi postergada e solicitou-se à Eletronorte a contratação de técnicos para realizar os estudos e assessorar diretamente as lideranças indígenas na análise do relatório topográfico.

Daniella Martins relatou que, em uma das reuniões realizadas na Maloca Boca da Mata¹⁶, estiveram presentes um geólogo, um arqueólogo e uma engenheira florestal especializada em botânica, com o objetivo de explicar a metodologia de trabalho. Na ocasião, os indígenas manifestaram que não aceitariam a coleta de plantas, nem a remoção de pedras e rochas da TI. As escavações foram autorizadas apenas nas áreas onde seriam instaladas as torres. Durante todo o trabalho de geologia e arqueologia, os indígenas acompanharam de perto as atividades para monitorar o trabalho e os estudos.

Faz-se importante ressaltar que no repertório mitológico dos Macuxi, Taurepang e Wapichana há várias referências às rochas e pedras que forma o lavrado, a Serra de Pacaraima e o Monte Roraima. Daniella Martins ressaltou que a preocupação em manter a integridade das rochas era constante. Sobre este assunto, Santilli (2001, p. 121) destaca que: “Para os índios, as pedras, as rochas e a maior delas, o Monte Roraima – o toco da árvore Wazacá –, de onde

¹⁶ Daniella não lembra a data exata. Mas pela similaridade de informação, tudo leva a crer que foi a reunião de 12 de setembro de 1997, ou em data próxima.

se origina a própria conformação fisiográfica atual do mundo, são provas incontestáveis da ocupação imemorial de seus ascendentes mais remotos, os filhos do Sol, neste espaço por eles habitado hoje. A tradição oral dos índios o atesta a cada momento de seu cotidiano”.

Em outubro de 1997, uma equipe da Funai de Brasília, composta por indigenistas e uma antropóloga, foi a Roraima para prestar apoio técnico aos indígenas na avaliação do relatório. Na ocasião, representantes das comunidades elaboraram proposta com as condicionantes para a autorização para a construção da LT. Em 04.11.1997, a Funai encaminhou oficialmente à Eletronorte a proposta contendo os seguintes pontos:

- a) Recuperação das áreas degradadas em função da construção de torres;
- b) Indenização dos bens individuais dos índios porventura danificados;
- c) Indenização da massa florestal existente na faixa de servidão (40 metros);
- d) Participação da Eletronorte nas providências para promover a desintrusão da Área Indígena São Marcos, em conjunto com outros órgãos governamentais, e na definição da área urbana do município de Pacaraima;
- e) Financiamento do custo das indenizações das benfeitorias das fazendas existentes dentro da A.I. São Marcos, depositando o valor total estimado a partir do levantamento fundiário da FUNAI em uma conta especial antes do início dos trabalhos;
- f) Financiamento, durante o período de construção da linha, de um sistema de vigilância da área (Eletronorte, 1988, anexo 3).

Embora inseridos em um conjunto de propostas de compensação socioambiental, os itens D e E constituem o núcleo central das demandas das comunidades indígenas de São Marcos, pois refletem as questões mais urgentes e sensíveis para essas comunidades. Tais itens destacam a demanda fundamental pela remoção de todos os não indígenas que ocupavam irregularmente o território, ou seja, a desintrusão completa da TI São Marcos. Os representantes indígenas apresentaram essa demanda como indispensável para a concessão da autorização para a passagem da LT em suas terras.

A partir das diversas entrevistas e da leitura atenta de muitos documentos, foi possível perceber que a demanda pela retirada dos invasores foi se consolidando ao longo das reuniões e do trabalho de topografia. Giani Aguiar

(2011) entrevistou Porfírio Carvalho, que relatou como a presença dos invasores impactava profundamente as comunidades indígenas, transformando a retirada dos invasores na principal reivindicação dos indígenas. Essa demanda representou, para a comunidade, a grande oportunidade de expulsar os invasores, em face da descrença generalizada¹⁷, inclusive entre os defensores da causa indígena, na capacidade da Funai de fazê-lo. Em seu relato à autora, Carvalho explicou com detalhes a situação:

Depois que eles viram por onde ia passar, aí sim, houve uma reunião grande, e aí o pessoal assinava com dinheiro, pessoal da prefeitura, pessoal do governo do estado, e alguns da Funai acenavam com dinheiro, como forma de compensação, se autorizasse. Eu nunca – com dinheiro eu não participo. Isso não tem preço – um impacto desse. Eu tentei junto com eles – que eles colocassem na mesa os problemas que eles tinham na vida, coletivo, e o coletivo era a invasão da terra deles – tinham 101 fazendas e esses fazendeiros maltratavam eles, humilhavam eles e davam caronas. A carona para eles era algo como um grande favor porque a Funai não tinha veículo, ninguém levava eles e os fazendeiros levavam. Outra, encheram de gados e eles não podiam colocar roça porque o gado ia lá e comia, e eles viviam nos cantos, eram humilhados, não podiam circular. Existia uma fazenda, que era a mais antiga, histórica até. Uma família antiga que recebeu títulos do governo do Amazonas, não era uma invasão comum. Era uma invasão formal e lá nessa fazenda, era o cúmulo do cúmulo. Existia antes da abolição da escravatura. Eles viviam nos cantos humilhados, dentro da terra deles. Eles não mudaram os métodos. Os escravos foram libertos, mas os índios continuavam escravos. Logicamente, com alguns avanços. Por exemplo, para sair da aldeia deles, os índios tinham que sair por dentro do curral do boi. As aldeias eram cercadas e o gado pastava no meio da aldeia das casas e não adiantava... A retirada dos invasores era o problema deles (Carvalho entrevista 14.06.2011 *apud* Aguiar, 2011).

Em relação às demandas indígenas, a empresa acolheu a maior parte delas, apresentando algumas considerações e ressalvas importantes no processo de diálogo com os indígenas, Funai e associações. No item

¹⁷ As entrevistas realizadas revelaram uma descrença generalizada quanto à possibilidade de remoção dos invasores da TI. Essa percepção tem raízes no contexto histórico da região e na relação com o Estado e com governos locais que, ao longo do tempo, permitiram e até mesmo incentivaram a invasão do território indígena. A convivência e a omissão do poder público diante das violações de direitos territoriais parecem ter gerado um sentimento de impunidade e descrença na justiça.

"recuperação de áreas degradadas"¹⁸, a Eletronorte informou que a ação já estava contemplada no PBA aprovado pelo Ibama. Quanto à participação na definição da área urbana de Pacaraima, a empresa esclareceu que, por se tratar de assunto de natureza exclusivamente constitucional e, portanto, de competência do Ministério Público Federal e da Funai, estava legalmente impedida de se pronunciar e participar do processo.

A solicitação para a remoção de invasores da TI São Marcos suscitou discussões internas na Eletronorte e a primeira reação foi a não aceitação. Representantes dessa entendiam que a responsabilidade pela regularização fundiária de TIs seria do governo federal. As negociações se mostraram complexas, pois além de a desintrusão não ser considerada uma atribuição da Eletronorte, os custos financeiros estimados eram elevados. Além disso, seria necessário novo levantamento fundiário para a avaliação das indenizações das benfeitorias a serem pagas aos moradores não indígenas, cujos dados existentes eram considerados desatualizados.

Mesmo com as ressalvas sobre a desintrusão da TI, um dilema se estabeleceu: a instalação da LT no território indígena dependia da retirada dos invasores, pois as comunidades de São Marcos, cada vez mais mobilizadas em torno dessa questão, não permitiriam a instalação sem que essa demanda — inegociável e medular para os indígenas — fosse atendida. Forçar a instalação, desconsiderando os anseios dos indígenas, poderia resultar em um conflito socioambiental de grandes proporções, além de acarretar prejuízos financeiros, especialmente considerando o caráter estratégico da LT, que envolvia as relações entre Brasil e Venezuela.

Neste sentido, a assessoria indigenista da Eletronorte conduziu o processo, mediando a situação e demonstrando à empresa a importância de

¹⁸ O Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) foi executado no PBA, sob a supervisão do Ibama. As comunidades indígenas acompanharam na primeira fase. As ações de recuperação dessas áreas continuaram após a emissão da LO em 2001, resultando na recuperação efetiva nos anos subsequentes. Em 2022, realizei uma auditoria ambiental na região e, em 2023, participei de vistorias com o Ibama, visitando os locais onde as áreas foram restauradas. É importante ressaltar que, durante a operação e manutenção das LTs, existe risco de erosão, especialmente nos acessos. Portanto, o monitoramento das áreas degradadas deve ser contínuo e está integrado a todas as renovações das LOs.

reconhecer a demanda indígena pela posse plena do território, essencial para a efetividade das ações de compensação e proteção territorial. A empresa, então, manifestou sua disposição em contribuir financeiramente para a solução do problema e aceitou a demanda, ressaltando, contudo, que a Funai deveria coordenar o processo e as gestões políticas necessárias.

Assim, a primeira ação para efetivar a retirada dos invasores foi a formação de uma comissão com técnicos da Eletronorte e da Funai. O objetivo da comissão seria reavaliar o levantamento fundiário realizado pela Funai em 1994 na TI São Marcos e determinar o valor atualizado necessário para a desintrusão da área. Em vista disso, “A comissão encerrou suas atividades em 08/03/1998. A partir do novo valor estimado a Eletronorte concordou em custear totalmente a extrusão da Terra Indígena São Marco” (Eletronorte, 1998, p. 3).

No que se refere ao estudo antropológico, o relatório de acompanhamento ambiental de setembro de 1997 indicou que sua finalidade era caracterizar as comunidades da TI São Marcos antes da implantação do empreendimento e avaliar os possíveis impactos dessa implantação. Para tal, foi contratado o antropólogo Geraldo Andrello¹⁹, em razão de sua experiência com os indígenas que habitam o lavrado de Roraima, que iniciou seu trabalho em dezembro de 1997, e as atividades de campo foram realizadas em janeiro e fevereiro de 1998.

O estudo antropológico começou em um contexto no qual o acordo de desintrusão da TI já havia sido firmado, além do posicionamento dos indígenas da TI Ponta da Serra para realizar o desvio de seu território. Devido à inexistência, à época, de regulamentações específicas da Funai para a realização de estudos com comunidades indígenas, a pesquisa foi realizada sem um Termo de Referência formal. No entanto, foi conduzida com ênfase no diálogo intercultural e na adoção de uma metodologia participativa, que valorizava a construção conjunta do conhecimento com os povos indígenas.

¹⁹ Geraldo Andrello, atualmente professor de antropologia na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), possui ampla experiência em pesquisas e assessoria para grupos indígenas de Roraima e do Alto Rio Negro, com destaque para os Taurepang, Tukano e Tariano. Suas pesquisas enfocam a história e a situação contemporânea das sociedades indígenas na região amazônica, além das questões socioambientais com as quais as organizações indígenas têm se envolvido desde a década de 1990. Em 1997, Andrello era assessor do ISA.

O estudo foi finalizado em março de 1998 e no mês seguinte, após a conclusão das negociações com as comunidades indígenas e Funai, foi celebrado Termo de Compromisso entre a Eletronorte e as comunidades indígenas da TI São Marcos, com a interveniência e anuência da Funai. O estudo inicia com uma caracterização histórica das comunidades indígenas, passando pela descrição do sistema produtivo das comunidades, impressões e posições dos indígenas sobre a LT Brasil – Venezuela, encerrando com capítulo dedicado a perspectivas para o futuro e recomendações.

O trabalho de campo para a redação deste relatório foi realizado entre janeiro e fevereiro de 1998, concomitantemente com as ações da Assessoria Indigenista da empresa para estabelecer negociações com as lideranças indígenas da área quanto às condições para a implantação do empreendimento. A grande maioria das aldeias localizadas na terra indígena São Marcos foi visitada, e o tema foi extensivamente discutido.

No dia 18 de abril de 1998, as negociações foram concluídas com a assinatura do “Termo de Compromisso” entre a Eletronorte e as comunidades indígenas da terra indígena São Marcos, com a interveniência e anuência da Funai. Através desse acordo, a autorização para a construção da linha ficou condicionada, entre outros pontos, à disponibilização pela Eletronorte dos recursos necessários para a desintração da terra indígena, ou seja, para o pagamento das benfeitorias das 106 posses existentes, entre sítios de pequenos agricultores e fazendas de criação de gado, dentro de seus limites. Este relatório apresenta um histórico dos atos administrativos e da evolução das invasões ocorridas desde o início do século na Terra Indígena São Marcos, bem como descreve a situação geral das comunidades indígenas residentes. Ele busca explicitar a perspectiva indígena durante o processo de negociação com a Eletronorte e apontar outras providências necessárias após a conclusão do processo de desintração, previsto para o mês de outubro do ano corrente (Andrello, 1998, p. 01).

A assessoria indigenista da Eletronorte pontuou que o relatório antropológico trouxe “dados importantes para o conhecimento e conseqüentemente para um melhor direcionamento do trabalho com as comunidades indígenas” (Eletronorte, 2004, p. 136).

Após diversas tratativas, a proposta do Termo de Compromisso, o qual abrange medidas de prevenção, mitigação e compensação socioambientais, foi discutida com representantes indígenas entre 28 de fevereiro e 1º de março de

1998, na Fazenda São Marcos. Nesse encontro, também foi apresentada a proposta do Plano de Vigilância da TI e as ações para o acompanhamento ambiental da construção do empreendimento. Como resultado dessas discussões, o Termo de Compromisso (TC) foi celebrado em 18 de abril de 1998, estabelecendo responsabilidades para a **Eletronorte** (indenizações de bens danificados e depósito de indenização de R\$ 3.500.000,00, instalar sistema de vigilância e fiscalização ambiental), **Funai** (assegurar à Eletronorte o direito de construção e operação da LT; criar plano de vigilância em conjunto com a Eletronorte; promover a exclusão de não indígenas da TI) e **comunidades indígenas** (garantir à Eletronorte o direito de construção, informar os membros da comunidade sobre os compromissos assumidos, nomear representantes para as comissões de avaliação de indenizações e acompanhamento da construção).

Segundo a assessoria indigenista, esse acordo representou um marco significativo na formalização das responsabilidades de cada parte envolvida no processo, visando à proteção dos direitos indígenas e ao desenvolvimento sustentável do projeto (Eletronorte, 2004).

Figura 2 – Assinatura do TC na Sede da Fazenda São Marcos – março de 1998



Fonte: (Eletronorte, 2004).

Observa-se que as negociações com as comunidades indígenas, com acompanhamento do Ibama e da Funai, para a implantação do empreendimento

tiveram início na primeira reunião realizada na Maloca Boca da Mata em maio de 1997, e foram concluídas, em abril de 1998, com a assinatura do TC. Paralelamente, foram elaborados o Relatório de Caracterização Ambiental (RCA) e o PBA. Segue o infográfico elaborado para este trabalho, com as principais atividades desse período.

Infográfico 1 – Linha do Tempo da negociação com as comunidades indígenas



Fonte: elaboração da autora

2.2. Primeira Fase do Programa São Marcos

A primeira fase do PSM se estendeu de maio de 1998 a dezembro de 2003 e foi coordenada pelo/a indigenista José Porfírio Carvalho e Daniella Martins. Nesse período, uma série de relatórios detalhados sobre as atividades desenvolvidas foi elaborada. Para a presente análise, utilizamos como principal referência o relatório final de execução do PSM (Eletronorte, 2004), o qual oferece uma visão abrangente dessa etapa inicial. Outros documentos e depoimentos de indígenas e pessoas envolvidas no processo também foram consultados.

Diante da complexidade e da amplitude das ações necessárias, a Eletronorte decidiu contratar a Associação de Apoio às Atividades do Programa

Waimiri Atroari (Adawa), a qual possui vasta experiência em programas de compensação ambiental e vigilância territorial, o que contribui para assegurar a continuidade e a eficiência dos trabalhos. É importante destacar que, naquele período, não havia nenhuma associação indígena devidamente regularizada e apta a participar efetivamente da gestão do PSM. A tentativa de regularizar ou criar uma nova associação de forma apressada e sem um planejamento adequado poderia ter consequências mais negativas do que positivas.

O PSM teve, então, duas principais diretrizes: garantir que a implementação do empreendimento causasse o menor impacto possível, no que se refere tanto ao relacionamento adequado com as comunidades indígenas quanto à proteção ambiental; e compensar a implantação da LT na TI São Marcos.

No que concerne à metodologia de trabalho, os diversos documentos ressaltam como fundamental o envolvimento da Superintendência de Meio Ambiente da Eletronorte, por meio de sua Assessoria Indigenista, bem como a participação ativa das comunidades indígenas no desenvolvimento e na execução das ações do PSM.

A análise dos documentos indica que a garantia da participação efetiva das comunidades indígenas em todas as etapas do processo constituiu um dos pilares do PSM. Essa abordagem buscou não apenas incluir os indígenas nas ações de fiscalização e proteção ambiental, mas também capacitá-los para compreender e intervir nas dinâmicas que afetam seus territórios.

A importância da participação indígena no PSM assume relevância fundamental ao considerar a histórica vulnerabilidade a que esses povos foram submetidos. Daniella Martins me explicou, na entrevista realizada em agosto de 2024, que o processo de violência e perda de soberania sobre seus territórios vivenciados historicamente pelos indígenas em São Marcos resultou em um sentimento de impotência e isolamento nas comunidades indígenas. Dessa forma, houve a estratégia metodológica da assessoria indigenista para lidar com esse contexto ao incorporar a valorização da posição dos indígenas no PSM, garantindo-lhes o protagonismo nas decisões e ações, enquanto os técnicos atuavam como apoiadores. É importante ressaltar que, em todas as intervenções

anteriores — como as realizadas pelo Pelotão do Exército em Pacaraima e ao longo da BR-174 —, não havia sido realizada nenhum tipo de consulta ou negociação com as comunidades de São Marcos.

Nas diversas entrevistas, conversas e nos debates em assembleia, o envolvimento dos indígenas e o protagonismo no PSM é sempre relatado e lembrado. Sobre esse assunto, Walter Blos, que era representante da Funai na época da instalação do empreendimento, relata o seguinte:

Quando começou o processo lá da instalação da linha de Guri, havia mais de 100 fazendeiros dentro da terra indígena São Marcos. Aí o Carvalho veio, conversou comigo e tal, e eu fiquei tranquilo com relação às atividades lá que o Carvalho seguiu com o indigenismo, com a linha indigenista deles: nenhum funcionário andar armado, todas as decisões têm que partir dos próprios índios, as reuniões com eles eram para que eles entendessem a situação toda e ajudá-los nas decisões que tinham que tomar, envolvê-los em todas as situações, não deixar só os não índios no comando, mas eles serem envolvidos em tudo. As reuniões que eram feitas, as lideranças todas participavam. O prefeito lá em Pacaraima, ele foi bem ruim mesmo, ele tentou atrapalhar o processo todo, mas não conseguiu por causa dessa linha indigenista implantada lá pelo Carvalho, que envolvia os indígenas em todo o processo. Eles tinham que ter um entendimento de tudo (Walter Blos, entrevista concedida em 09.08.2024).

Entre os nove programas previstos no PBA aprovado pelo Ibama, constava o Programa de Comunidades Indígenas, posteriormente denominado Programa São Marcos (PSM). No entanto, a elaboração do PSM foi realizada de forma independente dos demais processos do licenciamento ambiental, ainda que houvesse articulação com diversas atividades do PBA, como as de arqueologia, inventário florístico, recuperação de áreas degradadas etc.

O Programa de Comunidades Indígenas foi elaborado a partir da experiência e metodologia da equipe responsável pelo componente indígena da Eletronorte e da Adawa. Naquele contexto e de acordo com os padrões da época, foram criados dois subprogramas com diversas atividades associadas: o Subprograma de Vigilância da TI São Marcos e o Subprograma de

Acompanhamento Ambiental da Implantação do Empreendimento. Também foram desenvolvidas as denominadas atividades extras²⁰.

O Subprograma de Vigilância da TI São Marcos teve como objetivo financiar os custos para a retirada de invasores da TI e apoiar e fiscalizar essa retirada, evitando o retorno de invasores e a entrada de novos. Além disso, buscou estruturar, promover e realizar atividades de fiscalização e proteção ambiental na TI.

Já o Subprograma de Acompanhamento Ambiental da Implantação do Empreendimento incluiu atividades de sensibilização dos trabalhadores, elaboração de normas de conduta na TI, orientar as comunidades indígenas sobre os procedimentos da implementação da LT, participar da otimização do projeto de locação das torres, acompanhar as equipes da obra que atuam na TI, elaboração e acompanhamento dos estudos antropológicos e arqueológicos, bem como o inventário florístico. Também foram previstas indenizações pela vegetação que precisasse ser removida ou danificada, assim como indenizações aos bens individuais dos indígenas afetados pelo projeto.

Ademais, ao longo da execução do PSM, diversas atividades foram desenvolvidas e incorporadas ao processo, a partir da percepção das afetações causadas pela linha de transmissão no território ou da necessidade de complementar ações dos dois subprogramas, em diálogo constante com as comunidades indígenas²¹ (Eletronorte, 2004).

É importante salientar que embora os documentos pesquisados não sistematizem os impactos e afetações sobre o território e a vida das comunidades, concentrando-se diretamente nas ações de prevenção, mitigação e compensação, as entrevistas com indígenas e profissionais envolvidas/os no

²⁰ Aguiar (2015) aponta que essas atividades tinham como objetivo suprir as necessidades geradas pela omissão dos órgãos públicos locais, que, em retaliação à postura dos indígenas ao exigirem a retirada dos invasores de suas terras, negavam o transporte e outros tipos de apoio que anteriormente eram oferecidos às comunidades indígenas.

²¹ Dada a natureza descritiva deste capítulo, focada nas diferentes fases do PSM, a análise aprofundada das relações entre os papéis desempenhados, as ações demandadas, a mediação realizada, as lacunas existentes nas políticas públicas e a interface com o papel do Estado será abordada no capítulo 3. Nesse contexto, é fundamental considerar que em 1997 a Eletronorte ainda era uma estatal, e assumiu em diferentes períodos históricos algumas funções que normalmente seriam atribuídas ao Estado.

processo revelaram que, durante as reuniões do PSM, tanto antes quanto durante a construção da LT, foram frequentemente enfatizados os diversos impactos negativos sobre as comunidades indígenas e como estas poderiam ser afetadas pelo empreendimento.

Segundo Daniella Martins, não foi elaborado um documento específico que analisasse os impactos do projeto sobre as comunidades indígenas de São Marcos. O único material disponível sobre essas questões é aquele direcionado às comunidades indígenas, que aborda aspectos relacionados à topografia. O processo de elaboração desse material foi bastante acelerado, e, na época, a área ambiental já chegava com atrasos em relação às atividades de engenharia. Além disso, a interferência política das elites locais, especialmente do prefeito de Pacaraima, que historicamente se opõe aos direitos indígenas, influenciou a assessoria indigenista a priorizar a comunicação com as comunidades de forma simples e objetiva. Essa abordagem foi escolhida em detrimento da sistematização das informações em um estudo de impacto mais abrangente, voltado para ações de prevenção, mitigação e compensação socioambientais.

A partir das informações obtidas em entrevistas, reuniões, assembleias e dispersas na documentação produzida sobre o PSM, foi realizada uma sistematização dos impactos. Nesse sentido, os dados foram organizados na Tabela 1, na qual correlacionam-se as atividades da primeira fase do PSM às observações sobre os impactos socioambientais. Objetivou-se assim, com esse exercício de abstração, elencar os impactos identificados nas diversas narrativas. Este levantamento não configura uma análise aprofundada com base em metodologias de avaliação de impactos ambientais, mas uma sistematização simplificada das informações disponíveis, articulando os dados passíveis de correlação.

Quadro 2 – Subprograma de Vigilância da Terra Indígena São Marcos

Atividades	Descrição da Medida de Mitigação/Compensação	Impacto da Obra
Desintrusão da Terra Indígena	Financiamento e apoio à desintrusão da TI São Marcos, para garantir a integridade do território indígena e a segurança das comunidades.	<ul style="list-style-type: none"> ● Limitação de usufruto exclusivo de forma permanente; ● Impacto na paisagem natural; ● Possibilidade de aumento de invasões e desmatamento; ● Dinamização da economia, podendo aumentar a pressão territorial.

Fiscalização e formação da equipe para a remoção de invasores e proteção ambiental	<p>O apoio na remoção de invasores da TI envolveu a prevenção do retorno e a entrada de novos invasores, além da fiscalização ambiental. Essas ações visavam proteger a TI, garantindo a segurança e o bem-estar das comunidades, assim como a preservação ambiental.</p> <p>A equipe do subprograma contou com a participação de indígenas indicados pelas comunidades, que receberam capacitação constante. Foram realizadas inspeções diárias no trecho da estrada, além de planejamentos semanais para a fiscalização de outros locais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Possibilidade de aumento de invasões e desmatamento; ● Possibilidade de interferência na fauna; ● Supressão de vegetação; ● Dinamização da economia, podendo aumentar a pressão territorial.
Construção da base de vigilância Surumu	Construção de um posto de vigilância e proteção ambiental equipado com energia solar, sistema de captação de água e de separação adequada dos resíduos. Criar uma estrutura física para a vigilância e proteção da TI, promovendo a autonomia das comunidades na gestão de seu território.	
Equipamentos e veículos para fiscalização	Aquisição de veículos para as atividades de fiscalização e de equipamentos de rádio comunicação para apoiar no processo de fiscalização.	
Implantação de sinalizações	Sinalização dos limites da TI e as áreas sensíveis, evitando invasões e impactos ambientais.	
Elaboração de material informativo	Elaboração de folheto informativo sobre a TI (em português e em espanhol) e confecção de sacos de lixo para distribuir às pessoas que circulam pela BR-174 para informar e conscientizar a população sobre a importância da preservação da TI e do meio ambiente.	
Operação do sistema de vigilância e repasse	Operação do sistema de vigilância por cinco anos e repasse de todos os bens adquiridos e a metodologia de trabalho para uma equipe de lideranças indicada pelas Comunidades Indígenas e pela Funai, para garantir a continuidade das ações de proteção da TI, apoiando na promoção da autonomia das comunidades na gestão de seu território.	

Fonte: Elaboração da autora.

Quadro 3 – Subprograma de Acompanhamento Ambiental da Implantação do Empreendimento

Atividades	Descrição da medida de mitigação e compensação	Impacto da obra
Sensibilização dos/as trabalhadores/as	<p>Palestras e discussões com os trabalhadores sobre as normas de conduta em TIs, com o objetivo de minimizar a interferência nos costumes e tradições locais, além de evitar conflitos entre trabalhadores e comunidades.</p> <p>Informações elaboradas e distribuídas sobre essas normas em três versões: duas detalhadas (destinadas aos períodos de construção e manutenção) e uma versão simplificada para ampla distribuição.</p> <p>Distribuição de material mais extenso e detalhado com as normas para os gerentes, coordenadores.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Alteração na rotina das comunidades indígenas; ● Risco de conflito entre trabalhadores e indígenas; ● Risco de acidente com veículos e equipamentos; ● Risco de assédio a mulheres indígenas.
Informações às comunidades indígenas	Realização de reuniões e visitas às aldeias, além da distribuição de folhetos, para manter as comunidades informadas sobre a construção da LT e a convivência com ela. O objetivo era garantir que as comunidades	<ul style="list-style-type: none"> ● Alteração na rotina das comunidades indígenas; ● Risco de conflito entre trabalhadores e indígenas;

	indígenas compreendessem o projeto, minimizando assim os impactos sociais e culturais.	<ul style="list-style-type: none"> ● Risco de acidente com veículos e equipamentos.
Normas ambientais	Elaboração de normas para a locação das torres, com base na legislação ambiental para minimizar o impacto ambiental da obra.	<ul style="list-style-type: none"> ● Risco de conflito entre trabalhadores e indígenas; ● Risco de acidente com veículos e equipamentos; ● Supressão da vegetação; ● Possibilidade de Interferência com cursos d'água; ● Aumento do risco de erosão; ● Possibilidade de interferência e danos na fauna; ● Possibilidade de interferência sobre patrimônio arqueológico; ● Geração de resíduos sólidos; ● Possibilidade de interferência em locais sagrados.
Equipes de Proteção Ambiental	Equipes montadas com a participação indígena, que acompanharam todas as etapas da obra, realizando monitoramento diário e reuniões informativas com as comunidades para monitorar o impacto da obra e garantir a participação e o conhecimento das comunidades indígenas no processo.	<ul style="list-style-type: none"> ● Possibilidade de interferência sobre patrimônio arqueológico; ● Geração de resíduos sólidos; ● Risco de conflito entre trabalhadores e indígenas; ● Risco de acidente com veículos e equipamentos; ● Supressão da vegetação; ● Possibilidade de Interferência com cursos d'água; ● Aumento do risco de erosão; ● Possibilidade de interferência e danos na fauna; ● Possibilidade de interferência sobre patrimônio arqueológico; ● Geração de resíduos sólidos; ● Possibilidade de interferência em locais sagrados.
Recuperação de áreas degradadas	Recuperação de parte das áreas degradadas pela implantação da linha.	<ul style="list-style-type: none"> ● Aumento do risco de erosão; ● Supressão de vegetação.
Estudos complementares	Realização de estudos antropológicos e arqueológicos, além de um inventário florístico.	<ul style="list-style-type: none"> ● Risco de alteração no modo de vida tradicional; ● Falta de conhecimento sobre os impactos da LT na flora, no patrimônio arqueológico e no dia a dia da comunidade.
Indenizações	Indenização pela massa florística afetada pela obra e pelos bens individuais dos indígenas diretamente impactados para compensar os impactos diretos da obra sobre a flora e os bens individuais dos indígenas.	<ul style="list-style-type: none"> ● Abertura de acessos; ● Supressão de vegetação; ● Alteração de roçados e casas.

Fonte: Elaboração da autora.

Quadro 4 – Atividades extras em função da Implantação do Empreendimento

Atividades	Descrição da medida de mitigação/compensação	Impacto da instalação da LT
Apoio logístico e de transporte	Adquirido um ônibus e um caminhão para auxiliar na logística da produção agrícola das comunidades. Além disso, a empresa realizou reparos em um caminhão cedido à comunidade pela Funai e contratou um motorista, e cobriu os custos de manutenção por um ano. O objetivo era reduzir a dependência das comunidades em	<ul style="list-style-type: none"> ● Limitação de usufruto exclusivo de forma permanente; ● Impacto na paisagem natural; ● Possibilidade de aumento de invasões e desmatamento; ● Dinamização da economia, podendo aumentar a pressão territorial.

	relação aos invasores para transporte, promovendo autonomia e apoio à produção agrícola.	
Preservação da vegetação	Levantamento da altura das árvores, estimativa de crescimento e estudo sobre o impacto de reduzir a altura dos cabos na Serra Pacaraima para ajustar o projeto original e elevar a altura das torres em áreas de mata densa, diminuindo a supressão de vegetação. O objetivo era minimizar o impacto da LT na vegetação, reduzindo a supressão de árvores e preservando a biodiversidade.	<ul style="list-style-type: none"> ● Possibilidade de interferência na fauna; ● Supressão de vegetação; ● Perturbação dos ninhos de pássaros; ● Aumento do risco de erosão.
Projeto Oficina da Terra	Instalação de uma oficina de essências vegetais para produção de mudas de espécies nativas, medicinais e frutíferas, contratação de uma engenheira agrônoma, produção e distribuição de 15.101 mudas nas aldeias e realização de quatro cursos sobre viveiros. O objetivo era recuperar áreas degradadas, promover a cultura e o uso sustentável da flora da TI, geração de renda e conhecimento para as comunidades.	<ul style="list-style-type: none"> ● Possibilidade de interferência na fauna; ● Supressão de vegetação; ● Aumento do risco de erosão.
Construções	Construção do Centro Makunaima (Malocão): um espaço multiuso para reuniões, com um posto de saúde, uma cozinha e alojamentos.	<ul style="list-style-type: none"> ● Limitação de usufruto exclusivo de forma permanente; ● Impacto na paisagem natural; ● Possibilidade de aumento de invasões e desmatamento; ● Dinamização da economia, podendo aumentar a pressão territorial.
Educação ambiental	Construção de um viveiro de mudas, servindo como espaço de aprendizado, troca de informações e realização de cursos para a promoção da educação ambiental e do conhecimento sobre práticas sustentáveis.	<ul style="list-style-type: none"> ● Possibilidade de interferência na fauna; ● Supressão de vegetação; ● Aumento do risco de erosão.
Apoio às associações	Auxílio na regularização das associações indígenas (APPIR, APSM, TWM) para fortalecer as organizações indígenas atuantes na TI São Marcos.	<ul style="list-style-type: none"> ● Limitação de usufruto exclusivo de forma permanente; ● Impacto na paisagem natural; ● Possibilidade de aumento de invasões e desmatamento; ● Dinamização da economia, podendo aumentar a pressão territorial.
Capacitação	A pedido das comunidades, foram oferecidos treinamentos para motoristas e em informática para seus membros, com o objetivo de capacitá-los para assumir funções do PSM.	<ul style="list-style-type: none"> ● Limitação de usufruto exclusivo de forma permanente; ● Impacto na paisagem natural; ● Possibilidade de aumento de invasões e desmatamento; ● Dinamização da economia, podendo aumentar a pressão territorial.

Fonte: Elaboração da autora.

É importante pontuar que em face do contexto fortemente anti-indígena predominante em todo o estado de Roraima, era previsível que as tensões se intensificassem e foi precisamente o que aconteceu. Na primeira fase do PSM, os conflitos históricos relacionados à territorialidade dos povos de São Marcos e aos processos de colonização da região emergiram com força, especialmente em função da retirada dos invasores e das atividades de fiscalização da TI.

Historicamente, os indígenas enfrentaram diversas formas de violência, como intimidações, ameaças, restrições à livre circulação na TI, proibições de falarem a língua materna, limitações quanto à ocupação e ao uso dos recursos naturais, dentre tantas outras. A mídia regional e grande parte da população de Roraima se posicionavam contra o processo de desintrusão da TI, criando um ambiente de grande hostilidade. Foi nesse contexto, por exemplo, que o indigenista Porfírio Carvalho foi preso pela Polícia Federal²², além das frequentes ameaças enfrentadas tanto pelos indígenas quanto pelos profissionais envolvidas/os nas ações do PSM²³.

O processo de retirada dos invasores da TI São Marcos enfrentou diversas dificuldades e foi marcado por intensos conflitos. Daniella Martins destacou que a desintrusão teve repercussões significativas, uma vez que havia receio de que essa ação se expandisse para a área urbana de Pacaraima; contudo, essa questão não foi incluída no processo de compensação. A reação à desintrusão foi, em parte, motivada pelo medo da perda de propriedades localizadas ao longo da BR-174, que eram utilizadas como casas de “inverneio” por moradores de Boa Vista, além das fazendas, pequenos sítios e colônias agrícolas, o que, de fato, ocorreu.

Daniella ressaltou que a estratégia de desintrusão teve início com a remoção de invasores localizados nas proximidades da estrada. A primeira remoção ocorreu em um boteco à beira da estrada, onde foi estrategicamente instalado o posto de vigilância. Essa ação reveste-se de um significado simbólico importante, uma vez que sua localização proporcionou ampla visibilidade à retomada do território pelos indígenas. O pagamento de indenizações em dinheiro, associado à negociação firme conduzida pela Funai e ao apoio de

²² Sobre a prisão do Carvalho, Walter Blos explicou o seguinte: “Foi um delegado da Polícia Federal, não gostava do Carvalho e falou com o juiz, aí ele foi preso por incitação lá dos macuxi na invasão de fazendas, uma coisa assim. Mas não tinha nem processo. Eu lembro bem que o doutor Jonas foi para defender o Carvalho lá e pediu processo. O processo não estava pronto. Foi em outra instância, não tinha o processo. Não tinha nada pronto. Houve uma falha feroz lá do delegado e do juiz. Tanto que o Carvalho ficou preso na polícia federal, não foi para prisão da penitenciária nem nada. Ele ficou numa cela com um cara que tinha assassinado analistas do INSS e ele ficou três dias lá preso”. (Entrevista concedida no dia 09.08.2024).

²³ Tanto os indígenas quanto os profissionais envolvidos nas ações do PSM eram alvos frequentes de ameaças. Daniella Martins, em depoimento, destacou a hostilidade que ela e seus colegas enfrentaram no dia a dia, especialmente quando utilizavam o uniforme do PSM.

Porfírio Carvalho, que possuía vasta experiência nesse tipo de trabalho, foi um fator crucial para o êxito da desintrusão. A notícia acerca da agilidade nos pagamentos disseminou-se rapidamente entre os invasores, incentivando a maioria a aceitar as indenizações.

Alguns invasores se recusaram a aceitar indenizações, o que levou à realização dos pagamentos por meio de depósitos judiciais. Repetto (2012) destacou que houve campanhas contrárias à desintrusão, com ataques direcionados à Funai e às organizações indígenas que apoiavam a retirada dos invasores, sendo estas acusadas de estarem ligadas a interesses internacionais e de promoverem a internacionalização da Amazônia.

Utilizando todo el poder que el gobierno estadual y diputados tienen, hicieron una gran campaña, donde el centro de los ataques se dirigió contra FUNAI y las organizaciones indígenas. Estas últimas son tratadas como simples "ONG", para deslegitimar su accionar, en pleno contexto de los discursos sobre la internacionalización de la región del Amazonas, que estaría siendo entregada a los grandes poderes internacionales al demarcar las tierras indígenas. De manera alarmista en enero de 1999 ocurrieron algunas protestas de los productores, que llamaron a la población de Boa Vista para distribuir, en 2 de enero de 1999, tres toneladas de arroz y en 7 de enero, 5 toneladas de carne. En estas protestas se exigían la expulsión de Roraima de la FUNAI, de la iglesia católica que apoya a las comunidades indígenas, también de los Organismos No Gubernamentales (ONG's) y extranjeros, que supuestamente se encuentran por detrás de estas acciones a favor de los indígenas (Repetto, 2005, p. 10).

A desintrusão da TI é frequentemente evocada pelos indígenas em diversos contextos, como reuniões, assembleias, conversas informais e entrevistas. Essa lembrança, particularmente vívida entre os mais velhos, mas também presente entre os mais jovens, é narrada como uma "troca" pela passagem da LT, a qual possibilitou a retomada do território. É enfatizada, ainda, como uma vitória dos povos indígenas, que souberam, em momento oportuno, estabelecer uma aliança com a Eletronorte para reaver seu território.

Nossa terra era cheia de invasor, na verdade nós não tínhamos espaço para criar, tínhamos limites de caçada e de pesca. Não podíamos andar à vontade como hoje a gente anda livremente. Hoje a gente pode andar livre, pode criar, pode caçar, pode pescar, pode tirar madeira, pode tirar palha. Acredito que mudou muito. Hoje nós temos espaço para trabalhar na questão da

pecuária porque nós temos a terra (...) foi uma luta muito difícil porque nas primeiras reuniões não foi assim tão fácil, foi um ano de reuniões. Mesmo pagando os invasores tinha muitos que não queriam sair. Houve muito questionamento. Os fazendeiros nunca acreditaram que um dia iam desocupar as terras. Quer dizer, se não fosse o convênio com a Eletronorte talvez os invasores ainda tivessem na terra São Marcos. A Funai nunca dava uma certeza se ia tirar os fazendeiros. Não tinha dinheiro, eles falavam que tem que ver com as pessoas em Brasília (Valcir Peres, indígena da etnia Macuxi, 54 anos em 2007, Aldeia Santa Rosa, entrevista concedida em 10.04.2007).

A gente tinha um problema muito sério muito grande, que é que a nossa área já tinha sido demarcada há muitos anos pelo general Rondon Marechal, mas, os fazendeiros, viviam aqui, se criaram aqui e não devolvia a terra para nós, então não queriam sair, então quando veio o linhão de guri, a gente enxergou essa oportunidade, né? De indenizar, e eles poderem sair. E a gente ter de volta as nossas terras. E esse linhão de guri, tudo acontece no tempo certo, então ele veio num tempo certo e graças a Deus, deu tudo certo. Eles foram indenizados a gente discutiu muito isso; não foi num dia que a gente tomou essa decisão, ainda teve outras reuniões, né? (...) Os Tuxaua queriam, as comunidades queriam demais, era a saída dos fazendeiros das nossas terras. A gente queria a saída deles, e a oportunidade foi essa, que veio da união através do Eletronorte. Então essa oportunidade aí ninguém soltou, então a gente brigou por isso aí (...) A empresa aceitou nossa proposta sim, porque se ela não aceitasse, a gente não deixava eles passarem com a linha, enquanto não fosse do nosso jeito, e nessa hora que o Carvalho e outras pessoas que estavam juntos ali falaram eles querem assim, então tem que fazer do jeito que os índios querem. (José Lourenço dos Santos Neto, etnia Wapichana, 72 anos, comunidade Samã – entrevista concedida em 12.03.2024).

Aí nós sentemos e negociamos com a Eletronorte nas reuniões, pedimos a retirada dos fazendeiros, foram muitas reuniões; fizeram documentos, todos Tuxauas e o pessoal fizeram reuniões e pegaram assinatura. Neste tempo tinha o dinheiro do linhão de Guri... e aí quando a Funai fez o levantamento, e olhou as fazendas e aí disse: oh, vai dar tantos milhões e a união não tem esse dinheiro para pagar. E aí o que que nós fizemos, os Tuxauas, e a gente combinou bem, a gente tava juntos. É pegar esse recurso da Eletronorte e pagar para todos os fazendeiros saírem (...) Quando tiraram os invasores a gente sentiu assim... dono daquela coisa que você desejava ter, daquele pedaço de terra que você desejava pisar, que no tempo do fazendeiro você não pisava, no tempo do arroteiro você não pisava, então a gente se sentiu como até hoje né, a gente se sente... eu tô lá em casa e penso: Vamos embora para os campo, então a gente vai (Arlene Lima da Silva, etnia macuxi, 72 anos, comunidade Sabiá - entrevista concedida em 12.03.2024).

Em minha entrevista com Walter Blos, administrador local da Funai à época, ele descreveu o processo de desintrusão como um momento significativo de reconhecimento e apropriação do território ancestral, outrora interdito aos indígenas. Segundo ele, a retomada da terra produziu “mudanças significativas na identidade e na autoestima dos Macuxi, Taurepang e Wapichana”. Para ilustrar essa mudança, relatou o seguinte:

Com a participação dos indígenas em tudo, eles começaram a entender o tamanho da terra deles. A autoestima deles foi crescendo e eles puderam tomar decisões. Teve uma vez que eu andando com um líder, que eu tinha proximidade, ele bateu no peito e disse, eu sou macuxi! Eu até disse: mas agora que tu fala isso? Ele respondeu: “é porque eu fui vaqueiro deles, eu tinha receio, eu nunca pensei que a minha terra ia estar limpa de fazendeiros”. Então, para eles, que no início tinham um receio de tirá-los, para eles foi uma vitória muito grande. Eles vendo a terra sendo limpa, eles ocupando fazendas que antes tinham fazendeiros, tinham gados deles, tinham fazendeiros que resistiram até o finalzinho e eles acompanharam o processo da saída deles todos. Sempre foi uma vitória (Walter Blos, indigenista, 61 anos, entrevista concedida em 09.08.2024).

As atividades de vigilância da TI São Marcos estavam diretamente ligadas às ações de desintrusão do território, sendo fundamentais para apoiar a resistência à violência imposta pelos posseiros que se recusavam a deixar a área e para evitar o retorno de invasores e novas ocupações. Graças a essas ações coordenadas, foi possível remover os fazendeiros em um curto período. O processo de retirada teve início no final de 1998 e o último invasor foi removido em 2002. Alguns só saíram por determinação judicial.

O envolvimento direto das comunidades no monitoramento das ações do PSM e na composição das equipes de acompanhamento ambiental do componente indígena também é frequentemente enfatizado pelos povos indígenas, especialmente no que se refere ao trabalho em parceria com técnicos ambientais não indígenas. Sobre esse acompanhamento indígena, Sr. Lourenço me explicou o seguinte:

Cada mês, cada comunidade mandava um e eles acompanhavam esse pessoal no processo do Linhão de Guri, então eles diziam: olha não pode fazer isso, aí não, não pode. Então eles não faziam. Iam derrubar uma árvore, aí o indígena dizia: não, isso aí, tu não mexe aí não. Então eles iam cumprindo o que os fiscais e lideranças mandado pelos Tuxaua iam ditando

para eles. Isso foi um trabalho muito forte da comunidade no linhão de Guri (José Lourenço dos Santos Neto, etnia Wapichana, 72 anos, comunidade Samã – entrevista concedida em 12.03.2024).

Sobre a escolha e formação dos técnicos ambientais do componente indígena, Daniella Martins e o engenheiro florestal Robert Miller destacaram que a Adawa selecionou técnicos agrícolas com conhecimento da região, alguns dos quais já haviam participado de um programa de vigilância na TI Waimiri Atroari, em decorrência do asfaltamento da BR-174. Além disso, esses profissionais passaram por treinamento antes de iniciarem suas atividades no PSM. Todo o processo de implantação da LT na TI era supervisionado por cinco equipes, compostas por uma liderança indígena indicada pelas comunidades, que atuava em regime de revezamento, e um técnico não indígena.

Destaca-se também que os indígenas receberam formação para realizar o monitoramento ambiental da construção e a vigilância do território, sendo responsáveis por informar suas comunidades sobre as ações desenvolvidas. O relatório final desta fase do PSM (Eletronorte, 2004) ressaltou que esse processo formativo foi fundamental para o desenvolvimento de mecanismos de fiscalização e monitoramento por parte dos indígenas.

Atualmente, as empresas que necessitam realizar algum trabalho dentro da terra indígena São Marcos são cobradas a adotar uma postura de respeito aos direitos indígenas e ao meio ambiente. Além disso, passam pelo mesmo processo de negociação e acompanhamento das atividades desenvolvidas, pelo qual passou a Eletronorte (Eletronorte, 2014, p. 159).

Em relação à estrutura e à dinâmica do PSM, a partir da análise da documentação e das entrevistas realizadas com indígenas e técnicos envolvidos na primeira fase, pareceu-me que este era um programa em constante construção. Havia um planejamento inicial, mas este era continuamente ajustado de acordo com as demandas indígenas e a necessidade de prevenir, minimizar e compensar os impactos.

A análise da documentação e dos relatos obtidos junto aos indígenas e técnicos participantes da primeira fase do PSM revela a natureza dinâmica e adaptativa desse. Embora fundamentado em um planejamento inicial, o PSM demonstra constante reavaliação e ajuste de suas ações, em resposta às

demandas das comunidades indígenas e à necessidade de preservação, mitigação e compensação dos impactos socioambientais do empreendimento. Essa característica se alinhou ao conceito de manejo adaptativo²⁴ proposto por Holling (1978), que enfatiza a importância de estratégias flexíveis, com base em monitoramento e avaliação contínuos e na avaliação dos resultados.

Daniella Martins, que atuou como coordenadora de campo, explicou que, inicialmente, o foco da vigilância era voltado para os invasores. No entanto, ao longo do tempo, percebeu-se que o território sofria diferentes formas de invasão. Não eram apenas moradores, fazendeiros ou o pessoal da colônia agrícola que invadiam a área; outras situações, como grupos que entravam na terra para usufruir de uma cachoeira, impedindo o acesso dos indígenas, também configuravam invasão.

A vigilância era uma coisa muito mais voltada para a coisa dos invasores. Depois a gente viu que tinha diversas formas de invasão daquela terra. Entrar numa terra para usufruir de uma cachoeira, não deixar nem os indígenas usarem a cachoeira, tá lá 3, 4 ônibus, 50 pessoas bebendo, jogando lixo, comendo, ouvindo só as músicas e tudo mais. Os indígenas não iam para Cachoeira do Macaco. Por quê? Porque lá tá cheio de não índio. Então, era uma parte do território deles que eles não usufruíam porque tinha alguém invadindo. Todo final de semana tinha gente lá. E pra essas outras coisas também para retirar a piçarra, areia, enfim, caçar, pescar, aprisionar animais (Daniella Martins, entrevista concedida em 04.08.2024).

As atividades ligadas ao transporte, tanto para apoio logístico à produção agrícola, quanto para o deslocamento de passageiros, também se articularam a outras atividades ligadas à retirada dos invasores e à retomada do território. Isso revelou-se uma necessidade essencial, pois muitos indígenas só conseguiam acessar às cidades de Boa Vista e Pacaraima para acesso às políticas públicas ou compra de alimentos, por meio do transporte oferecido pelos invasores, que não passava de uma estratégia de dependência e submissão.

²⁴ O manejo adaptativo, segundo Holling (1978), implica um processo de aprendizado contínuo e de ajuste das práticas de gestão, permitindo que as novas estratégias, conforme as circunstâncias mudam. Isso é particularmente relevante em contextos complexos, como o envolvimento de comunidades indígenas, onde as necessidades e os conhecimentos locais desempenham um papel crucial na efetividade das ações implementadas.

Outra atividade que merece destaque foi o levantamento da altura das árvores e a estimativa de crescimento. Essa atividade possibilitou que os indígenas, em diálogo com a assessoria indigenista, realizassem diversas tratativas com a empresa para alterar o projeto original, elevando a altura das torres na área de mata densa, diminuindo, sobremaneira, a supressão de vegetação. Em 1997, não era trivial conseguir alterar um projeto de engenharia, não só porque acarretaria mais trabalho, mas também porque o custo também aumentaria bastante.

Se você pegar a terra indígena São Marcos inteira, só aquela mata que tem ali na Serra de Pacaraima. Então, aquela mata, ela é muito importante. Tem pessoas que vêm lá do lavrado, para tirar madeira lá para construir. Porque era só lá que tinha as madeiras que precisava para construção. Então como é que você ia simplesmente passar rasgando dessa forma? (...)
Teve inclusive um estudo feito pelo Robert e pelo Raimundo, com acompanhamento do Renato Macuxi para verificar a altura das árvores na serra de Pacaraima, onde é uma vegetação de floresta com árvores mais altas, para poder verificar a altura necessária das torres e dos cabos. Eu e o Bruno, geólogo da Eletronorte, participamos muito de conversas na divisão que cuidava do projeto. Uma experiência que a gente pegou como base foi a da Serra da Cantareira em São Paulo, pois lá é uma unidade de conservação e fizeram uma construção bem alternativa, torres altas, peças carregadas por burros. A primeira parte de altear as torres eles toparam, mas os burros não. Eu tenho quase certeza que se eles tivessem transportado no lombo do burro na Serra de Pacaraima, eles tinham economizado muito dinheiro e muito tempo (Daniella Martins, entrevista concedida em 04.08.2024).

Aguiar (2011) assinala que o monitoramento ambiental realizado pela equipe do componente indígena enfrentou resistência por parte da empresa de engenharia contratada, que não parecia ter preocupação ambiental. A autora menciona o relato de Carvalho em sua entrevista, no qual ele afirma que "brigaram muito por cada ninho de pássaro" e que as regras de trabalho na TI eram rigorosas para prevenir e minimizar os impactos da obra.

Daniella Martins corroborou essa perspectiva, relatando que o trabalho foi árduo, intenso e repleto de percalços. Inicialmente, a imposição de condições e normas, a necessidade de diálogo com os colaboradores e a participação dos indígenas nas equipes e fiscalização, foi percebida pela equipe de engenharia, especialmente por sua chefia, como um obstáculo. Essa resistência geralmente

se associa à crença de que tais exigências podem atrasar o andamento das atividades. No entanto, as experiências relacionadas ao acompanhamento da obra revelaram que, apesar da postura autoritária de alguns líderes e engenheiros, a equipe de campo, composta por técnicos, demonstrou respeito em relação aos indígenas. Desde o início, promoveu-se o diálogo e a sensibilização desses profissionais, o que facilitou a interação durante o desenvolvimento do trabalho.

Adicionalmente, Daniella contou que as visitas aos acampamentos dos trabalhadores, realizadas com o objetivo de sensibilizá-los, resultaram em benefícios concretos para esses operários. Ao perceberem as condições precárias em que os trabalhadores se encontravam, a equipe responsável pelo componente indígena fez denúncias que provocaram mudanças significativas em prol dos direitos e do bem-estar dos trabalhadores.

Esse trabalho que todo mundo falava que era impossível de fazer, conversar com todos os trabalhadores antes deles entrarem na terra indígena, para eles já saberem o que é, o pessoal da engenharia achava que a gente não ia dar conta de acompanhar. E a gente fez, porque a gente trabalhava obviamente até de noite, a gente ia de noite, acompanhava de dia e de noite, ia para os acampamentos para poder fazer palestras. E acaba que os trabalhadores, os mais simples, que são a grande maioria que está em campo, também tiveram esse aprofundamento aí na relação com os indígenas e com a equipe da gente também, porque eles se sentiam respeitados, que a gente ia lá explicar para eles a importância do trabalho deles e o cuidado que eles tinham que ter por ser uma terra indígena. Eles disseram que eles nunca tinham tido isso antes, uma informação prévia do trabalho, dos cuidados que eles iam ter. E como eles, não sei se você sabe disso, que era a empresa responsável pela obra subcontratou inúmeras pequenas empresas. E a gente descobriu, encontrou situações, de extrema precariedade de tratamento dos trabalhadores nos acampamentos, de alimentação e tudo mais. E a gente denunciava essas coisas. Então, os trabalhadores acabaram por, vamos dizer assim, respeitar e ter apreço pela participação da gente, até por conta dessa participação, regras sobre os trabalhos deles também tinham que ser respeitadas, né? Então, eles adoravam quando a gente ia nos acampamentos, eles gostavam do acompanhamento, eles gostavam de conhecer os indígenas, né? E muitos deles são muito engraçados, contam história, contam piada. Então, o que a princípio a engenharia achava que ia ser um empecilho, na verdade, foi uma coisa muito tranquila, principalmente por parte dos trabalhadores. E eu acho que deu esse apoio também para que os direitos dos trabalhadores

fossem respeitados, porque era uma coisa muito precária, muito ruim mesmo. E aí, a partir dessas denúncias, teve fiscalização, eles tiveram que mudar várias coisas, vários alojamentos, alimentação dos trabalhadores, enfim. Foi uma coisa bem importante também. E que não aparece, né? Porque ninguém vai estar contando essas coisas (Daniella Martins, entrevista concedida em 04.08.2024).

Com o tempo, tudo indica que a equipe de engenharia reconheceu a relevância do conhecimento indígena sobre o território, compreendendo sua importância para as atividades. Passaram também a valorizar o respeito às comunidades locais, a importância da comunicação prévia com os moradores e a preocupação com questões ambientais, como a gestão de resíduos e a preservação da vegetação. Essa relação se intensificou e, ao final do projeto, diversos profissionais admitiram que, ao contrário de seus receios iniciais, a participação indígena, em vez de prejudicar, contribuiu significativamente para o trabalho.

Um aspecto interessante da primeira fase foi a criação da Associação do Programa São Marcos (APSM) em 2000. Sua criação se justificou pela ausência de uma associação unânime para receber os bens do PSM, que, em algum momento, seriam repassados para as comunidades. A APSM, portanto, não funcionava como as demais associações indígenas de Roraima. Daniella Martins explicou-me que, no início, a APSM tinha uma função predominantemente burocrática, mas, a partir de 2004, passou a assumir o PSM e a se fortalecer politicamente como representante dos povos indígenas de São Marcos, inclusive junto às demais associações indígenas no estado e no cenário nacional.

Outro aspecto relevante desse processo, enfatizado pelos indígenas durante as entrevistas, conversas e assembleias, bem como na entrevista com a indigenista Daniella Martins, também se relaciona com os princípios do manejo adaptativo propostos por Holling (1978). Este aspecto diz respeito aos processos de avaliação contínua das ações de compensação socioambiental. Com a colaboração dos indígenas, dos técnicos que atuavam no PSM e da Funai, reuniões e assembleias eram realizadas periodicamente para avaliar as ações implementadas e planejar futuras intervenções, mobilizando intensamente as comunidades. A dinâmica dessas reuniões refletiu a importância de um ciclo interativo de feedback, onde se tinham a oportunidade de expressar suas

preocupações e sugestões, ajustando assim as estratégias de gestão de acordo à realidade.

Essa dinâmica possibilitou reencontros entre os indígenas, que antes da retirada dos fazendeiros, enfrentavam impedimentos para os encontros presenciais e uma intensa repressão psicológica que visava mantê-los isolados, dificultando a formação de alianças e mobilizações. Os relatos sobre as diversas formas de violência vivenciadas – agressões físicas, proibição de falar a língua materna, castigos com ferro quente, aprisionamentos e assassinatos – eram frequentes. Eu mesma ouvi inúmeros relatos, especialmente durante as visitas à TI e aos locais onde existiam antigas fazendas invadidas.

Outro elemento que favoreceu esses reencontros foram as mobilizações para a retirada dos invasores que resistiam a sair da TI, além das festividades organizadas a cada área recuperada. Segundo os indígenas, esses foram dias intensos de mobilização, marcados por pressões de todos os tipos para que desistissem da luta, seguidos de grandes comemorações a cada vitória. Nesse contexto de resistência e união, os indígenas teceram uma articulação política que ressoa até hoje.

O relatório final do PSM (Eletronorte, 2004) informou que a equipe foi notificada com apenas poucos dias de antecedência sobre os testes de energização da LT, o que prejudicou o planejamento da campanha informativa acerca dos cuidados necessários com a linha energizada. Essa situação gerou incertezas e desconfortos nas comunidades. No entanto, a equipe responsável pelo componente indígena buscou contornar o problema. Nos três dias que antecederam os testes, foi realizada uma campanha para informar as comunidades, além de visitas a todas as residências próximas à LT para orientar sobre os cuidados necessários.

Ao final desta fase do PSM, das atividades combinadas sob responsabilidade da empresa deixou de ser realizada a elaboração de uma publicação sobre como conviver com a LT e a realização de reuniões para divulgar o material. Também ficaram pendentes a edição de um folheto com informações sobre os indígenas de São Marcos e seu patrimônio cultural e a finalização da recuperação integral das áreas degradadas pelo empreendimento.

A recuperação dessas áreas só foi concluída na segunda fase do PSM, sob a supervisão do Ibama. É importante registrar, ainda, que o monitoramento, a prevenção e a recuperação de áreas degradadas, em decorrência da operação e manutenção da LT, constituem condicionantes das LOs, configurando obrigações contínuas.

Da parte dos indígenas, segundo o documento final, ficaram pendentes duas construções nas arquiteturas Wapichana e Taurepang que serviram de espaço de convivência.

As ações de educação ambiental, que são condicionantes das licenças de operação, foram implementadas ao longo da operação da LT e visam orientar as comunidades sobre a convivência com essa infraestrutura, buscando informar e sensibilizar tanto as populações indígenas quanto as não indígenas que moram próximas à LT. A recuperação das áreas degradadas foi concluída somente na segunda fase do PSM, sob a supervisão do Ibama.

Em 2003, as comunidades reivindicaram assumir a gestão do PSM por meio da APSM. A assessoria indigenista da Eletronorte apoiou essa demanda, mas destacou que, para a efetivação dessa transição, seria necessário um planejamento adequado, incluindo a capacitação dos envolvidos, o que demandaria um prazo adicional de dois a três anos. Entretanto, essa transição não se concretizou, encerrando assim a primeira fase e dando início à segunda fase do PSM sob a gestão da APSM.

2.3. Segunda Fase do Programa São Marcos

A segunda fase do PSM teve início em janeiro de 2004, com uma nova configuração, resultado da reivindicação dos representantes indígenas pela autogestão. A APSM passou a ser a responsável pela gestão e execução do PSM. Com isso, houve o repasse das atribuições, bens, documentos e fundos restantes para a associação indígena.

Nos quatro primeiros meses dessa fase do PSM, a APSM fez a gestão sem o apoio de uma assessoria indigenista especializada. A partir de abril de 2004, a

Eletronorte contratou o indigenista Eduardo Almeida²⁵ para assessorar, mediar e acompanhar o PSM, representando a empresa e apoiando os indígenas na gestão. Essa assessoria foi um importante suporte para a administração do PSM, que continuou sob a responsabilidade dos indígenas.

Especificamente sobre o convênio 01/2004, firmado em 6 de janeiro de 2004 entre a Eletronorte e a APSM, com a interveniência da Funai, sua vigência se estendeu até 2008. Nesse sentido, o acordo foi estabelecido com base nas seguintes considerações: a iminência do término do Termo de Compromisso anterior; o apoio da Eletronorte às conquistas significativas das comunidades indígenas, em especial a desintrusão da TI; a demanda das comunidades em dar continuidade ao PSM com o apoio da Eletronorte (manifestada em uma carta das lideranças indígenas de 19.10.2003); o reconhecimento da Eletronorte de sua responsabilidade social e a necessidade de dar continuidade às ações em benefício das comunidades da TI São Marcos; e o reconhecimento declarado pelas comunidades da importância da LT para a empresa e para a sociedade (convênio 01/2004).

O Convênio estabeleceu como objetivo garantir a integridade do empreendimento e promover o desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas, conforme o Plano de Trabalho Conjunto. As responsabilidades foram distribuídas entre a Eletronorte, a Associação Programa São Marcos (APSM) e a Funai:

- Para a Eletronorte, as obrigações incluíram: cumprir rigorosamente a legislação, especialmente a proibição do uso de álcool entre os indígenas; indenizar danos a bens individuais e culturais decorrentes da manutenção da LT; comunicar à Funai a identificação dos funcionários e qualquer urgência antes de acessar a TI; desenvolver ações voltadas à saúde e educação das comunidades; e construir um novo posto de vigilância.
- A APSM, por sua vez, deveria apoiar a Eletronorte na proteção da linha, garantir o acesso da equipe autorizada, descredenciar funcionários que

²⁵ Eduardo Aguiar de Almeida, é jornalista e indigenista. Foi o primeiro presidente da Funai no primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva (fevereiro de 2003 a agosto de 2003). É um dos coautores do Caderno Temático *Compromisso com os Povos Indígenas* do Programa de Governo 2002 Lula Presidente.

não cumprissem as normas e informar as comunidades sobre os compromissos do Convênio.

- A Funai foi responsável por assegurar o acesso da Eletronorte à TI, gerenciar a execução do Convênio em conjunto com a APSM e promover a convivência harmoniosa entre as comunidades e a empresa. Essas obrigações refletiram um compromisso compartilhado em respeitar os direitos das comunidades e garantir a execução adequada do empreendimento.

Diferentemente do instrumento jurídico utilizado na primeira fase, que foi firmado com a Funai e contou com a interveniência das comunidades indígenas, neste novo formato os papéis se inverteram: a associação indígena assumiu o protagonismo, enquanto a Funai desempenhou um papel de apoio.

É relevante observar que, no texto do Convênio, não há menção explícita de que as ações a serem implementadas na TI visavam mitigar ou compensar impactos socioambientais negativos. As iniciativas planejadas abrangiam áreas como saúde, educação e energia, além de outras que contribuíssem para o bem-estar coletivo das comunidades. Na justificativa do documento, ressaltou-se que essas ações estavam alinhadas às diretrizes de responsabilidade social da Eletronorte. Ademais, o Convênio contemplava ações voltadas para a vigilância ambiental e a construção de um segundo posto de vigilância, o que enfatiza a atenção às questões de monitoramento e proteção ambiental.

Assim, apesar de não estar explicitamente mencionado, pode-se inferir que se tratavam de ações socioambientais. Vale ressaltar que a gestão do PSM sempre foi conduzida pela Superintendência de Meio Ambiente da Eletronorte, que sistematicamente informava o Ibama sobre o andamento do programa, mesmo sem essa obrigação estar expressa como condicionante da Licença de Operação. Ademais, os/as profissionais envolvidos/as com o trabalho eram todos/as especialistas em meio ambiente.

Em entrevista, Eduardo abordou o assunto. Afirmou que, embora já tenha se passado muito tempo, a lembrança dos termos exatos dos documentos é difícil. Entretanto, ele se recorda de que, nas conversas, reuniões e assembleias, as falas indicavam a relação direta entre as ações desenvolvidas e os impactos

e afetações da LT na TI. Ele próprio, como assessor indigenista, trabalhava com essa perspectiva.

Nas entrevistas, reuniões, assembleias e conversas realizadas com indígenas em 2023 e 2024, o entendimento majoritário é que o PSM é reconhecido desde o início como um programa de ações socioambientais. O principal impacto mencionado pelos indígenas é a restrição do uso exclusivo da faixa de servidão e a constante presença de técnicos da Eletronorte nos serviços de operação do empreendimento.

Eduardo Almeida destacou (2006) que, naquele período, a autogestão indígena do PSM representava um avanço, mas também um grande desafio, dada a complexidade burocrática inerente ao processo. Nesse contexto, o surgimento de problemas de gestão era previsível. Ele apontou que essa dificuldade derivava, em parte, da falta de apoio da Eletronorte na área de gestão. Para enfrentar essa questão, a empresa o contratou para exercer a função de assessor indigenista, com o objetivo de apoiar os indígenas tanto na gestão quanto nas diversas ações do PSM.

Segundo Almeida, o trabalho colaborativo entre a Associação, a Eletronorte e a Funai resultou em avanços importantes na gestão administrativa e na prestação de contas do PSM. O processo, embora desafiador, evidenciou a importância do acompanhamento contínuo, da participação efetiva das comunidades e do controle social para o aprimoramento da governança.

Nesta segunda fase, o Programa de Vigilância encontrava-se consolidado e a retirada dos posseiros não era mais uma preocupação. O grande desafio passou a ser a busca por realizar um trabalho de gestão, realizado pelos próprios indígenas, considerando o planejamento, a execução e o monitoramento das ações, articulado com a autodeterminação indígena. A estruturação da sede em Boa Vista, que foi adquirida em 2003, contribuiu para esse processo, pois proporcionou um ponto de apoio na capital do estado para as articulações da política indígena.

Foi elaborado um Plano de Trabalho Conjunto para o período de 2004 a 2008, com revisões anuais, que abrangeu diversas áreas de atuação, conforme detalhado na tabela subsequente.

Quadro 5 – Plano de Trabalho 2004 -2008

Área de atuação	Descrição
1. Gastos com Pessoal	Remuneração de funcionários do PSM e despesas com deslocamentos e alimentação.
2. Custeio de Despesas Correntes	Manutenção de escritórios, postos de vigilância, comunicação, energia, taxas e manutenção de veículos.
3. Apoio a Projetos Comunitários	Fomento a projetos comunitários com foco em benefícios socioculturais e produtivos.
4. Assistência Social	Apoio financeiro a indígenas em situações de emergência fora de suas aldeias.
5. Projetos de Pecuária em Fazendas-Depósito	Investimentos em fazendas comunitárias para incrementar atividades produtivas.
6. Infraestrutura	Investimentos em construções, reformas, saneamento e acesso comunitário.
7. Aquisição de Veículos e Implementos	Compra de implementos agrícolas para apoiar as comunidades.
8. Oficina da Terra	Fomento a atividades produtivas sustentáveis, como agricultura e agrofloresta.
9. Apoio à Educação e Capacitação	Concessão de bolsas de estudo e estímulos à capacitação técnico-profissional.
10. Fortalecimento Institucional	Apoio à estruturação de organizações indígenas parceiras.
11. Construção do Posto de Vigilância do Uraricoera	Obras civis e aquisição de equipamentos para o funcionamento do posto.

Esse plano, uma espécie de plano plurianual, serviu como base para as discussões e a elaboração dos planos anuais, os quais eram formulados e debatidos nas Assembleias regionais e aprovados nas Assembleias Gerais.

Nas assembleias, o debate sobre a redução dos recursos administrativos em favor dos projetos comunitários era intenso. Apesar dos esforços, a segunda fase ainda apresentava dificuldades em concretizar essa mudança de forma mais consistente, pois grande parte dos recursos ainda se destinava à manutenção da estrutura da sede em Boa Vista. Diante disso, a própria

comunidade iniciou uma discussão interna para redirecionar os investimentos para projetos comunitários e para outras mudanças na associação.

As mudanças implementadas na Associação do Povo São Marcos (APSM) em 2006, conforme relatado em entrevistas e no relatório de Eduardo Almeida (2006), marcaram uma nova fase na gestão da organização. As entrevistas realizadas em 2007 com o então vice-coordenador, Sr. Manduca, e em 2023 com o Sr. Lourenço, ex-coordenador geral e liderança indígena, fornecem perspectivas sobre esse processo. A assembleia da APSM, com representantes de todas as comunidades da TI, aprovou três medidas principais apontam para uma maior autonomia e protagonismo indígena:

- A Associação recebeu novo nome: Associação dos Povos Indígenas da Terra São Marcos (APITSM). Isso refletindo a expansão de sua atuação para além da relação com a Eletronorte;
- Limitação de gastos com pessoal e custeio em 50% dos recursos do convênio, priorizando o etnodesenvolvimento e infraestrutura (demanda das comunidades);
- Criação dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, fortalecendo o controle social da gestão dos recursos;
- Essas mudanças apontam para uma maior autonomia e protagonismo da APITSM na definição de seus objetivos e na gestão de seus recursos.

As mudanças implementadas não se limitaram a uma reorganização interna, mas representaram um passo significativo na consolidação de sua autonomia e no fortalecimento de sua governança. Esse processo reflete o esforço da associação em responder às demandas e aspirações das comunidades indígenas, expressas nas assembleias e reuniões coletivas, e em promover o fortalecimento político dos povos indígenas de São Marcos e sua capacidade de atuar como legítima representante dos interesses indígenas.

Na mesma entrevista realizada em 2007, o Sr. Manduca explicou acerca da autogestão indígena e seus desafios:

Eu participo há muito tempo... em 1997 quando começamos a negociar com a Eletronorte, eu era Tuxaua da minha

comunidade. Então em 1997, a gente fazia reuniões para discutir e para ver se dava certo a nossa negociação sobre o linhão de Guri, a passagem do linhão de Guri. Então, a gente já vem acompanhando há muito tempo, acompanhamos a desintrusão. Eu trabalhava na APIR, fui eleito duas vezes para a vice-coordenação da APIR. Depois trabalhei quatro anos como tesoureiro da APIR. Hoje sou vice-coordenador da APITSM. Na verdade, a gente já vem lutando há muito tempo a questão da terra indígena de São Marcos e criamos uma associação. Nós mesmo que criamos dentro de São Marcos, né? Tinha a APIR, mas a gente achou por bem concentrar as coisas dentro da terra indígena São Marcos. E hoje estamos aqui para somar forças e trabalhar. É difícil, tem muita dificuldade, a gente acompanhava como liderança, como Tuxaua, mas não como coordenador, mas eu vou me adaptar, me adaptar nos trabalhos. Cada vez mais tem demanda para a APITSM, tem muita cobrança dos Tuxauas. Eu, como vice-coordenador e o Lourenço como coordenador, a gente vem somando e aperfeiçoando (Manduca Tavares Neto, 63 anos, Wapichana, Maloca do Milho, entrevista concedida em 10.04.2007).

Assim, a gente tomar de conta disso aí foi uma coisa muito importante para nós. A gente saber que a gente tinha essa capacidade de administrar os recursos do programa. Foi o segundo passo nosso. Então, o primeiro coordenador foi o Galdino. Depois teve outras eleições (...) logo depois o Eduardo veio nos ajudar. Ele ajudou demais. Ele foi importante na nossa gestão, ajudou muito na mudança do sistema de como prestar contas, foi um grande parceiro. A Tânia da Funai ajudou muito. Era parceria, Funai, Eletronorte, APITSM (José Lourenço dos Santos Neto, Wapichana, 72 anos, comunidade Samã – entrevista concedida em 12.03.2024).

Nesta fase, as equipes indígenas de fiscalização e proteção ambiental foram unificadas, passando a realizar ambas as funções. Seu principal objetivo era contribuir para a conservação ambiental da TI, garantir aos indígenas o usufruto exclusivo do território e impedir a entrada de novos invasores. Para isso, as atividades seguiam as mesmas diretrizes da fase anterior, incluindo as reuniões para planejamento semanal. As equipes atuavam na fiscalização das rodovias BR-174 e BR-433, no interior da TI, realizavam visitas às aldeias para prestar contas do trabalho e ouvir as demandas da comunidade e fiscalizavam o uso do *makunaimî* 'ônibus' e do *insikiran* 'caminhão', veículos que auxiliavam na produção e no transporte de pessoas.

As atividades da Oficina da Terra prosseguiram, com menor intensidade em relação à primeira etapa, mas mantendo os mesmos objetivos: contribuir para o resgate e a divulgação da cultura indígena, valorizando o conhecimento

tradicional sobre os recursos naturais da região, e atuar no replantio de espécies vegetais. Com o tempo, no entanto, as ações da Oficina da Terra foram diminuindo no âmbito do PSM, à medida que as comunidades indígenas começaram a priorizar outros interesses. Em decorrência dessa mudança de foco, a Oficina da Terra foi encerrada no final de 2008.

As estratégias de apoio educacional foram reavaliadas e adaptadas ao longo do tempo, com todas as decisões tomadas em assembleias. Em 2004, o PSM iniciou suas atividades com bolsas de estudo para duas estudantes indígenas que estavam no início da graduação, além de apoiar um grupo de pré-vestibulandos e dois indígenas em cursos de capacitação técnica. Visando complementar o apoio aos estudantes, uma sala de informática foi disponibilizada e, inicialmente, contou com alta frequência.

Nos anos seguintes, o PSM passou a contemplar apoio aos universitários (variava de 10 a 13 anualmente), mas deixou de oferecer bolsas para pré-vestibular. Uma das estratégias para ampliar o número de estudantes beneficiados foi incentivar o ingresso em universidades públicas, o que diminuiria os custos com mensalidades. No entanto, essa iniciativa não teve a adesão esperada. Em alguns momentos os estudantes reclamaram dos valores por considerarem baixo para manter os custos com educação, mas as discussões eram realizadas e definidas em assembleia.

Eduardo Almeida explicou que o apoio aos estudantes foi definido em assembleia, com base nas demandas dos estudantes. Ele acredita que esse suporte gerou um efeito positivo, promovendo renovação e estimulando a juventude, trazendo novos ares. Naquele período, havia a percepção de que o PSM era temporário, o que tornava a formação dos estudantes essencial para fortalecer a associação e implementar ações e projetos mais estruturados, focados nas potencialidades da TI. A ideia “era não encarar o PSM como um fim em si mesmo”, mas como uma oportunidade para desenvolver projetos que fossem além, utilizando sua estrutura como contrapartida. Para isso, era importante elaborar "projetos com mais fôlego" com o apoio dos estudantes.

Nesse contexto, foi desenvolvido um projeto para o BNDES²⁶ que, apesar de bem estruturado e de ter passado por diversas tratativas, não avançou. Ele também mencionou que a questão do apoio aos estudantes apresentou desafios, pois alguns alunos, que cursavam agronomia e outros cursos afins em universidades particulares, traziam ideias de uma agricultura extensiva, com uso de agrotóxicos, muitas vezes desconectadas da realidade indígena.

A questão da pecuária ocupou um papel central no PSM e é um tema recorrente nas assembleias. Em entrevista, Eduardo Almeida destacou a relevância do assunto, iniciando sua explicação com a seguinte afirmação: "o universo da pecuária brasileira é predominantemente predatório, socialmente injusto e ambientalmente danoso". Ele observou que, em Roraima, essa realidade não é diferente, apresentando um aspecto particularmente pernicioso: a estratégia colonial de controle do território fronteiriço. Não à toa, a pecuária roraimense é hegemonicamente ultraextensiva e voltada para a monocultura de corte, o que exige menos manejo e menor presença de vaqueiros em comparação com a pecuária de dupla aptidão (corte e leite), facilitando, assim, a monopolização da terra e a apropriação do território indígena. O trabalho com a pecuária exigia enfrentar essas condições, especialmente considerando que muitos indígenas "trabalharam" para esses invasores como vaqueiros e compartilhavam uma visão semelhante sobre a pecuária.

Segundo Eduardo, as estratégias da Funai e de outras instituições, como o Cimi, incluíam projetos que consistiam na aquisição de matrizes Nelore, as quais eram levadas para as comunidades indígenas, com o compromisso de que as crias seriam divididas para repovoar a região após a saída dos fazendeiros. Embora essas ações fossem estratégicas para os indígenas, ainda apresentavam problemas, pois o gado não era apropriado para o ambiente do lavrado. A metodologia de distribuição do gado, conhecida como "meia", permanece importante para os indígenas até hoje; durante a época de apartação

²⁶ Eduardo Almeida explicou que, entre 2005 e 2007, a associação se envolveu na elaboração de um projeto de pecuária mais ecológica e sustentável, com leque aberto para ações em agricultura, artesanato, meio ambiente e capacitação junto ao BNDES. Foram realizadas várias tratativas com o banco, incluindo algumas reuniões bastante positivas, mas, ao final, o projeto não foi aprovado.

dos bezerros, isso se torna motivo de celebração, reunindo todos nas fazendas para festejar com comida, música e dança.

Nesse sentido, Eduardo explicou que parte significativa do trabalho indigenista visava mudar essa lógica e promover o diálogo sobre diferentes modelos de pecuária, com foco em uma abordagem mais ecológica, além da tentativa de estabelecer parcerias com outras instituições, como o BNDES e a Embrapa. No âmbito do PSM, foi realizado um minicurso com a zootecnista Vânia Penna sobre manejo do gado. Posteriormente, a associação conseguiu viabilizar, junto à Fundação Banco do Brasil, o projeto "Conhecendo Experiências em Pecuária Social e Ecológica – em Busca de Referências Positivas para Projetos Indígenas de Desenvolvimento Pecuário em Roraima". O objetivo era por meio de visitas didáticas de um grupo de 06 indígenas a experiências relevantes no estado da Paraíba.

Em entrevista concedida por António Coimbra, então Superintendente de Meio Ambiente, ele teceu considerações sobre a segunda fase do PSM e a perspectiva de sua continuidade. Explicou que a concepção do Programa se deu durante a fase de instalação da LT. Posteriormente, na segunda fase, já com a linha em operação e com o indigenista Eduardo Almeida na assessoria. Ele explicou que os indígenas falavam muito em se tornar autossuficientes, o que influenciou a compreensão de que essa era uma meta a ser atingida. Em suas palavras:

Com o passar do tempo, a gente foi vendo que não era possível, que eles não estavam conseguindo ser autossuficientes e a linha de transmissão continuava lá. Então, com isso, houve a demanda dos índios e, também, uma disposição nossa de continuar. Então, havia essa ideia de continuar para eles terem a autossuficiência. (Superintendente de Meio Ambiente da Eletronorte na segunda fase do PSM, entrevista concedida em setembro de 2024).

Ele ilustrou a ideia de autossuficiência com dois exemplos: a vigilância da TI e a pecuária. Quanto à vigilância, entendia-se que as comunidades ainda dependiam de suporte para realizar essa atividade, da Eletronorte e da Funai também. Já no que se refere à pecuária, com base em informações de Porfírio Carvalho e Eduardo Almeida, ele explicou que se tratava de uma atividade estratégica para as comunidades, mas que exigia um manejo adequado do gado

para que pudesse ser utilizada tanto para subsistência quanto para geração de renda extra. Especialmente nesse último aspecto, as comunidades ainda necessitavam de apoio, apesar dos esforços envidados na segunda fase do Programa.

Em 2007, realizei seis viagens a Roraima (fevereiro, abril, maio, junho, agosto e outubro) para participar de atividades e reuniões do PSM, tanto na sede quanto na TI. Minhas anotações desse período registram diversas falas de indígenas que abordaram ideias sobre “autossustentação”. Esse tema também foi enfatizado pelas três lideranças indígenas que entrevistei naquele ano para um estudo analítico sobre São Marcos. Ilustro essa questão com dois trechos dessas entrevistas:

Hoje o pensamento da gente é desenvolver as comunidades com projetos de autossustentação. Quando o convênio saiu das mãos do seu Carvalho para as mãos dos índios já teve uma mudança nas questões do projeto, já saía recurso para a compra de matriz, não se tirava um centavo para isso, era só fiscalização (...) então quando a gente mudemos, descobrimos os projetos, compremos cem mil de matrizes para as comunidades, aí veio apoio aos projetos de piscicultura ... Esse ano já é outro passo. (Alichards Lima da Silva, indígena Macuxi, idade 27 em 2007, Aldeia Sabiá, entrevista concedida em 09.04.2007).

Se a gente quer um projeto de autossustentação para as comunidades indígenas, então vamos trabalhar, porque muitas vezes você tá investindo um dinheiro na comunidade, mas tem muitas comunidades, cada comunidade tem um líder, um Tuxaua. No momento cada Tuxaua é responsável pelo projeto, então não adianta você aplicar um projeto de 30, 40 mil para a comunidade se o Tuxaua não dá o retorno para o programa (Valcir Peres, indígena Macuxi, Aldeia Santa Rosa, idade em 2007, 54 anos, entrevista concedida em 11.04.2007).

Embora houvesse incertezas quanto à continuidade do PSM, essa possibilidade foi amplamente discutida pelas lideranças indígenas em 2007, considerando que a LT permanecia instalada em território indígena, afetando diretamente as comunidades. Durante uma reunião realizada em 15 de junho de 2007, em Brasília, com a participação de lideranças indígenas e parceiros da APITSM, da Funai e da Eletronorte, o tema foi abordado. A advogada indígena Joênia Wapichana (atualmente presidenta da Funai) enfatizou que o Programa foi fundamental para a organização das comunidades e a proteção do território indígena. No entanto, ela destacou a necessidade de tratar o empreendimento

no contexto da percepção de dano contínuo, defendendo a prorrogação do convênio.

É importante destacar que a antropóloga Ana Maria Carvalho Lange²⁷ iniciou seu trabalho como assessora indigenista no PSM em março de 2008, participando de uma assembleia indígena na região do Surumu. Na ocasião, os coordenadores da APITSM prestaram contas às comunidades sobre as ações realizadas no semestre anterior, que incluíram a concessão de bolsas de estudos, a gestão das fazendas depósito, a implementação de projetos nas comunidades e a criação de postos de fiscalização, além de promover a avaliação e o planejamento conjunto das atividades.

Considerando a proximidade com o fim do convênio e as incertezas sobre sua continuidade foram feitos diálogos como a Funai e a contratação da aldeia mundo. Para dar continuidade às ações do PSM, a Eletronorte contratou, em 2008, a consultoria indigenista Aldeia Mundo Serviços e Consultoria para realizar oficinas participativas com o objetivo de definir conjuntamente uma metodologia de trabalho. Os diversos documentos que tratam do assunto, evidenciam que essa iniciativa visava possibilitar a elaboração de novas propostas para o PSM, que serviria como instrumento de compensação ambiental pela passagem da LT. Além disso, buscava-se apresentar à Funai propostas para a utilização do ressarcimento devido às comunidades, referente ao processo de indenização dos invasores retirados da TI. A Aldeia Mundo (2008), por sua vez, indicou que a avaliação deveria se pautar também em novos paradigmas e princípios de gestão ambiental em TIs.

Com a proximidade do término do convênio e as incertezas sobre sua continuidade, foram estabelecidos diálogos com a Funai e as comunidades indígenas. Para garantir a continuidade das ações do PSM, a Eletronorte

²⁷ Ana Maria Carvalho Lange é antropóloga e indigenista, com mais de 30 anos de dedicação à Amazônia. Trabalhou na Funai, no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), na coordenação do Programa de Meio Ambiente e Comunidades Indígenas (PMACI), no Ministério de Meio Ambiente (MMA), na Eletronorte e em várias ONGs. Foi responsável pelos processos de identificação e regularização de várias terras indígenas, além de ter trabalhado com comunidades de base (extrativistas e de agricultura familiar). No MMA, foi responsável pelo Programa Amazônia Solidária, voltado para o fortalecimento das comunidades extrativistas, indígenas e locais. Também coordenou uma rede de instituições para a implantação da assistência técnica aos extrativistas vinculados ao Prodex, linha de crédito dirigida pelo Banco da Amazônia. Em 2008 foi agraciada pelo prêmio Chico Mendes na categoria liderança individual.

contratou, em 2008, a consultoria indigenista Aldeia Mundo Serviços e Consultoria. O objetivo foi conduzir oficinas participativas para a definição conjunta de uma metodologia de trabalho, apoiando tanto a Eletronorte quanto as comunidades indígenas nesse processo de diálogo e negociação.

Os documentos relacionados a essa iniciativa evidenciam que o intuito era elaborar novas propostas para o PSM, que serviria como um instrumento de compensação ambiental devido à passagem da LT. Além disso, buscava-se apresentar à Funai propostas sobre o uso do ressarcimento destinado às comunidades, em relação ao processo de indenização dos invasores removidos da TI²⁸.

A Aldeia Mundo (2009) destacou que a construção da nova fase do PSM deveria se basear em novos paradigmas e princípios de gestão ambiental adequados às realidades das terras indígenas. Essa abordagem reflete uma tentativa de integrar as demandas das comunidades indígenas nas decisões sobre compensação ambiental, reconhecendo a importância de um modelo de gestão que respeite e valorize a cultura e os direitos dos povos indígenas.

Nesse contexto, foram realizadas três oficinas, organizadas pela Funai e pelas comunidades indígenas, entre maio e julho de 2008, nas seguintes localidades: Maloca da Roça, no Médio São Marcos; Maloca do Milho, no Baixo São Marcos; e Centro Makunaima, no Alto São Marcos. Essas oficinas foram o ponto de partida e estabeleceram as diretrizes do trabalho continuado no ano seguinte. Nelas, os indígenas indicaram a necessidade de reavaliar a gestão e a forma de repasse de recursos, ampliando-os e destinando-os às comunidades por meio de projetos coletivos. Essa questão foi um ponto crucial, expressa pelas comunidades em 2007 e 2008.

Temos a terra e a liberdade, falta organizar de que forma vamos gerir esse patrimônio. Temos recursos da compensação e do ressarcimento da Funai, estamos aqui para pensar juntos o que queremos e como vamos tocar a vida para frente. (José Lourenço, oficina Médio São Marcos - relatório Ana Lange de julho de 2008).

²⁸ A demanda para que a Funai reembolse os recursos utilizados na indenização dos invasores é uma questão antiga, frequentemente reavivada pelas comunidades indígenas. Essas comunidades argumentam que é uma obrigação da Funai arcar com os custos relacionados à indenização.

A própria Eletronorte reconheceu a importância de redesenhar o modelo de gestão do Programa a partir da escuta das demandas indígenas em assembleias e reuniões. A avaliação do PSM revelou que as comunidades consideraram como pontos positivos a desintrusão da TI, o desenvolvimento da pecuária e a autonomia das lideranças indígenas. Por outro lado, a falta de capacitação de gestores indígenas e a necessidade de maior foco nos projetos comunitários foram destacados como desafios. As comunidades expressaram a necessidade de apoio financeiro e técnico para projetos de agricultura, pecuária, educação, saúde e cultura, além de autonomia na gestão de seus recursos e autossustentação. Ressalte-se, novamente, a presença da noção de autossustentação nas falas indígenas.

Nesse sentido, como fruto das oficinas recomendou-se que, para a continuidade do PSM como instrumento de compensação ambiental, o planejamento participativo e a elaboração de projetos eram ferramentas fundamentais para o desenvolvimento dos trabalhos.

Além das iniciativas do PSM, a LO do empreendimento contemplava diversas condicionantes ambientais que impactavam os indígenas de São Marcos, especialmente aqueles residentes no Alto São Marcos. Entre essas condicionantes, destacavam-se ações voltadas para o monitoramento e recuperação de áreas degradadas, e programas de educação e comunicação ambiental.

Em 2013, foi desenvolvido o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), um estudo para subsidiar a elaboração do Plano de Comunicação Social e Educação Ambiental do empreendimento. O DRP foi elaborado por Jaider Esbell (*in memoriam*), indígena Macuxi, empregado da Eletronorte à época, eletricista de LT, geógrafo com especialização em gestão ambiental e artista plástico aclamado internacionalmente. Este diagnóstico serviu como alicerce para os Planos de Comunicação Social e Educação Ambiental implementados na Regional de Transmissão de Roraima.

O DRP considerou a diversidade das populações locais, abrangendo tanto os residentes dos Projetos de Assentamento (PA) e fazendas quanto os

habitantes da TI São Marcos. A participação de Esbell foi além da simples elaboração dos planos; ele se envolveu ativamente nas ações e campanhas de educação e comunicação social, contribuindo significativamente para a efetividade das iniciativas propostas.

2.4. Terceira Fase do Programa São Marcos

As tratativas sobre a continuidade do PSM iniciadas em 2008 tiveram continuidade no ano seguinte. Reuniões foram realizadas tanto em Brasília quanto em Roraima, em especial na sede do Programa e no Centro Makunaima, com o objetivo de definir os novos rumos do Programa e os termos a serem inseridos no novo instrumento jurídico. Durante esse processo houve intenso debate com propostas e contrapropostas de ambos os lados.

A assessora indigenista da Eletronorte, Ana Lange, juntamente com a área técnica de meio ambiente, recomendou à empresa a contratação de uma consultoria especializada em questões indigenistas, para apoiar a mediação e sistematização das discussões e demandas comunitárias.

Essa recomendação foi recepcionada pela empresa, resultando na contratação da consultoria "Aldeia Mundo", que iniciou suas atividades com oficinas em 2008, seguidas de um trabalho mais intenso em 2009 e 2010. O objetivo da consultoria era subsidiar a construção do Termo de Compromisso, apoiar a APITSM na formação e capacitação em gestão, desenvolver metodologias participativas para a elaboração e o monitoramento de projetos, estabelecer parcerias com instituições de fomento à agricultura e à pecuária, além de oferecer apoio no planejamento e na execução das primeiras atividades do Termo de Compromisso, entre outras ações.

Dessa forma, a consultoria desempenhou um papel fundamental na sistematização da perspectiva indígena, garantindo sua inclusão no processo e promovendo mudanças de direção em resposta às constantes demandas das comunidades durante as assembleias, que buscavam direcionar a maior parte dos recursos para projetos comunitários.

Nos relatórios elaborados em 2009, Ana Lange enfatiza que as comunidades indígenas exigiram a continuidade do PSM, uma vez que o convênio anterior havia se encerrado em 2008. As lideranças indígenas demonstraram firmeza em suas cobranças à empresa, demandando que esta assumisse compromissos e responsabilidades, mantendo a implementação do PSM. Essa exigência se justificava pelo fato de que o território estava permanentemente ocupado pela LT e os técnicos de manutenção frequentemente adentravam a área para realizar vistorias e serviços. De forma enfática, as lideranças ressaltaram a necessidade de renovação do PSM, enfatizando que a empresa não era proprietária da TI e assim defendiam que a continuidade do PSM era imprescindível.

Em junho de 2009, após diversas tratativas, a empresa apresentou uma proposta de Termo de Compromisso à comissão de negociação da APITSM. Após analisar a proposta, a comissão decidiu solicitar apoio da AGU/Funai, além de pedirem de mais tempo para debaterem o assunto nas etnorregiões de São Marcos. Um dos principais pontos de discordância levantados pela comissão da APITSM foi a cláusula que propunha a gestão compartilhada entre a APITSM, a Funai e a Eletronorte. Os representantes da APITSM expressaram insatisfação com a proposta, reafirmando que as comunidades desejavam continuar administrando seus próprios recursos. Por sua vez, a Funai também se posicionou contrária à gestão compartilhada do Programa, defendendo que a administração deveria ser realizada pelos indígenas, com a Funai atuando apenas como interveniente.

Ana Lange explicou que a Comissão solicitou apoio para análise e aprimoramento do Termo de Compromisso à Ana Paula Souto Maior, advogada do ISA, e à Euclides Macuxi, considerando sua experiência em organizações indígenas, como a COIAB, e como gerente do Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas (PDPI) do Ministério do Meio Ambiente.

Após a revisão do Termo de Compromisso, efetuada com base nos apontamentos da Comissão de Negociação da APITSM e da Funai, especialmente no item referente à autogestão indígena do PSM, a APITSM

realizou uma assembleia geral em 29 de setembro de 2009, na Comunidade Maruwai. Na ocasião, os Tuxauas aprovaram a proposta.

Após a realização do acordo entre as partes, iniciou-se um processo administrativo para a aprovação do Termo de Compromisso na Funai e na Eletronorte. Simultaneamente, a consultoria indigenista "Aldeia Mundo" prosseguiu com a condução de oficinas participativas na TI e na APITSM. Essas oficinas tiveram como objetivo a elaboração conjunta do Plano de Trabalho, que é parte integrante do Termo de Compromisso, além de contribuir para o planejamento das ações futuras e o aperfeiçoamento da gestão.

Na oficina realizada na APITSM, em dezembro de 2009, foi enfatizada a importância de reverter a maior parte dos recursos da compensação para projetos destinados às comunidades. Essa abordagem traz desafios, mas também oferece oportunidades significativas para a APITSM. Essa situação representa uma chance para a associação avançar em relação aos dois principais desafios identificados pelas comunidades durante as oficinas que avaliaram os dez anos do PSM: 1) promover uma gestão indígena autônoma e eficiente e 2) desenvolver projetos voltados para as comunidades, com maior ação e estruturação nas bases.

A primeira questão colocada para debate foi o que significava esse novo momento para a APITSM, com a redução drástica de recursos para gastos não vinculados a projetos.

Uma primeira ideia é que agora se vai ter que “trabalhar de forma diferente”. Será importante “levar para as bases” essa informação, essa explicação, para que entendam o novo papel da APITSM e as limitações desse novo momento.

Por outro lado, foi dito também que esse é um passo no rumo da “autonomia”, especialmente considerando que a Associação é a responsável pela gestão dos recursos. Que é “importante o apoio técnico da Funai” nesse momento, como também das demais “parcerias”.

No entanto, o desafio agora é inverter a pirâmide de gastos do recurso: era utilizado majoritariamente com gastos administrativos e não vinculados diretamente a projetos; agora deve ser prioritariamente dirigido para projetos, com apenas 10% desvinculados.

Passamos em seguida a analisar a missão e as funções da APITSM. Ela é maior que o plano de trabalho e que o Termo de Compromisso. Tem outras atribuições, além da gestão do Plano de Trabalho, tais como representar a TI, buscar novas parcerias e apoios, entre outras (Aldeia Mundo, outubro 2010 - Oficina 8 – oficina para elaboração do Plano de Trabalho).

O TC nº 01/2010 foi, então, celebrado em 8 de junho de 2010, com vigência de oito anos, acrescido de mais dois anos de aditivo. Sua formatação visou atender à reivindicação das comunidades de aumentar o investimento em projetos comunitários nas malocas. Assim, definiu-se que os recursos seriam utilizados sob a forma de projetos comunitários, com uma taxa de 10% sobre o total anual para gastos com atividades burocráticas. Após diversas oficinas, reuniões e assembleias, as comunidades definiram as seguintes diretrizes:

- A Assembleia da APITSM é soberana na aprovação da revisão dos Planos de Trabalho, bem como das propostas de projetos, orçamentos e prestação de contas;
- O Projeto Uyikin kon yankon, intitulado “Fazendas Depósito”, será prioritariamente implementado como uma iniciativa de interesse coletivo de todas as comunidades;
- Serão realizadas reuniões nas etnorregiões (Alto, Médio e Baixo São Marcos) para definir a priorização dos projetos nas comunidades;
- Todas as comunidades concordaram em destinar 10% dos valores para um “Fundo Comunitário”, que será gerido pela APITSM;
- Para garantir a viabilidade da gestão do PSM, o número de projetos será limitado a um máximo de 15 por ano, com previsão de 3 a 5 projetos por região, considerando a capacidade de execução da APITSM;
- A elaboração dos projetos é iniciativa a ser desenvolvida diretamente nas malocas, com a participação ativa das comunidades. Os indígenas têm a autonomia para definir os responsáveis pela proposição, elaboração, execução e gestão contínua dos projetos comunitários, sempre com o apoio da empresa e da Funai.

Uma ferramenta essencial para o planejamento da nova fase do PSM foi a elaboração do Plano de Trabalho, que consistia, fundamentalmente, em uma distribuição orçamentária para os quatro primeiros anos de implementação dos projetos, a serem executados anualmente. Ao final desse período, um novo Plano de Trabalho seria desenvolvido para os quatro anos subsequentes.

A escolha por uma versão mais simplificada foi tomada coletivamente, levando em consideração que, a cada ano, cada projeto comunitário e coletivo receberia os devidos detalhamentos, além de tornar mais flexível para respeitar as realidades das comunidades. Para garantir a adequação e a eficácia das ações planejadas, foram previstas revisões anuais do Plano de Trabalho. Todo esse processo de elaboração e aprovação foi legitimado por meio das assembleias gerais da APITSM, realizadas na TI, assegurando assim a participação ativa e a aprovação das comunidades envolvidas.

A primeira versão do Plano de Trabalho 2010-2014 foi desenvolvida por meio de oficina participativa, facilitada pela consultoria "Aldeia Mundo", em dezembro de 2009. Durante essa oficina, o TC estava sendo analisado pela assessoria jurídica da Eletronorte, antes de ser encaminhado para a avaliação da Funai. A versão revisada do Plano de Trabalho, elaborada em uma nova oficina em março de 2010, manteve o foco na distribuição orçamentária para os 4 primeiros anos de implementação PSM. Visando à continuidade das ações, elaborou-se em 2015 um novo Plano de Trabalho para os 48 meses subsequentes, seguido por outro em 2018, referente aos 2 anos de aditivo.

Quadro 6 – Plano de Trabalho do 1º ao 4º ano – março de 2010

Item	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano
10% Taxa Administração	10%	10%	10%	10%
Projeto de Transição	27%	-	-	-
Projeto Coletivo Uyikîn Kon Yankon (fazendas depósitos)	40%	50%	45,5%	35,5%
Projetos das comunidades	23%	40%	44,5%	54,5%

Quadro 7 – Plano de Trabalho do 5º ao 8º ano – outubro de 2015

Item	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano
10% Taxa Administração	10%	10%	10%	10%
Projetos das comunidades	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
Projeto Coletivo fazendas depósitos	17,50%	17,50%	17,50%	17,50%
Acompanhamento e Fortalecimento da APITSM e Comunidades Indígenas	11,00%	11,00%	11,00%	11,00%
Projetos Coletivos dos Movimentos das Mulheres, Agentes de Saúde e Professores do Alto São Marcos	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%

Quadro 8 – Plano de Trabalho do 9º ao 10º ano – agosto de 2018

Item	9º ano	10º ano
10% Taxa Administração	10%	10%
Projetos das comunidades	68%	43,5%
Projeto Coletivo fazendas depósitos	10%	-
Fortalecimento da APITSM, postos de vigilância e comunidades indígenas	9%	33,5%
Projetos Coletivos dos Movimentos das Mulheres, Agentes de Saúde e Professores do Alto São Marcos	1%	9,5%
Apoio administrativo e acompanhamento dos projetos das comunidades, movimentos e fazendas	2%	3,5%

A gestão e a prestação de contas do novo instrumento jurídico constituíram um desafio significativo para a APITSM, principalmente em virtude da necessidade de conformidade com as rigorosas legislações federais. Para apoiar a associação nesse processo, a consultoria "Aldeia Mundo" convidou o antropólogo Rafael Soares de Oliveira, especialista em gestão de projetos e associações de comunidades tradicionais. Após realizar um diagnóstico abrangente da organização, Oliveira ajudou a aprimorar as ferramentas de gestão já existentes e, em colaboração com a APITSM e com a participação da Eletronorte e da Funai, desenvolveu um sistema de gerenciamento que se adequasse à realidade da associação e que servisse de base para a gestão administrativa do PSM.

Diante da preocupação com a gestão administrativa e da necessidade de reestruturar a sede da APITSM em Boa Vista, foi desenvolvido o Projeto de Transição Administrativa, destinado a ser implementado exclusivamente no primeiro ano. A concepção desse projeto contou com a colaboração da consultoria "Aldeia Mundo" e da assessora indigenista da Eletronorte, Ana Lange. O projeto foi articulado com um sistema de gerenciamento que integrou capacitações em gestão e prestação de contas, com o objetivo de apoiar a associação na administração dos recursos e fortalecer suas habilidades de gestão. A autogestão indígena emergiu como uma das principais demandas das comunidades, tornando essa abordagem especialmente relevante. Ao longo da vigência do TC, diversos projetos seriam elaborados, o que exigiria rigor no gerenciamento e nas prestações de contas.

No primeiro ano, a atenção também foi voltada para a implementação de projetos coletivos e comunitários. É fundamental esclarecer a distinção entre esses dois tipos de iniciativas. Os projetos coletivos são desenvolvidos nas chamadas "Fazendas Depósito"²⁹ e têm como objetivo atender todas as comunidades de maneira integrada. Em contrapartida, os projetos comunitários referem-se a iniciativas específicas que beneficiam cada comunidade da TI. Assim, enquanto os projetos coletivos buscam um atendimento abrangente, os projetos comunitários concentram-se nas necessidades particulares de cada comunidade.

O Projeto coletivo Uyikîn Kon Yankon objetivou o fortalecimento, a estruturação e o desenvolvimento da pecuária indígena nas fazendas-depósitos Xanadú (Alto São Marcos) e Maruaí (Médio São Marcos), com a finalidade de estabelecer uma fonte coletiva de recursos sustentável para as comunidades de São Marcos. A consultoria "Aldeia Mundo" levou o consultor Eduardo Almeida para apoiar a elaboração do projeto, em resposta a uma solicitação dos indígenas, pois ele já tinha colaborado com projeto semelhante. Inicialmente, a proposta previa um período de execução de quatro anos, focando exclusivamente nas duas fazendas mencionadas. No entanto, ao longo do tempo e em resposta às demandas em assembleias, as ações foram ampliadas para abranger todo o período de execução desta fase do PSM, incluindo a fazenda Teiú (Baixo São Marcos).

Outra iniciativa importante foi a formulação da metodologia para a elaboração de projetos comunitários, realizada conjuntamente em oficinas com os indígenas. Em relatório da "Aldeia Mundo", a consultora Mara Vanessa explicou que a metodologia proposta visou garantir que as comunidades fossem as verdadeiras "donas" dos projetos, envolvendo-as ativamente na sua elaboração. Ao contrário do modelo tradicional, onde técnicos coletam dados e elaboram projetos em escritório, a abordagem envolveu as comunidades desde o início, com reuniões para desenvolver o projeto, inclusive com o orçamento:

²⁹ A TI São Marcos conta com três Fazendas Depósito: Xanadú (Alto São Marcos), Maruaí (Médio São Marcos) e Teiú (Baixo São Marcos), remanescentes de antigas propriedades desapropriadas. Ressignificadas pelas comunidades indígenas, essas fazendas foram destinadas à criação de gado coletivo, constituem, assim, bases importantes para o desenvolvimento da pecuária.

Com o roteiro simples e didático, o projeto será elaborado inteiramente, inclusive o orçamento, dentro da comunidade, em reunião, ficando o registro escrito em folhas grandes de papel coladas nas paredes. Desta forma, tudo fica muito transparente e os acordos ficam celebrados imediatamente, e registrados no ato. Verifica-se também no próprio ato se a linguagem está adequada, clara, se há algo que precisa ser mudado, registrando tudo em folhas grandes para transparência (Aldeia Mundo, outubro 2010 - Oficina 8 - oficina de metodologia para elaboração de projetos com APITSM e primeiras oficinas comunitárias para elaboração de projetos)

Assim, foi elaborado, de forma participativa, um roteiro destinado a apoiar as comunidades na elaboração de projetos. Este roteiro, de natureza simples, priorizava a clareza, a compreensão e a apropriação por parte dos indígenas. Com base em experiências anteriores com diversas metodologias³⁰ e considerando a necessidade de um instrumento didático que atendesse às especificidades da gestão do TC, o roteiro foi estruturado em nove perguntas norteadoras. Além disso, a aplicação desse roteiro em campo, nas comunidades Ilha e Samã II, em um formato piloto, possibilitou a realização de ajustes, incluindo a inclusão de uma discussão sobre a participação das famílias logo no início do processo. O roteiro para elaboração de projetos comunitários encontra-se no Anexo 7.

É fundamental ressaltar que, para a APITSM, os projetos comunitários desempenham um papel crucial no fortalecimento, estruturação, proteção e promoção do bem-estar das comunidades. Dessa forma, segundo a associação os projetos consistem em:

Fortalecer, estruturar, proteger e desenvolver recursos produtivos, proteção ambiental e mecanismos de coesão etnosocial da terra indígena. Os projetos preveem ações concebidas e planejadas de forma participativa objetivando melhoria da qualidade e segurança alimentar, bem como geração de renda das comunidades indígenas da terra indígena São Marcos, otimizando os potenciais e os domínios culturais já existentes (APITSM, 2017, p. 09).

³⁰ Consultores envolvidos nesse processo — Mara Vanessa Fonseca, Rafael Oliveira e Luis Claudio Bona, juntamente com a assessoria indigenista, Ana Lange — possuíam experiência prévia em diversos programas voltados a povos indígenas, com destaque para o Programa de Desenvolvimento Produtivo Sustentável dos Povos Indígenas (PDPI), o Projeto de Desenvolvimento Ambiental (PDA), a Carteira Indígena e a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE).

Mesmo com a implementação de um sistema de gestão e da realização de capacitação específica em prestação de contas no ano de 2010, a APITSM deparou-se com um nível alto de complexidade nesse processo. A execução simultânea de diversos projetos, observada no primeiro semestre de 2011, culminou em dificuldades na prestação de contas, impactando diretamente os repasses das parcelas do Programa e evidenciando a necessidade de aprimoramento dos mecanismos de gestão da organização.

Além disso, a associação efetuou trocas de itens no Projeto de Transição, substituindo componentes relacionados ao conserto de veículos por novos carros. Ao avaliar essa troca, a analista contábil da empresa recomendou a glosa dos valores correspondentes. Essas duas situações geraram um conflito entre a empresa e a associação. Enquanto a empresa entendia que era importante o rigor na prestação de contas, considerando que estava sujeita a auditorias internas e poderia ser submetida a auditorias externas (Controladoria Geral da República – CGU – e Tribunal de Contas da União – TCU), a associação reivindicava uma maior flexibilidade nas exigências de prestação de contas.

Diante desse impasse, os membros da associação expressaram sua insatisfação de maneira veemente, exigindo agilidade da empresa no repasse dos valores e na devolução do montante glosado. Eles afirmaram que, caso suas demandas não fossem atendidas, estariam dispostos a romper o TC, o que resultaria na proibição da empresa de realizar manutenções na TI.

Com o objetivo de reverter a glosa, o Conselho Fiscal da APITSM posicionou-se afirmando que a substituição dos consertos de veículos pela aquisição de novos automóveis foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em fevereiro de 2011 na Comunidade Vista Alegre. O Conselho Deliberativo também defendeu essa ação, destacando a necessidade de adquirir novos veículos, uma vez que os existentes não atendiam às condições de trabalho estipuladas no TC³¹.

³¹ Os conselheiros argumentaram ainda que, diante da insuficiência dos recursos obtidos com a venda dos veículos antigos, a Coordenação da APITSM consultou os Conselheiros sobre a possibilidade de descentralizar recursos do Projeto de Transição para complementar a compra. Essa medida visava assegurar a locomoção para assembleias, o transporte de coordenadores e a elaboração de projetos nas comunidades. Os veículos antigos estavam parados e em péssimas condições, comprometendo a realização de ações em favor das comunidades indígenas.

Na sequência, eu e Ana Lange, como antropólogas atuando no PSM, manifestamos nosso apoio ao deferimento da solicitação da APITSM. Além disso, recomendamos que a empresa disponibilizasse assessoria e apoio à APITSM na prestação de contas, bem como em outras questões administrativas e burocráticas. A Funai também se posicionou sobre o assunto, informando que a Procuradoria Especializada da Funai concluiu que a readequação da despesa solicitada pela APITSM é juridicamente viável, pois o TC permite tal alteração.

Dessa forma, a Eletronorte reavaliou sua análise anterior e devolveu o valor que havia sido descontado. Essa situação delicada acabou resultando em atrasos de aproximadamente um ano no desenvolvimento dos trabalhos do PSM, pois foi preciso retomar e reorganizar os trabalhos, e atualizar os projetos comunitários.

Para corrigir e minimizar a situação, a empresa designou um técnico especializado em administração e gestão para oferecer suporte à APITSM na prestação de contas. Esse profissional trabalhou em colaboração com a assessoria indígenista e a equipe de meio ambiente, realizando deslocamentos trimestrais a Roraima nos primeiros anos para auxiliar diretamente no processo. Essa assistência foi mantida até a conclusão da execução em 2020. Após esse período conturbado, relacionado a questões burocráticas do PSM, a situação finalmente se estabilizou e não houve mais intercorrências dessa natureza.

É fundamental destacar que tanto eu quanto Ana Lange observamos que esse evento delicado gerou mudanças significativas na postura do gestor responsável pelos assuntos indígenas relacionados à LT. Ele revisou sua abordagem, adotando uma postura mais flexível, que envolveu disponibilizar um apoio mais próximo e colaborativo na prestação de contas, além do reconhecimento da importância da mediação e da abertura ao diálogo. Essa transformação, fomentada pela experiência de negociação e diálogo com as lideranças indígenas, resultou em maior compreensão das especificidades do trabalho com povos indígenas e propiciou uma comunicação mais fluida e acessível entre a empresa e as comunidades.

Sobre os projetos comunitários e coletivos, os diversos documentos da APITSM, da Eletronorte e da Funai evidenciam que, entre julho de 2010 e julho

de 2018, foram desenvolvidos 56 projetos comunitários no âmbito do PSM, abrangendo iniciativas das comunidades, dos movimentos de mulheres, de professores e de agentes de saúde, além de 15 projetos coletivos vinculados às Fazendas Depósito (Maruai, Xanadú e Teiú). O Programa também proporcionou assistência técnica para os projetos comunitários e promoveu ações voltadas à manutenção e ao fortalecimento da APITSM.

Nos dois anos seguintes, referentes ao aditivo de prazo, foram desenvolvidos mais 23 projetos comunitários, incluindo iniciativas de vigilância da TI, além de 6 projetos coletivos nas Fazendas Depósito, 2 projetos de fortalecimento da APITSM e 2 de assistência técnica. A maior parte foi de pecuária, seguido por ações de agricultura familiar.

A APITSM, durante a terceira fase do PSM, elaborou diversos relatórios periódicos e avaliativos, com foco particular nos projetos comunitários. No relatório de 2017, a associação destacou tanto os avanços quanto os desafios enfrentados no desenvolvimento desses projetos. A maioria foi considerada pela associação como satisfatória, com ênfase nos projetos de bovinocultura, que se destacaram pelos melhores resultados. No entanto, identificou-se a necessidade de aprimorar o manejo do gado (APITSM, 2017).

Além disso, o relatório da APITSM destacou que os projetos que obtiveram sucesso foram aqueles nos quais as comunidades participaram ativamente, enquanto a falta de engajamento resultou em insatisfação em outros. A APITSM também mencionou que projetos como a criação de peixes, frangos e o cultivo de roças irrigadas, apesar de apresentarem resultados positivos, enfrentaram dificuldades de continuidade, comprometendo sua sustentabilidade. A fragilidade da assistência técnica foi notada.

A parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e a necessidade de esclarecimentos sobre o fundo comunitário foram apontadas como medidas fundamentais para o fortalecimento das comunidades. Além disso, a continuidade das visitas de monitoramento e o fortalecimento das relações intercomunitárias foram considerados essenciais para superar os desafios e consolidar um modelo de desenvolvimento autônomo e sustentável na TI São Marcos.

É importante destacar que durante essa fase do PSM, todos os projetos comunitários foram elaborados nas malocas³². A parceria nesse processo foi um ponto forte e é sempre ressaltada nas assembleias indígenas. Técnicos da Funai, da Eletronorte e da APITSM atuaram em conjunto e em diálogo com as comunidades. As comunidades foram protagonistas nesse processo, decidindo coletivamente as ações que desejavam implementar.

A atuação de Ana Lange no PSM foi fundamental para consolidar a parceria com a Eletronorte e fortalecer a autonomia dos povos indígenas na gestão do programa. Seu trabalho se destacou pela constante presença nas comunidades, pela escuta atenta às demandas e pelo respeito às decisões das lideranças, conforme evidenciado pelo depoimento de Marcelo Pereira, atual coordenador da APITSM:

A Ana é muito lembrada até hoje por conta da presença. Porque para nós, indígenas, o que conta muito é a presença. É estar ali junto, construindo junto, ouvindo as comunidades. Então a Ana tem um histórico e um respeito muito grande dentro do território pela presença que ela teve e pela forma que ela tinha de trabalhar com os parentes. Sempre ouvindo, sempre respeitando e propondo sugestões da forma que ela achava que poderia funcionar. Mas sempre deixando a cargo das lideranças decidirem qual caminho tomar com o programa. A Ana ficou marcada como uma indigenista presente. Ah, tem projeto, a Ana que estava com as comunidades, tem reunião, a Ana estava presente. E a forma de trabalho... muito carisma, muita paciência, porque muitas das coisas que foram aplicadas à época eram coisas desconhecidas em várias comunidades e quase todas as comunidades não tinham noção do que era fazer um projeto e ela sempre esteve lá presente, na maior calma, explicando, orientando para que as coisas acontecessem dentro das comunidades através do convênio (Marcelo Pereira, 32 anos etnia Macuxi, comunidade Roça, entrevista realizada em 25.04.2024).

O roteiro para elaboração de projetos serviu como um guia importante e permitiu que as comunidades realizassem um diagnóstico de suas necessidades e aspirações, definindo prioridades. Essa abordagem garantiu que os projetos fossem elaborados "de dentro para fora", refletindo as perspectivas, os

³² Participei de vários trabalhos dessa natureza, juntamente com Ana Lange e os demais parceiros. Eram eventos muito esperados.

conhecimentos tradicionais e as formas de organização social das próprias comunidades.

O mecanismo de devolução de 5% dos recursos para a associação, após um ou dois anos, possibilitou a criação de um fundo comunitário que permitiu o reinvestimento nas próprias comunidades e na gestão da APITSM. Na última assembleia indígena que participei em março de 2024, os coordenadores da APISTM fizeram prestação de contas e explicaram como esse fundo foi importante no momento em que não tinha o recurso da Eletronorte para a continuidade dos trabalhos da associação.

O processo de aprendizagem contínua também se destacou como um elemento fundamental. A cada ano, novas comunidades foram envolvidas nos projetos, e as experiências e aprendizados adquiridos nas iniciativas anteriores foram compartilhados, promovendo a troca de conhecimentos e o aprimoramento na elaboração e execução dos projetos.

Esses projetos comunitários, eles têm esse poder de unir, de pacificar, de fortalecer a comunidade, de fortalecer o território, de fortalecer as regiões. Essa questão de movimento indígena, então, a comunidade se torna mais forte, o movimento se torna mais forte. Até a indígena acaba ficando mais forte porque as comunidades têm de onde tirar, né? Tem como se manter tanto dentro da comunidade quanto como fora mesmo. Então, não sei se eu consegui explicar melhor, mas enfim, isso só trouxe fortalecimento, só trouxe união, esses projetos só trouxeram digamos assim, uma autonomia para as comunidades hoje, que a gente já tinha essa autonomia, mas acaba que se fortaleceu cada vez mais (Adizon dos Santos, entrevista concedida em 01.09.2024).

Em entrevista, Marcelo Pereira e Adizon dos Santos, coordenador geral e vice-coordenador da APITSM, respectivamente, enfatizaram a relevância dos projetos comunitários e coletivos para a sustentabilidade das comunidades indígenas de São Marcos, com especial atenção às iniciativas nas áreas de agricultura, pecuária e piscicultura. Marcelo destacou a "necessidade de corrigir as falhas do passado e avançar na construção da autonomia sustentável das comunidades", defendendo a abertura do PSM para novas demandas e parcerias. Além disso, ressaltaram que o Programa tem foco também na

mobilização política, incentivando as comunidades a se organizarem e a reivindicarem seus direitos em esferas estaduais e nacionais. A coordenação da APITSM considera essa mobilização como fundamental para assegurar a continuidade do Programa e a proteção dos direitos indígenas.

Cássio Inglês, antropólogo responsável pelo diagnóstico do PSM, em entrevista realizada sobre esse processo, teceu uma avaliação prévia desta fase, embora o trabalho de consultoria ainda esteja em curso. Seu ponto de partida foi a escuta atenta das demandas e perspectivas indígenas. A análise do período compreendido entre 2010 e 2018, com extensão até 2020, revela uma fase de importantes transformações para as comunidades indígenas envolvidas no programa, marcada pela intensificação de investimentos em sustentabilidade, especialmente no setor da pecuária, uma atividade já tradicional entre essas comunidades.

no discurso deles, pelo menos que eles passam para a gente, eles subverteram o mecanismo da colonização, agora eles fazem a atividade que os colonizou, eles detêm junto com outros indígenas, talvez o maior rebanho de Roraima. Então essa etapa foi importante por isso, ajudou as comunidades se estruturarem, a própria associação se fortaleceu nessa gestão, embora ainda ficasse exclusivamente dedicada ao programa, sem outras formas de financiamento.

Nesse contexto, Cássio destacou o movimento de subversão do modelo colonial presente nas ações do PSM. A ênfase na pecuária, por exemplo, não se limita apenas ao desenvolvimento econômico, mas assume um significado mais profundo de reafirmação da identidade e reconquista do território. A criação de gado, historicamente associada à colonização e à exploração da mão de obra indígena, agora se torna um instrumento de empoderamento e autodeterminação nas mãos dos próprios indígenas. Essa ressignificação da pecuária, muito presente desde os anos 2000, representa uma forma de resistência e reafirmação da cultura e dos modos de vida tradicionais em um contexto de constantes pressões e ameaças externas.

Cássio também destacou que a análise preliminar da situação das comunidades envolvidas no programa revela uma perspectiva inicialmente positiva, mas também ressalta diversos desafios que precisam ser abordados para que o modelo de desenvolvimento sustentável que eles almejam se

concretize. Os relatos das lideranças indígenas sobre o programa indicam satisfação, especialmente em relação à conquista do usufruto do território, à segurança territorial e ao investimento em práticas sustentáveis. Esses são, de fato, os principais pontos destacados pelos indígenas como conquistas significativas, refletindo, como mencionado, uma "subversão" do modelo colonial. Ao tomarem o controle da gestão de suas terras e implementarem práticas sustentáveis, essas comunidades estão não apenas resistindo às dinâmicas históricas de colonização, mas também afirmando sua autonomia e identidade territorial.

Cássio também assinalou que a interrupção no repasse de recursos destinados ao programa é vista de forma negativa, pois afetou diretamente tanto as ações de compensação quanto as atividades de conscientização sobre os cuidados com a LT (mesmo estando desenergizada). Além disso, somando-se à pandemia, houve um distanciamento da empresa em relação às comunidades.

Ele também informou que os indígenas afirmam ter havido uma lacuna na relação de cooperação e gestão compartilhada. As lideranças mais antigas das comunidades destacam que, com o fim do apoio da empresa, passaram a assumir um ônus que, segundo elas, não deveria recair sobre as comunidades — o de orientar as novas gerações sobre as restrições na faixa de servidão e a necessidade de preservação ambiental. Em sua visão, essa responsabilidade deveria ser da empresa, e não das comunidades. Assim, há uma grande expectativa para a continuidade do PSM de forma estruturada, preservando a parceria histórica construída com a mediação intercultural das assessorias indigenistas e das áreas de meio ambiente da empresa.

Em 2021, o TCU³³ concluiu, dentre outras coisas, que a Eletronorte havia cumprido as ações de compensação socioambiental obrigatórias, considerando,

³³ Em 17.12.2020, o TCU, por meio do Acórdão nº 4456/2020, determinou à Eletronorte, “sob pena de responsabilização de quem detenha competência sobre o assunto, que se abstenha de realizar quaisquer novos aditivos ao TC 1/2020, (...) ante os vícios insanáveis apontados nesta Representação e a expressiva materialidade dos recursos já transferidos”. A análise do TCU foi motivada por denúncia do ex-senador Sr. Mozarildo Cavalcanti. O TCU destacou, ainda, que a empresa tem como foco principal o lucro e a maximização dos dividendos para seus acionistas. O parecer também sublinha a existência de programas governamentais e órgãos específicos voltados para atender às necessidades das comunidades indígenas, indicando que não é função da empresa desenvolver ações com as mesmas. Ademais, o TCU destaca as seguintes

portanto, que não havia mais justificativas para a continuidade das compensações às comunidades indígenas de São Marcos. O TCU decidiu, assim, pela não renovação do Termo de Compromisso e questionou diversos aspectos do instrumento firmado. Embora a Funai e a Eletronorte tenham defendido a necessidade de continuar as atividades, o TCU não acolheu as argumentações apresentadas. É importante ressaltar que, até então, o componente indígena não constava explicitamente como condicionante na Licença de Operação.

As lideranças indígenas de São Marcos expressaram sua oposição ao que consideraram uma ruptura do PSM, uma vez que a LT continua a operar na TI, restringindo o usufruto exclusivo das terras por parte das comunidades. Em resposta a essa situação, a APITSM determinou a suspensão de quaisquer manutenções pela Eletronorte na LT até que fossem iniciadas as discussões para um novo acordo de compensação socioambiental. Paralelamente, as negociações relacionadas ao componente indígena foram conduzidas em conjunto entre Eletronorte, a APITSM, a Funai e o Ibama.

No que diz respeito às licenças ambientais, as Licenças Prévia e de Instalação, emitidas pelo Ibama, fazem referência às negociações e ações de prevenção, mitigação e compensação nas comunidades indígenas de São Marcos. Já as licenças de operação, incluindo as renovações, não apresentam condicionantes específicas relacionadas ao componente indígena. Somente em junho de 2023 o componente indígena é incluído na LO. Destaca-se que desde 2011, a Funai solicitou a inclusão dessas condicionantes, mas essa demanda foi atendida apenas em junho de 2023, quando o Ibama acatou o pedido da Funai e incorporou o PSM como condicionante ambiental.

entidades como responsáveis por atender às demandas indígenas: a Fundação Nacional do Índio (Funai), o Apoio Mobilizado ao Povo Zo'é e Outras Etnias (Amazoé), a Associação Nacional de Ação Indigenista (Anai), a Comissão Pró-Yanomami (CCPY), o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o Conselho de Missão entre Índios (Comin), a Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-AC), a Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP), o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), o Instituto de Formação e Pesquisa em Educação Indígena (Iepé), o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e o Instituto Socioambiental (ISA). Enquanto a Eletronorte interagiu com a Funai e o Ibama, realizando ações de compensação socioambiental como parte do processo de licenciamento ambiental, atendendo às legislações nacionais e internacionais de direitos humanos e buscando evitar conflitos socioambientais, o entendimento do TCU foi distinto, o que gerou tensão na relação entre as partes envolvidas.

A análise das licenças ambientais emitidas pelo Ibama para a LT evidencia uma lacuna significativa no tratamento do componente indígena. Embora as Licenças Prévia e de Instalação mencionem as negociações e as ações de prevenção, mitigação e compensação nas comunidades indígenas de São Marcos, as LOs, incluindo suas renovações, não contemplaram condicionantes específicas relacionadas aos povos indígenas até junho de 2023. Essa omissão perdurou apesar das solicitações da Funai, que, desde 2011, vinha pleiteando a inclusão de tais condicionantes. Em junho de 2023, o Ibama finalmente acatou o pedido da Funai e estabeleceu as seguintes condicionantes:

2.14. Apresentar relatório anual referente a execução do Termo de Compromisso, que inicialmente terá duração de um ano e do segundo Termo de Compromisso que englobará todo o Programa São Marcos e terá vigência compatível com a validade da LO nº 133/2001, elaborado em parceria entre a Eletronorte, Comunidade Indígena São Marcos e Funai.

2.15. Atender às exigências relacionadas ao componente indígena, conforme Ofício Nº 1020/2023/DPDS/FUNAI (SEI Ibama 15922820), salvaguardada a necessidade de relação com os impactos do empreendimento.

Com o objetivo de assegurar a continuidade do PSM, a empresa iniciou, em março de 2023, negociações com as comunidades indígenas de São Marcos. Buscando atender às demandas das comunidades e alinhando-se às exigências da Funai para a renovação da LO, acordou-se a elaboração de dois instrumentos distintos: um acordo de curto prazo (1 ano), com foco em ações de transição, e um acordo de longo prazo (10 anos), com validade até o término da LO.

Em outubro de 2023, concretizou-se o projeto de transição, com o objetivo de apoiar a APITSM em sua busca por autonomia administrativa e técnica na gestão de programas e projetos, além de fortalecer as iniciativas em andamento nas comunidades indígenas São Marcos³⁴.

Paralelamente, com o intuito de atender às demandas das comunidades indígenas e realizar os estudos solicitados pela Funai, foram iniciadas tratativas para o planejamento do trabalho para a continuidade do PSM. Nesse cenário, a

³⁴ Visando evitar a descontinuidade do PSM e atender às demandas apontadas pela Funai, o projeto de transição será prorrogado por mais um ano. Segundo a gerente da área, essa prorrogação demonstra o compromisso com a implementação completa das ações previstas, garantindo o tempo necessário para a conclusão de todas as etapas, incluindo a realização dos estudos e a pactuação da nova fase do PSM.

APITSM recomendou a contratação da Comtexto Consultoria³⁵, uma empresa reconhecida por sua experiência em projetos voltados para comunidades indígenas. A Eletronorte acolheu a sugestão e formalizou a contratação.

Após a realização de atividades de campo e de escritório, a Comtexto apresentou um Plano de Trabalho com as comunidades de São Marcos. O resultado desse esforço coletivo foi apresentado à Eletrobras, à Eletronorte, à Funai e aos representantes das comunidades indígenas em agosto de 2024. Segundo o documento:

Este Plano de Trabalho foi elaborado com base em um diálogo realizado entre a equipe de consultoria, diversos departamentos da Eletrobras, a direção da Associação dos Povos Indígenas da Terra São Marcos (APITSM) e lideranças indígenas do território. Esse diálogo ocorreu entre o segundo semestre de 2023 e junho de 2024, incluindo trocas de mensagens eletrônicas, compartilhamento e revisão de documentos, reuniões virtuais, encontros presenciais e duas etapas de campo na Terra Indígena São Marcos. (Comtexto Consultoria, 2024)

O processo de elaboração do Plano de Trabalho se configurou como uma experiência inovadora e enriquecedora, diferenciando-se da prática comum em que tais documentos são elaborados em escritórios e posteriormente apresentados às comunidades indígenas. A inovação residiu na adoção de uma abordagem colaborativa desde o início, com a realização de diversas oficinas nas três etnorregiões e em Boa Vista, garantindo a participação direta das comunidades na construção do documento.

A próxima etapa consistirá na sistematização das interferências da LT 230 kV Brasil - Venezuela na TI São Marcos, incluindo a elaboração de uma matriz de impactos socioambientais e um relatório de avaliação das ações realizadas nas diversas fases do PSM. Com base nos resultados desses estudos, será realizada a pactuação para a continuidade das ações do programa.

³⁵ A Comtexto Consultoria é especializada em apoio técnico nas áreas antropológica e indigenista, atuando junto a povos indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas. A consultoria possui uma rede de antropólogos e especialistas mobilizados conforme as demandas específicas dos serviços. Na primeira etapa da construção coletiva do Plano de Trabalho, a equipe foi composta por Cássio Inglês, antropólogo, e Daniella Martins, historiadora e ex-coordenadora da primeira fase do PSM. A equipe será ampliada na segunda etapa, que focará no diagnóstico e na pactuação para a continuidade do PSM.

3. Linhas de Transmissão em Terras Indígenas: uma análise da interface entre desenvolvimento, licenciamento ambiental e interculturalidade no Programa São Marcos

Este capítulo se dedica à análise crítica da complexa relação entre desenvolvimento, licenciamento ambiental e interculturalidade no contexto da implantação da LT na TI São Marcos e da construção do PSM. Assim, por meio de uma abordagem interdisciplinar, buscou-se aprofundar a compreensão das dinâmicas sociais, políticas e ambientais que permeiam essa interação.

Neste capítulo também aborda-se o papel dos indigenistas que trabalharam no PSM, como mediadores no diálogo intercultural entre os diversos atores envolvidos no processo de licenciamento, investigando os desafios atuais da comunicação intercultural e as estratégias de negociação e participação. Discute-se a autonomia das comunidades indígenas, com ênfase na organização da associação na defesa de seus direitos, na gestão do PSM e na busca por participação efetiva nas decisões que afetam seus territórios.

3.1. A Gênese da LT Brasil-Venezuela no contexto das políticas de desenvolvimento e de integração regional

A construção da LT Brasil-Venezuela inseriu-se em um contexto mais amplo de políticas de desenvolvimento, de integração regional e relações bilaterais. Para o Brasil, essa interligação se alinhou aos objetivos de diversificação da matriz energética e de fortalecimento dos laços com os países vizinhos, conforme apontado por Aguiar (2011). Para a Venezuela, a exportação de energia para o Brasil representava uma oportunidade de gerar receitas, impulsionar o desenvolvimento econômico e fortalecer sua posição no cenário regional.

Na perspectiva estatal, a LT representou, portanto, um movimento mais abrangente de integração energética na América do Sul. Este projeto binacional, que começou a ganhar destaque em 1994, durante o governo de Itamar Franco, foi concebido no contexto das políticas neoliberais da década de 1990. As discussões sobre a viabilidade de transmitir energia da Venezuela para o Brasil

não apenas evidenciaram a busca por soluções conjuntas nas políticas de desenvolvimento, mas também refletiram a aspiração por uma maior integração regional.

De acordo com Nuti (2006), essa integração regional se insere em um contexto de transformações ocorridas na América Latina durante a década de 1990, período no qual a onda neoliberal promoveu mudanças significativas nos governos e setores elétricos dos países da região. Durante esse período, os países da América Latina vivenciaram transformações profundas em seus governos e setores elétricos, impulsionadas pelas reformas neoliberais. A adoção de planos de estabilização econômica resultou em processos de privatização, regulamentação e formação de mercados de energia, especialmente em países como Chile, Argentina, Colômbia e Brasil.

Essas mudanças geraram novos discursos sobre o setor elétrico, anteriormente estatal, e organismos como a Comissão de Integração Energética Regional (CIER) e a Organização Latino-Americana de Desenvolvimento Energético (OLADE) buscaram se reposicionar diante do ingresso de agentes econômicos internacionais nos mercados energéticos. No entanto, a política de integração energética sustentável elaborada pela OLADE não obteve a ressonância esperada nos países, e o planejamento não se consolidou como uma orientação clara para o setor.

Neste cenário de políticas neoliberais, Fracasso (2019) aponta que o setor elétrico brasileiro passou por uma grande reforma na década de 1990, com a liberalização do mercado e a desverticalização das empresas. O governo deixou de ser o executor dos serviços, assumindo o papel de planejador e regulador. Isso ocorreu por meio do “Programa Nacional de Desestatização (PND), cujo principal objetivo era reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades exploradas pelo setor público, além de buscar recursos para o caixa do tesouro nacional” (Fracasso, 2019, p. 10).

Em 1995, sob a gestão de Fernando Henrique Cardoso, uma comissão específica, responsável por analisar projetos de abastecimento energético na Amazônia Legal, elevou a interligação entre os dois países à condição de projeto prioritário. A comissão recomendou, formalmente, a conclusão das negociações

para a assinatura de um Protocolo de Intenções (Nutti, 2006). A consolidação desse projeto ocorreu em 1997, com a inclusão no Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 1997-2006, que previu a construção da LT Brasil - Venezuela. Na sequência, houve a formalização do acordo entre os dois países.

Em janeiro de 1997 foi firmado o Memorando de Entendimentos entre os Ministérios de Minas e Energia e empresas da Venezuela e do Brasil para, em abril do mesmo ano, ser celebrado o “Contrato de Prestação de Serviço Elétrico” entre as partes: *Corporación Venezolana de Guayana (CVG)/Electrificación Del Caroni C. A. (Edelca)* e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte), com a garantia da Centrais Elétricas Brasileiras S. A. (Eletrobrás). O Memorando atua como documento governamental e diplomático, em geral, firmado entre os países antes que contratos específicos fossem assinados entre empresas (...). Finalmente, o documento indica a comprovação das análises técnico-econômicas demonstrando a viabilidade do suprimento elétrico e anexa informações detalhadas sobre o serviço a ser prestado (as mesmas que foram juntadas, posteriormente, ao Contrato). (Nutti, 2006, pp. 157-158).

Em abril de 1997, o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), atual Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel),³⁶ deu autorização para a Eletronorte implantar o sistema de transmissão de energia. Este sistema conecta, no lado brasileiro, a cidade de Boa Vista, em Roraima, ao complexo de produção hidrelétrica do Rio Caroni, composto pelas usinas hidrelétricas de Guri, Macagua I, II e III, localizadas no estado venezuelano de Bolívar.

A justificativa para a implantação do empreendimento descrita no estudo ambiental apontou os problemas de abastecimento elétrico em Boa Vista e a articulação com o projeto político de integração e desenvolvimento denominado *Brasil em Ação*³⁷. Além disso, um dos objetivos principais era reduzir a

³⁶ A Aneel foi criada em 1996, no contexto do programa de privatizações do governo FHC, com o objetivo de regular e fiscalizar a produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, em consonância com as políticas e diretrizes do governo federal.

³⁷ A implantação da LT insere-se em um projeto de integração econômica e política para as fronteiras brasileiras, em articulação com o, à época, recente asfaltamento da BR-174 (realizado entre 1993 e 1994), a partir de Manaus até a fronteira, promovendo assim o corredor Brasil-Caribe (Eletronorte, 1997d).

dependência de usinas termelétricas, uma vez que o Estado era totalmente abastecido por elas³⁸.

Conforme reportagem da *Folha de São Paulo* de 12 de abril de 1987, no dia anterior, 11 de abril, foi assinado um contrato de compra e venda de energia elétrica entre a empresa venezuelana *Eletrificación del Caroní (EDELCA)* e a brasileira Eletronorte. A cerimônia que oficializou a assinatura do acordo foi presidida pelos então presidentes dos respectivos países, Rafael Caldera e Fernando Henrique Cardoso (França, 1997).



Fonte: Fonte: Jornal do Brasil – 14.08.2001 (Nutti, 2006)

É importante assinalar que a implementação dessa LT foi apontada pelo Estado Brasileiro como uma alternativa técnica e ambientalmente mais viável à construção da hidrelétrica de Cottingo, projeto que gerou significativas controvérsias devido à sua localização integralmente dentro da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (Nutti, 2006; Aguiar, 2011; Repetto, 2005).

³⁸ Em abril de 2019, a Venezuela interrompeu unilateralmente o fornecimento de energia elétrica ao Brasil. Desde 2023, negociações têm sido realizadas para restabelecer a transmissão, mas até o momento sem sucesso. Assim, atualmente o estado é atendido por termelétricas.

Repetto (2005) destacou que a preocupação dos indígenas de Roraima em relação aos projetos energéticos em seus territórios não era recente. Em agosto de 1993, durante um curso ministrado pelo professor David Zylbersztajn do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP sobre alternativas energéticas, lideranças indígenas ligadas ao CIR compreenderam a magnitude do impacto de hidrelétricas em terras indígenas, representando inclusive mais um obstáculo à demarcação de suas terras; a partir daí começaram a refletir sobre alternativas a esses projetos com o apoio do CIMI e da CPI-SP³⁹.

Segundo o CIR e a CPI-SP, o primeiro levantamento sobre o potencial hidrelétrico do Rio Cotingo foi realizado em 1971, quando a Eletrobras conduziu um inventário dos sítios hidrelétricos na região amazônica (CIR, CPI-SP, 2003; Fearnside, Barbosa, 2015). O PDE de 1993-2002 priorizou o projeto da hidrelétrica de Cotingo, cuja primeira fase estava prevista para ser concluída em 1999. O avanço do projeto foi acelerado em outubro de 1994, com a concessão da licença prévia pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Interior e Justiça (SEMAIJUS). Entre 1994 e 1995, o apoio de autoridades do setor elétrico federal e de líderes políticos em Roraima foi crucial para o impulso do projeto. Contudo, essas iniciativas foram suspensas em favor da alternativa de suprir a demanda energética do estado por meio de uma LT ligada à hidrelétrica de Guri⁴⁰.

³⁹ Mais recentemente, o Projeto Cruviana, iniciado em 2010 na TI Raposa Serra do Sol, emergiu como uma alternativa energética viável. Seu objetivo é gerar energia eólica e solar, promover a autonomia energética das comunidades indígenas, reduzir a dependência de geradores a diesel, contribuir para a mitigação das mudanças climáticas e fortalecer a cultura e o conhecimento tradicional indígena. Este projeto é resultado da colaboração entre o Conselho Indigenista de Roraima (CIR), o Instituto Socioambiental (ISA) e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Considerando o elevado potencial eólico da região, o projeto se desenvolve em etapas que incluem a capacitação de pesquisadores indígenas, o mapeamento da demanda energética, a instalação de torres meteorológicas e a realização de estudos de viabilidade técnica. Em 2016, o Ministério de Minas e Energia anunciou seu apoio ao projeto.

⁴⁰ As tentativas de viabilizar a hidrelétrica, no entanto, persistiram. Em 2002, um pedido para a construção da Hidrelétrica do Cotingo (Projeto de Decreto Legislativo nº 1400/2001), apresentado por representantes de Roraima, foi aprovado pela Comissão da Amazônia e Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados. Em 2006, foi a vez do Senado Federal, por meio da Comissão de Minas e Energia, aprovar o Projeto de Decreto Legislativo nº 2540/2006, que também visava a construção da hidrelétrica. Giani Aguiar (2011) destaca que, em 2010, o senador Mozarildo Cavalcanti, autor do projeto de construção da Hidrelétrica do Cotingo, reiterou a demanda junto ao governo federal, argumentando que a hidrelétrica seria a solução para os apagões no estado de Roraima.

Nesse sentido, a interligação com a Venezuela se revelou uma solução mais sustentável e eficiente para o atendimento da demanda energética de Roraima. Como apontado por Nuti (2006), os estudos de planejamento indicaram que a energia proveniente da Venezuela poderia ser mais econômica do que a gerada pela UHE Cotingo, mesmo considerando os investimentos na LT. A importação de energia também apresentou a vantagem de disponibilizar energia de forma mais rápida, respondendo à crescente demanda e contribuindo para a segurança energética da região.

Neste contexto, é fundamental problematizar a noção de desenvolvimento e os conceitos associados a ela. Acosta (2016) enfatiza que a busca pelo "desenvolvimento" se tornou um imperativo, especialmente para países considerados "atrasados", que frequentemente se veem submetidos a instrumentos e indicadores destinados a promoverem o progresso. Essa crença no desenvolvimento adquire um caráter quase mitológico, como se fosse uma "fórmula mágica" capaz de resolver os problemas que, paradoxalmente, ele mesmo gera.

O conceito de desenvolvimento ocupa um lugar central nos debates antropológicos e sociológicos contemporâneos. Tais debates suscitam análises críticas acerca de seus múltiplos significados, implicações e contradições, com especial atenção à sua influência nas agendas de Estados nacionais e nas relações de poder que permeiam a ordem global. Cordeiro (2020), em sua investigação sobre as narrativas de desenvolvimento, demonstra como estas se tornaram hegemônicas ao longo do século XX, notadamente após 1945, moldando políticas e intervenções estatais em diversos contextos.

A hegemonia dessas narrativas reflete não apenas uma visão específica de progresso, com raízes no ideário modernizador ocidental, mas também expõe as complexidades e os desafios inerentes à implementação de projetos de desenvolvimento em realidades socioculturais heterogêneas. Cordeiro (2020) identifica a persistência de estruturas de poder que sustentam o discurso de desenvolvimento, incluindo a relação assimétrica entre centro e periferia, a concepção linear e evolucionista do tempo, e a manutenção de relações neocoloniais entre países.

a mesma estrutura sintagmática binária (na qual o polo determinado é a periferia e o polo determinante é o centro), a concepção de tempo linear (evolução do simples ao complexo, do subdesenvolvido ao desenvolvido, qualificado por uma hierarquia de traços econômicos, institucionais e culturais) e uma relação internacional de poder entre os países (que progressivamente substituiu o sistema de colonialismo internacional por um sistema interestatal de Estados independentes, mas com poderes desiguais, envolvidos em relações neocoloniais e de colonialismo interno). Porém, o desenvolvimento não é apenas uma formação discursiva, ele engloba também tecnologias de governo (estruturas governamentais, saberes como a ciência econômica, estatística, administração e outros) e práticas econômicas diversas (relações de produção, investimento nacional e estrangeiro, geração e acumulação de capital) (Cordeiro, 2020, p. 23).

Nesse contexto, Ferguson (2016) ressalta a importância de tratar a categoria de desenvolvimento como um objetivo de pesquisa, o que possibilita uma análise mais aprofundada das dinâmicas conceituais e institucionais que sustentam os regimes de poder e conhecimento envolvidos no processo desenvolvimentista. Conforme aponta Ferguson (1994), o desenvolvimento opera como uma “máquina antipolítica”, ou seja, as decisões de caráter político são convertidas em soluções técnicas, o que obscurece a verdadeira dimensão política do processo. Em seu estudo de caso em Lesotho, o autor observou que o projeto financiado pelo Banco Mundial gerou efeitos imprevistos, como o fortalecimento das elites locais em detrimento do bem coletivo, evidenciando que a suposta solução técnica acabou por perpetuar e até ampliar as desigualdades existentes.

Barretto Filho (2006) aprofunda a crítica ao conceito de desenvolvimento e demais noções afins, destacando a confusão conceitual e a imprecisão sociológica que o cercam. A diversidade de noções e modelos de desenvolvimento — que vão desde as abordagens capitalistas e socialistas até propostas alternativas, como o desenvolvimento sustentável e o etnodesenvolvimento — revela a complexidade do tema e a importância de abordagens críticas. Segundo Barretto Filho (2006), tais abordagens devem considerar os contextos históricos, sociais e políticos, desafiando, por exemplo, a ideia de um progresso linear e universal, implícita na noção de desenvolvimento sustentável.

O conceito de desenvolvimento sustentável tem sido alvo de críticas por sua vaga definição e por sua ineficácia. Autores como Stengers (2009), Acosta (2019) e Shiva (1992) argumentam que a lógica orientada pelo lucro, é incompatível com a preservação ambiental e a promoção da justiça social. Segundo Shiva (1992), as pessoas, especialmente as do sul global, vivem por meio de uma economia de subsistência e são invisibilizadas pelas forças do mercado, resistindo num meio ambiente cada vez mais precarizado.

Esses pesquisadores argumentam que tanto o desenvolvimento sustentável quanto as propostas alternativas não são suficientes para modificar as estruturas de poder que moldam as relações sociais, econômicas e políticas. As formas como o desenvolvimento é concebido, implementado e avaliado perpetuam desigualdades e relações de dominação. Isso ocorre porque as políticas públicas, planos de desenvolvimento e outros instrumentos de gestão — frequentemente utilizados como tecnologias de governo —, ao buscarem orientar o crescimento econômico, acabam reforçando uma visão de progresso que, ao invés de promover a equidade e a justiça, favorece os centros de poder e as elites dominantes. Em resposta a essas críticas, pensadores como Serge Latouche (2009) e Arturo Escobar (1995) propõem alternativas que efetivamente modifiquem as estruturas de poder, como o decrescimento e o pós-desenvolvimento, respectivamente. Buscam, assim, romper com a lógica predatória do sistema capitalista e promover sociedades mais justas e ambientalmente equilibradas.

No contexto dos projetos de desenvolvimento, as assimetrias de poder se manifestam de forma clara nos projetos de infraestrutura, onde as populações indígenas frequentemente são excluídas do processo de planejamento, especialmente quando as obras impactam suas terras. O sistema de transmissão Brasil-Venezuela, analisado por Nuti (2006), exemplifica bem essa omissão, ilustrando a exclusão das comunidades indígenas na formulação e implementação de políticas energéticas e de desenvolvimento regional, tanto no Brasil quanto na Venezuela⁴¹.

⁴¹ Embora o planejamento deste empreendimento tenha ocorrido na década de 1990, a situação ainda parece não ter se alterado substancialmente. Persistem numerosas críticas por parte de pesquisadores, instituições e comunidades tradicionais em relação à ausência ou insuficiência

Da mesma forma, os PBAs, tanto aqueles que envolvem populações indígenas quanto aqueles direcionados aos quilombolas e outras comunidades tradicionais, também estão inseridos nessa lógica de desenvolvimento. Embora esses planos tenham o objetivo de proteger os direitos dessa população, muitas vezes acabam sendo instrumentos que, embora com aparência de inclusão, operam dentro de um modelo de gestão de maneira verticalizada e sem a participação efetiva dessas populações (Zhourri, 2008, Sigaud, 2000; Bronz, 2013; Viveiros de Castro, 1988).

A descon sideração dos direitos e interesses dos povos indígenas no planejamento e nas tomadas de decisões sobre projetos de desenvolvimento levanta questionamentos cruciais acerca dos atores e ideologias que sustentam o ideal de progresso. Nesse contexto, a provocação de Barretto Filho (2006) se torna fundamental: "Quais atores coletivos dão suporte sociocultural e histórico ao ideal do desenvolvimento, e se encontram sob o seu abrigo ideológico?" (p.13). Essa indagação questiona quais são os atores sociais que efetivamente sustentam e se beneficiam do discurso desenvolvimentista, aprofundando a crítica à confusão conceitual e à imprecisão sociológica que o permeiam, como apontado pelo autor.

Retomando a discussão sobre o processo de construção da LT no contexto do desenvolvimento, a comparação entre as abordagens da Venezuela e do Brasil sobre a questão indígena no processo de construção da obra oferece um caso paradigmático para ilustrar as assimetrias na forma de tratar a questão indígena em projetos de desenvolvimento, especialmente em um contexto de integração regional e binacional. A análise desse caso permitirá aprofundar a reflexão sobre as contradições inerentes aos modelos de desenvolvimento hegemônicos e suas implicações para os povos indígenas, evidenciando a necessidade de construir alternativas que respeitem seus direitos e promovam a justiça social e ambiental.

Para além das assimetrias de poder internas a cada país, observadas no processo de implantação do projeto constatou-se também a existência de

de Consulta Livre, Prévia e Informada sobre empreendimentos que impactam diretamente essas comunidades.

assimetrias na abordagem da questão indígena entre Brasil e Venezuela. Essas assimetrias se manifestam em diferentes níveis, desde as estruturas legais e institucionais que regem a relação com os povos indígenas, até as práticas e discursos mobilizados pelos diferentes atores envolvidos no projeto.

No Brasil, apesar das críticas à falta de participação indígena nas fases iniciais de planejamento e no estudo de impacto ambiental, como vimos no capítulo anterior, um processo de negociação foi estabelecido com as comunidades afetadas. Esse processo resultou na definição de ações de compensação socioambiental para a passagem da LT em seus territórios, originando o PSM, que, mesmo com algumas pausas para repactuações⁴², continua em implementação devido à permanência da LT que afeta permanentemente a TI São Marcos.

Em contraste, na Venezuela, sob a gestão dos presidentes Rafael Caldeira (até 1998) e, posteriormente, Hugo Chávez, os direitos territoriais dos indígenas foram amplamente desconsiderados. Aguiar (2011) destaca que o traçado da LT atravessa o sul do Estado Bolívar, região habitada por diversos povos indígenas, como os Pemón, Kariña, Akawaio e Arawako, localizada na Reserva Florestal Imataca e no Parque Nacional Canaima. Segundo a autora, para viabilizar a passagem da LT por essa área, o governo venezuelano introduziu uma medida autoritária, criando um decreto que autorizava a obra.

Repetto (2005) observa que, ao contrário do que ocorreu no Brasil, os indígenas venezuelanos tomaram conhecimento da construção da LT apenas ao encontrarem equipes realizando estudos topográficos em seus territórios, em fevereiro de 1998.

A postura do governo venezuelano desencadeou uma forte resistência por parte dos Pemón, caracterizada por protestos, destruição de torres e o uso da internet para amplificar suas reivindicações (Nutti, 2006; Aguiar, 2011; Repetto, 2005). Essa mobilização indígena resultou em atrasos nas obras, aumento de custos e conflitos com as forças de segurança. A militarização da região sob o

⁴² Entre junho de 2021 e outubro de 2023, o programa foi suspenso em função das recomendações emitidas pelo TCU (ver Capítulo 02). Em outubro de 2023, as atividades do PSM foram reiniciadas sob a gestão da APITSM, além de serem incorporadas à renovação da LO de junho de 2023.

governo de Hugo Chávez exacerbou as tensões, levando a confrontos e intimidações contra a população indígena. Apesar da resistência e dos protestos contínuos, a LT foi finalizada em 2001, sem que muitos dos compromissos assumidos em resposta ao movimento de resistência indígena tivessem sido efetivamente cumpridos. O relato da Família Pemón Lanz expressa o sentimento de frustração e a perspectiva dos povos indígenas frente a essa situação:

O certo é que começamos a luta pela defesa da dignidade e dos territórios, até que nos vimos obrigados a derrubar as torres da linha de transmissão. Então, apareceu o exército “bolivariano”, e com a força aérea e terrestre, impôs o controle com uma repressão igualzinha à dos governos reacionários anteriores.

Nós, os Pemon, fomos retirados, mas a luta continua. E como a luta prossegue, o exército também permanece com suas ações repressivas, ao ponto que, no mês de maio, completará dois anos da morte de um dos dirigentes Pemon que lutou contra o “linhão”

"No “caso venezuelano”, é realmente triste ver e ouvir como todos parecem ter tudo tão claro. Entre “esquerda” e “direita”, qual a “progressista”? Os discursos se tornam quase verdades divinas. Mas ninguém sabe dos nossos mortos indígenas. (...) Vença quem vencer, sabemos que os Pemon, os Piaroa, os Yekuana, os Añu, os Bari, os Yukpa e todos os povos indígenas da Venezuela terão que seguir carregando seus mortos, defendendo sua dignidade e seu território, até o dia com o qual sonhamos, quando nossos mortos poderão descansar em paz. *Etapön tök rö etömö* (Família Pemón Lanz, 2006, p. 311).

Esse trecho ilustra a percepção dos indígenas venezuelanos sobre a repressão que enfrentaram, que têm seus direitos violados em nome do desenvolvimento e das promessas de progresso e revolução. A carta revela a decepção dos Pemon com o discurso político, que frequentemente utiliza termos como “esquerda” e “direita” de forma simplista, sem reconhecer as verdadeiras necessidades e as perdas dos povos indígenas. Também enfatizam o sentimento de abandono e a luta contínua dos povos indígenas na Venezuela: *Etapön tök rö etömö* ‘A luta continua’.

A comparação entre os casos brasileiro e venezuelano evidencia a complexidade da questão indígena em projetos de desenvolvimento, destacando os desafios e contradições na busca por modelos que articulem viabilidade econômica, justiça social e sustentabilidade ambiental. Para tanto, é fundamental a construção de mecanismos eficazes de diálogo e negociação que

garantam a participação ativa dessas populações na tomada de decisões. Essa abordagem deve considerar os contextos históricos das comunidades, bem como a importância da territorialidade indígena, assegurando que seus conhecimentos, valores e perspectivas sejam incorporados nas decisões que afetam seus territórios e modos de vida.

O PNE 2050 prevê um aumento na expansão de LTs na Amazônia Legal, tanto em números absolutos quanto em área ocupada (EPE, 2020). Essa expansão se justifica, em parte, pela necessidade de escoar a energia gerada pelas usinas eólicas e solares que integram o Sistema Interligado Nacional. Nesse cenário, o debate sobre os impactos socioambientais da expansão de LTs em terras indígenas, sobretudo na região amazônica, ganha relevância no cenário atual das políticas energéticas brasileiras

3.2. LT Brasil-Venezuela: Licenciamento Ambiental e Questões Indígenas

Esta seção apresenta uma revisão da literatura sobre o licenciamento ambiental no Brasil, com foco nas questões indígenas. A análise contempla o arcabouço legal, bem como os desafios e controvérsias relacionados à participação indígena nesse processo. O caso da LT Brasil-Venezuela será igualmente abordado como estudo específico para ilustrar essas questões.

3.2.1. Análise crítica do licenciamento ambiental no Brasil

Eduardo Viveiros de Castro e Lúcia Andrade (1988) já apontavam, nos anos 1980, para a problemática relação entre as populações indígenas, os grandes projetos de desenvolvimento e a questão ambiental na Amazônia, com foco nas hidrelétricas. Apesar das mais de três décadas transcorridas desde então, a crítica elaborada pelos autores mantém sua acuidade, evidenciando a persistência de um padrão preocupante.

Em sua análise, os autores argumentaram que os povos indígenas eram comumente relegados à condição de meros componentes da paisagem, ou, em

uma perspectiva ainda mais negativa, vistos como obstáculos ao "progresso", sem que se reconhecesse sua subjetividade, seus direitos e, principalmente, seu protagonismo nas decisões que afetam diretamente seus territórios e modos de vida. Essa visão reducionista, como bem demonstram os autores, ignora a complexidade sociocultural desses povos e a profunda inter-relação que mantêm com o meio ambiente.

Adicionalmente, o estudo destacou a dissonância entre o discurso e a prática no que tange à participação indígena nos processos decisórios sobre projetos de infraestrutura. Embora a retórica oficial enfatizasse a importância da dimensão socioambiental, a efetiva inclusão dos povos indígenas nesses processos permanecia limitada, restringindo-se, muitas vezes, a consultas formais e superficiais.

Este ambientalismo oficial não consegue esconder, como veremos, uma concepção essencialmente autoritária do que seja uma política pública, e uma inversão perversa da hierarquia entre razão técnica e razão social. Em um sistema onde parece vigorar a ideia de que a sociedade está a serviço da economia, e não a economia a serviço da sociedade, os povos indígenas não podem senão ser vistos como obstáculos a um desenvolvimento econômico que tem suas próprias razões (Viveiros de Castro e Lúcia Andrade, 1988, 8).

A crítica à subordinação do social ao econômico em processos de grandes obras, relegando os povos indígenas à condição de obstáculos ao desenvolvimento, permeia a produção acadêmica de diversos autores. Essa perspectiva crítica, questiona o modelo hegemônico de desenvolvimento que, em sua busca por crescimento, negligencia as dimensões socioambientais e culturais, especialmente no que diz respeito aos povos indígenas e seus territórios. Ao reduzir os povos indígenas a meros entraves ao progresso o papel fundamental que desempenham na proteção da sociobiodiversidade também é ignorando (Zhourri, 2008; Sigaud, 2000; Bronz, 2013; Viveiros de Castro, 1988).

A literatura especializada em licenciamento ambiental tem evidenciado a predominância de relações assimétricas, hierárquicas e desiguais nesse campo. Zhourri (2008), por exemplo, destaca como o processo de licenciamento ambiental revela dinâmicas de poder marcadas por profundas desigualdades e hierarquizações, nas quais representações simbólicas do meio ambiente são

mobilizadas e disputadas entre os atores envolvidos. Segundo ela, isso ocorre porque as soluções para a crise ambiental se tornam superficiais e frágeis, distantes da real complexidade dos problemas, cujas raízes residem na apropriação da natureza e na marginalização das comunidades tradicionais, processos intrinsecamente ligados.

Corroborando essa perspectiva, Paranhos e Stucchi (2014), ao analisarem perícias do MPF em processos de licenciamento ambiental, constataram que, apesar da existência de instrumentos metodológicos e normativos constitucionais e legais, as avaliações de impacto ambiental ainda se mostram insuficientes e defasadas para abordar adequadamente as transformações e os conflitos sociais decorrentes dos empreendimentos. Conseqüentemente, o acesso à informação e a efetiva participação das comunidades e grupos afetados são comprometidos em todas as etapas do processo, desde os estudos de impactos ambientais até a tomada de decisão.

Esses estudos demonstram a necessidade de ir além da simples transmissão de informações, enfatizando a importância da participação genuína das comunidades afetadas no processo de licenciamento ambiental. Como aponta Feldman-Bianco (2011, apud Oliveira, 2014, p. 21), "há uma grande distância entre ser informado e consentir", e não se deve confundir um procedimento de oitiva com uma mera comunicação sobre os resultados de um estudo de impacto ambiental previamente realizado. A participação efetiva requer a criação de canais de diálogo que promovam a compreensão mútua e a negociação entre os diversos atores envolvidos, garantindo que as comunidades afetadas tenham voz ativa na definição de seu próprio futuro.

A efetiva participação das comunidades afetadas pelos processos de licenciamento ambiental de LTs esbarra em vários obstáculos, um deles reside na incompatibilidade entre os prazos estabelecidos pelas diretrizes de concessão da Aneel para a construção das linhas e a realidade temporal das comunidades impactadas. As diretrizes da Aneel, voltadas à celeridade e ao cumprimento de cronogramas para o atendimento da demanda energética, impõem prazos exíguos que se chocam com a dinâmica social das comunidades. Estas, por sua vez, necessitam de tempo para compreender o empreendimento,

suas implicações e organizar-se para uma participação qualificada no processo decisório. Essa discrepância temporal configura-se como um impedimento à participação efetiva.

Adicionalmente, o fato de o empreendedor iniciar o processo de licenciamento ambiental somente após os leilões de energia elétrica conduzidos pela Aneel⁴³ agrava a problemática. Essa particularidade do processo de licenciamento de LTs definida pela política estatal para o setor de energia, impõe restrições temporais que desconsideram a complexidade do licenciamento ambiental, especialmente no que tange ao componente indígena.

As dificuldades de participação também se devem a problemas relacionados aos arranjos institucionais e administrativos do próprio processo de licenciamento ambiental. A estrutura burocrática, a falta de coordenação entre os órgãos envolvidos e a insuficiência de recursos humanos e materiais nos órgãos ambientais e nos intervenientes⁴⁴ também comprometem a efetividade da participação social das comunidades tradicionais.

A efetividade da atuação desses órgãos é comprometida pela insuficiência de corpo técnico para acompanhar, analisar e monitorar os processos de licenciamento, o que impacta diretamente a garantia dos direitos dos povos indígenas e quilombolas. Dados recentes evidenciam a gravidade da situação: a Coordenação de Licenciamento Ambiental da Funai, por exemplo, conta com apenas 16 técnicos/as para analisar cerca de 2 mil processos (comunicação informal, outubro de 2024).

A situação no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no que diz respeito ao componente quilombola do licenciamento ambiental é ainda mais crítica. Até novembro de 2024, não havia uma instância específica dedicada a essa área. A Coordenação Fundiária, que era responsável por essa

⁴³ A reestruturação do setor elétrico brasileiro trouxe um novo ambiente de comercialização de energia, marcado pela adoção de leilões como mecanismo competitivo. Esse movimento foi impulsionado pela promulgação das Leis 10.438/2002 e 10.604/2002, que instituíram o leilão como método para licitar empreendimentos de energia (Fracasso, 2019). Além disso, a busca por competitividade nos leilões, com a apresentação de propostas com deságios significativos, pode impactar os recursos destinados ao licenciamento ambiental.

⁴⁴ Os órgãos intervenientes no licenciamento ambiental são: a Funai, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o Incra e a Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde (SVS/MS).

demanda, contava com apenas dois técnicos, incluindo a coordenadora, para atender a todos os processos de licenciamento ambiental no Brasil envolvendo comunidades quilombolas (comunicação informal, outubro de 2024). Somente em novembro de 2024 foi criada e efetivada a Coordenação-Geral de Licenciamento e Avaliação de Impactos Socioambientais Econômicos e Culturais, estrutura específica para o licenciamento ambiental do Componente Quilombola. Contudo, até dezembro de 2024, essa coordenação contava apenas com um coordenador, que também acumulava a função de técnico, sendo responsável por todos os processos de licenciamento ambiental no país envolvendo comunidades quilombolas (comunicação informal, dezembro de 2024).

Essa escassez de pessoal resulta na paralisação dos estudos sobre o Componente Quilombola, gerando uma situação de indefinição e incerteza para as comunidades que aguardam a realização desses estudos. Além disso, a falta de uma estrutura adequada compromete a implementação das ações de mitigação e compensação, as quais devem ser elaboradas de forma participativa, com base na Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI), conforme estipulado pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), pelos tratados internacionais e pela legislação nacional.

Assim, as políticas e diretrizes do Estado Brasileiro relacionadas ao licenciamento ambiental fazem com que o conceito de "descaso planejado", proposto por Parry Scott (1998), se configure como uma ferramenta analítica relevante. Scott sustenta que a negligência, muitas vezes, é um processo deliberado, com o objetivo de favorecer interesses de grupos e atores privilegiados em detrimento das populações locais. No contexto atual, a imposição de prazos rígidos pela Aneel, inclusive com aplicação de multas em caso de "atrasos" na obra; aliada à escassez de pessoal e à inadequação da infraestrutura nos órgãos responsáveis, compromete a participação efetiva dos povos indígenas.

Esse conceito revela como a negligência sistemática perpetua desigualdades nas relações de poder. Por outro lado, os povos indígenas e quilombolas, têm exigido maior participação nos projetos que afetam seus

territórios, frequentemente recorrendo ao Ministério Público Federal para garantir seus direitos.

Portanto, a harmonia entre os prazos, a adequação dos arranjos institucionais e o fortalecimento dos mecanismos de participação das comunidades afetadas são fundamentais para garantir os direitos das comunidades na prática. É imprescindível que o Estado brasileiro destine recursos e invista na capacitação de profissionais para atuar nos órgãos de licenciamento ambiental, com vistas a garantir a proteção dos direitos dos povos indígenas e quilombolas e a sustentabilidade dos empreendimentos. A efetivação do licenciamento ambiental como instrumento de gestão ambiental depende do fortalecimento das instituições e da participação democrática de todos os atores envolvidos.

Outra questão que necessita ser pontuada é a controvérsia em torno da atuação de empresas em processos de licenciamento ambiental no Brasil que envolvem populações indígenas. Frequentemente, empresas assumem responsabilidades que deveriam ser estatais, o que suscita críticas e questionamentos sobre a influência do setor privado em políticas públicas. O conceito de indigenismo empresarial, cunhado por Baines (2014), ilustra essa dinâmica. Segundo o autor, empresas podem se envolver em ações que, a princípio, beneficiariam povos indígenas, mas que, em última instância, visam facilitar a aprovação de seus projetos.

Neste sentido, uma abordagem sociológica amplia essa análise ao permitir a observação dos efeitos concretos dos processos de componente indígena na realidade social. Em um contexto de retração e ausência de políticas públicas para os povos indígenas, muitos veem na possibilidade de execução dos Planos Básicos Ambientais de Componente Indígenas (PBA-CIs) uma forma de garantir direitos que, idealmente, deveriam ser assegurados pelo Estado. No entanto, essa dinâmica pode criar uma dependência das empresas para a garantia de direitos e a efetivação de políticas públicas, expondo as comunidades à vulnerabilidade gerada pela ausência ou omissão estatal.

Esse fenômeno pode produzir impactos significativos em escalas macro, regional e nacional. Ao reivindicar os benefícios associados aos PBA-CIs, as

comunidades indígenas podem acabar competindo entre si, o que reforça uma lógica de mercado na definição de prioridades e na distribuição de recursos. Esse efeito colateral revela uma tensão importante: o risco de que os direitos indígenas sejam transformados em mercadorias sujeitas a negociações no mercado de interesses corporativos, em vez de serem reconhecidos como direitos fundamentais.

Nesta perspectiva, Deborah Bronz (2013) aponta que empresários utilizam narrativas para legitimar a divisão de papéis entre Estado e empresas, transferindo responsabilidades socioambientais para o poder público. Essa estratégia se manifesta no discurso "o Estado não sou eu", comumente utilizado em negociações com gestores e organizações civis. A autora destaca a construção discursiva que sustenta essa separação entre Estado e Economia, em que as empresas se apresentam como agentes do desenvolvimento e criadoras de emprego, enquanto delegam ao Estado a garantia da proteção ambiental e da justiça social. Essa dinâmica revela as contradições e ambiguidades do licenciamento ambiental, evidenciando as relações de poder e os conflitos de interesse inerentes ao processo.

3.2.2. Analisando o licenciamento ambiental LT Brasil-Venezuela

Embora o processo de licenciamento ambiental em questão tenha sido iniciado em 1997, antes da formalização do componente indígena no arcabouço normativo brasileiro e da promulgação da Convenção 169 da OIT⁴⁵ no país, isso não eximiu o empreendedor de suas obrigações em relação aos direitos indígenas. Mesmo naquele contexto, a Constituição Federal de 1988 já

⁴⁵ A Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes (Nº 169) é um tratado internacional adotado pela Conferência Internacional do Trabalho da OIT em 1989. Este documento representa um consenso alcançado pelos constituintes tripartites (governos, organizações de trabalhadores e empregadores) da OIT a respeito dos direitos dos povos indígenas e tribais nos Estados-membros, bem como das responsabilidades dos governos em proteger esses direitos. No Brasil, a Convenção foi promulgada em 19 de abril de 2004, por meio do Decreto 5.051/2004. A Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), assegurada pela Convenção 169 da OIT, desempenha um papel fundamental no licenciamento ambiental de projetos que impactam os povos indígenas. Ela garante que essas comunidades participem ativamente das decisões que afetam seus territórios e modos de vida (OIT, 2024).

assegurava os direitos originários dos povos indígenas sobre suas terras e a necessidade de proteção de seus costumes e tradições.

É fundamental contextualizar que tanto os procedimentos de avaliação de impacto ambiental quanto as interações com as comunidades indígenas ocorreram em conformidade com os princípios e diretrizes vigentes à época. Ao analisar o processo de construção da LT no Brasil, Repetto (2006, p. 8) destaca que "os estudos de impacto ambiental não eram obrigatórios para a interligação elétrica Brasil-Venezuela, uma vez que a linha não superava 230 kV. Contudo, os estudos apresentados não abordaram de forma aprofundada os impactos globais desse empreendimento sobre a vida das comunidades indígenas".

De fato, ao comparar o Relatório de Caracterização Ambiental (RCA) com os estudos realizados atualmente, é evidente que o primeiro se apresenta de forma mais superficial, sem a profundidade exigida pelas práticas contemporâneas de avaliação ambiental. A antropóloga Mirin Nuti (2006) também faz uma análise similar, destacando as limitações da abordagem adotada na época.

Apesar das limitações impostas pelo contexto histórico e pela legislação vigente, é fundamental reconhecer que a inclusão das populações indígenas no debate não foi uma iniciativa espontânea do empreendedor, mas resultado direto da atuação incisiva da assessoria indigenista e das comunidades indígenas. A assessoria indigenista teve papel fundamental em garantir a participação indígena, inclusive pressionando para a retirada dos invasores da TI, ação que dificilmente teria ocorrido caso a decisão dependesse apenas do empreendedor.

Assim, para melhor compreensão deste cenário, apresento aqui um breve histórico do procedimento de licenciamento ambiental da LT para compor a análise. Contudo, o foco principal reside nas ações e tratativas relacionadas aos povos e terras indígenas⁴⁶.

⁴⁶ Para tanto, as informações foram sistematizadas a partir da consulta e organização de dados públicos, acessados diretamente no Sistema Eletrônico de Informações (Sei) do Ibama e da Funai, complementadas por informações de técnicos que participaram do procedimento, bibliografias diversas sobre o tema, em especial as teses da antropóloga Mirian Nuti (2006) e de Giani Aguiar (2011).

A autorização do DNAEE (atual Aneel), emitida em 09 de abril de 1997, além de autorizar a implantação da LT 230 kV Brasil-Venezuela, estabeleceu o prazo de seis meses para a apresentação do Projeto Básico e condicionou o início das obras ao atendimento às demais exigências legais, inclusive as relativas ao meio ambiente. Assim, teve início o processo de licenciamento ambiental no Ibama.

Embora a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), instituída pela Lei nº 6.938/1981, já estivesse em vigor no Brasil à época da implantação da LT, inexistia previsão de sua aplicação no que tange aos direitos indígenas. A PNMA estabeleceu a Avaliação de Impacto Ambiental e o licenciamento de atividades potencialmente poluidoras, com diretrizes posteriormente regulamentadas pela Resolução CONAMA nº 01/1986, que dispõe sobre o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

Apesar da existência desses instrumentos legais, nenhum deles contemplava especificamente as vidas indígenas. A Resolução CONAMA nº 237/97, promulgada em dezembro de 1997, após o início do licenciamento ambiental da LT, é pioneira ao mencionar explicitamente as terras indígenas em processos de licenciamento ambiental, atribuindo ao Ibama a competência para a instalação de atividades que envolvam tais áreas. Contudo, a norma não definia o papel da Funai, nem estabelecia diretrizes para estudos em TIs.

No âmbito da Funai, a primeira sistematização referente ao licenciamento ambiental em Terras Indígenas (TIs), com a inclusão do componente indígena, ocorreu apenas em 2005, com o apoio do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL). Esse processo culminou na elaboração do Manual de Procedimentos da FUNAI, em 2006, e na Instrução Normativa nº 02, em 2007. Essa normatização formalizou a atuação da Funai na defesa dos direitos e interesses dos povos indígenas em processos de licenciamento ambiental (Paiva, 2005). Portanto, à época do empreendimento em questão, essas normativas ainda não estavam em vigor, e as primeiras normas que regulamentam a atuação dos órgãos intervenientes no licenciamento ambiental em TIs somente foram estabelecidas anos depois.

A primeira norma a regulamentar a atuação dos órgãos intervenientes no licenciamento ambiental foi a Portaria Interministerial nº 419, editada em 26 de outubro de 2011. Em 2015, essa portaria foi substituída pela Portaria Interministerial nº 60, que permanece em vigor. Ambas as normas estabeleceram diretrizes para a atuação integrada, além de nomear os órgãos intervenientes: Funai, Iphan, Incra e SVS/MS.

As diferentes regulamentações sobre licenciamento ambiental, incluindo as questões relacionadas aos direitos indígenas, inserem-se no contexto do desenvolvimento socioeconômico brasileiro⁴⁷, marcado por uma constante tensão entre os projetos de infraestrutura e a garantia dos direitos indígenas. A esse respeito, Barretto Filho e Ramos (2020) apontam que, após a Constituição de 1988, os direitos indígenas passaram por uma trajetória marcada por avanços, paralisações e retrocessos, o que reflete as relações de poder historicamente construídas entre o Estado e as comunidades indígenas. Esse cenário revela as complexas dinâmicas entre a busca por crescimento econômico e a necessidade de respeitar os direitos dos povos indígenas e a proteção ambiental, evidenciando a tensão contínua que permeia as políticas públicas no Brasil e seus impactos no processo de licenciamento ambiental.

No contexto específico da LT, o processo de licenciamento ambiental foi conduzido pelo Ibama, com o início formal das atividades dado pela emissão do Termo de Referência, que determinava a elaboração do RCA, bem como a subsequente emissão da LO em julho de 2001⁴⁸. Em paralelo, o processo de prevenção, mitigação e compensação socioambiental referente à TI São Marcos, como descrito no Capítulo 2, foi supervisionado e acompanhado pela Funai e pelo Ibama, e compõem o processo de licenciamento ambiental. Para facilitar a compreensão do processo de licenciamento ambiental, apresentamos a seguir um infográfico que ilustra a linha do tempo:

⁴⁷ Radomsky (2019) assinala que a agenda de desenvolvimento no Brasil nos governos dos presidentes Fernando Henrique e Lula é marcada por oposição entre liberalismo e desenvolvimentismo. Contudo, observou-se alterações de rumo que apostam em soluções conciliadoras, algo de liberal nos governos com viés desenvolvimentista e programas desenvolvimentistas em governos liberais.

⁴⁸ As LOs passam por constante processo de renovação, no caso do empreendimento em tela foram renovadas até o momento 3 vezes: em 2005, 2013 e 2023. Está última com validade de 10 anos.

Infográfico 2 – Linha do Tempo do Licenciamento Ambiental



Fonte: elaboração da autora

Um ponto importante para esse trabalho é a definição dos traçados. O estudo de viabilidade ambiental para a LT apresentado no RCA, propôs duas opções de traçado e justificou a inviabilidade de outras alternativas:

Isto porque na margem direita da estrada BR-174, sentido Brasil-Venezuela, existe parte da área indígena São Marcos e, limitando-se com a mesma, a área indígena Raposa/Serra do Sol que percorre toda a extensão da fronteira brasileira, no lado Leste. Para o lado Oeste, na margem esquerda da estrada, além da alternativa apresentada, não existe outra passagem recomendável à transposição da linha do território brasileiro para o venezuelano, em função de existir, ainda, o restante da Área Indígena São Marcos, que se estende em 60 Km, aproximadamente, pela crista da Serra Pacaraima, além dos fortes desníveis da mesma que atingem cotas bem superiores a 1.000 metros de altitude (Eletronorte 1997d, pp. 74-75).

Assim, há somente uma descrição simples de duas opções de traçado. A Alternativa 1 previa um trajeto que contornaria as terras indígenas, porém foi descartada devido a diversos fatores, como a dificuldade de acesso à região, a necessidade de desmatar 34 km de floresta densa e virgem, e o aumento de cerca de 80 km da extensão no lado venezuelano. A alternativa 2, por sua vez, acompanhava a rodovia BR-174, interceptando a TI São Marcos em um trecho

de aproximadamente 60 km, sendo a maior parte no lavrado (Eletronorte, 1997d).

Em entrevista para esta dissertação, Brandali Dal Magro⁴⁹, especialista em meio ambiente que acompanhou de perto o processo de licenciamento ambiental da LT entre 1998 e 2001, expôs seu ponto de vista sobre o tema. Ela ponderou que, apesar da falta de profundidade do estudo das alternativas, a Alternativa 1 (por fora da TI), embora aparente ser menos impactante para os povos indígenas de São Marcos, poderia provocar novas pressões sobre os territórios indígenas no lavrado roraimense.

Essa alternativa fora da terra indígena, ela exigiria a manutenção de uma nova estrada, porque para a operação do empreendimento há necessidade de fazer manutenções periódicas na linha, e com isso precisaria manter uma estrada de acesso para as equipes poderem chegar até as torres. Então, essa nova via de acesso poderia criar novos posseiros, uma nova intrusão na própria terra indígena. Além disso, para a questão indígena tem outro aspecto muito mais importante, se a linha passasse por fora da terra indígena, nós não iríamos criar um novo vetor de desmatamento somente. Nós iríamos criar um outro caminho de pressão para a terra indígena. Ou seja, se antes a pressão era pela BR, ela ia ter dois caminhos de pressão, um pela BR e um por este novo, pela passagem, pela faixa de servidão e acesso que essa linha teria. E assim, considerando que foi feita a desintrusão das terras e o alteamento das torres na área de mata densa, que eu acho que foi uma demanda das comunidades, o alteamento. Então, eu considero que foi a melhor opção.

Na época já existia a preocupação com desmatamento, mas claro que hoje isso é muito maior até pela cobrança dos órgãos e da sociedade. No caso aí era o Ibama, o órgão licenciador, já havia essa preocupação com desmatamento... E olha, sinceramente, eu acho pouco provável que o Ibama fosse autorizar a criar um novo corredor, uma nova pressão, não só sobre a terra indígena, mas também num local que estava praticamente intocado (Brandalli Dal Magro, analista de Meio Ambiente, entrevista realizada em 12.08.2024).

A análise da especialista, corroborada por experiências e exemplos de implantação de LTs em outros contextos, revela um ponto crítico inerente a esse tipo de empreendimento: a abertura de acessos e estradas para operação e manutenção. A criação dessas vias, além de demandar manutenção periódica,

⁴⁹ Brandali Dal Magro foi analista de meio ambiente da Eletronorte e trabalhou em diversos processos de licenciamento ambiental de 1998 a 2023.

poderia intensificar uma série de conflitos socioambientais, impulsionando a degradação ambiental e exacerbando as pressões territoriais. No caso em questão, a proximidade com a BR-174 e a criação de novos acessos acentuariam esse risco.

É amplamente reconhecido que as estradas facilitam o desmatamento e incentivam a ocupação irregular de terras por grileiros e posseiros. O padrão de desmatamento em “espinha de peixe” ilustra bem como as estradas podem ser vetores de degradação ambiental. A partir dessas vias, o desmatamento se alastra de forma desordenada, afetando as populações locais, fragmentando habitats e comprometendo a integridade dos ecossistemas.

No caso da TI São Marcos, já vulnerável à presença de posseiros, a abertura de novas vias teria potencial de aumentar consideravelmente o risco de invasões, comprometendo a segurança do território e de seus habitantes. Esse risco seria agravado pela influência de elites locais que historicamente incentivam a ocupação ilegal de terras indígenas, aliada à ineficácia da fiscalização governamental, contribuindo para a insegurança dos territórios indígenas, não somente São Marcos, mas outras TIs presentes no lavrado.

A percepção da especialista sobre a questão ambiental no contexto dos diversos procedimentos de licenciamento ambiental revela um processo de amadurecimento da consciência ecológica ao longo do tempo. Em suas palavras: "Na época da instalação da LT Brasil-Venezuela, já havia um início de preocupação, pois existia uma legislação ambiental em vigor. No entanto, é evidente que os órgãos também estavam se estruturando, assim como a mentalidade das pessoas; estávamos tentando mudar essa mentalidade, e ainda estamos".

Ela observa que havia, naquele período, uma resistência por parte da área de engenharia em adotar técnicas menos impactantes, especialmente em razão dos custos mais elevados. Atualmente, contudo, Brandali observa uma mudança significativa nesse cenário. A crescente conscientização da sociedade, o fortalecimento dos órgãos de controle ambiental e o avanço da tecnologia de geoprocessamento, com destaque para o monitoramento do desmatamento, têm pressionado por uma maior responsabilidade socioambiental nos

empreendimentos. A atuação da sociedade civil, dos órgãos públicos e, em especial, do Ministério Público Federal, tem sido crucial nesse processo, resultando em demandas mais rigorosas e qualificadas. Brandali destaca que, como resultado dessas transformações, os profissionais da engenharia estão se tornando mais atentos às questões ambientais, o que tem facilitado o diálogo.

Assim, caso a Alternativa 1 tivesse sido escolhida, seria necessário desmatar aproximadamente 136 hectares⁵⁰ para criar a faixa de servidão (faixa de uso restritivo situada embaixo das linhas de transmissão), sem contar as vias de acesso. Vale ressaltar que os alteamentos das torres⁵¹ realizados na Serra de Pacaraima, na TI São Marcos, foi uma exigência da assessoria indigenista para minimizar o impacto na área de floresta da TI, que é bem restrita e serve a todo o território, e na construção do empreendimento. Fora da TI, tal pressão dificilmente teria ocorrido. Portanto, seria improvável que fossem realizados alteamentos de torres na densa floresta, caso fosse escolhida a Alternativa 1, especialmente devido ao aumento significativo dos custos de engenharia.

Abaixo segue o mapa do traçado apresentado no RCA (1997) com destaque para as terras indígenas:

⁵⁰ O cálculo estimado apresentado neste trabalho foi gentilmente realizado pelo engenheiro civil especializado em meio ambiente, Antônio Carlos Soares, que já se encontra aposentado.

⁵¹ Torres elevadas em linhas de transmissão são mais altas que as convencionais, minimizando interferências com o entorno. Essa altura reduz significativamente a necessidade de desmatamento, preserva habitats, evita acidentes e diminui a interferência em áreas agrícolas. Além disso, dependendo do projeto, torres elevadas podem ter menor impacto visual na paisagem.

Em relação ao Projeto Básico Ambiental (PBA), trata-se de documento elaborado e executado pela Eletronorte, com acompanhamento e manifestação constante do Ibama, composto com o detalhamento dos seguintes programas de mitigação e compensação ambiental: 1) Programa de Gestão Ambiental; 2) Revisão das Normas de Construção e montagem e revisão dos Manuais de Manutenção; 3) Programa de Comunicação Social; 4) Programa de Saúde; 5) Programa de Recuperação e Conservação dos Recursos Naturais; 6) Programa de Remoção e Indenização da População Afetada; 7) Programa de Preservação do Patrimônio Arqueológico; 8) Programa de Projeto Paisagístico; 9) Programa de Comunidades Indígenas.

Embora listado no PBA, o Programa de Comunidades Indígenas não foi detalhado no documento. Consta apenas a informação de que sua elaboração e execução seriam realizadas de forma independente dos demais processos do licenciamento ambiental, apesar de diversas articulações com vários programas do PBA. Mesmo com a inexistência de normativos que deveriam reger a sua elaboração, formatação e execução, o Programa de Comunidades Indígenas se assemelha muito mais a um Projeto Básico Ambiental de Componente Indígena (PBA-CI), nos moldes atuais, do que a um programa específico como parte integrante de um PBA. Como veremos mais adiante, vários elementos da ritualística atual dos procedimentos de consulta às comunidades indígenas também estavam presentes na época de elaboração do Programa de Comunidades Indígenas.

Sobre a alternativa locacional, Repetto (2005) destacou que, para a Eletronorte, a possibilidade de a LT seguir uma rota alternativa fora da TI resultaria em um aumento do impacto ambiental, uma vez que a LT atravessaria uma área florestal mais extensa. Ao mesmo tempo, as comunidades temiam que, caso a escolha recaísse sobre um trajeto externo à TI São Marcos, perderiam uma oportunidade única de remover os invasores de suas terras.

La posibilidad de que la línea buscara un camino alternativo bordeando la T.I. São Marcos, no fue interesante. Para ELECTRONORTE, implicaba aumentar el impacto ambiental ya que tendría que pasar una región mayor de selvas, que se reducía en mucho si se hacía paralelo a la carretera ya existente, atravesando el área de São Marcos. Por otra parte, las comunidades indígenas vieron con temor y hasta con

agonía, escaparse la posibilidad de librarse de los invasores, en el caso de que la línea pasase por fuera de la tierra indígena. Esta difícil situación dejó en desventaja negociadora y ansiedad a los líderes, que aceptaron este trato con Electronorte (Repetto, 2005, p. 9).

O trecho de Repetto (2005) expõe uma situação complexa e sensível no processo de negociação pela passagem da LT na TI São Marcos. A análise do autor revela a "desvantagem negociadora" e a preocupação dos líderes indígenas diante das alternativas locacionais da linha, levantando questões essenciais sobre a dinâmica de poder e os conflitos. A "desvantagem negociadora" dos líderes indígenas, destacada pelo autor, evidenciou a assimetria existente não apenas entre estes e a empresa, mas também em relação ao próprio Estado. Afinal, a omissão do poder público em relação à retirada de invasores da TI configurou um fator determinante no curso das negociações, demonstrando como há fragilidade na garantia dos direitos territoriais.

Contudo, a análise das falas indígenas, registradas em assembleias, reuniões e entrevistas (cf. Capítulo 1), revela que, mesmo em um contexto de desigualdade, os indígenas, em diálogo com a assessoria indigenista, construíram estratégias para garantir sua principal demanda: a retirada dos invasores. A reivindicação por compensação que garantisse a integridade e o usufruto exclusivo do território demonstrou a busca coletiva por mecanismos de controle territorial frente aos desafios impostos pelo empreendimento.

Essa postura estratégica evidencia que, apesar da "desvantagem negociadora" inerente às relações assimétricas de poder, os indígenas não se constituem como meros receptores passivos das ações externas. Ao contrário, demonstram agência e protagonismo ao se engajarem ativamente na busca por soluções, tendo em vista que a implantação do empreendimento alteraria significativamente seu território. A análise de Repetto (2005) contribui para a compreensão dessa complexa relação entre desenvolvimento e direitos indígenas em contextos marcados por assimetrias de poder, evidenciando as nuances e desafios inerentes a esses processos.

De toda forma, o texto apresentado no RCA é extremamente simples e não aprofundou a análise comparativa entre as duas opções listadas, deixando

evidente que sua elaboração ocorreu após a decisão de construir a LT paralela à BR-174, portanto, na TI São Marcos (Alternativa 2). Nesse sentido, Nuti afirma que se trata de "um documento elaborado para justificar a decisão já tomada e cumprir, *pro forma*, as determinações legais vigentes" (Nuti, 2006, p. 174). Essa constatação, ao evidenciar a falta de uma real análise das alternativas, corrobora as críticas de Andrea Zhouri sobre a fragilidade da participação indígena no processo de licenciamento ambiental (Zhouri, 2008; Zhouri, Oliveira, 2013).

Para Zhouri, essa fragilidade na participação reflete um modelo de governança ambiental que prioriza o crescimento econômico e os interesses do Estado sobre as necessidades e direitos dos povos indígenas, em uma dinâmica que tende a sulbaternizar as vozes desses povos nos processos de planejamento e execução de grandes projetos de infraestrutura, como é o caso da LT. A crítica de Zhouri, portanto, se alinha à constatação de Nuti sobre o RCA, uma vez que a análise do traçado da linha e a escolha do local de implantação não foram, de fato, resultados de um processo participativo genuíno.

A inclusão tardia das comunidades no debate, apenas após a definição da localização da linha, reflete a realidade de 1997, quando a participação indígena em decisões dessa natureza era incomum – como, de certo modo, segue sendo. Essa realidade reforça a necessidade de mecanismos mais robustos que garantam a efetiva participação dos povos indígenas nas decisões que afetam seus territórios e modos de vida.

É fundamental reconhecer que o licenciamento ambiental não se configura como um processo puramente técnico, mas sim como um campo de disputa entre interesses econômicos, políticos e sociais, no qual as políticas ambientais são moldadas conforme a influência de cada ator (Alonso, 2012). Nesse contexto, a assessoria indigenista desempenha um papel fundamental, buscando compreender e atuar diante das assimetrias e disputas inerentes ao processo.

Consciente da complexidade que envolve o licenciamento ambiental e das desigualdades presentes na relação entre o Estado, as empresas e os povos indígenas, a assessoria, mesmo diante das limitações do processo e do contexto em que as decisões sobre o traçado já haviam sido tomadas pelo Estado, buscou

atenuar os impactos dessa assimetria de poder. As entrevistas com os indígenas e as falas registradas nas assembleias demonstram os esforços da equipe para inserir os povos indígenas no processo de forma mais significativa.

A participação direta em etapas importantes, como na definição da localização das torres de transmissão durante o processo de levantamento topográfico, representou uma tentativa de garantir que as comunidades indígenas tivessem voz, ainda que tardiamente, nas decisões que impactariam seus territórios. Além disso, a realização de reuniões constantes, as ações de prevenção, mitigação e compensação socioambiental, com acompanhamento contínuo das lideranças indígenas, configuraram-se como estratégias para reduzir a desigualdade nas relações de poder e fomentar uma participação mais ativa no monitoramento dos impactos do projeto no território indígena.

Apesar dos esforços da assessoria, a experiência descrita evidencia os desafios persistentes na garantia da participação plena dos povos indígenas no licenciamento ambiental. A inclusão tardia e a necessidade de "atenuar os impactos" da assimetria de poder demonstram a urgência de avançar na construção de processos mais justos, transparentes e que assegurem o protagonismo indígena na defesa de seus direitos e territórios.

A seguir, aprofundaremos a análise das estratégias utilizadas pela assessoria indigenista para atenuar as assimetrias de poder e fortalecer a participação indígena no processo de licenciamento ambiental. Investigaremos como a assessoria atuou para garantir o acesso à informação, promover a capacitação das comunidades, articular alianças e incidir na construção de processos decisórios mais equitativos.

3.3. Desafios regionais e a interlocução com as comunidades indígenas

É nesse contexto histórico, marcado pela persistência de uma lógica colonial e por intensos conflitos territoriais, que se iniciam, em 1997, as discussões com os povos indígenas de São Marcos acerca da implantação da LT. O modo como se deu o diálogo e a interlocução da assessoria indigenista da empresa com as comunidades indígenas foi necessariamente influenciado por

esse contexto, considerando a complexa trama de relações de poder em Roraima e de mediação intercultural.

Um exemplo ilustrativo das mudanças na atuação da assessoria indigenista para minimizar as relações de poder em Roraima é relatado nas entrevistas realizadas sobre a primeira reunião ocorrida em maio de 1997 na Boca da Mata. Segundo os entrevistados, ao tomar conhecimento da presença da Eletronorte na região para iniciar as tratativas sobre a passagem da LT, o prefeito de Pacaraima tentou se apropriar da situação, apresentando-se às comunidades como o responsável por trazer benefícios aos povos indígenas.

Em resposta a essa tentativa de manipulação, a assessoria indigenista decidiu antecipar a reunião, buscando evitar que o processo fosse contaminado pela influência política do prefeito e dos fazendeiros invasores, especialmente considerando a postura anti-indígena reconhecida na política e na sociedade roraimenses. Assim, a reunião na Maloca Boca da Mata foi marcada rapidamente, evitando que políticos locais distorcessem ou enganassem os indígenas em função de seus próprios interesses.

Em Boa Vista, a assessoria indigenista dialogou com o CIR, APIR e a ATWM. A estratégia de antecipar a reunião também contou com o apoio da Funai. Essa antecipação foi fundamental para minimizar a influência política local no processo, garantindo que o diálogo com as comunidades indígenas se desenvolvesse de forma participativa (cf. Capítulo 02).

O processo de negociação em torno da passagem da LT na TI São Marcos foi marcado por tentativas de interferência política por parte de atores locais, especialmente políticos com interesses vinculados à manutenção da presença de invasores na área. Essa interferência permeou todas as etapas do processo, desde as discussões iniciais até a definição das medidas de compensação socioambiental.

A pesquisa realizada no Centro de Documentação Indígena (CDI) dos Missionários da Consolata revelou a existência de um conjunto expressivo de materiais jornalísticos que veiculam uma nítida tendência anti-indígena no contexto da disputa pela terra na TI São Marcos. Esses materiais não se limitam a deslegitimar as demandas das comunidades indígenas e a justificar a

permanência dos invasores, mas também se articulam com a busca por ganhos políticos por parte de atores locais, configurando um processo de instrumentalização do discurso midiático em favor de interesses específicos.

A construção da narrativa anti-indígena é fundamentada na mobilização de discursos que questionam a legitimidade das reivindicações dos povos indígenas, defendendo a permanência dos invasores por meio de argumentos de ordem econômica e social. Frequentemente, essas publicações manifestam oposição às demandas indígenas e aos seus representantes, chegando a insinuar que os indígenas seriam movidos por interesses pessoais, como a ganância, e manipulados por ONGs internacionais em busca de enriquecimento. Além disso, tais discursos reforçam uma série de estereótipos que deslegitimam as lutas indígenas. Esse processo resulta na configuração de narrativas que visam favorecer os interesses das elites locais, minando a credibilidade das causas indígenas e estreitando as relações de poder entre os opressores e os que buscam a preservação de seus direitos territoriais.

No Anexo 8, encontra-se uma seleção de matérias veiculadas entre 1997 e 2001 nos jornais impressos de Boa Vista, todas originadas do CDI dos Missionários da Consolata. Essas publicações são exemplares para ilustrar a forma como tais narrativas foram estruturadas e propagadas, refletindo o contexto político e social da época, bem como os esforços das elites em consolidar um discurso dominante contra as demandas indígenas.

A articulação de narrativas anti-indígenas para a perpetuação da colonialidade do poder evidencia-se na persistente disputa em torno da TI São Marcos, mesmo após sua demarcação em 1991. A demarcação, embora configurasse um importante mecanismo de reconhecimento dos direitos territoriais indígenas, não garantiu, por si só, a efetivação plena desses direitos e a resolução dos conflitos fundiários. Conforme argumentado por Almeida (2008), a mera existência de legislações específicas sobre terras tradicionais não assegura a superação das tensões e o atendimento integral das demandas indígenas, persistindo conflitos em torno da apropriação e do uso comum dos recursos naturais.

Até a desintrusão de suas terras em 2004, os indígenas de São Marcos vivenciaram profundas restrições ao usufruto de seu território⁵², além de diversas formas de violência que historicamente permearam os processos de dominação e apropriação territorial. As narrativas indígenas relatam inúmeros episódios de violência, desde a proibição de transitar livremente em seu próprio território e de falar sua língua materna – o que afetou especialmente os Macuxi –, até assédios, estupros e assassinatos de indígenas.

Realizei pesquisa no CDMC e tentei encontrar notícias de jornal sobre esses eventos de violência, não obtendo sucesso. Essa ausência de registros evidencia a invisibilização da violência contra os povos indígenas e levanta questões sobre o papel da mídia na construção da memória social⁵³. A omissão de tais eventos nos meios de comunicação influencia a percepção da realidade social, perpetuando estereótipos e silenciando as vozes daqueles que sofrem violações de direitos.

3.4. A desintrusão da TI e o sentido de territorialidade

Para compreender como a desintrusão se tornou a principal demanda indígena na TI São Marcos, é crucial analisar o significado de territorialidade. A análise de Haesbaert (2007), fundamentada em Lefebvre, mostra-se oportuna nesse sentido. Para o autor, o território é construído a partir de relações de apropriação e dominação, dimensões interligadas e indissociáveis. A apropriação, de caráter simbólico e subjetivo, reflete a produção de significados

⁵² Apesar da desintrusão, a TI ainda enfrenta diversas limitações, especialmente na região do Alto São Marcos, onde a cidade de Pacaraima está estabelecida. A presença urbana traz consigo impactos ambientais e urbanísticos que configuram um desafio persistente. A expansão da cidade exerce pressão sobre os recursos naturais e intensifica a circulação de pessoas e veículos, complicando ainda mais a dinâmica local. Simultaneamente, observa-se uma complexa relação de interdependência entre os indígenas e a cidade, evidenciada pela utilização de serviços públicos, como saúde e educação. No entanto, as percepções expressas pelos próprios indígenas em entrevistas, reuniões e assembleias indicam que a expulsão dos fazendeiros representou uma redução significativa das limitações que enfrentavam. Essa mudança é vista como um avanço importante na luta pela autonomia e garantia de seus direitos territoriais.

⁵³ Há vários autores que exploram a relação entre mídia e memória social, embora, neste trabalho, esse debate seja periférico. Podemos citar, por exemplo, McLuhan (2007), Thompson (2009), Mattelart (2006) e Stuart (1993). De forma geral, todos aprofundam a crítica da sociedade da informação, analisando como a mídia influencia a construção da memória, a percepção do passado, a formação da opinião pública e as relações de poder na produção e disseminação da informação.

e vivências que enraízam o grupo social no seu espaço, conferindo-lhe identidade e pertencimento. Por outro lado, a dominação, mais concreta e funcional, impõe-se por meio do controle material e das relações de poder, visando, muitas vezes, à exploração econômica do território.

Nessa perspectiva, a desintrusão da TI São Marcos pode ser interpretada como um movimento de reconquista, de redominação do território tradicionalmente ocupado pelos Macuxi, Taurepang e Wapichana. Essa redominação, para além de simbólica, materializa-se em um ato concreto e funcional, por meio do qual os indígenas retomam o controle material e o poder sobre áreas invadidas pelos não indígenas. Conforme observado por João Pacheco de Oliveira (2022), a reconquista de terras indígenas representa um processo complexo e multifacetado que envolve a luta pela recuperação do território e a reafirmação da identidade e da autodeterminação indígena.

Contudo, a presença da cidade Pacaraima, situada dentro da TI São Marcos, impõe desafios significativos para a manutenção dessa autonomia territorial. A cidade, como um espaço urbano com dinâmicas econômicas, políticas e sociais distintas, configura-se como um foco de novas formas de dominação e poder, o que implica em uma constante negociação por parte dos povos indígenas em relação ao seu espaço e seus direitos.

A convivência entre a cidade de Pacaraima e a Terra Indígena São Marcos⁵⁴ gera um complexo processo de negociação e disputa em torno do território e de seus significados. Conforme argumenta Bourdieu (2004), a região não deve ser entendida como uma realidade natural, mas como uma construção social. Embora se manifeste espacialmente, a região serve para delimitar e controlar identidades. Essa delimitação é um ato de autoridade e poder, implicando processos de inclusão e exclusão, nos quais se define quem pertence e quem está à margem. A interação entre a TI São Marcos e a cidade de Pacaraima ilustra essas dinâmicas de poder, nas quais as fronteiras geográficas e sociais estão em constante renegociação. Assim, a disputa por território torna-se também uma disputa por identidade e autonomia, com as comunidades

⁵⁴ Nesse contexto, a APITSM desempenha o papel de interlocução com a prefeitura e os vereadores de Pacaraima, buscando negociar e manejar as diversas situações que emergem dessa complexa relação de uma cidade dentro de uma TI.

indígenas sendo forçadas a negociar constantemente seu lugar e seus direitos frente a uma cidade que impõe novas formas de dominação e poder.

A desintrusão da TI São Marcos, portanto, transcende a mera recuperação de terras, embora a implique. A aliança dos indígenas com a LT para a retirada dos invasores da área demonstra essa complexidade. Nesse contexto, a reflexão de Dominique Gallois (2004) sobre territorialidade é fundamental para entender a dinâmica envolvida. A autora distingue "terra", associada ao Estado e à propriedade jurídica, e "território", que representa a relação cultural e vivencial de um povo com seu espaço. Essa diferença é crucial para compreender que o território indígena não se limita à posse da terra, mas é um espaço essencial para a reprodução física e cultural das comunidades.

Para os indígenas, a TI São Marcos não é apenas uma extensão de terra definida por limites legais, mas um espaço essencial para a reprodução física e cultural do grupo. Nas falas indígenas, há constante referência aos antepassados e às futuras gerações, situando os primeiros como aqueles que foram privados da "liberdade" no território e os segundos como aqueles que poderão usufruir dele no futuro. Além disso, são mencionados os seres não humanos que habitam esse território.

Assim, a desintrusão também representou a reparação de uma injustiça histórica, sendo compreendida como uma vitória que reverbera em múltiplas dimensões temporais e coletivas, restaurando a conexão entre o passado, o presente e o futuro. Os Macuxi, os Taurepang e os Wapichana sempre mantiveram uma profunda relação com este território, que foi ameaçada pelas invasões e pela presença de não-indígenas (Farage, 1986; Santilli, 1994; Vieira, 2007; Andrello, 1998; Repetto, 2002).

A análise de Gallois (2004) permite compreender que a desintrusão da TI São Marcos não se resume a um conflito sobre a posse da terra, mas configura-se como um movimento para resgatar o território como espaço de pertencimento, memória e continuidade cultural. Essa perspectiva encontra ressonância nos trabalhos de Daniela Alarcon e Jurema Machado sobre as retomadas indígenas no Nordeste do Brasil, que demonstram como esses processos de recuperação

territorial se articulam com a reafirmação da identidade e da cultura dos povos indígenas.

Alarcon (2013, 2019), em seus estudos sobre as retomadas Tupinambá na Bahia, analisa como esses movimentos se constituem em estratégias de resistência e de reconstrução da vida social e cultural após um longo período de despossessão territorial. As retomadas, nesse contexto, representam não apenas a recuperação da terra, mas também a reconstrução de laços comunitários, a reafirmação de práticas culturais e a busca por justiça social. Machado (2019), por sua vez, aborda as retomadas Pataxó Hãhãhã na Bahia, enfatizando a importância da memória e da ancestralidade nesses processos. As narrativas sobre o passado e a evocação dos ancestrais desempenham um papel fundamental na mobilização e na legitimação das retomadas, reforçando os vínculos com o território e a identidade étnica.

Assim como nas retomadas analisadas por Alarcon e Machado, a desintração da TI São Marcos expressa a luta dos povos indígenas pela reafirmação de seus direitos, pela recuperação de seus territórios e pela continuidade de suas culturas. Nesse sentido, promove a reconstrução de laços comunitários e o fortalecimento da identidade étnica, com a evocação dos ancestrais reforçando os vínculos com o território.

A partir dessa compreensão, a demanda pela desintração e a implementação de medidas de salvaguarda do território emergem como elementos catalisadores da agência indígena no processo negocial. A efetivação da retirada dos invasores, conforme evidenciado nas narrativas indígenas, consolida-se como resultado de suas ações políticas, construídas a partir de alianças com outros atores sociais.

Contudo, mesmo com o acordo para a retirada dos invasores, o processo não foi fácil, pois estava inserido em um contexto mais amplo de tensões entre as elites locais e as comunidades indígenas. As elites, ao articularem narrativas para manter invasores na região, buscavam não apenas defender seus interesses econômicos, mas também perpetuar o controle sobre a terra e seus recursos. A luta pela desintração da TI São Marcos mostra, portanto, como as disputas territoriais estão intimamente conectadas com as dinâmicas e as

narrativas de poder e sobre a terra. A resistência dos povos indígenas a essa imposição reflete sua capacidade de organização e de afirmação de sua identidade, buscando reconstituir suas relações com o território de maneira a reafirmar sua autonomia e, conseqüentemente, a existência de suas práticas e modos de vida, não apenas no presente, mas como um legado para as futuras gerações.

Contudo, apesar da retomada efetiva e simbólica da TI, a presença contínua de Pacaraima dentro dessa área e a necessidade de vigilância constante sobre o território destacam a complexidade das relações de poder que permeiam a questão indígena. A persistência de um campo de disputas, caracterizado pelas estruturas sociais enraizadas e pela influência do capital simbólico historicamente mobilizado por diferentes agentes sociais em São Marcos, impõe desafios significativos à efetivação da autodeterminação dos povos indígenas.

3.5. O trabalho das assessorias indigenistas no PSM

O projeto do linhão de Guri impôs desafios singulares à assessoria indigenista, demandando a conciliação da proteção dos direitos territoriais e culturais das comunidades indígenas de São Marcos com a realidade de uma decisão estatal já tomada. Nesse contexto, o desafio enfrentado pelos/as profissionais que atua(va)m diretamente nos processos de compensação socioambiental para as comunidades indígenas reside na compreensão do contexto histórico e social, e da necessidade urgente de evitar que o projeto resulte em novos ciclos de exclusão e esbulho socioambiental.

A complexidade da questão exigiu uma abordagem que priorizasse o diálogo intercultural, buscase minimizar as assimetrias de poder dos atores envolvidos com a implantação do empreendimento e promovesse a inclusão das vozes indígenas nas decisões que impactam suas vidas e seus territórios. Essa necessidade se torna ainda mais premente em face da implementação de grandes empreendimentos de infraestrutura, como o caso em questão, que impõem significativas transformações socioambientais ao território.

As entrevistas realizadas com os indígenas de São Marcos revelaram uma perspectiva singular sobre o processo da LT. A chegada do empreendimento representou não apenas um desafio, mas também uma oportunidade estratégica. Diante da necessidade de autorização para a passagem da LT em seu território, os indígenas mobilizaram-se para negociar com a Eletronorte. Embora houvesse divergências internas, com uma minoria defendendo a permanência dos invasores em troca de indenização, a comunidade, por meio de um processo de negociação, convergiu para a exigência da retirada dos invasores e a implementação de medidas de salvaguarda do território como condições *sine qua non* para o consentimento à construção da LT.

Essas demandas indígenas delinearam também o papel da assessoria indigenista, que atuou como facilitadora do diálogo e mediadora entre as lideranças indígenas e a empresa. A assessoria buscou garantir que as vozes indígenas fossem consideradas no processo de definição das ações de prevenção, mitigação e compensação socioambientais.

A negociação para a desintrusão da TI São Marcos, em Roraima, desvela a complexa trama de relações entre Estado, empresa e povos indígenas no contexto do licenciamento ambiental, especialmente em projetos binacionais. O financiamento e o apoio à desintrusão, uma ação que deveria ter sido conduzida pelo Estado como parte de sua obrigação constitucional, acabou sendo assumida pela empresa. Esse caso, por ser anterior à legislação específica sobre o componente indígena no licenciamento ambiental, revela a ambiguidade na divisão de papéis entre o Estado brasileiro e as empresas.

Embora a empresa tenha aparentemente "assumido o papel do Estado" na desintrusão da TI São Marcos, análises de entrevistas, observações de assembleias e o acompanhamento do PSM ao longo dos anos, indicam que essa não era sua intenção inicial. A empresa, na verdade, resistiu a essa medida, considerando a desintrusão uma responsabilidade do poder público. No entanto, após mediações realizadas pela assessoria indigenista, a empresa cedeu à pressão dos indígenas, que rejeitaram qualquer outra forma de compensação pelos impactos da LT.

Para as comunidades indígenas, a retirada dos fazendeiros invasores era uma demanda urgente e prioritária. Diante da ineficiência histórica do Estado em garantir seus direitos territoriais, eles enxergaram na empresa uma oportunidade de resolver um problema que há tempos as afligia.

A decisão de utilizar os recursos para o processo de desintrusão foi formalmente registrada em ata durante uma assembleia indígena, na qual também se destacava a ponderação de que os recursos aplicados nas indenizações aos fazendeiros deveriam ser reembolsados pela Funai⁵⁵ (Almeida, 2006, p. 307). Esse registro reflete uma importante postura dos povos indígenas: embora tenham alcançado a conquista da desintrusão, o que representa uma vitória significativa para a proteção de seus territórios, isso não os isenta da exigência de que o Estado cumpra com suas responsabilidades.

Cientes de seus direitos, os indígenas, por meio de suas associações e lideranças, reivindicaram do poder público o cumprimento de suas obrigações, buscando a devolução dos recursos gastos com a indenização dos fazendeiros para que pudessem ser investidos em projetos coletivos e comunitários na TI. Ao cobrar do poder público, os indígenas afirmam de maneira inequívoca a legitimidade de suas demandas e o compromisso com a efetivação dos direitos territoriais previstos na Constituição. Essa reivindicação — que, embora registrada naquele momento, permanece atual — evidencia a visão dos indígenas de que a responsabilidade pela desintrusão e a proteção de seus territórios é uma obrigação do Estado.

Isso revela uma relação complexa e multifacetada. Não se trata apenas de uma empresa substituindo o Estado e exercendo um "indigenismo empresarial" para viabilizar seu projeto. É preciso considerar as nuances essenciais do contexto histórico, as frustrações decorrentes da ineficiência estatal e a capacidade de agência dos povos indígenas, que exerceram um papel político fundamental na negociação e construção do PSM, articulando com as

⁵⁵ Os indígenas entendem que, como a desintrusão da TI deveria ter sido realizada pela Funai, eles precisam ser reembolsados pelos valores gastos. Alguns chegam a afirmar que "emprestaram o valor para a Funai", demonstrando a percepção de que assumiram uma responsabilidade que caberia ao Estado. Dessa forma, demandam a devolução do recurso para que seja investido no território.

demandas territoriais, considerando a afetação do empreendimento no território indígena.

É relevante destacar que, nas fases subsequentes do PSM, especialmente na última fase (2010-2020), a APITSM promoveu uma forte articulação com a territorialidade indígena. A execução de projetos comunitários, realizados nas três etnorregiões da TI e desenvolvidos diretamente pelas comunidades nas malocas, teve como objetivo central o fortalecimento das ações produtivas no território. Esses projetos são concebidos como medidas de compensação socioambientais, uma vez que, segundo os indígenas, as transformações causadas pela LT afetam o território de maneira significativa, pois além de reduzir a área destinada ao usufruto exclusivo das comunidades, a instalação de infraestrutura com suas linhas, torres e cabos alterou a paisagem natural da TI.

A importância do apoio de assessores indigenistas foi reiteradamente pontuada nas entrevistas realizadas. Todos os participantes enfatizaram a contribuição desses profissionais para o fortalecimento do movimento e para a conquista de seus objetivos, destacando nomes como Porfírio Carvalho, Daniella Martins, Eduardo Almeida e Ana Lange. Cada um desses profissionais, com suas expertises e abordagens específicas, contribuiu significativamente para o movimento, atuando como pontes entre os diferentes atores envolvidos e promovendo o diálogo intercultural e a cooperação.

Porfírio Carvalho (1ª fase do PSM 1997-2004) atuou em um momento crucial para os indígenas da TI São Marcos. Até então, eles não haviam sido consultados por nenhum empreendedor sobre projetos em seu território, sendo historicamente ignorados em situações como a construção da BR-174. Nesse contexto, a figura de Carvalho, chamado pelos indígenas de "Seu Carvalho", emerge, nas falas indígenas como uma liderança de linha de frente e um articulador respeitado. Sua atuação, como mediador entre as comunidades e a Eletronorte, possibilitou, pela primeira vez, a inclusão dos indígenas em um processo de negociação que afetava diretamente suas vidas e seu território.

Os relatos coletados evidenciam a importância de Carvalho como um habilidoso condutor de diálogos e reuniões, capaz de garantir que as vozes dos

indígenas fossem ouvidas e respeitadas. A ênfase no respeito e na atenção às demandas das comunidades, consolidou sua figura como referência e é frequente ouvir expressões como "Carvalho era a nossa voz". Carvalho desempenhou, um papel de tradutor intercultural, construindo pontes entre os mundos indígena e empresarial. Essa capacidade de transitar, facilitando o diálogo e a negociação, é tida como fundamental para formatação do PSM. Ele também é lembrado como um porta-voz das aspirações indígenas, alguém que compreendia o modo de vida e defendia os interesses das comunidades com determinação e estratégia. Nas entrevistas, a admiração e saudade estão presentes. Carvalho é reconhecido como um defensor dos direitos indígenas, firme em suas posições e comprometido em garantir que as demandas das comunidades fossem atendidas.

Em entrevista realizada em outubro de 2024, o antropólogo e indigenista Artur Nobre Mendes afirmou que Carvalho sempre atuou como consultor independente para preservar sua autonomia em relação aos interesses empresariais. Embora tenha trabalhado em projetos financiados pela Eletronorte, Carvalho recusou integrar-se formalmente à empresa, buscando manter sua independência para questionar diretrizes e defender os povos indígenas nos programas de compensação ambiental. Ana Lange e Eduardo Almeida também eram consultores independentes.

Os/As demais profissionais liderados por Carvalho, a exemplo de Daniella Martins e Carlison Aguiar, que são citados, também são percebidos como parceiros valiosos, que contribuíram nos trabalhos de proteção dos direitos dos povos indígenas de São Marcos durante o processo de negociação e implementação de projetos que afetavam suas terras.

Eduardo Almeida, com sua atuação na 2ª fase do PSM, entre 2005 e 2008, destacou-se como assessor indigenista, demonstrando profundo conhecimento acerca da Eletronorte e do intrincado ambiente burocrático. Sua atuação foi marcada pela habilidade em intermediar a comunicação entre as comunidades indígenas e a empresa, traduzindo as demandas e preocupações de ambos os lados, o que facilitou o diálogo.

Ele é lembrado também por seu apoio à estruturação administrativa da Associação do PSM, que, em 2006, foi renomeada para Associação dos Povos Indígenas de São Marcos (APITSM). Nesse momento de organização política, em que a associação passou a gerir diretamente o PSM, Almeida contribuiu significativamente para o fortalecimento da APITSM. Ele auxiliou na implementação de um sistema de controle social que visava promover a autossustentação e a autonomia na gestão de recursos, aspectos de suma importância para os povos indígenas.

Adicionalmente, destaca-se o incentivo de Almeida ao desenvolvimento de projetos de pecuária sustentável, nas recém-criadas fazendas de reservatório de gado adaptadas ao ecossistema do lavrado. Essa iniciativa demonstra sua preocupação com a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento econômico das comunidades indígenas.

O início da atuação de Ana Lange como antropóloga e indigenista na 3ª fase do PSM (2009 a 2018) coincidiu com um período de intensas transformações e renegociações. As comunidades indígenas, buscando maior protagonismo, reivindicavam controle sobre os recursos e a gestão dos projetos, demandando que estes fossem elaborados e executados diretamente nas malocas, em consonância com sua organização social e cosmologia.

Adotando uma postura que os indígenas denominam "facilitadora e mediadora", Lange, em colaboração com a equipe de meio ambiente da Eletronorte, atuou na promoção da autonomia indígena e no desenvolvimento de projetos comunitários e coletivos. Seu trabalho se pautou no diálogo e no respeito à diversidade cultural, buscando conciliar os interesses das comunidades indígenas com as demandas da empresa.

A abordagem tida como respeitosa e colaborativa de Ana Lange, associada à sua compreensão da realidade sociocultural local, possibilitou a construção de relações de confiança e o fortalecimento da organização indígena. Ao enfatizar a participação e a autonomia, Lange demonstrou preocupação em respeitar a autodeterminação dos indígenas na condução de seus próprios processos de desenvolvimento do PSM e dos projetos. Referida carinhosamente como "Dona Ana" pelos indígenas, ela é lembrada por sua disponibilidade,

parceria e presença constante, sempre disposta a dialogar e valorizar o conhecimento tradicional, demonstrando compromisso com as pessoas de São Marcos.

Nas falas dos indígenas, seja em assembleias, conversas informais ou entrevistas, surgiram aspectos considerados positivos, com destaque para a constante presença e parceria estabelecida. Relataram, por exemplo, que foi a primeira vez que uma empresa ou instituição se sentou com eles para negociar e solicitar autorização para realizar empreendimentos em seu território. Após essa experiência, me contaram que passaram a não permitir que ninguém utilize a terra sem sua autorização. Nesse contexto, a ausência de críticas ao trabalho das assessorias indigenistas, mesmo quando explicitamente questionados nas entrevistas, pode ser interpretada como um reflexo da valorização da parceria inédita.

Assim, é possível inferir que a presença contínua das assessorias indigenistas ao longo dos anos consolidou relações de parceria duradouras, refletidas na elaboração e execução de ações mais alinhadas às necessidades coletivas das comunidades de São Marcos. Essa proximidade permitiu a construção de um vínculo de confiança mútua, facilitando o planejamento de programas mais inclusivos e abrangentes.

Por outro lado, a ausência desse tipo de parceria e de trabalho especializado tende a gerar relações frágeis e tensas entre empresas, instituições e comunidades indígenas, marcadas pela desconfiança e pela dificuldade de comunicação. Essa fragilidade comprometeria tanto a elaboração quanto a execução de programas destinados a atender às necessidades da coletividade, resultando em ações desarticuladas e de baixa eficácia. Nesse cenário, é comum que interesses específicos, como os de determinadas lideranças ou grupos, sejam privilegiados em detrimento do coletivo, gerando impactos negativos, especialmente para as organizações sociopolíticas indígenas.

Para além das narrativas indígenas sobre os indigenistas, considero relevante apresentar minhas experiências pessoal e profissional com os três atores mencionados, as quais possibilitaram uma imersão no contexto e nas relações estabelecidas no âmbito do PSM. Cada um deles, com suas trajetórias

e perspectivas singulares, contribuiu significativamente para a construção da minha própria abordagem de trabalho, além de fornecer elementos valiosos para o desenvolvimento desta pesquisa.

Embora não tenha colaborado diretamente com Porfírio Carvalho no PSM, o contato com seus relatos e seu conhecimento sobre a história e a cultura de São Marcos mostrou-se enriquecedor para a pesquisa. As informações e reflexões compartilhadas por Carvalho ampliaram a compreensão acerca da complexa dinâmica social e das relações interculturais no contexto do PSM.

Minha primeira experiência em São Marcos foi acompanhada pelo indigenista Eduardo Almeida. Foi ele quem me guiou na descoberta do lavrado, apresentando-me ao convívio com os povos indígenas da região. Durante nossa interação, Almeida apresentou grande disponibilidade, explicando com atenção os detalhes da segunda fase do PSM, o que foi fundamental para aprofundar a minha compreensão sobre o projeto e sua dinâmica.

A colaboração com Ana Lange durante minha trajetória no PSM constituiu uma experiência fundamental para minha formação profissional e pessoal. Compartilhamos muitos momentos de convívios nas reuniões, assembleias, visitas a projetos e participação nos processos de elaboração de projetos nas malocas. A postura de Ana, sempre marcada pela atenção, pelo cuidado e pela constante disposição para o diálogo, foi marcante para a construção de um ambiente colaborativo e inspirador, no qual o intercâmbio de conhecimentos e experiências se dava de forma profícua.

A convivência com Ana Lange proporcionou-me, além disso, uma valiosa perspectiva de gênero, permitindo-me compreender mais profundamente o papel e os desafios enfrentados por mulheres no campo indigenista. Observar sua atuação —sua capacidade de escuta e sua habilidade na construção de relações interpessoais — ampliou minha visão sobre o trabalho das mulheres junto aos povos indígenas e fortaleceu minha própria prática e reflexões.

As falas sobre as assessorias indigenistas demonstram que a interculturalidade era uma estratégia fundamental, indo além da mera promoção do diálogo. No contexto das ações indigenistas, a interculturalidade não se limitava à promoção do diálogo e da interação entre diferentes culturas. Ela configurava-se como uma ferramenta crítica, essencial para questionar e

modular as assimetrias de poder historicamente construídas e para criar pontes que possibilitassem a efetividade das ações voltadas para a garantia dos direitos indígenas. Nesse sentido, a interculturalidade se apresentava como uma estratégia política e epistemológica que buscava novas formas de relacionamento e entendimento.

Para aprofundar a compreensão dessa dinâmica, recorreremos à Catherine Walsh (2012) e sua proposição de três tipos distintos de interculturalidade: relacional, funcional e crítica. As duas primeiras, embora aparentemente promovam o diálogo e a tolerância, revelam-se, em última instância, como instrumentos de manutenção do status quo: mascaram as relações de poder e dominação subjacentes, perpetuando a hierarquização das culturas e restringindo o diálogo intercultural a um processo superficial, incapaz de alterar as estruturas de poder e desafiar as desigualdades históricas.

Por outro lado, a interculturalidade crítica, defendida por Walsh, busca algo mais profundo e transformador. Ela não se limita a um simples exercício de convivência entre culturas, mas propõe uma transformação da estrutura colonial-racial que ainda permeia as relações entre os povos. A interculturalidade crítica questiona a exclusão histórica, a negação e a subalternização ontológica e epistêmico-cognitiva dos grupos racializados, como os povos indígenas, reconhecendo-os como detentores de saberes próprios e legítimos. A partir dessa perspectiva, valoriza-se a sabedoria de resistência e insurgência que persiste e se fortalece, apesar dos processos de desumanização e subordinação impostos pelas estruturas coloniais.

É importante reconhecer, contudo, que a assessoria indigenista, embora busque incorporar princípios da interculturalidade crítica, atua em um contexto complexo e marcado por limitações. Suas ações estão restritas ao âmbito do PSM e, portanto, não possuem o alcance necessário para promover transformações estruturais profundas. Ainda assim, foi possível trabalhar metodológica e estrategicamente para (re)configurar e modular as relações de poder no âmbito do PSM, criando espaços de diálogo e negociação que valorizam a autonomia e os saberes dos povos indígenas. Essas estratégias contribuíram para redefinir as dinâmicas entre as partes envolvidas, fortalecendo o papel das comunidades indígenas no processo.

Nesse contexto, o PSM se organizou em um processo que se aproxima dos princípios da governança, tal como definida por Dallabrida (2007) e Agrawal (2007). A governança, como um conjunto de processos que regulam a tomada de decisões, caracteriza-se pela participação, pela interação entre diferentes atores e pela construção de arranjos institucionais que promovam a justiça social e a sustentabilidade.

3.6. O papel das organizações indígenas no desenvolvimento do PSM

O processo de fortalecimento da autonomia indígena e a crescente demanda por protagonismo nas esferas políticas e administrativas estão profundamente alinhados com os debates antropológicos contemporâneos sobre a afirmação do protagonismo indígena e a construção de novas formas de governança. Autores como Gersem Baniwa (2017), Alcida Ramos (2012) e Bruce Albert (2002) têm sublinhado que os movimentos indígenas contemporâneos viveram um momento de expansão de sua capacidade de ação política, impulsionado por um fortalecimento da autonomia e por uma demanda crescente por participação nas decisões políticas que afetam suas vidas. Esse fenômeno se manifesta de diversas maneiras, especialmente na criação e consolidação de associações indígenas, que se estabelecem como espaços importante de articulação política, organização social e interlocutoras com o Estado e outras instituições.

Para compreender melhor a relevância da APITSM, é necessário contextualizar sua criação no cenário pós-Constituição de 1988, um período marcado pelo reconhecimento da capacidade civil dos povos indígenas e pelo fortalecimento de seu protagonismo. Como destaca Gersen Baniwa (2012), a partir desse momento, houve um crescimento expressivo das associações indígenas, que passaram a atuar como interlocutores entre o Estado, as organizações não-governamentais e as comunidades. Esse processo levou as lideranças indígenas a desempenharem um papel cada vez mais central na articulação de suas demandas, alterando a dinâmica das relações entre esses povos e as entidades de assessoria e apoio.

Baniwa (2012) observa que, ao assumirem o protagonismo na luta pelos direitos indígenas, essas organizações e lideranças forçam um repensar sobre a relação com o Estado e a função das entidades de apoio a causa indígena. Segundo o autor, as lideranças indígenas passaram a questionar e redefinir os papéis das instituições que antes se consideravam responsáveis pelo apoio às suas causas, promovendo uma revisão do papel e da função das entidades de assessoria. Esse novo protagonismo, portanto, não apenas fortaleceu as organizações indígenas, mas também alterou a maneira como o Estado e outras organizações externas se relacionam com as comunidades.

Recuperando um pouco desse percurso, ainda na década de 1970, o movimento indígena no lavrado de Roraima mobilizava uma forte articulação para defender a reterritorialização e a autonomia das etnias locais, impulsionado pela união de diversas etnias e pelo apoio de organizações como o CIMI e missionários da Ordem da Consolata. Essa mobilização levou à criação de diversas organizações, começando com o Conselho Indígena do Território de Roraima (CINTER), que surgiu com apoio de missionários e da Igreja. Posteriormente, o CINTER seria reestruturado e tornar-se-ia o CIR (Lima, 2010).

A autora destaca ainda, que em 1977, a realização da I Assembleia Indígena de Roraima, reunindo etnias como os Macuxi, Wapichana e Taurepang foi um evento marcante. A assembleia promoveu uma agenda unificada em prol de seus direitos coletivos e para resistir às pressões do Estado e dos fazendeiros que invadiam as TIs.

A partir da década de 1990, no contexto do crescente processo de legalização das associações indígenas, Roraima testemunhou a proliferação de diversas organizações voltadas para a defesa dos direitos e interesses dos povos originários. Esse movimento foi impulsionado tanto por disputas internas quanto pela necessidade de representatividade política e social. Algumas lideranças de São Marcos, por exemplo, divergindo do CIR, fundaram a Associação dos Povos Indígenas de Roraima (APIR).

Além disso, surgiram outras organizações, como a Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR), a Sociedade para o Desenvolvimento e Qualidade Ambiental dos Povos Taurepang, Wapichana e Macuxi (TWM), a

Organização dos Indígenas da Cidade (ODIC), a Organização de Professores Indígenas de Roraima (OPIR) e a Associação dos Povos Indígenas da Terra São Marcos (APITSM). Outras entidades, como a Sociedade de Defesa dos Indígenas Unidos do Norte de Roraima (SODIURR) e a Aliança para Integração e Desenvolvimento das Comunidades Indígenas (ALIDCIRR), têm sido apontadas como alinhadas aos interesses do governo estadual, conforme Lima (2010).

Essas organizações refletem a diversidade e a complexidade do cenário político indígena em Roraima, marcado por orientações ideológicas e estratégias de atuação diversas. De um lado, encontram-se associações que priorizam a autonomia e os direitos coletivos das comunidades, enquanto outras apresentam vínculos mais estreitos com setores governamentais, evidenciando um campo de disputas internas e externas em torno da representação e da agenda indígena no estado.

Albert (2012) observa uma transformação na natureza da atuação nas associações indígenas no pós-Constituição de 1988. Elas passaram a assumir funções que anteriormente eram de responsabilidade do Estado, especialmente nas áreas de educação, saúde e projetos de desenvolvimento. Esse movimento insere-se em um contexto que Albert descreve como o “mercado de projetos” e as políticas descentralizadas de “desenvolvimento sustentável”. Nesse cenário, as associações indígenas passaram a lidar com a escassez de políticas públicas, atuando como mediadoras entre as demandas de suas comunidades e as oportunidades oferecidas por fundos públicos e internacionais, refletindo o retraimento do Estado na execução de suas funções.

O contexto de transformações nas associações indígenas no Brasil e em Roraima é importante para entender a trajetória da APITSM. Criada em 2000 como Associação do Programa São Marcos (APSM), ela desempenhava um papel central no PSM, mas com uma função inicialmente mais administrativa do que representativa. A partir de 2003, as comunidades indígenas começaram a reivindicar um papel mais ativo na gestão do programa, demandando a transição para uma gestão indígena direta.

Essa mudança foi apoiada pela equipe da assessoria indigenista da Eletronorte (1ª fase do PSM), mas foi também acompanhada de uma preocupação sobre a complexidade do processo de gestão e a necessidade de um período de transição para transferir os conhecimentos administrativos essenciais para a manutenção da associação. A assessoria alertou que, embora fosse um passo importante, a tomada de controle pela comunidade exigiria tempo para capacitação e preparação das lideranças indígenas, uma vez que a administração do PSM envolvia uma série de competências técnicas e burocráticas.

No entanto, essa transição se concretizou de forma mais célere do que o imaginado pela equipe da assessoria indigenista, e, em 2004, a associação indígena assumiu formalmente a gestão do PSM, marcando um importante avanço no protagonismo indígena das comunidades de São Marcos. A partir desse momento, a APSM (atual APITSM) passou a exercer também um papel fundamental na articulação das comunidades e na defesa de suas demandas.

As associações indígenas enfrentaram durante esse período e continuam sendo desafiadas por uma tensão significativa: a necessidade de se adaptarem ao modelo burocrático estatal para acessar recursos e garantir seus direitos, ao mesmo tempo em que buscam preservar seus valores e práticas culturais tradicionais. Esse dilema é complexo, pois, embora a burocracia não seja exclusivamente marcada por hierarquia e formalismo, como argumenta Max Weber (2004), ela envolve a impessoalidade e a profissionalização que frequentemente entram em choque com as formas de organização social e política das comunidades indígenas. As demandas da administração pública e a lógica de governança estatal impõem um desafio à articulação das práticas tradicionais, que priorizam a coletividade, a flexibilidade nas relações e uma concepção mais fluida de autoridade e tomada de decisão.

Weber (2004), apesar de reconhecer a eficiência administrativa da burocracia, também alertou para seus efeitos negativos, como a rigidez, a desumanização e o excesso de regras. As teorias decoloniais, por sua vez, aprofundam a crítica à burocracia, entendendo-a como um instrumento de dominação colonial. Para Quijano (2005), a burocracia é um elemento central na

colonialidade do poder, pois impõe uma racionalidade eurocêntrica, classifica socialmente os indivíduos, controla o trabalho e perpetua hierarquias de poder que marginalizam os povos indígenas.

A relação entre as associações indígenas e o aparato burocrático é marcada por uma dinâmica de negociação complexa. Embora a burocracia, muitas vezes, represente um obstáculo à livre expressão das formas indígenas de pensar e se organizar, ela não é necessariamente um impedimento à efetivação dos direitos indígenas e à participação política. Nesse cenário, Baniwa destaca que as associações indígenas enfrentam o desafio de conciliar diferentes lógicas e formas de organização, lidando com questões como redistribuição de bens, divisão de responsabilidades e concepções de poder e representação política.

As alterações na APITSM em 2006, que ampliaram seu escopo de atuação além do foco inicial no PSM, resultaram também na criação, em assembleia geral, de instâncias de controle social, como os Conselhos Deliberativo e Fiscal. Segundo Eduardo Almeida (2006), esses conselhos foram instituídos com o propósito de superar as limitações das assembleias, que, embora frequentes, nem sempre se mostravam plenamente representativas nem capazes de lidar de forma consistente com temas relevantes ou de exercer eficazmente o controle social sobre o Programa e sua organização gestora. Assim, a implementação dos conselhos visava aprimorar a governança interna da APITSM.

A organização política em São Marcos, conforme descrito por Alfredo Silva (2012), indígena Wapichana da TI São Marcos e mestre em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais pela UnB, apresenta uma estrutura complexa e dinâmica. As malocas, unidades básicas da comunidade, consistem em um conjunto de famílias interligadas por laços de parentesco, geralmente consolidados através de casamentos.

Tradicionalmente, a liderança local se estrutura em torno da figura do Tuxaua, geralmente um sogro/pai com habilidades políticas para manter a coesão do grupo. No entanto, Silva Wapichana observa a emergência de novas formas de escolha dessa liderança, com algumas aldeias mantendo o modelo

tradicional e outras adotando processos de escolha que envolvem debates, assembleias e até mesmo votações.

Segundo Silva, essa dinâmica se reflete na estrutura de representação política das comunidades indígenas da TI São Marcos, que se baseia em lideranças eleitas democraticamente pelas famílias. O tempo de mandato, que antes se estendia por décadas, agora é de cerca de 24 meses. Essa mudança pode ser atribuída a diversos fatores, entre eles a inserção de muitos Tuxauas no mercado de trabalho formal, o que aumenta sua carga de trabalho e limita sua disponibilidade para a liderança.

Outro fator pontuado pelo autor, diz respeito à crescente participação das mulheres indígenas na política. Anteriormente invisíveis na estrutura representativa, elas ocupam cada vez mais espaços de poder. No entanto, como observa Silva (2012, p. 21), essa realidade começa a mudar, ainda que de forma gradual. De acordo com o autor, em 2012, das mais de 40 comunidades indígenas da Terra Indígena São Marcos, apenas 3 eram lideradas por mulheres, o que revela uma participação ainda restrita, mas já visível. Atualmente, a participação das mulheres aumentou significativamente. Segundo informações da APITSM, o número de *Tuxauas* mulheres aumentou para 11, de um total de 49, o que representa cerca de 22% da liderança nas comunidades da TI São Marcos. Esse dado, embora ainda modesto, reflete uma transformação importante nas dinâmicas de poder dentro das comunidades indígenas.

Adizon Macuxi explicou sobre a organização política da TI São Marcos, destacando o papel do Tuxaua como líder comunitário eleito: “O Tuxaua representa a voz de sua comunidade, encaminhando as demandas e necessidades nas áreas de saúde, educação e outras”. Ele busca resolver os problemas locais, mas, em casos de conflitos entre comunidades, invasões de não indígenas ou questões que excedem sua alçada, a coordenação regional é acionada.

A coordenação regional intervém pretendendo a resolução pacífica de conflitos entre comunidades, pontuou Adizon: “Se não obtiver sucesso, é convocado uma assembleia regional, reunindo os Tuxauas das três regiões para discutir o assunto”. Desse modo, caso a assembleia regional não consiga

solucionar o problema, a coordenação regional aciona a Coordenação Geral da APITSM. Esta, por sua vez, avalia a situação e, se necessário, convoca uma Assembleia Geral.

A Assembleia Geral da TI São Marcos configura-se como a instância máxima de deliberação política, reunindo todos os Tuxauas e lideranças das 49 comunidades que a compõem. É nesse espaço, como aponta Adizon, que são tomadas decisões sobre temas diversos, abrangendo questões relacionadas à gestão territorial, à organização social, à cultura e à defesa de direitos. As deliberações da Assembleia Geral possuem caráter soberano, refletindo a autonomia política do povo Macuxi na gestão de seu território.

É importante destacar, conforme observado por Adizon que na TI São Marcos há uma diversidade de movimentos e perspectivas, com pautas divergentes e até mesmo opostas. As divergências se manifestam não apenas entre diferentes grupos, mas também entre "parentes", revelando a complexidade das dinâmicas sociais e políticas internas à comunidade. No entanto, a soberania da Assembleia Geral prevalece como princípio fundamental na tomada de decisões. Mesmo em casos de discordância, segundo ele, as deliberações da Assembleia devem ser respeitadas por todas as comunidades e lideranças.

Adizon ressaltou que as lideranças apresentam suas propostas, defendem-nas e, caso não haja consenso, as decisões são encaminhadas para votação em assembleia. Segundo ele, essa prática, adotada há muitos anos, permite atender à maioria, mantendo o respeito às posições divergentes. Eventuais insatisfações são compreendidas e não dão origem a conflitos que fragilizem a unidade da TI. Além das divergências internas, outras questões, como as religiosas e partidárias, também influenciam a dinâmica da comunidade. Contudo, essas influências “não resultaram em oposição ferrenha ou divisões”. Os debates, segundo ele, “ajudam a pacificar as discussões e a alcançar objetivos comuns”.

A importância das assembleias indígenas como espaços de articulação política transcende os limites da TI São Marcos, estendendo-se por todo o estado de Roraima, especialmente entre os povos do lavrado. Conforme apontam Repetto e Celarié (2020), as assembleias indígenas em Roraima surgiram na

década de 1970, tendo como eixos principais de atuação a luta pela terra, saúde e educação.

Repetto (2012) aprofunda a análise, destacando como esses espaços se tornaram fundamentais para a construção de identidades coletivas e para a articulação política interétnica. As assembleias permitem que diferentes povos indígenas da região se unam em torno de causas comuns, transcendendo suas especificidades étnicas e fortalecendo a luta pelos seus direitos. Além disso, atuam como espaços de formação de novas lideranças e de elaboração de estratégias de ação política.

Sobre as lideranças indígenas, Adizon explicou que são a espinha dorsal do movimento indígena, que emergem da base e se destacam porque “enxergam o movimento indígena como um todo”, articulando diferentes setores e necessidades que transcendem áreas específicas:

Então, a liderança é uma peça fundamental nessa questão do movimento indígena. A gente tem liderança na saúde, na educação, no movimento da juventude, no movimento das mulheres, em vários setores. E temos grandes lideranças de movimento indígena mesmo, que tem mais visibilidade, digamos assim, que tem mais voz... A liderança é formada na base mesmo, lapidada com o tempo, através de muitas reuniões, assembleias, movimentos indígenas, enfim. Ele é o cara que vai se destacando, vai ganhando a confiança do povo, da comunidade, da região, da terra indígena e de outros territórios também, principalmente nessa questão da causa indígena (Adizon Menandro Macuxi, 39 anos, maloca Samã, entrevista concedida em 13.09.2024).

Adizon também destacou as lideranças tradicionais, que possuem conhecimento profundo da comunidade e da cultura indígena, aliado à sua experiência em lutas passadas, o que lhe confere sabedoria e legitimidade para guiar as novas gerações:

Temos grandes lideranças aqui na São Marcos. Nós temos o Seu Valci, temos o seu Domício, temos o seu Lourenço, que é meu pai, temos também o seu Galdino e muitos outros. O seu Firmino, que já se foi, o seu Manoel, Manoel da Bala, o seu Telmar, lá do Lago Grande. São lideranças que são sempre respeitadas pela história que eles têm no movimento indígena. [...] São pessoas que encabeçaram todas essas lutas e nunca desistiram, sempre estão no meio do povo, sempre estão no

meio da juventude, sempre estão encabeçando isso, ensinando, mostrando como que foram essas lutas, como que foram essas conquistas, o que eles esperam da gente. Então, eles são esses caras que, na verdade, encaminham, não digo assim que dita, mas que acompanham toda essa mobilização, acompanham todo o movimento das comunidades, das regiões, todo esse movimento da educação, da saúde, dos jovens, das mulheres, Eles acompanham isso de perto e estão sempre orientando. São pessoas que têm uma vivência na região, na comunidade, na terra indígena. Enfim, são pessoas que conseguem isso com muito tempo, com muito trabalho, com muita dedicação e o povo tem muita confiança neles, tem muito mais confiança na liderança do que no próprio Tuxaua, do que próprio na coordenação regional, do que na coordenação geral da terra indígena. São pessoas que têm respeito e que são respeitadas por toda a terra indígena São Marcos. Então, quando eles se posicionam, geralmente as pessoas veem, observam e absorvem isso com muito respeito, com muita atenção e acabam muitas das vezes acompanhando essas lideranças, porque a gente sabe que eles têm a sabedoria e a gente tem um respeito por tudo que eles já construíram. A gente tem certeza que eles têm a razão e sabem muito bem como que tudo aconteceu para a gente chegar até onde a gente está hoje (Adizon Menandro Macuxi, entrevista concedida em 13.09.2024).

A fala do Adizon ressalta que as comunidades depositam confiança significativa em suas lideranças e seus ancestrais, muitas vezes mais expressiva do que em figuras institucionais. Esse respeito se traduz na adesão às orientações desses líderes, que são vistos não apenas como representantes, mas como verdadeiros guardiões da memória do movimento indígena. Eles desempenham o papel de transmitir os ensinamentos sobre as lutas e conquistas passadas, inspirando e motivando a comunidade a continuar a batalha pelos seus direitos. Todas essas lideranças fazem parte da APITSM, uma organização que, ao longo do tempo, consolidou sua importância tanto dentro das comunidades indígenas quanto em um âmbito regional mais amplo.

Dessa forma, para além de sua atuação política externa, essas organizações fortalecem a organização social interna, estimulando a participação ativa dos indivíduos na gestão de seus próprios assuntos.

A análise da evolução dos instrumentos jurídicos que sustentam as várias fases do PSM revela as mudanças impulsionadas pela luta dos povos indígenas, as quais influenciam a relação com as instituições. Observa-se uma mudança gradual no papel da Funai ao longo das diferentes fases do programa,

evidenciando a crescente autonomia dos indígenas na gestão de seus próprios assuntos.

O TC da primeira fase do PSM foi inicialmente firmado com a Funai e não com uma associação indígena. No entanto, nas fases subsequentes do projeto, especificamente nas segunda e terceira fases, a celebração do compromisso passou a ser realizada diretamente com a associação indígena. Nesse novo contexto, a Funai assume uma posição de interveniente, atuando como garantidora dos direitos indígenas e mediadora nas interações com outros agentes envolvidos.

Por outro lado, no projeto de transição firmado em outubro de 2023, com validade de dois anos, o acordo foi celebrado exclusivamente com a Eletronorte, embora ainda fosse necessária a aprovação da Funai (provavelmente a próxima fase do PSM também será dessa forma). Essas alterações no processo de celebração e gestão dos convênios refletem a crescente consolidação do protagonismo indígena, alinhando-se com os princípios estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. Nesse novo cenário, a Funai passa a desempenhar um papel de apoio e parceria com as comunidades indígenas, promovendo a efetivação de seus direitos e colaborando para o esmaecimento das práticas de tutela, em conformidade com o reconhecimento constitucional da autonomia indígena.

A entrevista realizada com Marcelo Pereira Macuxi, coordenador geral da APITSM, auxilia na reflexão sobre o papel da associação e sua relação com o PSM. Marcelo relata a existência de uma dinâmica de participação crescente dos jovens nas assembleias e nas decisões políticas, exemplificada por sua própria eleição como coordenador aos 26 anos. Ele destacou que essa renovação não exclui as lideranças tradicionais; ao contrário, enfatiza o respeito e a colaboração intergeracional, o que, segundo ele, "contribui para o equilíbrio e a harmonia na organização".

A participação expressiva nas assembleias e nos processos decisórios, de acordo com Marcelo, consolida a legitimidade das lideranças e contribui para a força política da APITSM. Marcelo avalia que a integração das lideranças em instâncias de controle social, como o Conselho Fiscal e o Conselho Deliberativo,

fortalece a governança interna. Ao ocuparem tais instâncias, as lideranças tradicionais mantêm sua legitimidade e autonomia, garantindo que a associação represente autenticamente os interesses e as necessidades da comunidade indígena.

Marcelo destacou, ainda, a crescente visibilidade política da APITSM no cenário nacional. A associação, inicialmente vista apenas como gestora de um programa de compensação ambiental, passou a participar ativamente de eventos como o Acampamento Terra Livre, em Brasília. Neste sentido, ele destacou que a APITSM também realiza interlocução com outras instituições e esferas de poder na defesa do território e na luta pelos direitos indígenas, as quais permanecem como prioridades.

A trajetória da APITSM, contudo, não está isenta de desafios. Marcelo destaca um momento de tensão após o término do convênio em 2020, em meio à pandemia de COVID-19. Diante da descontinuidade do PSM, determinada pelo TCU, a APITSM buscou alternativas para manter suas atividades e garantir a continuidade de suas ações em prol da comunidade. Para isso, a associação utilizou recursos do fundo comunitário, provenientes da devolução de projetos comunitários, e procurou estabelecer novas parcerias. A estrutura do PSM permitiu à Associação apresentar contrapartidas em projetos desenvolvidos com outros parceiros, como Cáritas e UNICEF, garantindo, assim, a continuidade de seu trabalho.

A APITSM buscou construir alianças e apoio externo sem comprometer o protagonismo indígena, como defendido por Carneiro da Cunha (2000). Em síntese, a APITSM consolida-se como um importante ator político, articulando-se com outras organizações indígenas em Roraima e no Brasil. Sua trajetória reforça a importância das associações indígenas como espaços de organização, resistência e afirmação de direitos.

Em uma roda de conversa realizada em 25 de abril de 2024, durante o Acampamento Terra Livre (ATL), em Brasília, indígenas da TI São Marcos (sete mulheres e três homens, com idades entre 15 e 27 anos, e um professor de 47 anos) discutiram o PSM e suas implicações para o movimento indígena local. O grupo, composto majoritariamente por mulheres e jovens, demonstrou grande

engajamento político, possivelmente influenciado pela atmosfera do evento, considerado o mais importante para o movimento indígena no país.

A APITSM foi apontada como organização fundamental nesse processo, evoluindo ao longo do tempo e tornando-se um instrumento importante para a defesa dos direitos territoriais e culturais. Milena Pereira, da comunidade Roça, afirmou que a associação materializa o lema "nenhuma política feita para a gente sem a gente", afirmação com a qual todos os presentes concordaram.

Essa trajetória da APITSM se cruza com a do próprio PSM, especialmente no contexto atual. Em 2023, a LO do empreendimento incorporou explicitamente a questão indígena nas condicionantes ambientais, e a empresa contratou, a partir da indicação da APITSM, a Comtexto Consultoria para desenvolver o plano de trabalho e os documentos necessários à gestão do componente indígena. Esse processo de consultoria incluiu a sistematização das interferências da LT na TI São Marcos, a avaliação das ações implementadas nas diversas fases do Programa e a pactuação da continuidade das ações, com base nos impactos socioambientais identificados e nas avaliações realizadas.

3.7. Desafios atuais na atuação profissional com povos indígenas

O PSM, enquanto estudo de caso, oferece *insights* relevantes para o debate sobre o desenvolvimento de ações socioambientais em terras indígenas e permite tecer reflexões sobre estratégias de atuações profissionais baseadas em relações e governanças mais simétricas entre as comunidades indígenas e os demais atores (empresas, órgãos governamentais, associações indígenas e demais instituições) envolvidos nos processos de licenciamento ambiental.

Transcender a perspectiva que restringe o licenciamento ambiental à mera emissão da LO é fundamental. Compreender esse processo como dinâmico, contínuo e em constante evolução permite vislumbrar a importância do monitoramento contínuo e de ações responsáveis das instituições e dos/as técnicas/os. Essa abordagem amplia a eficiência das medidas de mitigação e compensação socioambiental e contribui para a construção de relações mais sólidas e colaborativas com as comunidades indígenas.

Nesse contexto, as reflexões de técnicos/as da Funai em eventos públicos assumem relevância como pontos de atenção para profissionais que atuam com povos indígenas em processos de licenciamento ambiental. Frequentemente, os/as especialistas da Funai alertam para os riscos de elaboração desconexa dos Planos Básicos Ambientais de Componente Indígena (PBA-CI), sem o devido diálogo e sem o respeito à autonomia das comunidades indígenas. Esse tipo de condução fragmentada gera relações fragilizadas e tensas entre empresas, instituições e as próprias comunidades. A ausência de articulação com outros processos de trabalho com povos indígenas e instituições, somada à desconsideração das suas especificidades socioculturais e direitos territoriais, configura obstáculos significativos para a implementação de ações eficazes. Esses obstáculos geram relações de desconfiança e dificuldades comunicativas, que não apenas falham em mitigar e compensar os impactos socioambientais, mas também podem agravá-los. Além disso, podem afetar negativamente os territórios, as formas de organização social e as redes de reciprocidade das comunidades. Como consequência, a reputação das empresas envolvidas também pode ser seriamente prejudicada.

A experiência acumulada pelas assessorias indigenistas e profissionais da área ambiental, no âmbito do PSM, evidenciou a importância da construção de espaços de diálogo intercultural. A construção, o fortalecimento e a consolidação da participação ativa das comunidades indígenas na formulação e execução de projetos socioambientais geraram impactos positivos, promovendo maior inclusão e efetividade nas ações implementadas. Essa avaliação também foi corroborada pelos diversos entrevistados ao longo da pesquisa, evidenciando que a co-construção de soluções e a valorização dos saberes tradicionais contribuíram para a consolidação de iniciativas socioambientais mais eficazes, as quais fortaleceram a autonomia e o protagonismo das comunidades indígenas, por conseguinte influenciaram a qualidade das ações desenvolvidas.

Ao retomar o trabalho com a comunidade São Marcos em 2023, após um período dedicado a outras comunidades, me deparei com um discurso recorrente entre os/as indígenas: a necessidade de restabelecer a parceria e o envolvimento próximo que sempre mantiveram com os/as profissionais da Eletronorte, principalmente após a saída de Ana Lange da empresa em 2018. A

ausência dessa figura, que representava um ponto de contato constante e facilitador do diálogo com a Eletronorte, gerou uma sensação de perda significativa entre as comunidades. Nesse contexto, os/as indígenas destacaram a grande expectativa de que a nova fase do PSM retome, conforme suas palavras, a parceria histórica com a empresa, restabelecendo a continuidade da comunicação e da cooperação que anteriormente caracterizava a relação entre as partes. Aliás, é importante destacar que a palavra parceria foi amplamente ressaltada ao longo do trabalho pelos indígenas.

O desejo de restauração da parceria também foi identificado pelos consultores indigenistas Cássio Ingles e Daniella Martins. Em uma análise preliminar do diagnóstico do PSM, observaram a mesma expectativa por parte das comunidades, com ênfase na importância de uma atuação mais próxima e constante da empresa. Em contrapartida, gestores da Eletronorte, ao serem questionados sobre essa questão, salientaram que, após a reestruturação da empresa, uma nova equipe de indigenistas, com perfil interdisciplinar, foi contratada em novembro de 2024. Composta por seis profissionais⁵⁶ experientes no trabalho com povos indígenas, essa equipe tem como objetivo atender à região Norte e fortalecer o quadro técnico da empresa.

Especificamente sobre essa temática, foram conduzidas conversas⁵⁷ com quatro gestores da empresa, cujas falas foram analisadas e consolidadas a fim de traçar um panorama das percepções e expectativas em relação a essa temática. A partir dessas conversas, foi possível consolidar observações e reflexões que evidenciam a crescente importância atribuída a essa relação no contexto empresarial. Isso ajudou na compreensão acerca da importância do trabalho com povos indígenas na perspectiva de gestores da empresa.

⁵⁶ Para compor a equipe, em Roraima, foi contratado, em outubro de 2024, o antropólogo Raimundo Pinheiro Paes Junior, formado pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). Originário de comunidade tradicional ribeirinha do Amazonas, Paes Junior defendeu, em 2018, a monografia de conclusão de curso intitulada: *O alimento e a pessoa: reflexões autoetnográficas de um ribeirinho*.

⁵⁷ Sobre esse tema optei por utilizar conversas informais como principal instrumento de interação com os/as gestores, em detrimento da entrevista estruturada. Essa escolha metodológica permitindo-me acessar perspectivas e nuances que dificilmente seriam alcançados por meio de um roteiro predefinido de perguntas.

As/os gestoras/es referem-se à necessidade de estabelecer parcerias sólidas e interativas com as comunidades indígenas afetadas pelas operações da empresa. Essa postura relaciona-se com a necessidade de mitigar os riscos socioambientais inerentes às atividades empresariais e proteger a reputação da organização. Nesse sentido, o respeito às legislações (nacionais e internacionais) e às políticas internas de direitos humanos, em consonância com a agenda *ESG (Environmental, Social and Governance)*, foi apontado como um pilar fundamental para o desenvolvimento de um relacionamento responsável com as comunidades indígenas.

Os/as gestores convergiram em suas colocações ao destacar o valor estratégico de desenvolver um trabalho profissional e consistente com as comunidades indígenas. A decisão de ampliar a equipe dedicada a essa área decorre de um diagnóstico interno que reconheceu a relevância de se consolidar o que chamam de “boas práticas” no relacionamento com povos indígenas.

Observa-se, assim, uma preocupação em preservar e fortalecer o que o que consideram ser um “legado da empresa” nesse âmbito, buscando expandir e consolidar sua atuação em outras regiões do país. Acrescenta-se a expectativa de que os profissionais que atuam na interface entre a empresa e os povos indígenas exerçam papel de mediadores, traduzindo as demandas e os direitos de cada parte. Ademais, evidenciaram a necessidade de redefinir estratégias e adaptar as práticas da empresa às transformações estruturais e aos desafios contemporâneos, buscando aprimorar o relacionamento com as comunidades indígenas e garantir a segurança jurídica e a sustentabilidade das operações a longo prazo.

Especificamente, no que concerne ao trabalho com povos indígenas, o Código de Ética da Associação Brasileira de Antropologia (ABA, 2024) assume especial relevância. O parágrafo único do Título I do código estabelece que “os direitos das pessoas associadas estão subordinados aos direitos de sujeitos e grupos sociais histórica, social e ambientalmente vulnerabilizados participantes da pesquisa e demais trabalhos antropológicos”. Essa diretriz implica que a atuação profissional em antropologia deve priorizar a proteção e a valorização do saber indígena, respeitando a autonomia e as demandas das comunidades.

Dessa forma, ao conduzir pesquisas ou atuar profissionalmente junto a povos indígenas, seja em processos de licenciamento ambiental, projetos de desenvolvimento ou em outros contextos, as/os antropólogas/os devem assegurar que as vozes indígenas sejam ouvidas de forma efetiva, garantindo sua participação nos processos decisórios que os afetam. O código de ética da ABA também destaca o compromisso com os direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais definidos nos tratados internacionais, bem como o combate à violação dos direitos reconhecidos constitucionalmente e nos marcos regulatórios deles decorrentes.

Nesse contexto, o Código de Ética da ABA assume papel central, orientando as condutas profissionais em situações que envolvam grupos vulnerabilizados, como os povos indígenas. A diretriz que subordina os direitos dos profissionais aos direitos das comunidades atendidas destaca a necessidade de uma atuação que privilegie a proteção, o respeito e a valorização dos saberes tradicionais. Assim, ao mesmo tempo em que a empresa busca consolidar um legado positivo nas regiões em que opera, é imprescindível que seus profissionais mantenham um olhar atento às diretrizes éticas que fundamentam a Antropologia, garantindo que o protagonismo indígena seja resguardado e que suas vozes sejam incorporadas aos processos decisórios, conforme preconiza a OIT 169. Este dispositivo, a cada dia, torna-se mais exigido tanto pelos povos indígenas quanto pelo poder público, nas esferas federal e estadual.

Assim, ao mesmo tempo em que a empresa busca consolidar um legado positivo nas regiões em que opera, é imprescindível que seus profissionais mantenham um olhar atento às diretrizes éticas que fundamentam a Antropologia, garantindo que o protagonismo indígena seja resguardado e que suas vozes sejam incorporadas aos processos decisórios. É fundamental que a atuação profissional não se limite a reproduzir as estruturas de poder existentes, é necessário ir além. Neste trabalho, foi possível observar como as assessorias indigenistas desempenharam um papel importante na modulação dessas estruturas de poder, promovendo a criação de espaços de governança mais participativos e em parceria com as comunidades indígenas.

Os desafios enfrentados no trabalho profissional com povos indígenas são, como se observa, multifacetados, atravessados por diversas camadas e nuances. Para lidar com essa complexidade, é fundamental compreender o contexto histórico, político e institucional no qual se está inserido. A análise crítica do licenciamento ambiental no Brasil, como discutido no Item 3.2.1 deste trabalho, revela uma série de fatores que impõem limitações e desafios à atuação profissional, tornando esse contexto um campo repleto de obstáculos a serem superados.

Destacam-se, nesse cenário, as restrições temporais impostas pelo Estado, em especial aquelas materializadas nas diretrizes da Aneel, que priorizam a celeridade e o cumprimento de cronogramas para atender à demanda energética, impondo prazos curtos que entram em choque com a dinâmica social das comunidades indígenas. A isso se somam os problemas relacionados à estrutura burocrática do sistema de licenciamento ambiental e às diversas diretrizes estatais, que muitas vezes se apresentam de forma contraditória, sem a devida articulação e com mensagens desconexas, criando cenários desafiadores, gerando tensão e restringindo a capacidade de atuação das/os profissionais envolvidas/os.

Diante desse quadro, torna-se imperativo que as/os profissionais compreendam a profundidade desses desafios e desenvolvam habilidades que exigem criatividade e adaptabilidade. A busca por estratégias conjuntas e dialogadas que possibilitem a participação efetiva das comunidades indígenas, mesmo diante das limitações estruturais, é essencial. Nesse sentido, a discricionariedade do trabalho técnico, como aponta Ane Karine Pereira (2021), permite elaborar estratégias criativas que deem visibilidade às comunidades afetadas e incluam seus projetos coletivos.

As questões normativas constituem um ponto central nesse debate. Apesar dos avanços legislativos conquistados a partir da Constituição de 1988, que representou um marco histórico na proteção e reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, a existência de dispositivos legais não garante, por si só, a efetiva concretização desses direitos, especialmente no que se refere à OIT 169. Como destacou um dos interlocutores desta pesquisa ao refletir sobre a primeira fase do PSM: "o papel não fez nada, quem fez foram as pessoas". Essa

observação sublinha a necessidade de ir além da formalidade legal, ressaltando a importância de traduzir normas em práticas concretas e efetivas.

A necessidade de ir além do "papel" e traduzir os direitos em ações concretas, a importância da interculturalidade crítica como um horizonte de possibilidades e a valorização da participação indígena são elementos que devem ser considerados em qualquer projeto que afete territórios indígenas.

A análise crítica das normas e práticas indigenistas, confrontando o saber acadêmico com a experiência prática, permite formular novas abordagens que respondam aos desafios contemporâneos, superando as "desgastadas receitas de um velho e obsoleto indigenismo" (Oliveira, 1985, pp. 17-18). Assim, sobre as questões normativas, é preciso extrapolar a mera aplicação ou interpretação da legislação. É fundamental compreender as normativas como processos sociais historicamente situados.

Além disso, como enfatizam Coelho et al (2017), é essencial compreender como conceitos, normas e legislações são interpretados e assimilados a partir da perspectiva indígena, em contraste com a abordagem normativa tradicional. Esse olhar permite identificar as fricções entre as legislações e as realidades indígenas, contribuindo para a construção do diálogo e para a efetivação de ações mais adequadas às realidades.

Nesse sentido, a etnografia e a tradução intercultural se apresentam como ferramentas metodológicas fundamentais para apoiar os profissionais, especialmente os cientistas sociais, em seus trabalhos de campo, particularmente quando integradas à interculturalidade crítica. Como destaca Marisol de La Cadena (2023), a abordagem etnográfica abre espaço para a compreensão de outras formas de existência e de relação com o mundo, enquanto a tradução intercultural possibilita a mediação e o entendimento mútuo. Assim, a tradução intercultural deve ser vista como um princípio orientador, um ponto de partida para construir pontes entre mundos de significado distintos, que norteiam as relações e práticas no campo, orientando a construção de diálogos mais equitativos e respeitosos.

Em vez de pressupor que uma cultura deve se adaptar a outra, a tradução intercultural defende uma abordagem que respeita e valoriza as diferenças,

permitindo que cada cultura se expresse e seja compreendida em seus próprios termos. Trata-se de construir conexões parciais, reconhecendo que as relações se estabelecem não somente por semelhanças, mas também por diferenças. Em suas palavras, "traduzir é presumir que sempre existe uma equivocação; comunicar por diferenças, ao invés de silenciar o outro ao presumir uma univocidade – a semelhança essencial – entre o que outro e o que nós estamos dizendo" (La Cadena, 2023, p. 85).

Outro ponto importante a ser considerado no trabalho com povos indígenas é a compreensão das interações históricas entre o Estado, as empresas e as comunidades indígenas no Brasil. Esses elementos são fundamentais para a análise das relações interétnicas e dos impactos do desenvolvimentismo sobre essas populações.

De acordo com Shelton Davis (1978), em sua pesquisa sobre os efeitos do desenvolvimento na Amazônia, essa perspectiva histórica desempenha um papel central na compreensão das complexas dinâmicas entre o progresso econômico e a proteção dos direitos indígenas. Tal abordagem permite contextualizar as interações interétnicas, identificar os fatores que contribuíram para o aprofundamento das desigualdades estruturais e a escassez de políticas públicas, além de reconhecer as demandas e formas de resistência das comunidades indígenas. O antropólogo Cássio Ingles, com 30 anos de experiência, destaca a importância de se compreender esse percurso histórico para aprimorar a gestão das relações entre empresas e povos indígenas.

Além disso, o reconhecimento da autonomia e do protagonismo dos povos indígenas, enfatizado pelo professor Gersem Baniwa (2017), é outro ponto fundamental e que merece destaque na compreensão do mundo contemporâneo indígena. Baniwa destaca as mudanças nos movimentos indígenas após a Constituição de 1988, quando houve uma crescente participação dos povos indígenas na formulação e implementação de políticas públicas que impactam suas vidas e territórios. Esse processo, conhecido como "indigenização da política", manifesta-se de diversas maneiras, como na ocupação de espaços de poder, na *advocacy* por políticas públicas, na criação de mecanismos de autogestão e na incorporação de conhecimentos tradicionais nos processos

decisórios. Essa mudança de paradigma impõe às instituições e empresas a necessidade de reconhecer o direito à autonomia dos povos indígenas.

A autonomia⁵⁸ é um tema caro e central para o movimento indígena, se apresenta frequentemente nas narrativas indígenas, tanto em debates públicos quanto em pequenos fóruns. Compreender a importância da autonomia indígena requer superar a simples noção de liberdade de escolha, reconhecendo-a como uma complexa construção política e social. Sobre esse assunto, Alessandro Oliveira (2017, p. 205) destaca que:

Basta participar das reuniões e/ou grandes assembleias e ouvir com atenção os discursos indígenas para perceber que, quando tuxauas e lideranças locais evocam a ideia de "autonomia", isso tem a ver com uma concepção política que visa estabelecer relações menos assimétricas com agentes externos, principalmente os diferentes Estados nacionais com os quais estes povos se relacionam em suas dinâmicas cotidianas. Trata-se, mais precisamente, de uma cobrança sistemática por interlocução direta, clara e respeitosa, como por exemplo, na elaboração e execução de políticas estatais voltadas para os territórios indígenas.

Essa perspectiva nos leva a refletir sobre como a autonomia, nos termos das comunidades, pode ser aplicada de forma mais efetiva nos processos de compensação socioambiental em terras indígenas, devendo, portanto, ser incorporada às práticas e ferramentas de trabalho que promovam o respeito à autonomia e à autodeterminação dos povos indígenas.

Diante dessa discussão, a "dialogia" surge articulada com o conceito de autonomia. Para Oliveira, a "dialogia" é compreendida como a capacidade das comunidades indígenas de se posicionarem como sujeitos ativos nas interações com agentes externos, e não como objetos passivos das políticas públicas. Essa perspectiva nos leva a refletir sobre como a autonomia, nos termos das comunidades, pode ser aplicado de forma mais efetiva nos processos de compensação socioambiental em terras indígenas.

Neste sentido, experiência do PSM traz reflexões valiosas sobre formas de fortalecer a autonomia, articulando práticas de dialogia e processos contínuos

⁵⁸ Em virtude da complexidade do debate sobre autonomia e suas diversas nuances (Castoriadis, 1975; Levinas, 1961), não há espaço, nem fôlego, no âmbito deste trabalho, para problematizar esse assunto.

de parceria, avaliação e adaptação, possibilitando ajustes nas estratégias de gestão conforme a realidade vivida no território. Este processo está alinhado aos princípios do manejo adaptativo proposto por Holling (1978), que enfatiza a importância de um ciclo interativo de feedback.

O legado desse trabalho é claro: a necessidade de um envolvimento contínuo e direto com as comunidades, com a criação de espaços que permitam o diálogo horizontal e o ajuste das ações e práticas à medida que novas informações e contextos surgem.

Por fim, embora o Brasil seja reconhecido como um Estado pluriétnico e multicultural (Duprat, 2012), esse reconhecimento é frequentemente desafiado, especialmente no que se refere à efetivação dos direitos indígenas. Nesse contexto, é fundamental compreender as tensões existentes e adotar uma postura ativa para garantir a implementação desses direitos, alinhando as práticas profissionais à Convenção 169 da OIT. Eliane Moreira (2017) observa um aumento nas denúncias de violações aos direitos humanos dos povos indígenas no Sistema Interamericano, sublinhando a importância da proteção como uma resposta à luta e resistência dos movimentos indígenas e sociais nas Américas.

Dessa forma, a atuação profissional, no âmbito empresarial, deve ir além de uma simples observância das obrigações legais, alinhando-se aos preceitos constitucionais e aos tratados internacionais de direitos humanos, com ênfase nos direitos dos povos indígenas. Isso configura um compromisso ético com essas comunidades, que envolve o reconhecimento de seus direitos territoriais, autonomia e dignidade. Além disso, implica a promoção de parcerias produtivas e o estabelecimento de uma comunicação eficiente e respeitosa. Ao integrar o respeito aos direitos indígenas em suas estratégias operacionais, as empresas não só mitigam riscos e fortalecem sua reputação, mas também consolidam seus compromissos com a agenda ESG, que exige ações concretas, contribuindo assim para a construção de um legado positivo. Esse entendimento deve guiar uma atuação profissional, orientada pela formulação de estratégias e pela tomada de decisões com base em parâmetros éticos, a qual deveria estar calcada sempre no respeito a diversidade cultural.

Considerações finais

O PSM foi estabelecido como uma medida compensatória socioambiental voltada para as comunidades indígenas da TI São Marcos, em resposta aos impactos e afetações nas comunidades causados pela passagem da LT Brasil-Venezuela em seu território. Diferentemente de outras iniciativas, o PSM se destaca pela sua longevidade, o que proporciona uma oportunidade única para analisar os processos de compensação socioambiental e o papel do protagonismo assumido pelas comunidades indígenas na gestão desses programas. Assim, esta pesquisa buscou contribuir para o debate sobre a participação efetiva das comunidades indígenas na elaboração e execução de programas de compensação socioambiental em seus territórios. Além disso, este estudo também representa um aprimoramento profissional ao investigar essas dinâmicas complexas.

A TI São Marcos, localizada no estado de Roraima, é um território onde as histórias de resistência e sobrevivência dos povos Macuxi, Wapichana e Taurepang se entrelaçam com os desafios impostos pela colonização e suas ramificações contemporâneas. A chegada dos colonizadores portugueses, no século XVIII, trouxe consigo o ideal de "progresso" como justificativa para a dominação e exploração dos povos indígenas. A Coroa Portuguesa, com sua política de aldeamentos, buscava "civilizar" e "amaciar" os indígenas, recrutando-os para a defesa das fronteiras do império. Contudo, a resistência das comunidades indígenas levou ao fracasso desse modelo, e o foco das políticas coloniais migrou para a pecuária, com a criação de fazendas reais, entre elas a Fazenda São Marcos, que ocupou o espaço onde se encontra hoje a TI São Marcos.

Durante o período republicano, a TI São Marcos enfrentou uma série de gestões e iniciativas que ameaçaram seu território, incluindo invasões, conflitos fundiários e tentativas de privatização. A construção da BR-174 exacerbou a ocupação não indígena e acirrou os conflitos, culminando em esforços para reduzir a extensão da TI e legitimar a presença de não indígenas no local. Mesmo com o reconhecimento oficial da TI em 1991, a pressão sobre o território persistiu, impulsionada por interesses locais e pelo crescimento do município de

Pacaraima, criado dentro da TI. Observa-se aqui a colonialidade como uma herança do colonialismo, que se manifesta pela perpetuação de práticas de controle e subordinação, persistentes mesmo após o fim formal da dominação colonial.

Os povos Macuxi, Wapichana e Taurepang, com histórias ancestrais profundamente enraizadas na região, mantêm seu território e modos de vida apesar das pressões da colonização e da colonialidade. A ocupação territorial diferenciada entre esses povos – com os Macuxi e Wapichana estabelecendo-se nas áreas abertas do lavrado e os Taurepang concentrando-se nas serras – revela a complexidade da dinâmica territorial e social na TI São Marcos, assim como as práticas e adaptações diversas desses povos ao longo do tempo.

Ecologicamente, a TI São Marcos é um mosaico de paisagens que abrange desde campos até áreas de floresta, e está subdividida em três etnorregiões. Os Macuxi, Wapichana e Taurepang habitam essa área, cuja organização social reflete uma economia diversa e dinâmica. Para além das práticas agrícolas e extrativistas tradicionais, essa economia inclui atividades como a pecuária, ocupações remuneradas (como professores e agentes de saúde), programas de transferência de renda, aposentadorias rurais e outras formas de inserção econômica. Relações de parentesco, alianças matrimoniais e um profundo conhecimento do ambiente reforçam a resiliência cultural dessas comunidades e a complexa interação entre o espaço natural, social e econômico.

O PSM foi criado como parte do arranjo institucional para mitigar e compensar impactos e afetações socioambientais relativos à construção e à operação da LT que atravessa a TI. A primeira fase do PSM (1998-2003) focou na remoção de invasores não indígenas da TI São Marcos e na implementação de compensações para as comunidades, estruturado em dois subprogramas principais com várias atividades associadas: subprograma de vigilância da TI São Marcos e o subprograma de acompanhamento ambiental da Implantação do Empreendimento. Novas atividades foram integradas ao longo da execução para mitigar e compensar os impactos, em diálogo constante com as comunidades, reforçando a proteção dos territórios indígenas.

A segunda fase (2004-2008) do PSM foi caracterizada pela autogestão indígena, com a Associação dos Povos Indígenas da TI São Marcos (APITSM) assumindo a coordenação das ações, que incluíram projetos de desenvolvimento sustentável nas áreas de educação, saúde e produção agrícola. Na terceira fase (2010-2020), mediante um processo de diálogo que envolveu diversas oficinas nas comunidades e na sede em Boa Vista, o programa ampliou os investimentos em projetos comunitários, realizados diretamente nas malocas, atendendo às demandas indígenas manifestadas nesses encontros e assembleias. Ademais, aprimorou-se a gestão administrativa da APITSM com a criação de um fundo comunitário, constituído por contribuições das próprias comunidades, visando à sustentabilidade das ações.

A construção da LT, um projeto de desenvolvimento regional e integração energética sul-americana e relações bilaterais entre Brasil e Venezuela, foi realizada em substituição à controversa construção da hidrelétrica de Cotingo na TI Raposa Serra do Sol, visando atender à demanda crescente de Roraima. No entanto, o projeto refletiu a exclusão de populações indígenas no planejamento do empreendimento.

Nos processos de licenciamentos ambientais com povos indígenas ainda persistem desafios históricos e estruturais na relação entre grandes empreendimentos e comunidades indígenas afetadas. Viveiros de Castro e Lúcia Andrade (1988) destacam que as populações indígenas na Amazônia são frequentemente vistas como obstáculos ao desenvolvimento, uma visão que ignora seus direitos e aprofunda relação com o meio ambiente. A literatura sobre licenciamento ambiental revela relações de poder assimétricas, com processos que priorizam o progresso econômico em detrimento das dimensões socioculturais e ambientais.

Outro obstáculo observado é o descompasso entre os prazos impostos pelo Estado para efetivar os processos de construção de empreendimentos, compatibilizando com o tempo necessário para a organização das comunidades impactadas. Além disso, o processo de licenciamento de LTs só começa após os leilões, o que impõe restrições temporais prejudiciais ao diálogo com as comunidades indígenas. A insuficiência de técnicos nos órgãos de

licenciamento, como Funai e Incra, agrava a situação, limitando a análise e o acompanhamento dos processos e impactando diretamente na garantia dos direitos das populações indígenas e quilombolas.

Para tanto, é essencial fortalecer as instituições envolvidas no licenciamento ambiental, investir na capacitação de profissionais e garantir uma participação mais efetiva. Assim, o licenciamento ambiental pode se consolidar como um instrumento de gestão efetivo, promovendo a sustentabilidade e o respeito aos direitos das comunidades afetadas.

A "desvantagem negociadora" das lideranças indígenas no caso da construção da LT, como destacado por Repetto (2005), expôs a assimetria entre o poder do Estado e as demandas indígenas. Ainda que incluídas tardiamente, as comunidades, com apoio de assessoria indigenista, buscaram afirmar seu protagonismo, exigindo a remoção de invasores e mitigação dos impactos territoriais. A assessoria indigenista e a área de meio ambiente buscaram, ainda que em um contexto adverso, minimizar os impactos dessa assimetria, promovendo a participação indígena em etapas decisivas, como a localização das torres e ações socioambientais compensatórias.

A implementação da LT desafiou a assessoria indigenista, que precisou equilibrar a proteção dos direitos territoriais e culturais das comunidades indígenas com uma decisão estatal já estabelecida. Nesse cenário, essa assessoria desempenhou um papel crucial ao promover o diálogo intercultural, mediar as assimetrias de poder e garantir que as vozes indígenas fossem integradas nas decisões sobre compensações socioambientais.

A consolidação do protagonismo da APITSM reflete um movimento mais amplo de autonomia indígena no Brasil pós-Constituição de 1988, com o fortalecimento de associações que assumem um papel crucial na mediação entre as comunidades e o Estado. As lideranças indígenas locais, como os Tuxauas, mantêm um papel central na estrutura organizacional das comunidades, com uma crescente participação das mulheres e jovens. Contudo, os desafios de se adaptar à burocracia estatal para garantir recursos, sem perder a identidade indígena continua presente e será um desafio na próxima fase do PSM.

A desintrusão da TI São Marcos é destacada pelos indígenas como um marco de reconquista territorial para as comunidades, simbolizando a retomada de controle e poder sobre áreas invadidas. Esse processo é evidenciado nas narrativas indígenas como resultado das ações políticas dos povos indígenas, articuladas em alianças com outros atores sociais. A desintrusão expôs a ausência do Estado, que deveria ter conduzido a ação como parte de sua obrigação constitucional, mas cuja responsabilidade foi assumida pela empresa. Esse caso, ocorrido antes da legislação específica sobre o componente indígena no licenciamento ambiental, revela a ambiguidade na divisão de papéis entre o Estado e as empresas.

A análise das relações entre a empresa e a comunidade São Marcos evidencia a importância do respeito e da continuidade nas parcerias com as comunidades indígenas, em linha com os direitos consagrados pela Constituição de 1988 e pela Convenção 169 da OIT. A demanda das comunidades por uma relação mais próxima e colaborativa destaca a necessidade de que as empresas compreendam e apliquem de forma efetiva o respeito aos direitos indígenas. Ao estabelecer uma interação constante e ética, as empresas podem não apenas fortalecer sua credibilidade, mas também apoiar ativamente a autonomia e o protagonismo indígena, elementos cruciais para o desenvolvimento de um relacionamento de confiança e cooperação sustentável.

A partir desse entendimento, a continuidade das práticas indigenistas por meio de abordagens interculturais e etnográficas possibilita uma compreensão mais profunda dos modos de vida e da organização social das comunidades indígenas. A aplicação responsável dos direitos humanos, por meio de práticas como a Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI), e o investimento no fortalecimento das organizações indígenas são passos fundamentais para reduzir os danos às comunidades e seu patrimônio cultural. Assim, as empresas não apenas cumprem exigências legais, mas também colaboram para uma justiça socioambiental que respeite as identidades e a dignidade dos povos indígenas.

Em síntese, esta dissertação analisou o PSM, revelando a complexa teia de relações entre desenvolvimento, compensação socioambiental e direitos

indígenas. A pesquisa evidenciou a importância do reconhecimento da história e das especificidades dos povos indígenas Macuxi, Wapichana e Taurepang, para além de uma visão homogeneizadora das "comunidades afetadas". Ao problematizar as assimetrias de poder inerentes aos processos de licenciamento ambiental e compensação socioambiental, destacou-se como os/as profissionais podem construir relações mais equitativas e interculturais, nas quais a participação indígena seja efetivada no desenvolvimento das ações de compensação socioambiental. Espera-se que este estudo possa contribuir para o debate acadêmico e para a formulação de práticas empresariais mais justas e respeitadas aos direitos dos povos indígenas.

Referências

ACOSTA, Alberto. *O Bem Viver – Uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Editora Autonomia Literária, 2016.

ACSELRAD, Henri (org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2013.

AGUIAR, Giane Maria. *Integração regional pela via energética: o estudo de caso da interligação elétrica Venezuela-Brasil*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Brasília, 2011.

AGRAWAL, LEMOS. *A Greener Revolution in Making*. 2007

ALMEIDA, Alfredo Wagner. *Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum*. In: _____. *Terra de quilombo, terras indígenas, 'babaçuais livres', 'castanhais do povo', faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner; CARVALHO, Guilherme (Orgs.). *O plano IIRSA na visão da sociedade civil Pan-Amazônica*. Belém: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2009.

ALMEIDA, Eduardo. *Autonomia em Laboratório*. In: RICARDO, Carlos Alberto; RICARDO, Fany (Org.). *Povos Indígenas no Brasil 2001-2005*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.

ALDEIA MUNDO. *Oficina para Elaboração de Plano de Trabalho com a APITSM*. Brasília, 2009.

ALARCON, Daniela Fernandes. *A Forma Retomada: contribuições para o estudo das retomadas de terras, a partir do caso Tupinambá da Serra do Padeiro*. *Ruris*, v. 7, n. 1, p. 99-126, 2013.

ALARCON, Daniela Fernandes. *O retorno da terra: as retomadas na aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia*. São Paulo: Elefante, 2019.

ALBERT, Bruce. *Associações indígenas e desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira*. In: RICARDO, Carlos Alberto (Org.). *Povos indígenas no Brasil: 1996-2000*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.

ALBERT, Bruce. *Pacificando o Branco: Cosmologia do contato no norte-amazônico*. São Paulo: UNESP, 2002.

ALBERT, Bruce. *Associações indígenas e desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira*. In: ISA – Povos Indígenas no Brasil 1996/2000. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2002.

AMOROSO, Marta; FARAGE, Nádia. (Orgs.). *Relatos da fronteira amazônica*: Alexandre Rodrigues Ferreira e Henrique João Wilckens. São Paulo: USP/NHII; FAPESP, 1994.

ANDRELLO, Geraldo. *Relatório sobre a Terra Indígena São Marcos: histórico e situação geral*. São Paulo: Eletronorte, 1998.

ANDRELLO, Geraldo. Fazenda São Marcos: Da propriedade nacional à terra indígena. In: *Roraima: homem, meio ambiente e ecologia*. Boa Vista: FEMACT, 2010.

ANDRELLO, Geraldo. *Os Taurepáng: memória e profecia no século XX*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, 1993.

APITSM. *Terra Indígena São Marcos: Relatório de Avaliação dos Projetos Desenvolvidos entre 2010 a 2016*. Boa Vista, 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA – ABA. *Código de Ética do Antropólogo e da Antropóloga*. Criado sob a gestão 1986/1988, alterado na gestão 2011/2012, última revisão na gestão 2023/2024. Disponível em: <https://portal.abant.org.br/codigo-de-etica/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

BAINES, Stephen. As usinas hidrelétricas na Amazônia - o indigenismo empresarial e a insustentabilidade de grandes hidrelétricas em Terras Indígenas. In: ZHOURI, Andréa. (Org.). *Desenvolvimento, Reconhecimento de Direitos e Conflitos Territoriais*. Brasília, ABA Publicações, 2014.

BAINES, Stephen. A fronteira Brasil-Guiana e os povos indígenas. *Revista de Estudos e Pesquisas*, FUNAI, Brasília, v. 1, n. 1, p. 65-98, jul. 2004.

BANIWA, Gersem. A conquista da cidadania indígena e o fantasma da tutela no Brasil. In: RAMOS, Alcida Rita (Org.). *Constituições nacionais e povos indígenas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

BANIWA, Gersem. *O Índio e o Estado Nacional*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2017.

BARRETTO FILHO, Henyo; RAMOS, Adriana. Da luta por direitos à luta para não perdê-los: povos e terras indígenas (TIs) na guerra pela destinação de terras públicas no Brasil pós-Constituição". In: ARRETCHE, Marta; et. Al. (orgs.). *As Políticas da Política: desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT*. São Paulo: Editora Unesp, 2019

BARRETTO FILHO, Henyo. Os predicados do desenvolvimento e a noção de autoctonia. *Campo Grande, Tellus* ano 6, n. 10, abr. 2006

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. Introdução: decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2020.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. Segunda Parte: A construção do Objeto. In: _____. *Ofício de Sociólogo: Metodologia da pesquisa na sociologia*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: *O Poder Simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRAGA, Ramayana. *A agricultura e a pecuária na história de Roraima*. Boa Vista: Polo Books, 2016

BRITO, D. *Barragens e hidrelétricas: impactos socioambientais e resistências*. Revista Brasileira de Sociologia, v. 5, n. 10, 2017.

BRONZ, Deborah. *O Estado não sou eu: estratégias empresariais no licenciamento ambiental de grandes empreendimentos industriais*. Campos: Revista de Antropologia, v. 14, n. 1/2, p. 37-55, 2013.

BUENAFUENTE, Sandra.; GALDINO, Lúcio; BARBOSA, Reinaldo. *Lavrado de Roraima: caracterização ecogeográfica e potencialidades socioeconômicas para os povos indígenas*. ACTA Geográfica, v. 17, n. 44, p. 78-97, abr. 2024.

CAMPOS, Odette. *Estudo de caso sobre impactos ambientais de linhas de transmissão na Região Amazônica*. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 32, p. [231]-266, set. 2010.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Sociedades indígenas em novo perfil: alguns desafios*. Revista Migrante – Travessia, ano XIII, n. 36, p. 5-10, 2000.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. O lugar da cultura na nova configuração das sociedades indígenas. In: *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

CARTA DA FAMÍLIA PEMÓN LANZ. *Linhão de Guri: povo Pemón na Venezuela pede justiça*. In: RICARDO, Carlos Alberto; RICARDO, Fany (Org.). Povos Indígenas no Brasil 2001-2005. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.

CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem: a Elite Política Imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

COELHO, Marcela Maria et al. *Direitos indígenas e políticas públicas: desafios para a efetivação*. Brasília: Editora do Ministério da Justiça, 2017.

COMTEXTO CONSULTORIA. *Plano de Trabalho: Avaliação especializada sobre LT 230 KV – Santa Elena a Boa Vista e o Programa São Marcos*. Brasília, 2024.

CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA (CIR); COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO (CPI-SP). *Relatório sobre o potencial hidrelétrico do rio Cotingo*. Boa Vista: CIR, 2003.

CORDEIRO, Artur. *Narrativas de desenvolvimento: uma genealogia crítica*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2020.

DALLABRIDA, Valdir. *A Gestão Territorial através do diálogo e da participação*. In: X Coloquio Internacional de Geocrítica, Porto Alegre: URGs, 2007.

DAVIS, Shelton H. *Vítimas do milagre: desenvolvimento e os índios da Amazônia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DE LA CADENA, Marisol. *Seres-Terra: Cosmopolítica em mundos andinos*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.

DUPRAT, Deborah. O direito sob o marco da pluriétnicidade/multiculturalidade. In: RAMOS, Alcida Rita (org.). *Constituições nacionais e povos indígenas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA – EPE. *Plano Decenal de Expansão de Energia*. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/plano-decenal-de-expansao-de-energia-pde>. Acesso em: 30 jul. 2024.

ELETRONORTE. *Interligação elétrica Venezuela-Brasil*. Projeto básico ambiental. Brasília, 1997a.

ELETRONORTE. *Interligação elétrica Venezuela-Brasil*. Relatório de acompanhamento dos estudos topográficos da interligação Venezuela-Brasil terra indígena Ponta da Serra. Brasília, 1997b.

ELETRONORTE. *Interligação elétrica Venezuela-Brasil*. Processo de negociação com as comunidades indígenas das terras indígenas São Marcos e Ponta da Serra: Relatório Dirigido às Comunidades Indígenas. Brasília, 1997c.

ELETRONORTE. *Interligação elétrica Venezuela-Brasil*. Relatório de controle ambiental. v. 1 e 2. Brasília, 1997d.

ELETRONORTE. *Interligação elétrica Venezuela-Brasil*. Relatório de acompanhamento ambiental, setembro/1997. Brasília, 1997e.

ELETRONORTE. *Interligação elétrica Venezuela-Brasil*. Processo de negociação com as comunidades indígenas, abril/1998. Brasília, 1998.

ELETRONORTE. *Relatório Final do Programa São Marcos*, Brasília, 2004.

ESBELL, Jaider. *Memória e Cultura Makuxi* [recurso eletrônico] / por Jaider Esbell, Simone Oliveira, Verli Petri (Orgs.). Santa Maria: Laboratório Corpus/PPGL/UFSM, 2014.

ESCOBAR, Arturo. *Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

ESTEVES, Thiago. *Integração Regional: A gênese e o ocaso da proposta da CEPAL para a América Latina*. CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, ano 2, v. 5, dez. 2008.

FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS, 1991.

FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Dissertação de Mestrado apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1986.

FARAGE, Nádia; SANTILLI, Juliana. *Povos Indígenas do Brasil: 1991/2000*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2001.

FARNSEIDE, Philip; BARBOSA, Reinaldo. A hidrelétrica de Cotingo como um teste do sistema brasileiro para avaliação de propostas de desenvolvimento na Amazônia. In: Fearnside, P. M. (ed.). *Hidrelétricas na Amazônia: Impactos Ambientais e Sociais na Tomada de Decisões sobre Grandes Obras*. Vol. 2. Editora do INPA, Manaus, 2015.

FEARNSIDE, Philip. Desmatamento na Amazônia: dinâmicas e tendências. *Estudos Avançados*, v. 26, n. 74, p. 63-80, 2012.

FAVRET-SAADA, Jeanne. *Ser afetado*. Cadernos de Campo, São Paulo, v. 13, n. 13, p. 155-161, 2005.

FERGUSON, James. *Antropologia e seu gêmeo maligno: “desenvolvimento” na constituição de uma disciplina*. In: ANYIDOHO, Kofi, LAUER, Helen (org.) O resgate das Ciências Humanas e das Humanidades através de Perspectivas Africanas. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2016.

FRACASSO, André. *A reestruturação do setor elétrico brasileiro: uma análise crítica*. São Paulo: Editora X, 2019.

FRANÇA, William. FHC quer atrair Venezuela. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 abr. 1997. Mercado.

FELDMAN-BIANCO, Bela. Belo Monte e a questão indígena: reflexões críticas sobre um caso emblemático de “desenvolvimentismo” à brasileira. In: OLIVEIRA, João Pacheco de; COHN, Clarice (Orgs). *Belo Monte e a questão indígena*. Brasília: ABA Publicações, 2014.

GALDINO, Thiago. *Fitossociologia e etnobotânica das savanas da Terra Indígena São Marcos, Roraima, Brasil*. 2017. Dissertação (Mestrado em Ecologia) - Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2017.

GALLOIS, Dominique Tilkin. *Território e territorialidade: uma abordagem geográfica*. Curitiba: Editora da UFPR, 2004 GALLOIS, Dominique Tilkin. *O Índio e o Brasil: ensaios sobre o contato interétnico*. Brasília: Editora da UnB, 2004.

HAESBAERT, Rogério. *Decolonialidade e geopolítica do conhecimento: diálogos com a América Latina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

GROSSO, Leandro. *Povos Indígenas e Sustentabilidade: desafios contemporâneos*. São Paulo: Hucitec, 2018.

HAESBAERT, Rogério. *Território e multiterritorialidade: um debate*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HAESBAERT, Rogério. Território como r-existência: do corpoterritório ao território-corpo (da Terra). In: *Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2021.

HOLLING, Crawford Stanley. *Adaptive Environmental Assessment and Management*. Chichester: Wiley, 1978.

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Panorama Censo IBGE 2022: Terra Indígena São Marcos/RR*. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR>. Acesso em: 10 ago. 2024.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL - ISA. *Projeto de geração de energia eólica e solar na Terra Indígena vai sair do papel*. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/projeto-de-geracao-de-energia-eolica-e-solar-em-terra-indigena-vai-sair-do-papel>. Acesso em: 20 out. 2024.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL - ISA. *Terra Indígena São Marcos*. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3799>. Acesso em: 20 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Panorama do Censo 2022: Terra Indígena São Marcos*. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR>. Acesso em: 10 ago. 2024.

LATOUCHE, Serge. *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LIMA, Ana Maria. *Considerações históricas e perspectivas atuais para o movimento indígena em Roraima*. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) — Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2010.

LIMA, Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

LIMA, Jucilene. *Considerações históricas e perspectivas atuais para o movimento indígena do complexo Macuxi-Wapixana*. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Roraima, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufrr.br:8080/jspui/handle/prefix/626>. Acesso em: 7 nov. 2024.

LOPES, Maria Regina. *O Paraíso Conquistado: Os Jesuítas no Brasil Colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

MACHADO, Jurema. *Os Pataxó Hãhãhã e as Narrativas de Luta por Terra e Parentes, no Sul da Bahia*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

MACHADO, Alexandre. *Kuadpayzu, Tizitba'u na' ik marinau: Aspectos de uma história social da língua Wapichana em Roraima (1932-1995)*. Tese de doutorado apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, 2016.

MAGALHÃES, Maria Bárbara; OLIVEIRA, Kelson; BETHÔNICO, Maria Bárbara. *Dinâmica espacial na Terra Indígena São Marcos – RR: uma perspectiva a partir da introdução de objetos artificiais*. Revista Casa de Makunaima Eletrônica, v. 2, n. 3, jan./jun. 2019.

MARQUEZ, Laura; FALCÃO, Márcia. *Caracterização físico-natural e problemáticas ambientais derivadas do turismo na Trilha Ecológica da Kuatá, Comunidade Nova Esperança, Terra Indígena São Marcos, Pacaraima, Roraima*. Universidade Federal de Roraima/UFRR, 2019.

MATTELART, Armand. *História da sociedade da informação*. São Paulo: Loyola, 2006.

MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensão do homem*. São Paulo: Cultrix, 2007.

MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa. *Fazenda São Marcos, Estado de Roraima*. Rio de Janeiro: Museu do Índio/Funai, 1991.

MONTICELLI, C. Patá Matá: *O que dizem os Taurepang sobre o fim do mundo*. Dissertação (Mestrado) – UFSC, São Paulo, 2020.

MOREIRA, Elaine. *Justiça socioambiental e Direitos Humanos: uma análise a partir dos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 77-89; 213-241. 2017.

MORÓN, Eduarco. *As implicações jurídicas e socioambientais na criação de município em terra indígena: caso-referência Pacaraima-RR*. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental). Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental, Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Boa Vista, 2012.

NASCIMENTO, Sabrina. *Usina Hidrelétrica de Belo Monte: o campo de forças no licenciamento ambiental e o discurso desenvolvimentista dos agentes políticos*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2011.

NASCIMENTO, Sebastião; CARVALHO, Celso. *Expressões orais populares utilizadas pelo povo do lavrado em Roraima*. Revista Geográfica Acadêmica, UFRR, v. 10, n. 1, p. 131-162, 2016.

NUTI, Miriam. *Integração Energética na América do Sul: escalas, planejamento e conflitos*. Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, Adalberto Luiz Rizzo de. *Projeto Carajás, práticas indigenistas e os povos indígenas no Maranhão*. Revista ANTHROPOLÓGICAS, v. 8, n. 15, p. 135-170, 2004.

OLIVEIRA, João Pacheco. *Uma etnologia dos 'índios misturados'? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais*. Mana. Estudos de Antropologia Cultural, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

OLIVEIRA, João Pacheco. *Introdução: a ABA e a questão de Belo Monte*. In: OLIVEIRA, João Pacheco; COHN, Clarice (Orgs.). *Belo Monte e a questão indígena*. Brasília, ABA Publicações, 2014.

OLIVEIRA, João Pacheco. *Uma tentativa de reversão da tutela (e não de sua superação)*. In: VICTORA; Ceres, OLIVEN, Ruben George; MACIAE, Maria Eunice; ORO, Ari Pedro (Org.). *Antropologia e Ética: o debate atual no Brasil*. 1. ed. Niterói, Rio de Janeiro: EdUFF, 2004.

OLIVEIRA, João Pacheco. *A reconquista do território: etnografias do protagonismo indígena contemporâneo*. Rio de Janeiro: E-papers, 2022.

OLIVEIRA, João Pacheco. Contexto e horizonte ideológico: reflexões sobre o estatuto do índio. In: SANTOS, Sílvio Coelho dos (Org.). *As sociedades indígenas e o direito*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1985.

OLIVEIRA, Alessandro Roberto. *Tempo dos netos: abundância e escassez nas redes de discursos ecológicos entre os Wapichana na fronteira Brasil-Guiana*. Tese de Doutorado Departamento de Antropologia da UnB, 2012

OLIVEIRA, Alessandro Roberto. Sonhos futuros: autonomia e cultura nos projetos de vida de dois povos indígenas em Roraima/Brasil. *ABYA-YALA: Revista sobre acesso à justiça e direitos nas Américas*, Campinas, v. 1, p. 202-225, 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. *Sobre a OIT*. Disponível em: <https://www.ilo.org/pt-pt/about-ilo-draft-portuguese>. Acesso em: 31 dez. 2024.

PARANHOS, Maria Fernanda; STUCCHI, Deborah. Contribuição a uma crítica da definição da área de influência de empreendimentos em avaliações de impacto socioambiental. In: FEITOSA, Saulo; BRIGHENTI, Clóvis (Orgs.). *Empreendimentos que Impactam Terras Indígenas*. Brasília: CIMI, 2014.

PEREIRA, Ana Karine. Ativismo institucional em empreendimentos de infraestrutura: autonomia e discricionariedade no caso da Hidrelétrica Belo Monte. In: ABERS, R. N. (ed.). *Ativismo institucional: criatividade e luta na burocracia brasileira* [online]. Brasília: Editora UnB, 2021.

PINHO, Rachel; NASCIMENTO FILHO, Herundino; BARBOSA, Reinaldo. Experiências protagonizadas por indígenas do lavrado de Roraima: comercialização de produtos oriundos do manejo dos recursos locais. In: BUENAFUENTE, Sandra; GANTOS, Marcelo (orgs.). *Políticas Ambientais na Amazônia: sustentabilidade socioeconômica e povos indígenas*. Boa Vista: EdUFRR, 2021.

PINHO, Rachel et al. Quintais indígenas do "lavrado" de Roraima: o exemplo da Terra Indígena Araçá. In: BARBOSA, Reinaldo; MELO, Valdinar. (Orgs.). *Roraima: Homem, Ambiente e Ecologia*. Boa Vista: FEMACT, 2011.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RADOMSKY, Guilherme. *Pós-desenvolvimento, culturas de auditoria e etnografia de projetos: problemas recentes em antropologia do desenvolvimento*. Brasília: IPEA, Code 2011 - Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos, 2011.

RADOMSKY, Guilherme. *Entre política e técnica: reversão, crítica e linguagem em projetos de desenvolvimento*. Campo Grande, Interações, MS, v. 20, n. 3, 2019.

RAMOS, Alcida Rita. *Indigenismo: movimentos sociais e identidades indígenas*. São Paulo: Edusp, 2012.

REPETTO, Maxim. Derechos indígenas y grandes proyectos de desarrollo: Guri, la línea de transmisión eléctrica Venezuela-Brasil. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de; BAINES, Stephen Grant (Orgs.). *Nacionalidade e etnicidade em fronteiras*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

REPETTO, Maxim. *Roteiro de uma etnografia colaborativa: as organizações indígenas e a construção de uma educação diferenciada em Roraima*, Brasil. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, 2002.

REPETTO, Maxim. *O movimento político indígena em Roraima: identidades indígenas e nacionais na fronteira Brasil-Guiana*. Caderno CRH, 25(64), 351-366, 2012.

REPETTO, Maxim; CELARIÉ, Alina. *Políticas indigenistas e movimentos indígenas no Brasil*. *Antropologías del Sur*, v. 7, n. 14, p. 35-54, 2020.

ROSENTHAL, Vinícius. *Constrangimentos legais às relações entre setor elétrico e povos indígenas: modos de relacionar recursos energéticos com territórios étnicos*. In: ALARCON, Daniela, et al. (orgs.) *Setor elétrico e terras indígenas: danos socioambientais da infraestrutura de produção*. Rio de Janeiro: Mórula, 2022.

RIVAS GARCÍA, Ricardo. *Una relectura de la idea de progreso a partir de la ética del discurso*. *Andamios*, V 4, No. 8, p. 61-79, 2008.

ROSSI, Paolo. Sobre as origens da ideia de progresso. In: ROSSI, Paolo. *Naufrágios sem espectador: a ideia de progresso*. São Paulo: UNESP, 2000.

SANTOS, Carmélia. *Desintrusão da Terra Indígena e Implantação da Interligação Elétrica Venezuela/Brasil*. In: BURSZTYN, (Org.). *A Difícil Sustentabilidade: Políticas energéticas ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

SANTILLI, Paulo. *Fronteiras da República: história e política entre os Macuxi no vale do rio Branco*. São Paulo: NHII-USP; FAPESP, 1994.

SANTILLI, Paulo. *Pemongon Patá: território Macuxi, rotas de conflito*. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

SANTILLI, Paulo. *Os Makuxi: história e política no século XX*. Dissertação de Mestrado em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1989.

SANTILLI, Paulo. Usos da terra, fusos da lei: o caso Makuxi. In: NOVAES, Regina; LIMA, Roberto Kant (Orgs.). *Antropologia e Direitos humanos: Prêmio ABA/FORD*. Niterói: EdUFF, 2001. p. 81-136.

SCOTT, Parry. *Negociações e resistências persistentes: Agricultores e a Barragem de Itaparica num Contexto de Descaso Planejado*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1998.

SEGATO, Rita. Gênero e colonialidade: do patriarcado comunitário de baixa intensidade ao patriarcado colonial-moderno de alta intensidade. In: SEGATO, Rita Laura. *Crítica da Colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda*. Rio de Janeiro: Ed. Bazar do Tempo, 2021.

SIGAUD, Lia. *As vicissitudes do saber ambiental: Antropologia, meio ambiente e desenvolvimento*. 2000. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SILVA, Alfredo Bernardo Pereira (Wapixana). *Pastoreio do futuro: projeto de sustentabilidade para a Terra Indígena São Marcos*. Dissertação (Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SHIVA, Vandana. *Ecofeminismo*. São Paulo: Icaria, 1992.

STENGERS, Isabele. *No Tempo das Catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

STRATHERN, Marilyn. *Sem natureza, sem cultura: o caso Hagen*. Em: *O Efeito Etnográfico e Outros Ensaios*. São Paulo: Cosac & Naif, 2014.

THE NATURE CONSERVANCY – TNC. *Proposta de Diretrizes Brasileiras de Boas Práticas Corporativas com Povos Indígenas*. Iniciativa Diálogo Empresas e Povos Indígenas. Brasília, TNC, 2012.

THOMPSON, John. *Mídia e modernidade*. São Paulo: Vozes, 2009.

Tribunal de Contas da União - TCU. *Acórdão nº 4456/2020*. Brasília, DF, 17 dez. 2020.

VALENTE, Rubens. *Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VIEIRA, Jaci. *Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra - 1777 a 1980*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

VIEIRA, Jaci. *Missionários, Fazendeiros e Índios em Roraima: a disputa pela terra, 1777 a 1980*. 2ª ed. Boa Vista: Editora da UFRR, 2014.

VAINER, Carlos; NUTI, Miriam. *A integração energética sul-americana: subsídios para uma agenda socioambiental*. Brasília: INESC, 2008.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo.; ANDRADE, Lúcia. *Hidrelétricas do Xingu: o Estado contra as sociedades indígenas*. In: ANDRADE, Lúcia.; SANTOS, Leinad.

As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.

WALSH, Catherine. *Interculturalidad y (de)colonialidad: Perspectivas críticas y políticas*. Visão Global, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, jan./dez. 2012.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora da UnB, 2004.

ZHOURI, Andréa. *Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability desafios para a governança ambiental*. RBCS, v. 23, n. 98, 2008.

ZHOURI, Andrea; BRONZ, Debora; CASTRO, Edna. *Apresentação: Passando a boiada: violação de direitos, desregulação e desmanche ambiental no Brasil*. Revista Contemporânea de Antropologia, UFF, nº 49, 2020.

ZHOURI, Andrea. *Empresas e comunidades: a construção de novas institucionalidades para a gestão de conflitos socioambientais*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23, n. 68, p. 85-103, 2008.

ZHOURI, Andrea; OLIVEIRA, R. *A política ambiental no Brasil: uma análise crítica*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 28, n. 82, p. 47-65, 2013.

ANEXOS

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Título da Pesquisa: [Título da sua dissertação de mestrado]

Pesquisadora Responsável: Andrea Mesquita de Menezes

Curso: Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT)

Instituição: Universidade de Brasília - UnB

1. Apresentação

Olá, meu nome é Andrea Mesquita de Menezes, sou antropóloga e aluna do Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais mestrado na UnB. Estou realizando uma pesquisa sobre o Programa São Marcos e gostaria de entrevista-lo/a.

2. Objetivo da Pesquisa

O objetivo desta pesquisa é fazer uma análise do Programa São Marcos e sua participação é muito importante para compreender seu ponto de vista sobre o licenciamento ambiental na TI São Marcos e sobre diversas fases do PSM para que eu possa desenvolver minha pesquisa.

3. Participação na Pesquisa e confidencialidade

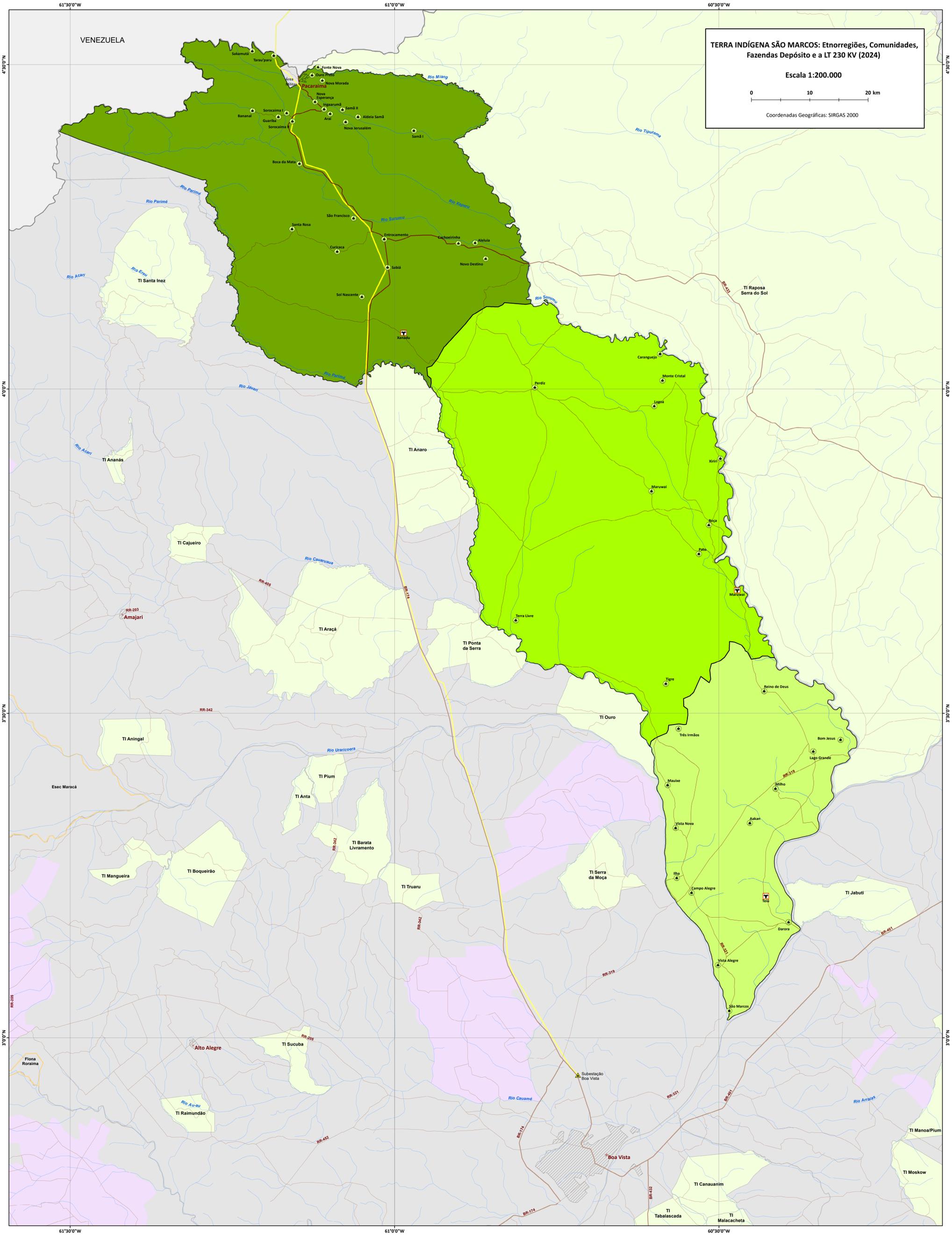
Sua participação consistirá em uma entrevista comigo, onde conversaremos sobre o Programa São Marcos. A entrevista será gravada em áudio para que eu possa analisar com atenção o conteúdo da nossa conversa. As gravações serão utilizadas somente para esse trabalho.

Você autoriza o uso da entrevista e da sua identificação na pesquisa? Se não aceitar a identificação posso colocar como anônimo.

4. Sua Liberdade e seus Direitos

Eu vou conversar com você, caso você se sinta constrangido, queira parar essa entrevista, ou não queira responder alguma pergunta que eu possa fazer, você tem liberdade para não responder ou parar a entrevista no momento que você quiser. Você concorda em conversar comigo e dar essa entrevista?

A qualquer momento se você quiser podemos parar a entrevista.



TERRA INDÍGENA SÃO MARCOS: Etnorregiões, Comunidades, Fazendas Depósito e a LT 230 KV (2024)

Escala 1:200.000

0 10 20 km

Coordenadas Geográficas: SIRGAS 2000

- Legenda**
- Aldeias - TI São Marcos
 - Fazendas Depósito
 - Sedes Municipais
 - Subestação
 - LT 230 KV Santa Helena – Boa Vista
 - Rodovias: BR
 - Estradas
 - Hidrografia
 - Unidades de Conservação
 - Assentamentos Rurais
 - Terras Indígenas
 - Limites Municipais
 - Área Urbana

- TI São Marcos**
- Alto São Marcos
 - Médio São Marcos
 - Baixo São Marcos

- Localidades da Terra Indígena São Marcos**
- | Alto São Marcos | Médio São Marcos | Baixo São Marcos |
|---------------------|--------------------|--------------------|
| 1 - Alelúia | 27 - Caranguejo | 37 - Aakan |
| 2 - Aral | 28 - Lagoa | 38 - Bom Jesus |
| 3 - Bananal | 29 - Maruwai | 39 - Campo Alegre |
| 4 - Boca da Mata | 30 - Monte Cristal | 40 - Darora |
| 5 - Cachoeirinha | 31 - Pató | 41 - Ilha |
| 6 - Curicaca | 32 - Perdiz | 42 - Lago Grande |
| 7 - Entroncamento | 33 - Roça | 43 - Mauixe |
| 8 - Fonte Nova | 34 - Terra Livre | 44 - Milho |
| 9 - Guariba | 35 - Tigre | 45 - Reino de Deus |
| 10 - Ingaarumã | 36 - Xiriri | 46 - São Marcos |
| 11 - Nova Esperança | 37 - Três Irmãos | 47 - Três Irmãos |
| 12 - Nova Jerusalém | 38 - Vista Alegre | 48 - Vista Alegre |
| 13 - Nova Morada | 39 - Vista Nova | 49 - Vista Nova |
| 14 - Novo Destino | 40 - Ouro Preto | |
| 15 - Ouro Preto | 41 - Sabiá | |
| 16 - Sabiá | 42 - Sakamutá | |
| 17 - Sakamutá | | |

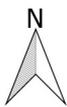
Fonte dos dados:
 IBGE: Base Cartográfica Contínua ao Milionésimo (BCIM);
 FUNAI: Limites Terras Indígenas;
 ICMBIO: Unidades de Conservação;
 INCRA: Assentamentos Rurais;
 APITSM: Localização e Nome das Aldeias.

Associação dos Povos Indígenas do Terra São Marcos (APITSM)

COMTEXTO CONSULTORIA

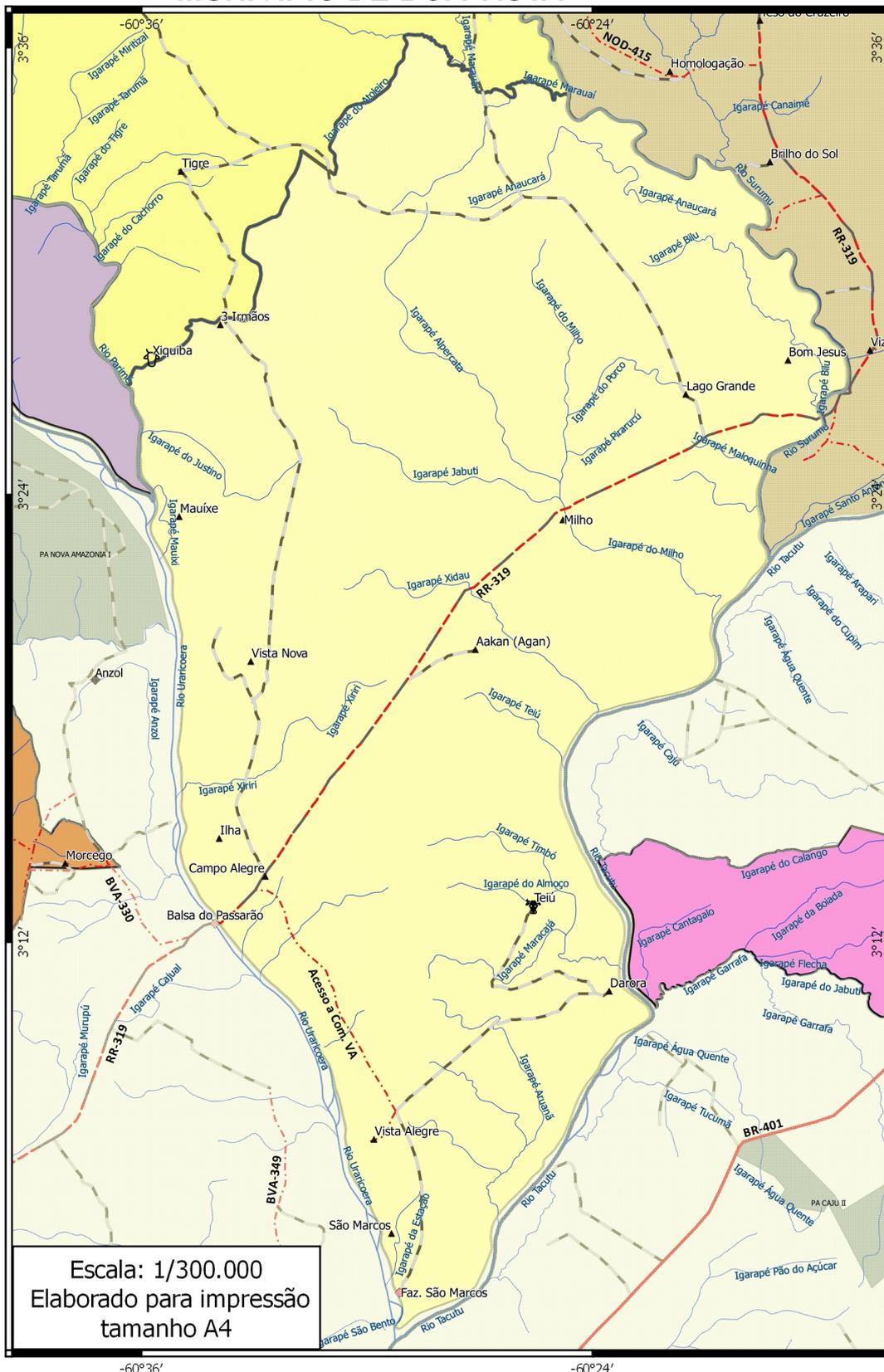
FUNAI

Eletrobras



ETNORREGIÃO BAIXO SÃO MARCOS TI SÃO MARCOS MUNICÍPIO DE BOA VISTA

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
COORDENAÇÃO REGIONAL DA FUNAI EM RORAIMA
SERVIÇO DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL - SEGAT



Legenda

Localidades

Pontos

- ▲ Comunidade
- 🏡 Fazenda Comunitária Regional
- ⌘ Retiro Comunitário
- ◆ Outros
- ◆ Não demarcadas

Estradas

Rodovias

- Federal
- - - Estadual
- · - · - Municipal
- - - Caminhos/trilhas

Hidrografia

- Igarapés
- Rios

Limites

- Limite Município
- Assentamentos_Rurais

Etnorregiões

TIs em "ilhas"

- Amajari
- Murupu
- Serra da Lua

TI São Marcos

- Baixo São Marcos
- Médio São Marcos

TI Raposa Serra do Sol

- Baixo Cotingo

Escala: 1/300.000
Elaborado para impressão
tamanho A4

Base Cartográfica: dados oficiais encontrados nos sites da FUNAI (limites terras indígenas), ICMBio (Unidades de Conservação), INCRA (Projetos de Assentamento) IBGE e SEPLAN/Governo de RR (Base cartográfica contínua do Estado de Roraima).

Fonte dos pontos das comunidades indígenas: SESAI e FUNAI-RR

Caminhos/trilhas que não constavam na base cartográfica (IBGE) foram digitalizados com base nas imagens Google Earth e Bing Satellite no QGIS.

Datum: SIRGAS2000

Mapa elaborado pelo Serviço de Gestão Ambiental e Territorial da FUNAI em Roraima com base na classificação de etnorregiões definidas pela organização social das populações indígenas do leste de Roraima.

Responsáveis técnicos: Inayê Uliana Perez – Indigenista Especializada - Contato: inaye.perez@funai.gov.br

Ivaldo Magno Oliveira Silva - técnico em agropecuária - Contato: ivaldo.silva@funai.gov.br

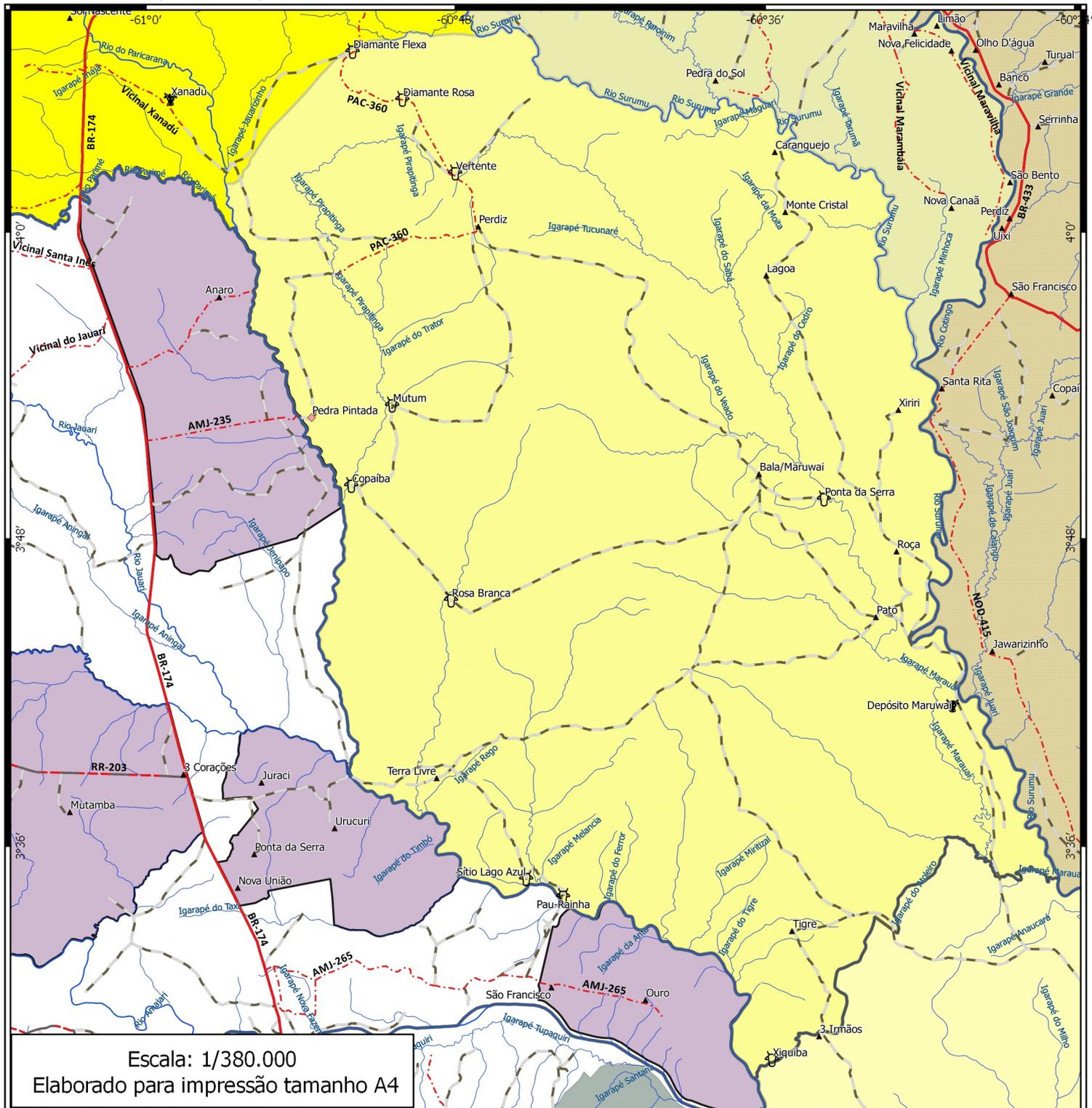
Elaborado no software QGIS. Fevereiro de 2019

ETNORREGIÃO MÉDIO SÃO MARCOS

TERRA INDÍGENA SÃO MARCOS

MUNICÍPIO DE PACARAIMA

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
 COORDENAÇÃO REGIONAL DA FUNAI EM RORAIMA
 SERVIÇO DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL - SEGAT



Legenda

- | | |
|--------------------------------|------------------------|
| Localidades | --- Municipal |
| Pontos | --- Caminhos/trilhas |
| ▲ Comunidade | Hidrografia |
| 🏡 Fazenda Comunitária Regional | — Igarapés |
| 🏠 Retiro Comunitário | — Rios |
| ◆ Outros | □ Limite Município |
| ◆ Não demarcadas | ■ Assentamentos_Rurais |
| Estradas | Etnorregiões |
| — Federal | TIs em "ilhas" |
| --- Estadual | ■ Amajari |

- | |
|-------------------------------|
| ■ Murupu |
| ■ Serra da Lua |
| ■ Tabao/Taiano |
| TI São Marcos |
| ■ Alto São Marcos |
| ■ Baixo São Marcos |
| ■ Médio São Marcos |
| TI Raposa Serra do Sol |
| ■ Baixo Cotingo |
| ■ Surumu |

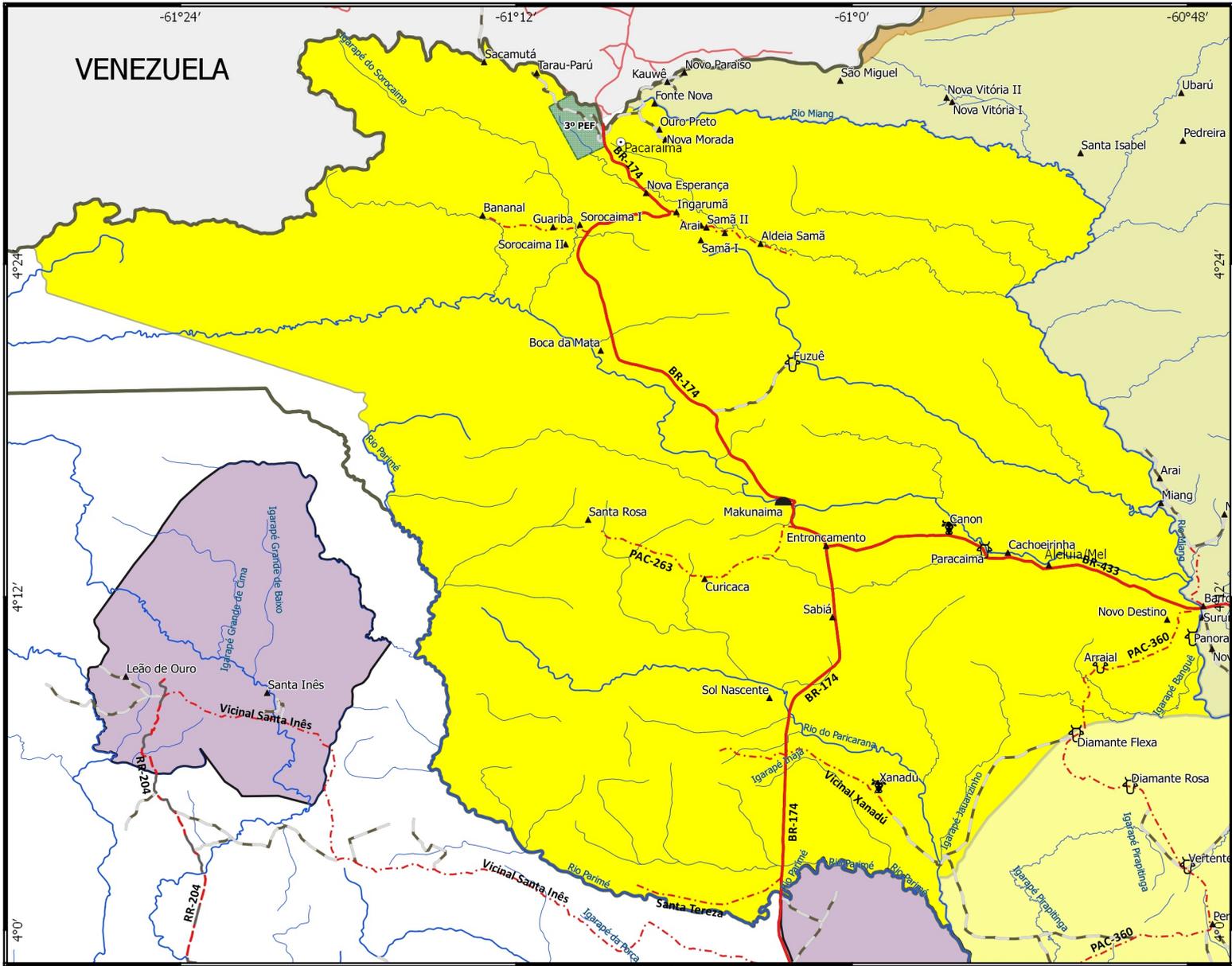
Base Cartográfica: dados oficiais encontrados nos sites da FUNAI (limites terras indígenas), ICMBio (Unidades de Conservação), INCRA (Projetos de Assentamento) IBGE e SEPLAN/Governo de RR (Base cartográfica contínua do Estado de Roraima).
 Fonte dos pontos das comunidades indígenas: SESAI e FUNAI-RR
 Caminhos/trilhas que não constavam na base cartográfica (IBGE) foram digitalizados com base nas imagens Google Earth e Bing Satellite no QGIS.
 Datum: SIRGAS2000

Mapa elaborado pelo Serviço de Gestão Ambiental e Territorial da FUNAI em Roraima com base na classificação de etnorregiões definidas pela organização social das populações indígenas do leste de Roraima.
 Responsáveis técnicos: Inayê Uliana Perez – Ind. Esp. (inaye.perez@funai.gov.br)
 Ivaldo Magno Oliveira Silva - téc. em agropecuária (ivaldo.silva@funai.gov.br)
 Elaborado no software QGIS. Fevereiro de 2019



ETNORREGIÃO ALTO SÃO MARCOS TI SÃO MARCOS MUNICÍPIO DE PACARAÍMA

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
COORDENAÇÃO REGIONAL DA FUNAI EM RORAIMA
SERVIÇO DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL - SEGAT



Legenda

Localidades

○ Sede Municipal

Pontos

● Centro Regional

▲ Comunidade

⌘ Fazenda Comunitária Regional

⌘ Retiro Comunitário

Estradas

Rodovias

— Federal

— Estadual

--- Municipal

— Caminhos/trilhas

Hidrografia

— Igarapés

— Rios

□ Limite Município

■ Áreas Militares

Etnorregiões

TIs em "ilhas"

■ Amajari

■ TI São Marcos

■ Alto São Marcos

■ Médio São Marcos

■ TI Raposa Serra do Sol

■ Surumu

■ Serras

Entorno

— Vias

— República Bolivariana da Venezuela

— Estados Venezuela

Escala: 1/380.000

Elaborado para impressão tamanho A4

Base Cartográfica: dados oficiais encontrados nos sites da FUNAI (limites terras indígenas), ICMBio (Unidades de Conservação), INCRA (Projetos de Assentamento) IBGE e SEPLAN/Governo de RR (Base cartográfica contínua do Estado de Roraima).

Fonte dos pontos das comunidades indígenas: SESAI e FUNAI-RR

Caminhos/trilhas que não constavam na base cartográfica (IBGE) foram digitalizados com base nas imagens Google Earth e Bing Satellite no QGIS.

Datum: SIRGAS2000

Mapa elaborado pelo Serviço de Gestão Ambiental e Territorial da FUNAI em Roraima com base na classificação de etnorregiões definidas pela organização social das populações indígenas do leste de Roraima.

Responsáveis técnicos: Inayê Uliana Perez – Indigenista Especializada - Contato: inay.perez@funai.gov.br

Ivaldo Magno Oliveira Silva - técnico em agropecuária - Contato: ivaldo.silva@funai.gov.br

Elaborado no software QGIS. Fevereiro de 2019

OBS: A área do Pelotão Especial de Fronteira (PEF) em Pacaraima foi excluída da Terra Indígena São Marcos no artigo 3º de seu Decreto de Homologação (Decreto nº 312, de 29 de outubro de 1991).

A área urbana do município de Pacaraima, sobreposta à TI São Marcos, aguarda decisão judicial.

WALDEFIAR ANDRE JOANHSONS FILHO

NÓS, líderes indígenas e representantes das organizações Conselho Indígena de Roraima - CIR, Associação Tauréping, Wapichani e Mucuxi - ATWM, Associação dos Povos Indígenas de Roraima - APIR, em conjunto com o Conselho de Povos Indígenas do Município de Pacaraima, abaixo assinados, reunidos no dia sete de junho do corrente ano (1997), discutimos sobre a proposta apresentada pelo senhor Porfírio de Carvalho no dia 25 de maio passado, decidimos o seguinte:

1. A linha de transmissão de energia de Guri (Venezuela) para Boa Vista ocasionará o aceleramento do desenvolvimento do Estado de Roraima, o que afetará todas as comunidades indígenas do Estado. Não importa se o traçado da linha passe por três comunidades (Santo Marcos, Santa da Terra e Araya) ou apenas por uma (Santa Anés).
2. É importante portanto, a elaboração de um relatório de impacto ambiental, para que nós conheçamos como seremos afetados, positivamente, direta e indiretamente. Sendo assim, nós autorizamos que seja realizado o levantamento topográfico da linha de transmissão e queiramos a elaboração de um RIMA. Nós não vamos autorizar a construção da linha de transmissão, o que só será possível ou não, depois de avaliarmos os levantamentos topográficos e o RIMA.
3. Nós queremos ainda que seja criada formalmente pela ELETRONORTE, uma comissão formada pelo Ministério Público Federal, IBAMA, FUNAI, Governo do Estado, representantes das organizações de apoio e indígenas, para que acompanhe, permanentemente, todos os trabalhos relativos à construção da linha de transmissão.
4. Que o levantamento topográfico seja realizado em conjunto com representantes das comunidades indígenas e que haja uma reunião antes de se iniciar os trabalhos para melhor definir a sua execução.

Boa da Mata, 7 de junho de 1997.

Alcides P. Silva CIR
 Ramundo de Souza Mucuxi APIR
 Galdivo Pereira de Souza Assunto Indígena BV. P

Juxarua	COMUNIDADE
173 Buitoca	SANCA I
AUGUSTINO ALMEIDA PEREIRA SILVA	NOVA ESPERANCA
DOMICIO PEREIRA-TUKANA	COERICACA
Walter Pires Juxarua	STA ROSA
Dionizio Siqueira Juxarua Maloca Peralez	
Bernardino Euedino Sales Ribeiro	Boca da Mata
buiz Manoel Paulo -	Roca
FRANCISCO ANTONIO SELVINO -	PATO
TELMAR PEREIRA MOHA	
Jose Augusto de Souza Pinto	S Lago Grande
Dalicia Viriato Raposo	Vista Alegre
Luiz Diego Amelino	Campe Alegre
Frederico Cipriano Costa	Darara
Elvaz Arino Andrade	Xiriri
Jose Felicio JOMAS	Sabia
Manoel Bento Flores	Leão d ouro
Jose Aliviera de Silva	SOROCAIMA I
Galdino Pereira de Souza	SOROCAIMA II
CONRADO PEREIRA SILVA	BAYANBL.
Patricio Padilha Ramos	Guariba

0952243610

ADR BOA VISTA.

556 P03

JUN 12 '97 16:05

SANTOS SANTA ROSA - Z. T.

Da Silva: Sorocaima I - Agente de Saude.

Zituxama Renato da Silva do Sorocaima I
maria cruz bopes da silva - santa Rosa. (cantineira)

Nedina Joaquim Marcolino

Leonildo Lima dos Santos

Ronato Magalhães da Silva

Gláucia Mendes Pereira

Sorocaima 2 HES.

Mariano Padilha Ramos

Selcastião Moraes

Alfredo Rodilha Ramos

Maria Leda Pereira de Souza

Émilia Tenente Fernandes.

Hilário Neranda Fernandes

Boca da mata

Boca da Mata.

- IOLANDA NEVES TENENTE

Boca da Mata

- SAMUEL NEVES FERNANDES

Boca da Mata

Maria Edmilva Silva Leite

Sorocaima 2

Elizeth Macuxi

2

Chiquel Floriano

Martem

Garua

Fidel Franco de Souza

Boca da mata

Thiana

Sorocaima 1

Hermínio Fery

Sorocaima I

Allinda Julia Franco

Sorocaima 1

Luís Gomez

Éduardo Magalhães

Curica Ca

Paulo Pereira de Silva

Raimundo de S. Paulino

Ferdiz

Roteiro para elaboração de projetos comunitários

Termo de Compromisso 01/2010 - PSM

1. Em que comunidade e região vai ser realizado o projeto?
2. O projeto é de quê?
3. Quantas e quais famílias vão participar?
4. Por que querem este projeto?
 - a. Que resultado querem agora e no futuro? (incluir metas e resultados esperados)
 - b. Como será a continuidade? A proposta se sustenta no futuro, quando acabam os recursos do projeto? Como?
5. Como vai ser feito o trabalho? (Quais são as atividades e como vão ser realizadas?)
 - a. Vai ser necessária Assistência Técnica? De que tipo? Em que momentos?
6. Como vão se organizar para todas as tarefas? (Responsabilidades)
7. Quando será realizada cada atividade? (Período de realização, com datas; prazos para execução e para compras de insumos – cronograma de execução)
8. Quanto custa o projeto e quando vão ser usados os recursos? (Orçamento e cronograma de desembolso)
9. Qual a estratégia das famílias envolvidas para o projeto se sustentar e repor os recursos aplicados? (Forma e prazo de devolução para o Fundo Comunitário Indígena para Novos Projetos/para a própria comunidade)

Obs: 5% devem ir para a APITSM para manter o sistema de gestão.

Matérias veiculadas entre 1997 e 2001 nos jornais impressos de Boa Vista

Figura 1 - Folha de Boa Vista, 15.02.2001.



Fonte: CDI dos Missionários da Consolata.

Figura 2 - Folha de Boa Vista, 29 e 30.01.2001



Fonte: CDI dos Missionários da Consolata.

Figura 3 - Folha de Boa Vista, 19.04.2001



Fonte: CDI dos Missionários da Consolata.

Figura 4 - Folha de Boa Vista, 21 e 22.07.2001.



Fonte: CDI dos Missionários da Consolata.

Figura 5 - Folha de Boa Vista, 28 e 29.07.2001



Fonte: CDI dos Missionários da Consolata.

Figura 6 - Folha de Boa Vista, 31.07.2001.



Fonte: CDI dos Missionários da Consolata.

Figura 7 - Folha de Boa Vista, 30 e 31.03.1998

Índios querem pechinchar

A confusão formada em torno das negociações sobre o pagamento das indenizações é porque os índios querem pechinchar valores das indenizações para economizar e ficar com parte do dinheiro. Segundo o representante dos índios, tuxaua Firmino Alfredo da Silva, esse dinheiro seria investido em projetos de desenvolvimento dentro das áreas.

Os fazendeiros não aceitam negociar com os índios. "Ainda não sabemos se isso vai ser possível, porque tudo está dependendo da negociação", frisou Firmino Alfredo ao ser indagado quanto eles pretendiam economizar. "Não sabemos nem se vamos ficar devendo", complementou referindo-se a uma verba suplementar que a Eletronorte se comprometeu a liberar.

Walter Blos disse que a Eletronorte está disposta a disponibilizar recursos extras aos R\$ 3,5 milhões, caso o dinheiro seja insuficiente para cobrir as indenizações. Ele não disse quanto seria esse suplemento, mas garantiu que a estatal está disposta a pagar a diferença para que

nenhum fazendeiro saia prejudicado.

Como as fazendas a serem desapropriadas vão ficar para os índios, Firmino Alfredo disse que as 28 comunidades precisam de projetos de desenvolvimento, principalmente na agropecuária. "Nosso gado vive espremido entre as fazendas em locais onde só há pedras e quase não tem pasto", reclamou.

Somente um proprietário aceitou a proposta de indenização. A fazendeira Janete Cruz, da localidade denominada Ailan, concordou com a contraproposta dos índios e saiu na terça-feira da sede da Funai com um cheque de R\$ 9 mil reais. Essa propriedade já estaria sendo ocupada pelos índios, segundo confirmou a Funai.

Outros dois ficaram de pensar nas propostas apresentadas. Outros 16 fazendeiros foram chamados e deverão negociar com as comissões dos índios, composta de seis tuxauas e da Funai, com cinco assessores. "Cada fazenda é um caso diferente", disse Blos.

Fonte: CDI dos Missionários da Consolata.

Figura 8 - Folha de Boa Vista, 28.07.1998



Walter Blos, Funai está alerta para todo tipo de eventualidade

Servidor da Funai ameaçado por causa das indenizações

O administrador regional da Funai, Walter Blos denunciou ontem que um dos membros da comissão de pagamento das indenizações dos fazendeiros está sendo ameaçado de morte por telefone. Ontem ele encaminhou ofício à Polícia Federal, pedindo garantia de vida aos servidores e proteção ao trabalho da comissão.

As denúncias, segundo ele, foram feitas por telefone sexta-feira, sábado e domingo, sempre à noite, para a casa de um dos

complementar que o fato prejudica o andamento dos trabalhos que até agora foi pacífico.

A vítima da ameaça decidiu levar a sério os telefonemas e procurou a PF para prestar queixa no sábado. Nos telefonemas a voz de um homem teria dito ao funcionário que "preparasse o caixão" porque a saída dos fazendeiros da reserva São Marcos estaria "acabando com o estado".

O administrador garantiu que, apesar da gravidade das ameaças,

Fonte: CDI dos Missionários da Consolata.

Figura 9 - Folha de Boa Vista - 12.01.1998

Eletronorte ainda não definiu desvio da linha de Guri

A EMPRESA CONTINUA ESTUDANDO A HIPÓTESE DE INDENIZAR OS ÍNDIOS, MAS NÃO DESCARTA A POSSIBILIDADE DE DESVIAR O TRAÇADO DO LINHÃO, POR SAIR MAIS BARATO

Fonte: CDI dos Missionários da Consolata.

FAZENDEIROS DENUNCIAM: "Procuradora da Funai incita índios"

A desapropriação na Reserva São Marcos está complicada; os fazendeiros acusam a procuradora Alda Carvalho de estar incitando os índios a praticarem atos de vandalismo e temer chacinhas

Por Francisco Espíndola

Fazendeiros desapropriados da Reserva São Marcos acusaram a procuradora da Funai, Alda Carvalho, de estar incitando índios da região a praticarem violência, inclusive com a possibilidade de chacina dos moradores das fazendas que ainda não foram desocupadas.

A denúncia foi feita ontem, durante um encontro que eles tiveram com o presidente da Assembleia Legislativa do Estado, deputado Almir Sá (PPB), na sede da FAERR (Federação da Agricultura do Estado de Roraima).

O grupo que procurou Sá era formado por seis dos treze fazendeiros citados no

edital da Funai de número 002/98, do dia 20 deste mês, publicado na imprensa no último dia 22.

O objetivo do encontro era buscar apoio para a "situação difícil" por que passam em razão da desapropriação. Os fazendeiros queixavam-se do exíguo prazo dado pela procuradora da Funai para a completa desocupação das fazendas.

Os primeiros desapropriados tiveram prazo de 90 dias para deixar as terras, mas os 13 proprietários citados no edital receberam a notícia de que devem desocupar as propriedades no máximo em 30 dias.

Pouco Tempo

— Esse prazo é impraticável, ninguém consegue se mudar dentro de tão pouco

tempo —, queixava-se o fazendeiro Humberto Bantim, dono da fazenda Diamante Verde. A fazenda pertence à família de Bantim há mais de 65 anos. Possui escritura pública e registro no Cartório de Imóveis.

Bantim afirma que na fazenda existem mais de 500 reses, 300 bodes, 150 equinos, 35 porcos, 20 carneiros, além de patos e galinhas. "Ninguém pode retirar todos esses animais em um período tão pequeno de tempo", disse.

Ele explica que ainda não tem sequer um local definido para colocar tantos animais. Segundo Bantim, "um lugar para abrigar todo o plantel exige uma infraestrutura adequada entre currais, pocilgas, galinheiros e outros, o que só se consegue



A reunião demorou mais de duas horas, na manhã de ontem, na FAERR

com muito tempo e dinheiro. O que a Funai está pagando de indenização, com certeza, não é suficiente".

O fazendeiro Ailton Cabral, a exemplo de Humberto Bantim, disse que as benfeitorias de sua fazenda foram avaliadas em R\$ 142 mil em 1994. Agora, numa nova avaliação, a Funai resolve pagar apenas R\$ 92 mil. Ele disse que mesmo assim, aceita sair das terras, desde que a Funai dê um prazo razoável, de no mínimo 90 dias.

Sem Acordo

Cabral disse que ao buscar esse acordo na Funai, a procuradora Alda Carvalho não o recebeu, mas determinou que ele deveria desocupar as terras dentro dos trinta dias, caso negativo, ela não se responsabilizaria pelo que pudesse acontecer com ele e sua família.

Tanto Cabral como os outros fazendeiros que estiveram na reunião com o deputado Almir Sá, acusaram a procuradora de ter feito menção de que muita violência poderia ocorrer por parte dos índios, e que a Funai não responderia pelos abusos.

— Temos conhecimento de que se não sairmos dentro

chacina das pessoas que estiverem nas fazendas —, disseram em coro os fazendeiros ao presidente da Assembleia, na manhã de ontem.

Eles asseguraram a Almir Sá que ouviram de alguns silvicultores que a procuradora teria dito que a Funai garantiria a incolumidade dos índios que praticassem os atos criminosos, incluindo a todos que os fazessem, vez que estavam "dentro do seu direito".

Ao serem aconselhados pelo deputado Almir Sá a buscarem uma conversa com a procuradora, juntamente com seus advogados, os fazendeiros responderam que Alda Carvalho não receberia ninguém para conversar.

Diante disso, Sá aconselhou que os fazendeiros entrem com queixa-crime contra a procuradora e a própria instituição (Funai) na Justiça.

— Nós não queremos complicar nada. Sabemos que o valor estabelecido pela Funai para nossas benfeitorias é irrisório, mas mesmo assim aceitamos abandonar nossas fazendas, só que, para isso, precisamos que nos sejam dadas as condições, tais como o prazo de 90 dias e, principalmente, o

fevereiro de 1991, que dispõe sobre o processo administrativo de demarcação das terras indígenas, prevê que, além da indenização das benfeitorias, "durante o processo de desapropriação, o órgão fundiário federal procederá ao reassentamento de ocupantes não-índios cadastrados pelo grupo indígena, obedecendo as normas específicas" (artigo 4.º).

O parágrafo único desse artigo prevê ainda que deve ser dada prioridade nesse assentamento fato que não está acontecendo no caso da desapropriação da Reserva de São Marcos, segundo os próprios fazendeiros.

— Com o dinheiro que estão nos pagando impossível comprarmos outra fazenda ou mesmo montarmos toda a estrutura para receber nosso gado. Isso porque, com perspectiva de que muita gente iria buscar terra para comprar, aconteceu imediatamente um aumento substancial no preço das fazendas no Estado —, disse a mulher do fazendeiro Alci Barbosa, que participou da reunião de ontem.

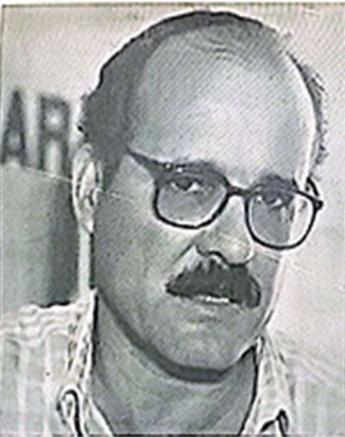
O administrador do órgão, Václer Blas, manteve di-

Sá decide interferir no caso

O deputado Almir Sá disse que "o problema é complexo" e que não vê uma saída imediata. Mas prometeu que hoje mesmo entraria em contato com a procuradora Alda Carvalho, quando ocorrerá para ela a queixa dos fazendeiros que se sentem pressionados pela Funai.

Ele vai também expedir ofício para o Ministério da Justiça e Presidência da Funai, pedindo que sejam tomadas providências imediatas para a solução do problema, especialmente no que se refere à reavaliação das benfeitorias, como também do prazo estabelecido para a desocupação das terras.

Outra saída vista pelo presidente da Assembleia é a intervenção pela via política. Para isso, vai pedir aos deputados federais e sena-



Deputado Almir Sá: intervenção política em Brasília

Fonte: CDI dos Missionários da Consolata.



Índios se reúnem para discutir linhão de Guri

O encontro está marcado entre o prefeito de Pacaraima, Hipérion de Oliveira (foto), e lideranças indígenas da reserva de São Marcos. O prefeito informou que no encontro será feita uma avaliação sobre a passagem da linha de eletrificação sobre a reserva, além da elaboração de uma carta de apoio ao governador Neudo Campos pela sua iniciativa, de implementar o quanto antes a chegada da energia de Guri. *Página 22*

Fonte: CDI dos Missionários da Consolata.

BARRIL DE PÓLVORA

Deputado acusa Funai de incitar índios

Os problemas gerados pela ação de membros da Funai em conjunto com indígenas da maloca do Maturuca na região do Mutum serão levados ao conhecimento do presidente Fernando Henrique Cardoso pelo ministro da Justiça, Iris Resende. Hoje, o deputado Francisco Rodrigues estará entregando um relatório ao ministro, onde ele relata todos os episódios e ainda faz algumas reivindicações para que não haja um conflito ainda mais sério no futuro.

Durante o tempo em que passou na região, o deputado Chico Rodrigues verificou que houve abuso de autoridade do responsável pela operação, o coordenador da Funai, Paulo Roberto e que em nenhum momento os garimpeiros poderiam ter sido retirados do local da forma que foram. "Eu estive no Mutum, na Lage e no Ken em companhia de dois agentes da Polícia Federal. Nos reunimos com vários garimpeiros e com moradores das vilas. Os membros da Funai, juntamente com indígenas do Maturuca criaram um clima de insegurança, até porque as pessoas comandadas pelo Paulo Roberto estavam armadas. Eles ocuparam a fazenda Xiriqui e quase todo o vale do Maú. Tudo isso é estranho porque a área indígena não está definida pelo Governo Federal", relatou o deputado.

Chico Rodrigues disse também que os indígenas estão roubando o gado dos fazendeiros da região, afundaram as balsas e queimaram os motores e estão causando pânico entre pessoas que vivem há décadas na região.

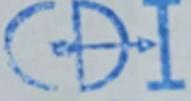
"Para se ter uma idéia, o

CIR tem uma fonia interligada diretamente com a superintendência da Funai e com todos os postos do órgão. Isso é ilegal. Outro fator que me chamou a atenção é a autoridade do índio Jacir. Parece até que nós temos dois governadores em Roraima: Neudo governa os brancos e Jacir os índios", destacou.

Chico Rodrigues chama a atenção para o poder de compra do tuxaua Jacir. "Parece que ele tem muito dinheiro, pois está comprando gado e terras naquela região. Ele vai ter que justificar de onde tá vindo este dinheiro, pois não se emite notas fiscais das compras e vendas e este dinheiro não deve estar sendo declarado. Quero saber também quem está autorizando e orientando estes índios, até porque está ficando claro que eles estão defendendo interesses externos, com apoio da própria Funai que afirma que a área deve ocupar o mais rápido possível. Eles estão querendo colocar gado nestas terras para tentar legitimar a ocupação", afirmou.

O deputado fez um relatório que será entregue ao ministro da Justiça e nele, faz algumas reivindicações para manter o clima de tranquilidade. "Nós queremos que haja a retirada imediata dos índios do Maturuca da região, que o governo Federal mantenha observadores da Polícia Federal no local, que os prejuízos causados aos garimpeiros e comunidade da região sejam ressarcidos, que o coordenador da Operação Ianomami seja destituído do cargo imediatamente e que seja instalado um pelotão do Exército entre o Mutum e Uiramutã, ato que vai inibir a ousadia dos missionários que incitam os índios a praticar tais desmandos".

O deputado Chico Rodrigues reclama da omissão do governador Neudo Campos, que em nenhum momento fez nada para tentar controlar a situação e também do prefeito de Uiramutã, Venceslaw Brás. "No início ele correu de um lado para o outro, mas depois de uma pequena reunião com o governador ele não fez mais nada, apenas para satisfazer o rei. O que nós precisamos são de ações determinadas que competem ao governo do Estado, até porque a região não está demarcada. Só assim a paz será restaurada na região", concluiu Chico Rodrigues.

**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO INDÍGENA**
MISSIONÁRIOS DA CONSOLATA

Funai e Eletronorte continuam discutir a rota do linhão de Guri

O pedido de indenização feito pelos índios à Eletronorte, para que o linhão de Guri passe nas reservas indígenas de Pacaraima, está causando revolta aos 148 agricultores da região. Ontem, foi realizada uma reunião que teve como objetivo definir o limite da área urbana e rural daquele município.

Todo o problema é com relação à passagem do linhão nas reservas indígenas. E para que isso seja possível, os índios pediram, através da Funai, uma indenização à Eletronorte. A empresa recusou o pedido devido o seu alto valor.

Como a Eletronorte insiste que o linhão deve passar nas áreas que pertencem aos índios, um outro pedido foi feito: os índios querem como indenização a retirada dos agricultores das áreas que abrangem as colônias de Samá, Sorocaima, Pacaraima e Mian.

LEVANTAMENTO

Segundo informou o presidente da Associação dos Produtores de Pacaraima, Antônio Aluísio Moura Macuglia, tanto a Eletronorte quanto a Funai já começaram a fazer levantamentos do patrimônio existente nestas colônias. "Foi feito em Samá e Sorocaima, mas não foi divulgado o valor", disse.

Ele explicou que Eletronorte e Funai fazem uma avaliação de quanto custa a casa, fruteiras, área trabalhada, cercas, e tudo que se encontra dentro do lote. "Com isto, eles têm mais ou menos o valor de quanto foi investido pelos agricultores em suas propriedades", esclareceu Antônio Macuglia.

Ele explicou ainda que o linhão não vai passar dentro das colônias, passará somente em Sorocaima, aproximadamente dez quilômetros. "Não haveria necessidade de retirar os agricultores e seus familiares das outras colônias", ressaltou o presidente da Associação dos Produtores de Pacaraima.

Na tentativa de resolver esta questão, os produtores do município estão buscando apoio junto à Prefeitura de Pacaraima e ao Governo do Estado. "O prefeito Hipérion Oliveira nos disse que está mais favorável os agricultores permanecerem nas colônias", frisou Antônio Macuglia.

Na reunião, dez representantes dos taxauas estiveram presentes. E, para o secretário de Assuntos Indígenas de Pacaraima, Galdino Pereira de Sousa, a comunidade espera que esta questão seja resolvida sem que os índios e os agricultores sejam prejudicados.

PREFEITURA

O prefeito Hipérion Oliveira disse que as colônias de Samá, Mian e Pacaraima apresentaram propostas para que agricultores e índios não sejam prejudicados. Ele disse ainda que a proposta da colônia de Sorocaima é a única que não está batendo com as demais propostas apresentadas. De acordo com a proposta de Sorocaima, os agricultores ficariam dentro do perímetro urbano.

"Esta decisão está dificultando as negociações, pois os índios preferem ficar na área indígena", esclareceu o prefeito. Ele acrescentou também que esta decisão faz com que os agricultores saiam destas áreas, recebendo indenizações.

Hipérion Oliveira informou que em 94 foi feito um levantamento em toda a reserva indígena de São Marcos. "Estamos realizando outro levantamento, onde o valor das fazendas está abaixo do que foi feito em 94". "Isso está deixando os agricultores mais indignados ainda", frisou o prefeito.

AMER

A Associação dos Micro e Pequenos Empresários de Roraima esteve presente à reunião. A Amer foi representada por seu presidente, Antônio Villar e por Severina Lima Sobral, representante da entidade no município. "Estamos aqui para darmos nosso apoio, tanto aos agricultores como aos índios, dentro do direito de cada um", disse Severina Lima Sobral. "Precisamos tanto de um como do outro, então esperamos que seja logo solucionado este problema", ressaltou Antônio Villar.

Os dois aproveitaram para falar sobre a abertura da fronteira Brasil/Venezuela, que está funcionando apenas de 7:00h às 22:00h. "Queremos que seja aberta 24:00h", disse Severina Lima Sobral.

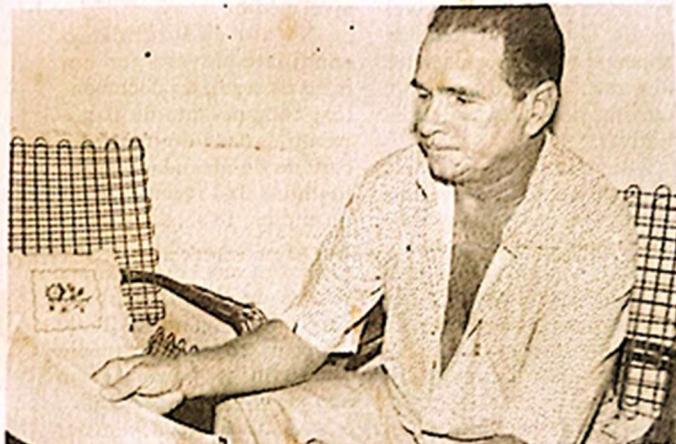
Eles acreditam que com esta reivindicação atendida, ficará mais fácil a vida dos comerciantes em Pacaraima. "Os venezuelanos estão gastando mais aqui, e isto é bom para a economia de nosso município. Será importante também esta abertura da fronteira, para casos de saúde. Tanto nós como eles precisamos de assistência médica, e quando não temos aqui, vamos até lá", concluiu Severina Sobral. De acordo com Antônio Villar, já foi entregue carta ao senador Romero Jucá para tomar providências em Brasília sobre a abertura da fronteira.

Fonte: CDI dos Missionários da Consolata.

Fazendeiros podem recorrer à Justiça contra Eletronorte

Os 38 proprietários de fazendas que serão desapropriadas de dentro da reserva São Marcos se reúnem amanhã, à noite, no auditório da Acir (Associação Comercial de Roraima), para discutir a possibilidade de entrarem com um mandado de segurança contra a Eletronorte.

Os fazendeiros dizem que não aceitam a nova avaliação que estaria sendo feita pela estatal e querem que suas propriedades sejam avaliadas, para fins de indenização, baseado no levantamento feito em 1994. Nessa época foi criada uma comissão composta por representantes dos fazendeiros, da Funai e do Ministério da Justiça.



José Augusto Soares anunciou que a proposta da ação será discutida hoje, à noite

Fonte: CDI dos Missionários da Consolata.

Figura 15 - Folha de Boa Vista, 03.03.1998

Organizações pressionam sobre linha de transmissão

Várias organizações Não Governamentais ambientalistas e em defesa dos índios, tanto do lado brasileiro quanto do lado venezuelano, acompanham a construção das linhas de transmissão da energia de Oruri. A pressão delas é tão forte que as obras no lado venezuelano estão embargadas há meses.

Do lado brasileiro, entidades que não tiveram os nomes revelados, tentaram incentivar os índios a aprovar um pedido de indenização milionária no valor de 500 milhões de dólares e mais 20 mil cabeças de gado. Essa proposta não foi aceita porque a Eletrobrás não cedeu às pressões e anunciou que iria construir a rede passando por fora das áreas indígenas.

Na Venezuela o caso é mais complicado. Além das comunidades indígenas favorecidas, há também o Parque Guaiabo, tombado pela Unesco como Patrimônio da Humanidade. Neste caso, a construção de qualquer obra dentro do parque, precisa da autorização de vários órgãos internacionais que exigem rigorosos estudos de impacto ambiental.

O plano previsto no cronograma do governo venezuelano para reiniciar as obras é de no máximo três meses. Entretanto, o problema parece mais complicado porque, além dos fatores ambiental e indígena, a Venezuela enfrenta problemas com fornecimento de material. Mesmo assim, técnicos da Eletrobrás acreditam que as negociações do lado venezuelano estejam avançadas e que antes de 90 dias as obras sejam retomadas.

Fonte: CDI dos Missionários da Consolata.

Figura 16 - Folha de Boa Vista, 06.03.1998

Pecuarista não admite ser chamado de invasor da reserva São Marcos

Dono de uma das mais antigas propriedades - a Fazenda Ararial -, hoje, na reserva indígena de São Marcos, o pecuarista João Batista de Melo questiona a forma de tratamento aos ameaçados de desocupação da área. Ele diz que ser tratado como "invasor", no mínimo, é desrespeitar aqueles que habitaram a região na década de 10.



Batista de Melo diz que em sua região não existe e nunca existiu aldeias indígenas

"O título original da terra onde hoje está minha fazenda, data do ano de 1910. Aquela área foi comprada do Estado do Amazonas, por Raimundo Franco, o velho do Sobral", afirma Batista. Ele é consciente da desocupação imposta aos moradores para garantir a propriedade aos índios. Ainda assim, discute a primazia da posse. "Na área onde vão indenizar 50 fazendas, nunca existiu, como até hoje não existe, nenhuma maloca indígena", afirma.

Batista destaca que o núcleo indígena mais próximo num raio de 70 quilômetros quadrados - entre os rios Parimé e Paricarana -, é a Maloca do Perdiz. "Nesta área nunca existiu nem existe nenhum índio, morando. Portanto, apesar de demarcada em nome deles, jamais foi tradicionalmente ocupada pelos índios", assegura o pecuarista.

Dono de nove mil hectares de terra cercada, com 13 águas, onde são criadas 1.000 cabeças de gado bovino, além de outras 300 entre, ovinos, caprinos, suínos e equinos, Batista espera que o governo federal providencie logo o local para assentamento dos desalojados, além de definir individualmente, os prazos para a saída da área.

"É preciso as autoridades compreenderem a necessidade que temos de criar a estruturas para receber o que temos, como: currais, cercas, casas, pastos. Além disso, as queimadas destruíram todo o pasto. Hoje, não existe condições para se pensar em movimentar rebanhos. Eu, particularmente, entendo que nós só poderemos sair da área no mês de outubro, quando os campos e o gado estiverem recuperados deste verão pesado. Até mesmo porque esta é a época mais própria para iniciarmos os plantios, na área onde seremos assentados", analisa.

Outro ponto questionado pelo produtor, está relacionado à idade que de quem tem que começar tudo, de novo. "Quando comecei, tinha 25 anos. Hoje aos 61 anos de idade, naturalmente, não tenho as mesmas condições para começar tudo de novo".

Fonte: CDI Missionários da Consolata.

Figura 17 - Folha de Boa Vista, 09.11.1998

MISSIONÁRIOS DA CONSOLATA

CIDADE/EDITAIS Boa Vista, segunda-feira, 09 de novembro de 1998 - 05

ÍNDIOS X FAZENDEIROS

Clima tenso na reserva São Marcos

OS ÍNDIOS INVADEM FAZENDAS E LOTES, MAS OS PROPRIETÁRIOS GARANTEM QUE ESTÃO PRONTOS A DEFENDER SUAS PROPRIEDADES A QUALQUER CUSTO

Os pequenos produtores se reuniram sábado à tarde para discutir que rumo tomar a partir de agora

Três meses após ter iniciado a indenização das beneficiárias de proprietários dentro da reserva São Marcos, ao norte da capital, os índios começaram a invadir fazendas e sítios das pessoas que ainda não saíram da região. Os produtores prometem resistir à força, por preciso.

Na Fazenda Diamante Verde, uma das proprietárias, Márcia Banim, denuncia que os índios estão cortando cercas e ameaçando roubar o gado. O irmão dela, Humberto Banim, é um dos fazendeiros que se nega a receber o valor da indenização proposta pela Funai (Fundação Nacional do Índio).

Banim está tão tenso que passou mal e teve de ser internado no domingo num hospital particular, em Boa Vista. Ele ficou assim desde que recebeu a notícia de que nas colônias de Samá e Sorocaima duas propriedades já teriam sido invadidas.

Os proprietários dessas fazendas afirmam que os índios estão entrando em suas terras para pegar animais. "Nós não vamos aceitar que isso ocorra enquanto nós não recebermos as indenizações justas", afirma Márcia Banim.

Outros fazendeiros da região também estão se preparando para o pior. Eles reconhecem que a área é uma reserva indígena demarcada, mas que enquanto não receberem as indenizações não vão permitir que os índios penetrem invadindo ou roubando.

REUNIÃO
No sábado à tarde pequenos produtores se reuniram em Pacaraíma para discutir de que for-

Sem apoio, produtores rurais apelam para ameaças à Funai

"Se a advogada da Funai entrar no portão da minha propriedade eu garanto que ela não sai viva daqui", jurou o pequeno produtor Luís Carlos. Esta é mais uma das ameaças em tom de indignação que os pequenos produtores fazem no desespero de terem que abandonar suas propriedades.

A ameaça funciona mais com um desabafo por não ter a quem recorrer, já que eles sabem que terão de sair da reserva São Marcos, mas se negam a receber o valor das indenizações propostas pela Funai (Fundação Nacional do Índio).

O drama é que essas pessoas não conseguem compreender porque as avaliações propostas pelo órgão indigenista depreciaram em 40% o valor das beneficiárias, na maioria dos casos.

Luís Carlos tem um sítio às margens da BR-174, na colônia agrícola de Sorocaima II. Na sua pro-

Cachoeira do Macaco é interditada pela Funai

Apesar da demarcação de São Marcos, com 1,6 milhão de hectares, ter sido homologada em 1991, somente no mês passado começaram a ficar placas identificando a reserva e fechando acesso aos locais de visitação pública.

Pontos turísticos como a Cachoeira do Macaco foi fechada com cercas e arames, mês passado. Até os índios estão sendo proibidos de frequentar o local, segundo Antônio Macuglia, presidente da Associação dos Pequenos Produtores de Pacaraíma.

A cachoeira era um dos pontos turísticos mais visitados por turistas venezuelanos e brasileiros. O local poderia ser explorado economicamente até pelos indígenas, segundo ele, mas está interditado.

"Essa era o único ponto turístico", reclama o turista venezuelano Gustavo Rodrigues que ainda parou para ver a cachoeira, no sábado, apesar de estar fechada para visitação pública.

"Na Venezuela os parques e reservas são protegidos, mas a população pode usufruir", comentou.

Segundo ele, a Funai ou os próprios índios poderiam montar um serviço no local com vigias e um serviço de educação para orientar o turista a não agredir a natureza. "Mas aqui eles preferem fechar e isto é muito feio", disse.

Luís Carlos: ameaças como forma de desabafo contra a Funai

Demarcação será o fim da agricultura em Pacaraíma
Fonte: CDI Missionários da Consolata.

Figura 18 - Folha de Boa Vista, 01.03.1998

Boa Vista, Roraima, quarta-feira, 11 de março de 1998

BRASIL NORTE

PALAVRA DO LEITOR

Ignorância ou má fé do padre Bindo

Lendo a infeliz resposta do padre Bindo Medolesi, nota-se que ele ou é novo em Roraima e desconhece a realidade dos fatos, ou tenta tapar o sol com a peneira. Vamos refrescar sua mente. O senhor lembra do caso da torre derrubada e das pontes queimadas no Município do Uiramutã? Convênio o padre para entrarmos nos arquivos de investigação que apurou o caso. Na época, o chefe da Igreja Católica, local D. Aldo Morgiano foi responsabilizado pela morte de duas crianças. O Bispo não foi condenado, fingia que iria aposentar-se e o fato foi arquivado! O senhor sabe como se deu a visita de D. Aldo em Angola, antes de chegar no Brasil? Participou da guerrilha que tentava derrubar o governo desse país! O senhor sabia que ele, para sair vivo, teve que entrar dentro de um caixão fingindo-se de morto para poder sair com vida!!!

Quando ao Matoruca, o senhor sabia que os índios foram treinados em táticas de guerrilha? Isso foi denunciado pelos próprios índios. Eles afirmaram que as reuniões eram ministradas pelo padre Jorge e a ordem era para invadir fazendas, queimar pontes, matar fazendeiros! Os chefes índios que não concordavam eram ameaçados de morte!

Deturpando esses fatos e o faço com convicção, e acompanhei um dos maiores conhecedores das causas indígenas nas regiões e seus depoimentos estão documentados!

A sua justificação que Jesus deu poderes ao Papa é uma aberração histórica, pois a Igreja Católica só foi fundada décadas depois de sua morte e o único representante de Deus na Terra com poderes foi ele próprio, o filho de Deus, que afirmou, em romanos (c 3 v 10), "não há um justo, nem se quer um, sobre a face da Terra."

Quando as riquezas que estão no Museu do Vaticano, esse acúmulo é obra vai-

dade. Por que não se usa essa riqueza para matar a fome do povo e deixa-se aos museus estatais a tarefa de resguardar as riquezas da humanidade.

Caro padre Bindo, gostaria de convidá-lo para um debate mais amplo na televisão, envolvendo pessoas com conhecimento sobre as questões indígenas do nosso Estado, um pastor, um fazendeiro, o pai da criança que morreu queimada, por exemplo. Quero lembrar ao padre que contra fatos verdadeiros não há argumentos. O próprio papa João Paulo, ao assumir o papado, reconheceu publicamente as atrocidades cometidas pela Igreja, ao longo dos séculos. Recentemente, o Vaticano abriu ao público a sala onde estão arquivadas as provas desses crimes contra a humanidade, tudo praticado em nome do Senhor, na "Santa Inquisição."

Além disso, há a mercorização da fé. No Brasil, uma freira vem lutando há anos para canonizar um padre brasileiro. Para isso, ela já levantou mais de 80 milhões de Reais e vai precisar muito mais para pagar ao Vaticano pela canonização. Esse dinheiro daria para matar a fome de muita gente! Mas a igreja não está preocupada com seus fiéis civilizados que já sustentam as mercedonias do Vaticano. Ela está preocupada é com as terras dos índios de Roraima, de onde pode retirar muitas riquezas.

Platão Arantes
Jornalista

Cartas para a coluna Palavra do Leitor devem ser enviadas ao Diretor de Redação do Brasil Norte, no endereço constante no Expediente baixo, ou envie um e-mail no endereço eletrônico: brasnort@technet.com.br

Fonte: CDI Missionários da Consolata

Figura 19 - Folha de Boa Vista, 20.15.1998

FOLHA DE BOA VISTA

Boa Vista, sexta-feira, 29 de maio de 1998

Manobra da Funai irrita fazendeiros

COMUNICAÇÃO

AO CONSTATAREM QUE A FUNAI PRETENDIA REDUZIR O VALOR DAS INDENZIÇÕES SE FAZENDEIROS SE RETIRARAM DA MESA DE NEGOCIAÇÕES

Os fazendeiros com propriedades dentro da reserva indígena São Marcos, ao norte da capital, fizeram uma manifestação, ontem pela manhã, em frente a Funai (Fundação Nacional do Índio). Eles protestavam contra a forma como está sendo conduzida a negociação para chegar ao valor das indenizações. Os advogados dos fazendeiros disseram que se as indenizações não forem pagas, as obras da linha de Guri podem ser prejudicadas.

Conforme decidido em acordo realizado no início deste ano entre índios, fazendeiros e a Eletronorte, as benfeitorias das propriedades de não índios deveriam ser indenizadas para que fosse autorizada a construção das linhas de transmissão dentro da área indígena. A Eletronorte já repassou à Funai R\$ 3,7 milhões para indenizar as benfeitorias dos primeiros grupos de fazendeiros.

A Funai começou a chamar individualmente os fazendeiros na sede do órgão e tentou pressioná-los a aceitarem uma indenização abaixo do valor das propriedades. As contrapropostas chegam a ser 40% abaixo dos valores da avaliação realizada no levantamento de 1994 feito por uma comissão interinstitucional e corrigidos monetariamente em 1997 pela própria Fundação.

Dois fazendeiros ainda entraram na sala do administrador da Fundação, Walter Blos, para negociar. Uma das propriedades avaliada em R\$ 106 mil, o proprietário recebeu proposta da Funai de R\$ 40 mil. Outra fazenda menor, com valor estimado em R\$ 53 mil, o dono estava sendo pressionado a receber somente R\$ 20 mil.

O que mais revoltou os manifestantes foi que a pessoa entrava sozinha na sala para negociar e lá se encontravam duas comissões de índios e servidores. A primeira composta de seis taxuvas da reserva São Marcos e a outra de cinco assessores da Funai. O coordenador das comissões era o advogado Paulo Makararu, que é assessor jurídico do Cir (Conselho Indígena de Roraima).

O Conselho de Defesa de Roraima, entidade que agrega os 52 fazendeiros de São Marcos, descobriu a manobra e protestou em frente a sede da Funai. A entidade contratou uma equipe de seis advogados para defender o interesse dos fazendeiros.

Três dos assessores jurídicos foram até o órgão, no momento da manifestação, tentar um entendimento no sentido de impedir que a negociação fosse conduzida pelas duas comissões de índios e Funai. No primeiro momento eles foram impedidos de entrar no local da reunião para acompanhar as negociações.

Depois as comissões os receberam, mas não chegaram a

so a proposta dos advogados de criar uma comissão dos fazendeiros para acompanhar as negociações. "Os índios têm seus representantes e a Funai, então é justo que se tenha uma comissão dos fazendeiros", protestou um dos advogados, José João Pereira.

Os outros dois advogados, Antonieta Aguiar e Josimar Santos Batista afirmaram que o órgão indígena se mantém irredutível na sua posição. "Eles chamaram os fazendeiros mais desinformados para negociar, um por um, e pressionar de todas as formas para que aceitem a proposta dos índios", comentou Antonieta.

Como forma de pressionar, um dos fazendeiros teria sido acusado por Paulo Makararu de praticar crime ao vender bebidas aos índios. "A intenção dele é forçar os fazendeiros a acreditar que eles são invasores e que a Funai está fazendo um favor ao pagar as indenizações", disse Josimar Batista.

Ainda conforme Batista, os fazendeiros vão recorrer a Justiça para que os valores da avaliação feita em 1994, sejam mantidos e corrigidos até o dia do pagamento da indenização. Ele frisou que os fazendeiros não vão aceitar a proposta da Funai.

Quem perde com isso, segundo acredita o advogado, é o governo federal, que não vai poder concluir a obra da energia de Guri, e os próprios índios. "Enquanto as indenizações não forem pagas, a linha de transmissão não será construída", complementou.

A Funai não permitiu a entrada de jornalista nem deixou fazer imagens ou fotografias das

Fonte: CDI Missionários da Consolata

Figura 20 - Folha de Boa Vista, 05.12.1998

Boa Vista, Roraima, Sexta-feira, 05 de Dezembro de 1997

o DIÁRIO - 3

CONFIDENCIAL

EXPEDITO FERONNICO

Brasil curva-se à WWF

O Brasil se curvou ao apelo da campanha "Forests for Life", da World Wild Foundation (WWF), a maior e mais poderosa ONG internacional de defesa do meio-ambiente. Quer atingir até o final do ano 2000 a meta de proteção de pelo menos 10% de cada um dos tipos de florestas do País. A confirmação pública da adesão do Brasil à campanha foi anunciada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso ao discursar durante o banquete de Estado que lhe foi oferecido pela rainha Elizabeth II e pelo príncipe Philip, duque de Edimburgo e presidente emérito da WWF.

"O Brasil tem procurado assumir plenamente os compromissos que lhe correspondem no contexto da cooperação internacional exigida por essa nova agenda internacional", afirmou Fernando Henrique em seu discurso, no Palácio de Buckingham. E completou: "Um exemplo é o esforço do meu governo, que responde à iniciativa "Forests for Life", lançada pelo príncipe Philip, de fixar metas quantificadas de proteção das florestas brasileiras".

Com o compromisso assumido o Brasil passará a integrar a rede de áreas protegidas de todos os tipos de florestas, no âmbito da campanha do WWF, lançada em 1995 pelo duque de Edimburgo. A cifra de 10% é considerada pelos cientistas como porcentagem mínima exigida para proteger regiões com rica diversidade biológica.

Também o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Eduardo Martins, já comunicou ao duque de Edimburgo, em Londres, a decisão do Brasil de aderir à campanha. Em nota divulgada em Brasília, o Ibama afirma que, agora, o compromisso implica "necessidade de recursos financeiros para a implementação das unidades de conservação, com cooperação internacional, incluindo o WWF".

Fonte: CDI Missionários da Consolata

Deputados acusam Cimi de praticar terrorismo em RR

O Cimi, segundo os deputados, tentam deixar as fronteiras enfraquecidas atendendo interesses internacionais

As questões envolvendo a construção do 6º Pelotão Especial de Fronteira (PEF), instalado na semana passada no município de Uiramutã, ainda vai gerar muitas discussões e pode até chegar no âmbito de conflitos devido as pressões e especulações por parte de entidades contrárias a presença do Exército naquela localidade fronteiriça.

Os deputados federais Chico Rodrigues e Luizinho da Tabela, ambos do PFL, classificaram de terroristas as declarações do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que encaminhou um documento ao Ministro da Defesa, Geraldo Quintão, alertando para o clima de tensão no município e o culpando caso aja algum tipo de conflito que possa ocorrer entre índios e militares em Uiramutã.

Chico Rodrigues esteve na solenidade de instalação do PEF e afirma que a situação no município é tranquila. "As afirmações do Cimi são irresponsáveis e com ar de terrorismo, tendo intenções exclusivas aos interesses nacionais", desabafou o deputado, acrescentando que não procede a argumentação de que o pelotão só deveria ser instalado após a conclusão de uma disputa judicial. "O Exército tem a missão de garantir a soberania do nosso território independente de ser uma área indígena ou não".

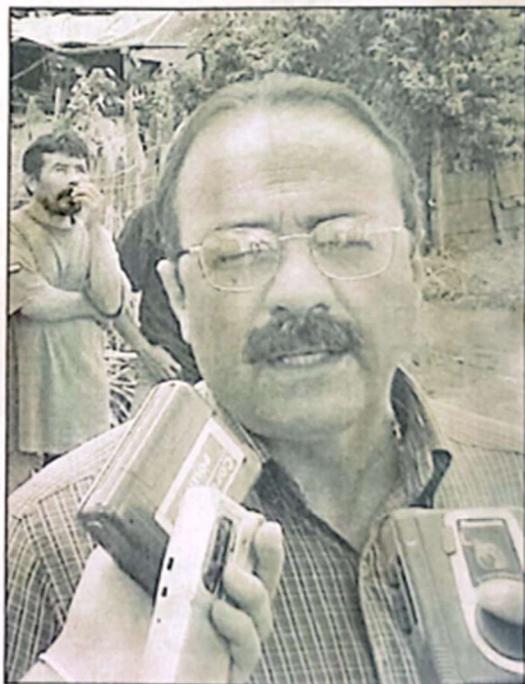
O parlamentar se diz preocupado com o direcionamento do Cimi, o qual considera anti nacionalismo, alertando para o enfraquecimento religioso da Igreja Católica. "O Cimi deveria rezar mais porque a Igreja Católica vem

perdendo espaço no âmbito religioso, devido ao excesso de intromissão em questões de interesse nacional em que se posicionam contrários aos interesses brasileiros. Eles deveriam ser claros e revelar quem ou o quê eles estão defendendo ao contribuírem para a internacionalização da Amazônia", destacou.

De acordo com Chico Rodrigues, os índios sabem andar com as próprias pernas e já perceberam o que é melhor para eles. Uma prova foi o clima de tranquilidade em Uiramutã durante a instalação do 6º PEF. "O posicionamento de alguns 'conselhos' chegam às raízes do absurdo e não mostram a realidade. O que acontece é que eles estão perdendo espaço nestas localidades, o que não interessa aos interesses internacionais. Para eles quanto mais fragilizada estiver a Amazônia melhor e não iremos permitir que isto aconteça", ressaltou o deputado.

Para Luizinho da Tabela, o Cimi até hoje não esclareceu, realmente, quais são seus objetivos em deixar os povos indígenas cada vez mais isolados e, conseqüentemente, com seus territórios desguarnecidos. "Me causa indignação verificar que estes segmentos, que sei que não representam toda a Igreja Católica, ainda serem ouvidos, uma vez que não possuem um discurso pelo bem da nação brasileira", declarou.

Luizinho da Tabela destacou ainda que a presença do Exército em Uiramutã não irá provocar conflitos e, sim, uma maior tranquilidade e segurança a população que lá reside. "So ocorre-



Chico Rodrigues: "As afirmações do Cimi são irresponsáveis e com ar de terrorismo, tendo intenções exclusivas aos interesses nacionais"

rá conflitos se o Cimi ou outras entidades provocarem. A maioria dos índios é favorável a instalação do pelotão e sabe que terão uma

maior proteção com a presença Militar, que era um pedido antigo do povo roraimense", concluiu o vice presidente regional do PFL.

Fonte: CDI Missionários da Consolata

RESERVA SÃO MARCOS

Índios ameaçam "agir" contra os que não saírem da reserva

OS LÍDERES INDÍGENAS GARANTEM QUE DIANTE DE MANOBRAS PARA PERMANÊNCIA NA RESERVA, A TOLERÂNCIA DELES CHEGOU AO LIMITE

O presidente da APIR (Associação dos Povos Indígenas do Roraima), Firmino Alfredo da Silva, disse ontem que os índios da reserva São Marcos, ao norte da capital, não vão aceitar provocações de fazendeiros que se negarem a sair pacificamente da região. "A paciência dos índios já está se esgotando", advertiu. Ele quis deixar claro que os índios não estão sendo incentivados por ninguém para tomar qualquer atitude. "Não tem ninguém para incentivar os índios, como estão dizendo". Na terça-feira, um grupo de fazendeiros denunciou ao presidente da FAER (Federação da Agricultura do Estado de Roraima), Almir Sá, que a

O presidente da APIR, Firmino da Silva: "A paciência dos índios está se esgotando"

Fonte: CDI dos Missionários da Consolata.